



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
GEOGRAFIA**



**JUSSARA CRISTINA VASCONCELOS RÊGO**

**ILHA DE MARÉ VISTA DE DENTRO:  
UM OLHAR A PARTIR DA COMUNIDADE DE  
BANANEIRAS/SALVADOR-BA**

**Salvador - BA  
Dezembro/2018**

**JUSSARA CRISTINA VASCONCELOS RÊGO**

**ILHA DE MARÉ VISTA DE DENTRO:  
UM OLHAR A PARTIR DA COMUNIDADE DE  
BANANEIRAS/SALVADOR-BA**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do título de Doutora em Geografia

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Catherine Prost

**Salvador – BA  
Dezembro/2018**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Rêgo, Jussara Cristina Vasconcelos  
ILHA DE MARÉ VISTA DE DENTRO: UM OLHAR A PARTIR DA  
COMUNIDADE DE BANANEIRAS/SALVADOR-BA / Jussara  
Cristina Vasconcelos Rêgo. -- Salvador, 2018.  
327 f. : il

Orientadora: Catherine Prost.  
Tese (Doutorado - Geografia) -- Universidade  
Federal da Bahia, Universidade Federal da Bahia, 2018.

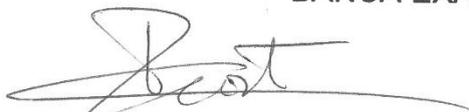
1. Território usado. 2. Lugar. 3. Comunidades  
tradicionais pesqueiras. 4. Conflito/invisibilidade.  
5. Desenvolvimento. I. Prost, Catherine. II. Título.

**TERMO DE APROVAÇÃO**

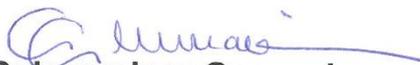
**ILHA DE MARÉ VISTA DE DENTRO: UM OLHAR A PARTIR DA  
COMUNIDADE DE BANANEIRAS/SALVADOR-BA**

**JUSSARA CRISTINA VASCONCELOS REGO**

**BANCA EXAMINADORA**



**Profa. Dra. Catherine Prost (Orientadora)**  
Programa de Pós-Graduação em Geografia (UFBA), Brasil



**Profa. Dra. Guiomar Inez Germani**  
Programa de Pós-Graduação em Geografia (UFBA), Brasil

**Profa. Dra. Cátia Antônia da Silva**  
Programa de Pós-Graduação em Geografia (UERJ), Brasil



**Dra. Maria Lúcia Simões**  
Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), Brasil



**Prof. Dr. Paulo Gilvane Lopes Pena**  
Faculdade de Medicina (UFBA), Brasil

Dedicatória:

*Aos que lutam pela vida com dignidade para todos.*

## Gratidão

Não tenho como expressar e nominar meu agradecimento a todos que contribuíram com a realização deste trabalho, torcendo, apostando ou simplesmente acreditando. Não seria justo esquecer alguém que fez parte desta geo-história construída ao longo de 5 anos onde muita coisa aconteceu, muita gente chegou e partiu, compondo os muitos momentos de alegria e de tristeza que perpassaram esse período. Para muito além dos 5 anos, tem uma história, um caminho que me trouxe até aqui, que carrega inesquecíveis e importantes pessoas que fizeram parte de minha formação como profissional e como pessoa, inclusive pelos obstáculos colocados que me fizeram fortaleza para superação. A todos e todas eu agradeço.

Mas não posso deixar de expressar e registrar a base institucional da Ufba, representada aqui pelo Laboratório Marsol – Instituto de Biologia, junto com as “Jussaretas” – apelido carinhoso dado ao grupo de colegas estudantes que se envolveram com essa proposta de trabalho, compondo uma equipe de levantamento e análise de dados que fundamentaram uma abordagem interdisciplinar mais efetiva; do parceiro de lutas, GeograFAR – Instituto de Geociências; e do Costeiros – também da Geociências, que me acolheu nesta proposta de trabalho, especialmente à Professora Dra. Catherine Prost – minha orientadora “Cathy”.

Ainda institucionalmente, destaco a Fiocruz, onde integro a equipe de pesquisadores, que me permitiu não só dar seguimento profissional ao trabalho aqui apresentado, como me apoiou com liberação de tempo para escrita nesta reta final.

À comunidade de Bananeiras, especialmente a juventude que, com o encaminhamento das lideranças, abraçou a causa e permitiu sua realização. Agradeço e desejo que siga trazendo bons frutos.

À banca, pelo aceite e colaboração, fundamentalmente como importantes integrantes da causa aqui abordada, além das colaborações em algumas discussões.

E no nível pessoal, D. Nadir - minha mãe, incansável batalhadora para ver os filhos com “títulos” que a vida não lhe deu oportunidade de tê-los formalmente, porém, possuidora de sabedoria que a faz PHD da vida real em luta, resistência, solidadriedade e esperança! Obrigada mãe! Importante reconhecer a contribuição de meu pai, por me fazer querer ser “mais” e aprender a superar dificuldades.

A meus irmãos, Cau, Marquinho, Lula e Paulinho... valeu a torcida e exemplo!

A Miguel, companheiro de todo esse período e parceiro de muito tempo, solidário, incentivador, admirador e co-orientador: muito obrigada!

E a Aninha, filha querida, que sentiu falta da mãe durante estes longos anos, mas sempre compreendendo que é um processo necessário: tô de volta, filha!

### Epígrafe

Um das coisas importantes para fortalecer a luta pela comunidade é conhecer a nossa história - Nêga.

Vista por fora é pouco apetecida,  
Porque aos olhos por feia é parecida;  
Porém dentro habitada  
É muito bela, muito desejada,  
É como a concha tosca, e deslustrosa,  
Que dentro cria a pérola fermosa.  
Erguem-se nela outeiros  
Com soberbas de montes altaneiros,  
Que os vales por humildes desprezando,  
As presunções do Mundo estão mostrando [...]  
Manuel Botelho

## RESUMO

Apresento aqui uma visão histórica da geografia do lugar de Ilha de Maré/BA, na perspectiva da comunidade quilombola pesqueira de Bananeiras, localizada no nordeste da Ilha, Região do Recôncavo Baiano, quadrante Nordeste da Baía de Todos os Santos. A história de Ilha de Maré se confunde com a própria história conhecida e não conhecida do Brasil, por se localizar onde a colonização brasileira foi iniciada - um porto seguro de terras férteis para a produção de terra e água. A Ilha é produto e produtora de dinâmicas territoriais conflitivas com seu entorno. O seu povoamento, pós extermínio indígena, remonta aos negros escravizados fugidos dos engenhos, constituindo seu “lugar na Ilha”. Um dos ícones turísticos de Salvador/ Bahia, atualmente um bairro da cidade; outrossim, resiste hoje e a partir da década de 1950, como “zona de sacrifício” em nome do “desenvolvimento” baiano e brasileiro, por sua população ser absolutamente invisibilizada diante dos problemas decorrentes da industrialização do entorno, inaugurado pela implantação da Refinaria Landulpho Alves - RLAM, seguido pelo Terminal Marítimo de Madre de Deus - TEMADRE, Complexo Industrial de Aratu - CIA, Porto de Aratu e Complexo Petroquímico de Camaçari - COPEC. Devido à falta de políticas públicas voltadas à população tradicional quilombola e pesqueira, reconhecida pelo Decreto Federal n.º 6040/2007 da Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT, antes de tudo, população humana e cidadã do Brasil, as populações clamam por olhos que as possam ver e mãos que possam agir para lhes garantirem o direito à vida com saúde e dignidade. Os problemas da localidade vão da infraestrutura básica à insalubridade das águas do mar que dão seu sustento econômico, além do ar e da terra, deixando-os vulneráveis aos efeitos dos poluentes emanados pelas indústrias do entorno. Dentre as diversas produções intelectuais sobre o local, poucas são voltadas a dar voz aos moradores e que lhes subsidiem na busca por direitos e qualidade de vida, no enfrentamento entre desiguais em poder. Estamos diante de formas de apropriação do território usado por diferentes grupos, em uma área em cuja história de ocupação atesta a presença de centenas de engenhos de açúcar sendo hoje conformada por centenas de indústrias químicas e petroquímicas que manipulam produtos reconhecidamente de alta toxicidade humana e ambiental. O caráter conflitivo é gerador e fortalecedor de dinâmicas territoriais locais na luta pela sobrevivência. Diante da disputa territorial entre grupos que tem poderes diferenciados existem formas diferenciadas de enfrentamento pela manutenção do lugar, com estratégias próprias em defesa do território. Uma das formas de visibilizar as comunidades tradicionais, normalmente inexistentes nos mapas oficiais, que vem sendo aplicada com intensidade no Brasil é a metodologia das “cartografias sociais”, um processo de elaboração de mapas pelas mãos das próprias comunidades. Entretanto, com vistas a “dar voz à terra”, possibilitando uma horizontalização das informações locais da e sobre as comunidades, que resulta na elaboração de um terceiro conhecimento, fruto da fusão e não junção dos conhecimentos locais e acadêmicos sobre as comunidades e temas a serem cartografados, o Mapeamento Biorregional foi utilizado nesta pesquisa como base metodológica para compreensão das dinâmicas territoriais da comunidade tradicional de Bananeiras na perspectiva do território usado, pela comunhão e conflitos de territórios em disputa pela população de Ilha de Maré e complexo industrial, no tempo e no espaço, entre hegemônicos e hegemonzados, na visão da comunidade de Bananeiras

**Palavras-chave:** Território usado, lugar, comunidades tradicionais, conflito, desenvolvimento

## ABSTRACT

This thesis presents a historic view of place's geography of Ilha de Maré, in Salvador, a city in state of Bahia, in Brazil, from the perspective of the quilombola fishing community of Bananeiras, located on northeast of the island, in Recôncavo Baiano region, northeast quadrant of Todos os Santos Bay, a region that currently represents the industrial development center of Bahia. The history of Ilha de Maré confuses itself with the known and unknown Brazil's history, for being located where the Brazilian colonization was initiated - a safe port of fertile land for the production of land and water. The island is a product and producer of conflicting territorial dynamics with its surroundings. Its settlement, after Indian extermination, goes back to the enslaved negroes fleeing from the sugar mills, constituting their "place on the island. One of the tourist icons of Salvador / Bahia, currently a neighborhood of the city; it also resists today and from the 1950s onwards, as a "zone of sacrifice" in the name of the "development" of Bahia and Brazil, its population is absolutely invisible in the face of problems arising from the industrialization of the environment, inaugurated by the Landulpho Alves Refinery - RLAM, followed by the Madre de Deus Maritime Terminal - TEMADRE, Aratu Industrial Complex - CIA, Aratu Port and Camaçari Petrochemical Complex - COPEC. Due to the lack of public policies aimed at the traditional quilombola and fishing population, recognized by Federal Decree N° 6040/2007 of the National Policy of Traditional Peoples and Communities - PNPCT, above all, the human and eyes that can see them and hands that can act to guarantee them the right to life with health and dignity. The problems of the locality range from basic infrastructure to the insalubrity of the waters of the sea that give their economic sustenance, besides the air and the earth, leaving them vulnerable to the effects of the pollutants emanated by the industries of the surroundings. Among the various intellectual productions about the place, few are intended to give voice to the residents and to subsidize them in the search for rights and quality of life, in the confrontation between unequal in power. We are faced with forms of appropriation of the territory used by different groups in an area whose history of occupation attests to the presence of hundreds of sugar mills being today made up of hundreds of chemical and petrochemical industries that handle products known to have high human and environmental toxicity. Conflicting character generates and strengthens local territorial dynamics in the struggle for survival. Facing the territorial dispute between groups that have differentiated powers there are different forms of confrontation for the maintenance of the place, with its own strategies in defense of the territory. One of the ways of visualizing traditional communities, which are not usually available in official maps, is being applied intensively in Brazil. It is the methodology of "social cartography", a mapping process carried out by the communities themselves. However, with a view to "giving voice to the earth", making possible the horizontalization of local information from and about communities, which results in the elaboration of a third knowledge, resulting from the fusion and non-union of local and academic knowledge about communities and were mapped, Bioregional Mapping was used in this research as a methodological basis for understanding the territorial dynamics of the traditional community of Bananeiras from the perspective of the territory used, by the communion and conflicts of territories in dispute by the population of Maré Island and industrial complex, in time and in space, between hegemonic and hegemonized, in the vision of the community of Bananeiras.

**Key-words:** Used territory, place, traditional communities, conflict, development

## RESUMEN

Esta tesis presenta una visión histórica de la geografía del lugar de Ilha de Maré, en Salvador, una ciudad en el estado de Bahía, en Brasil, desde la perspectiva de la comunidad pesquera quilombola de Bananeiras, ubicada al noreste de la isla, en la región Recôncavo Baiano, cuadrante noreste de la Bahía de Todos os Santos, una región que actualmente representa el centro de desarrollo industrial de Bahía. La historia de Ilha de Maré se confunde con la conocida y desconocida historia de Brasil, **por ubicarse donde** la colonización brasileña fue iniciada - un puerto seguro de tierras fértiles para la producción de tierra y agua. La isla es producto y productora de dinámicas territoriales conflictivas con su entorno. Su poblamiento, post exterminio indígena, se remonta a los negros esclavizados huidos de los ingenios, constituyendo su "lugar en la isla". Uno de los iconos turísticos de Salvador / Bahía, actualmente un barrio de la ciudad; y, a partir de la década de 1950, como "zona de sacrificio" en nombre del "desarrollo" bahiano y brasileño, por su población ser absolutamente invisibilizada ante los problemas derivados de la industrialización del entorno, inaugurado por la implantación de la Refinería Landulpho Alves - RLAM, seguido por la Terminal Marítima de Madre de Dios - TEMADRE, Complejo Industrial de Aratu - CIA, Puerto de Aratu y Complejo Petroquímico de Camaçari - COPEC. Debido a la falta de políticas públicas dirigidas a la población tradicional quilombola y pesquera, reconocida por el Decreto Federal nº 6040/2007 de la Política Nacional de Pueblos y Comunidades Tradicionales - PNPCT, ante todo, población humana y ciudadana de Brasil, las poblaciones claman por ojos que las puedan ver y manos que puedan actuar para garantizarles el derecho a la vida con salud y dignidad. Los problemas de la localidad van de la infraestructura básica a la insalubridad de las aguas del mar que dan su sustento económico, además del aire y de la tierra, dejándolos vulnerables a los efectos de los contaminantes emanados por las industrias del entorno. Entre las diversas producciones intelectuales sobre el lugar, pocas se vuelven a dar voz a los habitantes y que les subsidien en la búsqueda de derechos y calidad de vida, en el enfrentamiento entre desiguales en poder. Estamos frente a formas de apropiación del territorio usado por diferentes grupos en un área en cuya historia de ocupación atestiguan la presencia de cientos de ingenios de azúcar siendo hoy conformada por cientos de industrias químicas y petroquímicas que manipulan productos reconocidos de alta toxicidad humana y ambiental. El carácter conflictivo es generador y fortalecedor de dinámicas territoriales locales en la lucha por la supervivencia. Ante la disputa territorial entre grupos que tienen poderes diferenciados existen formas diferenciadas de enfrentamiento por el mantenimiento del lugar, con estrategias propias en defensa del territorio. Una de las formas de visibilizar a las comunidades tradicionales, normalmente inexistentes en los mapas oficiales, que viene siendo aplicada con intensidad en Brasil, es la metodología de las cartografías sociales, un proceso de elaboración de mapas por las manos de las propias comunidades. Sin embargo, con miras a "dar voz a la tierra", posibilitando una horizontalización de las informaciones locales de y sobre las comunidades, que resulta en la elaboración de un tercer conocimiento, fruto de la fusión y no unión de los conocimientos locales y académicos sobre las comunidades y temas que se ha cartografiado, el Mapeamento Biorregional fue utilizado en esta investigación como base metodológica para comprender las dinámicas territoriales de la comunidad tradicional de Bananeiras en la perspectiva del territorio usado, por la comunión y conflictos de territorios en disputa por la población de Isla de Maré y complejo industrial, en el tiempo y en el espacio, entre hegemónicos y hegemonzados, en la visión de la comunidad de Bananeiras

**Palabras clave:** Territorio usado, lugar, comunidades tradicionales, conflicto,

## Índice de figuras

Figura 1-1: Localização de Bananeiras e entorno industrial imediato, com destaque para as Zonas portuárias (Temadre e Porto de Aratu).....	31
Figura 2.2-1. Mapa antigo da Babilônia, cerca de 700-500 AC. ....	57
<b>Figura 2.2-2 - Terra Brasilis – 1519</b> .....	57
Figura 2.2-3: Mapa Mundi com a projeção de Mercator .....	58
Figura 2.2-4. Planta Ydrográfica da Bahia de Todos os Santos (sem data) .....	61
Figura 2.2-5. Extensão do Império Britânico em 1886 .....	62
Figura 2.2-6. Evolução da população brasileira entre 2000 e 2007 .....	62
Figura 2.3.1-1: Exemplo de Mapeamento Biorregional canadense. ....	69
Figura 2.3.2-1: Tarjetas com levantamento de temas .....	75
Figura 2.3.2-2: reunião com idosos .....	75
Figura 2.3.2-3: Reunião de mapeamento com a juventude (acima) e atividade de reconhecimento do lugar e registro em campo (abaixo) .....	76
Figura 2.3.3-1: Títulos de Mapas Biorregionais.....	79
Figura 2.3.3-2: Exemplos de posições geográficas (Nortes) e direções assumidas em Mapas Biorregionais.....	80
Figura 2.3.3-3: Exemplo de legenda da cartografia formal .....	83
Figura 2.3.3-4: Exemplos de legendas ressignificadas pelo Mapeamento Biorregional. ....	83
Figura 2.3.3-5: Exemplo de mapa cartográfico formal e seus elementos. ....	84
Figura 2.3.3-6: Mapa Biorregional e seus elementos apresentados de forma ressignificada. ....	85
Figura 2.3.3-7: Recorte do Mapa “17/12/2013: Explosão e Vazamento do Navio Golden Miller/Porto de Aratu: IMPACTOS AMBIENTAIS NO TERRITÓRIO PESQUEIRO DAS COMUNIDADES DE ILHA DE MARÉ. ....	86
Figura 2.3.3-8: Grupo expondo as recém finalizadas bases do território .....	86
Figura 3.1-1: Áreas da APA BTS, definidas pelo Centro de Recursos Ambientais – CRA, para fins de Zoneamento. ....	88
Figura 3.2-1: Cartograma recifes de coral na BTS. Fonte (HATJE; ANDRADE, 2009).....	97
Figura 3.2-2: Corais da BTS .....	98
Figura 3.3-1: Número de municípios recenseados (e instalados) no Brasil, nos anos de Censos Demográficos e Econômicos, 1872-2000 .....	101
Figura 3.3-2: Desmembramento do Recôncavo - Estado da Bahia. Criação dos municípios quanto a sua origem – 1549 a 1989.....	101
Figura 3.3-3: Poligonal do Território Quilombola reivindicado pelas comunidades de Ilha de Maré. Fonte: Rios (2017) .....	102
Figura 0-1: Chegando em Bananeiras.....	103
Figura 0-2: Bananeiras vista do alto. ....	103
Figura 4.1-1. Distribuição dos engenhos na BTS, evidenciando sua configuração territorial em a) 1547 e b) 1801.....	109
Figura 4.1-2. Registros de equipamentos da época colonial que compunham a atividade produtiva histórica no Recôncavo. ....	110
Figura 4.1-3: Distribuição histórica dos engenhos no entorno imediato da porção nordeste da Baía de Todos os Santos. ....	111
Figura 4.1.1-1: Número de engenhos instalados no Recôncavo Baiano no período do ciclo da cana de açúcar.....	114
Figura 4.1.1-2: <i>Antigo Engenho Freguesia</i> .....	117
Figura 4.1.1-3: Museu Wanderley de Pinho – Antigo Engenho Freguesia e ruínas da casa de engenho.....	118

Figura 4.1.1-4: De cima para baixo: Engenho Mataripe; Capela de Santo António de Mataripe; ruínas do Engenho Matoim, na área atual da Dow Brasil – Baía de Aratu. ....	119
<b>Figura 4.1.1-5: Ruínas do Engenho e Usina Aratu (de cima para baixo), atualmente separados pela rodovia BA 522. ....</b>	<b>120</b>
Figura 4.1.1-6: I greja Nossa Senhora das Neves, com detalhes da torre e cruzeiro. ....	125
Figura 4.1.1-7: Igrejas de Bananeiras.....	126
Figura 4.1.1-8: Cruz da Igreja de Bananeiras e Oxé de Xangô. ....	126
Figura 4.2-1: A área de vale e relevo acidentado da Paciência. ....	128
Figura 4.2-2: A Paciência – base pintada pela comunidade de Bananeiras e localização na Ilha. ....	129
Figura 4.2-3: Reunião para reconstrução da história do povoamento de Bananeiras. ....	130
Figura 4.2-4: Fonte de água preservada em Bananeiras. ....	135
Figura 4.2-5: Esgotos a céu aberto no povoado de Bananeiras e casa do lixo (de Bananeiras e Caeira, na ordem de apresentação).....	136
Figura 4.2-6: Cais de atracação das canoas de transporte para a Ilha de Maré. De cima para baixo: São Tomé de Paripe (em Salvador) e Caboto (em Candeias). ....	137
Figura 4.2-7: Rota do transporte escolar de Bananeiras e Ilha de Maré. ....	138
Figura 4.2-8: Distribuição etária da população de Salvador (completa) e correspondente para Ilha de Maré (isoladamente). ....	139
Figura 4.2-9: Apicum, campo de futebol ou de “esqui” em Bananeiras. Fonte: Acervo Marsol (2016). ....	141
Figura 4.2-10: Brincadeiras em Bananeiras (b). ....	142
Figura 4.2-11: Brincadeiras em Bananeiras (a). ....	142
Figura 4.2-12: Mapa Biorregional - Luta, Alegria e Resistência Jovem: Vamos Renovar Bananeiras. ....	145
Figura 4.3.1-1: Mapa Biorregional - Resgate da Cultura de Bananeiras: De onde tudo começou. Versão: Agosto/2018. ....	149
Figura 4.3.1-2: Localização histórica das <i>casas de farinha em Bananeiras</i> ....	150
Figura 4.3.1-3: Antiga casa de farinha em Bananeiras.....	150
Figura 4.3.1-4: <i>Tipiti</i> e pilão em ruínas.....	150
Figura 4.3.1-5: Fases do processo de produção da <i>paçoca</i> .. ....	155
Figura 4.3.1-6: Pamonha e moqueca na folha de banana, produzidos em Bananeiras. ....	156
Figura 4.3.1-7: Processo de produção da vassoura de palha em Bananeiras.....	157
Figura 4.3.1-8: Cesto e samburá .....	158
Figura 4.3.1-9: Foto artesão trabalhando e sua cestaria .....	158
Figura 4.3.1-10: Mapa Biorregional – Resgate da Cultura de Bananeiras: Conhecendo o ANTES / Vivendo o AGORA. Versão agosto/2018.....	159
Figura 4.3.1.1-1: Doce de banana na palha: uma iguaria de Maré reconhecida fora da Ilha.....	163
Figura 4.3.1.1-2: A poesia de Manuel Botelho – A Ilha de Maré, termo desta Cidade da Bahia. ....	164
Figura 4.3.1.2-1: Produção agrícola em Bananeiras. ....	166
Figura 4.3.1.2-2. Quintais produtivos em Bananeiras. ....	167
Figura 4.3.2.2-1. Pesca e ambientes (a). ....	175
Figura 4.3.2.2-2. Pesca e ambientes (b). De cima para baixo: pesqueiro; mariscagem na coroa com refinaria ao fundo; manguezal (marisqueira em azul por entre as raízes escora); preenchimento da canoa com o produto da coleta no manguezal.....	176
Figura 4.3.2.2-3: Artes e artefatos de pesca compondo o cenário cotidiano do lugar. De cima para baixo: Tapasteiro; redes; gaiola de siri. ....	183
Figura 4.3.2.2-4: Mariscos de grande importância para as comunidades de Ilha de Maré. ....	184
Figura 4.3.2.2-5: Cenários do cotidiano local: o siri, a catação, o catado e a moqueca. ....	187

Figura 4.3.2.2-6: Sarlambi, chumbinho ou papa-fumo – marisco de grande relevância para as comunidades de Ilha de Maré. Da lama ao prato: coleta, catação e catado, seguindo a ordem de apresentação. ....	188
Figura 4.3.2.2-7: Sarlambi, chumbinho ou papa-fumo – marisco de grande relevância para as comunidades de Ilha de Maré. Da lama ao prato: coleta, catação e catado, seguindo a ordem de apresentação. ....	188
Figura 4.3.1.1-1: Antigos saveiros do recôncavo com movimentação de carga para os mercados do centro de Salvador. ....	190
Figura 4.3.1.1-2: Tipos de Saveiros do Recôncavo, referidos pela população de Ilha de Maré e apresentados por Agostinho (2011). ....	193
Figura 4.3.1.1-3: O último saveiro de Bananeiras (acima) e o seu modelo equivalente publicado. ....	194
Figura 4.3.1.2-1: Caeira: fornos e Eco Club. ....	197
Figura 4.3.1.2-2: Pilhas de cascalhos - cascas de conchas, para serem utilizadas na construção civil. ....	198
Figura 5.1-1: Manguezal do rio do Viveiro em Bananeiras: uma riqueza escondida. ....	205
Figura 5.1-2: Mapa de influência dos rios de Salvador na contribuição de resíduos sólidos na BTS. ....	205
Figura 5.1-3: Carta SAO - Sensibilidade ao óleo, para a Baía de Todos os Santos. ....	206
Figura 5.1-1: Um dia foi assim... Momento iniciais da exploração do petróleo: imagens históricas da Refinaria Landulpho Alves. ....	209
Figura 5.1-2: Distribuição dos empreendimentos na BTS e entorno imediato. ....	215
Figura 5.2.1-1: Telegrama de Regis Pacheco ao Presidente Getúlio Vargas - comunicação da inauguração da Fábrica de Cimento Aratu – primeira indústria de base movimentada a gás no Brasil (1953). ....	219
Figura 5.2.1-2: Pedaco do recife: verificação do substrato onde ocorria a coleta da matéria prima para as fábricas de cimento. ....	221
Figura 5.2.1-3: Processos de mineração registrados no ambiente da BTS e seu entorno imediato. ....	223
Figura 5.2.1-4: Estruturas abandonadas das antigas fábricas de cimento. A primeira, a Fábrica de Cimento Aratu; a segunda, a Companhia de Cimento Salvador – Cocisa. ....	224
Figura 5.2.2-1: Marinas e clubes localizadas no interior da Baía de Aratu. (a) Aratu late Clube; b) Marina Aratu – antiga Fábrica de Cimento Aratu; (c) Estaleiro Corema. ....	227
Figura 5.2.2-2: Foto histórica da Base Naval de Aratu. ....	228
Figura 5.2.2-3: Estaleiro da Base Naval de Aratu. ....	228
Figura 5.2.2-4: Ambiente Ilha do Topete: (a) visão geral; (b) detalhes da casa principal; (c) helipontos e cais de atracação. ....	231
Figura 5.2.2-5: Ilha do Topete com delimitação das coroas de mariscagem. ....	231
Figura 5.2.2-6: 4º Circuito Summer Day, na Ilha do Topete. ....	231
Figura 5.2.2-7: Terminal de Uso Privado (TUP) da Vale/Gerdau na praia de São Tomé de Paripe (a); acesso à fábrica no Município de Simões Filho (b); e sua área industrial (c). ....	232
Figura 5.4.1-1: Refinaria Landulpho Alves - fonte: bahiaeconomica.com.br. Acessado em 20/10/2018; lama “pôdi” na foz do rio São Paulinho e estruturas sem sinalização. ....	237
Figura 5.4.1-2: Destroços das estruturas dos poços de petróleo e tanque abandonados nas coroas de mariscagem. ....	238
Figura 5.4.2-1: Propaganda do produto CCC. ....	241
Figura 5.4.2-2: Termelétrica Candeias Energia. ....	245

Figura 5.4.2-3: Emissões atmosféricas que se encontram ao sabor dos ventos: flare da RLAM e produção de cerâmica. ....	246
Figura 5.4.2.2-1: Portos na BTS. ....	251
Figura 5.4.2.2-2: Nuvens de poeira provenientes da movimentação de granéis sólidos (magnesita, cromita e manganês, na ordem) no Porto de Aratu - BTS .....	252
Figura 5.4.2.2-3: Terminal Marítimo Miguel de Oliveira – TUP da Ford: pátio; ponte de embarque/desembarque; e navio roll on, transportador de veículos. ....	252
Figura 5.4.4-1: Mapa Biorregional - 17/12/2013 – Explosão e vazamento no Porto de Aratu: Pânico e sofrimento nas comunidades de Ilha de Maré.....	263
Figura 5.4.4-2: Mapa Biorregional - 17/12/2013 – Explosão e vazamento do Navio Golden Miller/ Porto de Aratu: Impactos ambientais no território pesqueiro das comunidades de Ilha de Maré. ....	264
Figura 5.4.4-3: A Prainha da Boca do Rio de Candeias. ....	266
Figura 6.2-1: Comparativo de índices de HPA em Bananeiras, Ilha de Itaparica e Porto de Aratu. ....	290

### Índice de quadros:

Quadro 4.1.1-1: Estruturas arquitetônicas e respectivos proprietários, localizados no entorno imediato de Ilha de Maré .....	121
Quadro 4.2-1. Composição da equipe contratada e remunerada para atuação no Posto de Saúde da Família (PSF) de Praia Grande/Ilha de Maré. ....	134
Quadro 4.3.2.1-1: Denominações dos pescados representantes da fauna aquática da Baía de Todos os Santos, nas formas indígena e europeia. ....	171
Quadro 4.3.2.2-1: Tipos de pesqueiros/descrição/tipo pescado .....	180
Quadro 4.3.2.2-2: Pescados e ambientes impactados pelo acidente com o Golden Miller em 17 de dezembro de 2013.....	181
Quadro 4.3.2.2-3: Artefatos mais comumente utilizados e seus pescados alvo, referidos em Ilha de Maré. ....	182
Quadro 4.3.2.2-4: Pescados de maior importância para as comunidades de Ilha de Maré, técnica utilizada, tipo de pesqueiro e locais de captura.....	185
Quadro 5.1-1: Caracterização dos empreendimentos no entorno imediato do quadrante nordeste da BTS.....	211
Quadro 5.2.1-1: Processo de mineração de calcário conchífero na BTS, Bahia, abertos no Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (DNPM). Legenda: RAP: Requerimento de Autorização de Pesquisa; RL: Requerimento de Lavra; CL: Concessão de Lavra; RGM: Requerimento de Grupamento Mineiro. Municípios: 1: Itaparica; 2: Salvador; 3: São Francisco do Conde. CCPI: Companhia de Cimento Portland Itaú .....	222
Quadro 5.4.2-1: Principais empreendimentos mapeados no entorno imediato à Ilha de Maré, porção nordeste da Baía de Todos os Santos.....	242

### Índice de tabelas:

Tabela 5.4.2.2-1. Movimentação de carga no Porto de Aratu em 2017 .....	250
Tabela 5.4.2.2-2: Extrato da movimentação de concentrado de cobre no Terminal de granéis SólidosSul – TGS Sul do Porto de Aratu, no período de 25/05/2017 a 24/05/2018. ....	255
Tabela 5.4.4-1: Principais acidentes ocorridos na BTS – 1998 a 2018 .....	259

## Sumário

<b>RESUMO.....</b>	<b>8</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>9</b>
<b>RESUMEN.....</b>	<b>10</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>18</b>
<b>1. DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS À REALIDADE DA SOCIEDADE GLOBALIZADA</b>	<b>25</b>
1.1. <i>Território e lugar: território usado .....</i>	<i>40</i>
<b>2. SOBRE MÉTODO E METODOLOGIA: O MAPEAMENTO BIORREGIONAL (MB).....</b>	<b>47</b>
2.1. <i>Mapeamento versus Cartografia .....</i>	<i>53</i>
2.2. <i>Mapa como instrumento de poder.....</i>	<i>56</i>
2.3. <i>Mapeamento Biorregional .....</i>	<i>65</i>
2.3.1. <i>A ética .....</i>	<i>66</i>
2.3.2. <i>A linguagem .....</i>	<i>74</i>
2.3.3. <i>A técnica, estética e imagem.....</i>	<i>77</i>
<b>3. ILHA DE MARÉ OFICIAL: OLHANDO DE FORA PARA DENTRO .....</b>	<b>87</b>
3.1. <i>A Baía de Todos os Santos (BTS) .....</i>	<i>87</i>
3.1.1. <i>Dispositivos legais elaborados e não aplicados: para que servem? .....</i>	<i>89</i>
3.1.1.1. <i>O que define uma legislação/execução de políticas para a gestão pública: um diagnóstico apropriado.....</i>	<i>91</i>
3.2. <i>Recifes de corais e Mata Atlântica .....</i>	<i>95</i>
3.3. <i>Ilha de Maré e inserção político-administrativa .....</i>	<i>99</i>
<b>4. O LUGAR DA VIDA, POR BANANEIRAS .....</b>	<b>103</b>
4.1. <i>A história da formação do lugar (a Ilha) e sua relação com a área continental</i> <i>106</i>	
4.1.1. <i>Dos monumentos históricos às religiosidades.....</i>	<i>113</i>
4.2. <i>E assim nasce Bananeiras... Assim é Bananeiras! .....</i>	<i>127</i>
4.3. <i>A história e a produção .....</i>	<i>147</i>
4.3.1. <i>No trato com a terra: dos Tupis, africanos e europeus .....</i>	<i>148</i>
4.3.1.1. <i>Os frutos da/na terra de Maré na poesia de Manuel Botelho .....</i>	<i>161</i>
4.3.1.2. <i>Declínio da produção agrícola.....</i>	<i>166</i>
4.3.2. <i>Nas águas da Baía .....</i>	<i>169</i>
4.3.2.1. <i>Pelos antigos donos da terra.....</i>	<i>169</i>

4.3.2.2.	<i>A arte de pescar do lugar: saberes, técnicas, ambientes e produtividade</i>	173
4.3.1.	<i>Sinais de mudança dos tempos, técnicas e rumos.....</i>	189
4.3.1.1.	<i>Navegando pelas águas da Baía.....</i>	189
4.3.1.2.	<i>Mesclando produção artesanal e industrial .....</i>	195
4.3.1.2.	<i>A crise das primeiras indústrias de grande porte.....</i>	200
5.	<b>UMA NOVA VIZINHANÇA, NOVOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS .....</b>	<b>202</b>
5.1.	<i>O contexto ambiental da BTS.....</i>	203
5.1.	<i>O contexto geográfico/histórico.....</i>	208
5.2.	<i>Proibições e destruições: a pesca perde a paz.....</i>	217
5.2.1.	<i>Fábricas de cimento.....</i>	218
5.2.2.	<i>Marinas, estaleiros e clubes.....</i>	225
5.4.	<i>Uma sinergia de impactos: a soma multiplica o mal .....</i>	233
5.4.1.	<i>Refinaria Landulpho Alves - RLAM .....</i>	233
5.4.2.	<i>Centro Industrial de Aratu (CIA).....</i>	239
5.4.2.	<i>Complexo Portuário.....</i>	248
5.4.2.1.	<i>Temadre .....</i>	248
5.4.2.2.	<i>Porto de Aratu e TUPs.....</i>	249
5.4.4.	<i>Os acidentes.....</i>	256
6.	<b>CONFLITOS, INVISIBILIDADES E FLEXIBILIZAÇÕES: A QUEM SERVEM AS LEIS E ESTUDOS?.....</b>	<b>267</b>
6.1.	<i>Marco da regularização ambiental e a luta pelo território da vida.....</i>	275
6.2.	<i>Estudos, pesquisas e descobertas.....</i>	285
7.	<b>CONCLUSÕES: TEMPO, VIDA E (RE)AÇÕES NO LUGAR.....</b>	<b>296</b>
8.	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>305</b>
	<b>ANEXO 01: À ILHA DE MARÉ TERMO DESTA CIDADE DA BAHIA - A Silva de Manuel Botelho.....</b>	<b>319</b>
	<b>ANEXO 02: PROBLEMAS À SAÚDE HUMANA ASSOCIADOS A ALGUNS DOS PRODUTOS VEICULADOS NO PORTO DE ARATU E/OU PRODUZIDOS NA ZONA INDUSTRIAL DO ENTORNO DE ILHA DE MARÉ. ....</b>	<b>325</b>

## INTRODUÇÃO

Esta tese é fruto da minha experiência profissional iniciada há mais de duas décadas, quando na graduação em Ciências Biológicas despertei para a compreensão das formas de saber e fazer de populações tradicionais pesqueiras, quilombolas e povos de terreiros. O meu envolvimento foi sendo construído com a execução de ações em defesa dos Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DHESCA), destes grupos sociais, que aqui traduzo como direitos territoriais, estando sempre vinculada a uma Organização Não Governamental (ONG) ou a grupos de pesquisa e/ou extensão da Universidade Federal da Bahia. A mais recente destas experiências, iniciada há nove anos, quando ingressei no Programa de Extensão Universitária do MARSOL - Laboratório de Gestão Territorial e Educação Popularniversitária MarSol, Instituto de Biologia/UFBA, me colocou diante do estado de privação de direitos da população de Ilha de Maré – Salvador/Bahia. O Programa foi solicitado como parceiro acadêmico da população para apoiar sua luta por direito à vida, promovendo compreensões e avaliações conjuntas sobre aquele lugar, aquele território com todos os conflitos existentes.

E assim surgiu a oportunidade de desenvolver este trabalho de pesquisa oriundo de uma proposta de Extensão Universitária. Em um momento de crise financeira, quando as fontes de apoio à pesquisa e extensão entraram em colapso, o MarSol canalizou sua energia para o desenvolvimento de ações integradas que pudessem apoiar a causa. Ao ser coincidente com este meu momento acadêmico, o trabalho de tese assumiu o status de projeto guarda-chuva para um diagnóstico crítico das dinâmicas territoriais que envolvem Ilha de Maré no tempo e no espaço. Dois Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) de graduação em Oceanografia foram conduzidos no âmbito da pesquisa, dando suporte à compreensão do complexo socioambiental local, ao revelarem as questões oceanográficas locais nas pesquisas intituladas “O papel da oceanografia na Gestão Portuária: Caso Porto de Aratu e sua relação com as comunidades de Ilha de Maré” (SOUSA, 2017) e “O papel dos estudos oceanográficos na gestão de conflitos da zona costeira: o caso das comunidades da Ilha de Maré, Baía de Todos os Santos, Bahia” (BISPO, 2018). Toda a pesquisa foi acompanhada por atividades de Extensão com o desenvolvimento da disciplina “Atividade Curricular em

Comunidade e Sociedade (ACCS)”, durante quatro semestres nas comunidades de Bananeiras e Maracanã, realizando o Mapeamento Biorregional com a população.

Partindo do desejo e da crença pessoal de que “a ciência tem que ser cidadã”, a qual sempre trilhou minhas atividades acadêmicas, canalizei o tema de pesquisa para a problemática que aflige o lugar pelos impactos incidentes no território da vida, dando subsídios à luta comunitária pelos seus direitos de produção e reprodução social.

Aqui já insiro as categorias lugar e território que conduzem a minha análise neste trabalho específico, onde demonstro as dinâmicas territoriais de uma comunidade tradicional a partir de uma análise histórica do uso dos territórios ou do território usado por todos os grupos sociais em questão. Grupos que assumem o território com o caráter de abrigo, que oferece as condições de vida e reprodução social das comunidades; e aqueles que utilizam-no com o caráter de recurso apenas, que é normado pelas empresas, vinculados aos usos técnicos e desenvolvimentistas.

Busco, com este trabalho, recuperar o histórico de apropriação do espaço que nos remete à época da colonização brasileira pelos portugueses. Ocupação que já se faz pautada em processos conflituos como os povos africanos submetidos ao sistema de escravidão; massacre indígena e dilapidação dos recursos naturais e de comunidades hoje reconhecidas como tradicionais.

Torna-se assim prioritário reconhecer primeiramente a diversidade empírica de sociedades e, portanto, de concepções específicas, construídas e acumuladas em épocas diversas no território (CASTRO, 1998) que imprimiram intensas alterações no espaço, o que segue até os dias atuais em meio a lutas por território entre hegemônicos e hegemonzados, hoje intensificadas pelas ações da sociedade do lucro.

A análise está fundada na problemática da exclusão socioambiental e econômica que atinge as comunidades tradicionais frente às ações impostas pela sociedade industrial e suas ações globalizantes, tendo como referência a comunidade quilombola e pesqueira de Bananeiras. Parto do princípio de que existe um conflito no território usado de Ilha de Maré entre hegemônicos e hegemonzados, invisibilizado pela sociedade dominante e que coloca em risco a reprodução social do grupo tradicional e a própria vida humana.

A história do início da ocupação do Brasil coincide com a história de formação do Estado da Bahia que por sua vez também se remete à ocupação do Recôncavo Baiano, banhado pelas águas da Baía de Todos os Santos - BTS. E é exatamente no nordeste da BTS onde se encontra Ilha de Maré. Trata-se de uma área costeira de grande riqueza ambiental e localização abrigada, características que representam elementos de disputa entre comunidades e empreendimentos, devido às suas distintas formas de percepção e uso. Área que, no curso da história, experimentou o desenvolvimento de forças produtivas que, de acordo com os ensinamentos de Milton Santos, contemplam o período pré-técnico, pelos povos primitivos e pré-coloniais; período técnico iniciado com introdução de maquinários no período colonial; e período técnico-científico-informacional iniciado na década de 1960 com as atividades petrolíferas e intensificado até os dias atuais com o crescimento do complexo petroquímico e portuário.

Como característica da contemporaneidade na qual a economia é cada vez mais dependente das novas tecnologias de produção e concepção de novos produtos, a reestruturação espacial necessária para comportar as expectativas do capitalismo é contínua. Muitos são os ajustes na compartimentação do espaço geográfico dentro de “uma totalidade compartilhada por todos, em diferentes subespaços (econômico, político, cultural, social etc.) segundo objetivos específicos” (ANDRADE, 2008, p. 15).

Andrade analisa as impactantes transformações espaciais sofridas na Região Metropolitana de Salvador (RMS) com a chegada de uma série de empreendimentos industriais que dinamizaram a economia baiana, imprimindo uma reestruturação produtiva com consequências desagregadoras do território. O marco inicial destas transformações é a instalação da Refinaria Landulpho Alves (RLAM) na localidade de Mataripe e do Terminal Marítimo de Madre de Deus (TEMADRE) para refino, embarque e desembarque de petróleo e derivados na década de 1950. Na década de 1960 ocorreu a implantação do Centro Industrial de Aratu (CIA), na década de 1970 a implantação do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), seguido da Caraíba Metais na década de 1980. A década de 1990 traz à Região Metropolitana de Salvador (RMS) a diversificação de fábricas voltadas à produção de bens de consumo final com maior valor agregado. Diversas indústrias se implantam no município de Camaçari, com destaque para a automobilística. Se sairmos da Região Metropolitana de Salvador, podemos

analisar já na década de 2010, a implantação do pólo naval na baía do Iguape, no Recôncavo Baiano, que foi responsável por grandes conflitos territoriais. Implicam na alteração da poligonal de Unidade de Conservação e na consequente interferência nas ações produtivas e nos territórios quilombolas do local (ZAGATTO, 2013).

Se Andrade (2008) analisa as transformações territoriais de cunho político-administrativas da Região Metropolitana de Salvador, Zagato (2013) já nos apresenta uma contribuição para a análise da problemática dentro dos territórios tradicionais produtivos de comunidades pesqueiras. Os dois exemplos, de forma complementar, permeiam o que faço aqui com esta pesquisa: uma reflexão das transformações sofridas no nível local, tomando por base uma comunidade pesqueira inserida no contexto da RMS, desvelando a maneira pela qual o território é usado pelas comunidades e pelo parque industrial que integra uma rede internacional, com suas alterações e conflitos.

Em conjunto com as comunidades de Praia Grande, Porto dos Cavalos, Martelo e Ponta Grossa da Ilha de Maré, em Salvador, Bananeiras luta, desde o início da década de 1990, pelo reconhecimento de sua identidade étnica e pela demarcação de seu território tradicional quilombola. Essas comunidades foram reconhecidas oficialmente entre dezembro de 2004 e setembro de 2005, pela Fundação Cultural Palmares (FCP) e o processo de identificação e demarcação territorial foi iniciado no ano seguinte junto ao Incra (FIOCRUZ; FASE, 2016). O Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) foi finalmente publicado no Diário Oficial da União em 13 de março de 2017.

Diante das dinâmicas de expropriação territorial que vêm ocorrendo nas comunidades tradicionais, há uma necessidade de sistematização do histórico de formação e transformação dos territórios que vêm paulatinamente sendo perdidos junto com os conhecimentos tradicionais. Estes têm apenas o tempo como testemunho de sua existência e as práticas locais como registro.

No caso da comunidade em análise, existe o agravante da privação dos benefícios da urbanização pela quase total ausência de serviços públicos essenciais à população local como atenção à saúde, transporte e saneamento básico, o que a coloca na condição de marginalizada social. Acrescido a isso, existe o impacto à saúde provocado pela poluição advinda da industrialização do entorno, sem que haja identificação/responsabilização dos causadores,

reconhecimento e registro sistemático das doenças/sintomas, nem medidas protetivas destinadas à população local.

É exatamente o conflito no território de Bananeiras que move a realização deste trabalho, uma comunidade representativa do histórico de luta de todas as demais da ilha. Por um lado, tem-se uma comunidade que vive do exercício cotidiano de suas práticas tradicionais, por outro lado, esta mesma comunidade sobrevive no embate com as consequências das práticas capitalistas instaladas em seu entorno.

Na descrição da situação e dos conflitos que atingem Ilha de Maré, Tomáz e Santos apontam que:

[...] os empreendimentos poluem o meio ambiente e causam mortandade de peixes e dos mariscos e atingem a saúde da população, causando doenças como o câncer. [...] Depois da chegada desses empreendimentos [industriais e dos portos], observou-se uma insegurança muito grande nas comunidades da Ilha de Maré e o aumento da violência. (TOMÁZ; SANTOS, 2016, p. 72)

Vale ressaltar que, apesar de não ser o foco desta análise, a dinâmica de utilização dos recursos do mar, por meio das atividades de pesca e mariscagem que serão aqui descritas, revelam também que se trata de uma classe trabalhadora que desenvolve atividades que exigem esforço em seu cotidiano.

Assim como toda a Ilha de Maré, a comunidade convive com a crescente perda de qualidade socioambiental. A Ilha é caracterizada pela presença de manguezais, recifes de corais e coroas que são explorados historicamente na pesca e mariscagem pelas comunidades que a constituem. Relatos dos seus moradores mais antigos atestam que a sobrevivência ali sempre foi “dura”, referindo-se à força de trabalho empregada na atividade, entretanto, havia fartura e saúde. Após a chegada da Petrobras e do Porto de Aratu, nas décadas de 1960/1970, respectivamente, os problemas socioambientais começaram a ser percebidos pela população local. A poluição química proveniente das indústrias está alterando a qualidade da água, solo e ar, afetando a produção pesqueira em qualidade e quantidade do pescado; a terra deixa de ser arável; as pessoas passam a ser acometidas de maneira agressiva por enfermidades características de ambientes poluídos. Existe também enfermidade psicológica devido à insegurança de sua manutenção em área que se tornou perigosa e insalubre e

com práticas produtivas limitadas pelas ações inerentes ao funcionamento do pólo industrial instalado nas suas cercanias.

Assim como o ar, as águas circundantes são poluídas. Com terra, ar e mar contaminados, a saúde da população também é atingida. A relação de causa/efeito entre poluição e doenças começa a ser percebida pelas comunidades na década de 1990 quando se iniciam as mortes por tipos distintos de câncer afetando crianças e adultos. A vinculação de doenças com poluição não é apenas uma percepção da população, como também já foi indicada, por exemplo, pela pesquisa “Estudos e Pesquisas para Promoção de Hábitos de Vida e de Alimentação Saudáveis para Prevenção da Obesidade e das Doenças Crônicas Não-Transmissíveis em Ilha de Maré – Projeto Crianças Quilombolas (FREITAS et al., 2012). O projeto buscou, dentre outras questões, identificar o grau de contaminação química ambiental provocada por metais pesados: mercúrio, chumbo, cádmio e os agravos da saúde das crianças por estas substâncias. O “Relatório Final do Monitoramento da biodisponibilidade dos poluentes no meio aquático do entorno da Ilha de Maré” (CETREL, 2012) também relata os altos índices de poluentes naquele ambiente, dentre outros estudos que mostram o nível de insalubridade local.

Com um cotidiano marcado pela permanente liberação de gases tóxicos e metais pesados provenientes dos processos industriais, somados aos reiterados acidentes com derramamentos de óleo e demais descargas tóxicas no ambiente, tanto os processos produtivos das comunidades estão sendo comprometidos como as pessoas estão sendo acometidas por doenças antes não conhecidas, cada vez mais imobilizadoras e até letais, segundo denúncias locais. A comunidade vem sofrendo profundas alterações das suas dinâmicas territoriais, re-significando seu espaço, seu território e seu modo de vida em função de externalidades advindas do modelo de produção capitalista.

Por este motivo, esta análise da dinâmica da formação territorial de Bananeiras vem desvendar suas múltiplas dimensões atuais a partir do processo histórico que lhe(nos) deu origem, com atenção aos vestígios concretos deixados por ele, assim como às formas não materiais expressas em suas relações sociais, econômicas e identitárias, para que possamos ter uma melhor compreensão quanto às questões territoriais que emergem na atualidade (ABREU, 1997).

A opção da escala local permite a compreensão do sistema de objetos e sistema de ações que formam o espaço, com seus processos materiais e culturais que não podem ser considerados isoladamente, mas como uma unidade no espaço onde a história acontece (SANTOS, M.,1994). Onde é possível a compreensão das determinações e condicionantes dos fenômenos sociais do território, revelando a natureza dos processos socioespaciais existentes.

Para além do registro da memória do lugar, pretendo contribuir com a compreensão das múltiplas faces e conflitos existentes no território usado no quadrante NE da BTS, que possam fundamentar futuras ações de gestão territorial de um espaço costeiro de grande importância na formação histórica do estado e do país bem como para o momento atual do desenvolvimento econômico, a partir do conhecimento dos usos e necessidades múltiplas dos serviços ecossistêmicos. No entanto, o objetivo não se reduz à listagem dos conflitos, riscos e impactos ambientais que afetam as comunidades, mas sim, de forma solidária a elas, fazê-las reconhecidas “como portadoras de direitos, tornando públicas vozes, frequentemente discriminadas e invisibilizadas pelas instituições e pela mídia, que clamam por justiça”(PACHECO; PORTO; ROCHA, 2013, p. 35) .

## 1. DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS À REALIDADE DA SOCIEDADE GLOBALIZADA

Se determinado grupo de pessoas compartilha mundos comuns, tornados lugares, esses são demarcados para outros grupos, que compartilham outros mundos, como territórios. Os territórios se apresentam como a afirmação da identidade, do comum-pertencer de determinado grupo, ou mesmo de um indivíduo, a partir dos lugares. (HOLZER, 2013, p. 25).

O cenário ambiental mundial, com escassez de água, diminuição da camada de ozônio, mudança do clima global, redução de biodiversidade e perda de habitats e de recursos naturais com a conseqüente redução da qualidade de vida da humanidade, tem sido motivo de preocupação de diversos segmentos da sociedade. Apesar desta desordem poder ter origens na própria natureza, é grande a parcela de responsabilidade da sociedade, dado que “a racionalidade econômica banuiu a natureza da esfera da produção, gerando processos de destruição ecológica e degradação ambiental” (LEFF, 2015, p. 15)

Dentro do contexto de demanda mundial em defesa da natureza, os Povos e Comunidades Tradicionais passaram a ser consideradas importantes, justamente por serem compreendidos como agentes de proteção do meio onde vivem e do qual dependem. Durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro em 1992, conhecida como ECO-92 ganharam novo status, quando se reconheceu a necessidade de sua proteção e dos conhecimentos a elas atrelados (PEREIRA; DIEGUES, 2010). Como forma de intervenção no contexto da crise ecológica tornou-se importante compreender as práticas e de diferentes grupos, “pois eles conseguiram, ao longo do tempo, elaborar um profundo conhecimento sobre os ecossistemas, conhecimento que lhes garantiu até hoje a reprodução de seu sistema social e cultural” (CASTRO, 1998, p. 4).

A categoria “Povos e Comunidades Tradicionais” representa uma designação de grupos muito diversos, mas que têm em comum o fato de se reproduzir socialmente com base nas relações de uso dos recursos naturais de forma compartilhada buscando sustentar suas práticas produtivas que os identificam como grupo; assim como a forma de transmissão de conhecimentos,

que é realizada por vias das tradições, especialmente orais, o que representa modos culturais característicos. Tais práticas se configuram como base estrutural nos territórios compreendidos como social e historicamente construídos, caracterizados pela “autonomia; autoctonia; memória de lutas passadas e histórias atuais de resistência e a experiência partilhada de viver em territórios cercados e ameaçados pelas atuais formas de uso, ocupação e organização das sociedades atuais” (BRANDÃO; BORGES, 2014, p. 1) que, por sua vez, estimulou o desenvolvimento de novos estudos nessa linha de compreensão:

Nas últimas décadas desenvolveram-se bem mais pesquisas sobre os chamados “povos tradicionais”, numa perspectiva interdisciplinar, construindo assim interfaces entre as ciências sociais e as ciências da natureza. Mas recentemente, a partir dos anos 80, têm sido valorizados os saberes sobre a natureza de grupos indígenas e comunidades tradicionais, mas com uma orientação bem nítida, proveniente do debate sobre preservação de ecossistemas e biodiversidade. Reconhecem-se esses saberes e as formas de manejo a eles pertinentes como fundamentais na preservação da biodiversidade (CASTRO, 1998, p. 4).

São exemplos empíricos de populações tradicionais, as comunidades caiçaras, quilombolas, ribeirinhas, os sitiantes e roceiros, os afro-religiosos, os indígenas, as quebradeiras de coco babaçu, os seringueiros, os castanheiros e os povos dos faxinais, dos gerais e dos fundos de pasto, os pescadores artesanais dentre outros (ALMEIDA, 2007, 2008; DIEGUES et al., 1999). Elas têm seu reconhecimento institucional garantido pelo Decreto Federal n.º 6.040/2007 da Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), publicado no Diário Oficial da União de 08/02/2007. A regulamentação é derivada da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais aprovada em Genebra em 27/06/1989 e promulgada pelo Brasil por meio do Decreto n.5.051 (19/04/2014). Incorpora a compreensão dinâmica da tradição, a possibilidade da autodefinição e a imbricação entre território e identidade. Questões que ampliam o leque de possibilidades de autodefinição dos novos grupos como povos e comunidades tradicionais, reconhecem assim, ao menos formalmente, uma grande sociodiversidade brasileira (MONTENEGRO, 2012), historicamente invisibilizada, que passa a ser evidenciada nas últimas décadas.

O objetivo da PNPCT é promover o reconhecimento, fortalecimento e garantia dos direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais das comunidades, a partir de quatro eixos estratégicos, a saber: acesso aos territórios tradicionais e aos recursos naturais, infraestrutura, inclusão social e fomento à produção sustentável (ALMEIDA, 2008).

Dentre as características evidenciadas para a boa compreensão das questões inseridas no cenário que envolve as comunidades tradicionais e seus conhecimentos tem a existência de uma ampla ligação com o território habitado, com destaque para a utilização dos recursos naturais, uma vez que a sua fixação sempre esteve acoplada aos ecossistemas locais através do desenvolvimento de suas atividades de caráter econômico pré-capitalista (PEREIRA; DIEGUES, 2010).

Por outro lado a sociedade industrial vem promovendo profundas alterações ambientais que envolvem a contínua redução da diversidade biológica e social, escasseamento ou até esgotamento dos recursos naturais (AGRAWAL; REDFORD, 2006; BECKER, 2005; BEZERRA et al., 2014; ELIAS; SOARES, 2004; LEFF, 2006; PERRINGS, 1994; VEIGA; EHLERS, 2010); promovendo, conseqüentemente, o desgaste de identidades étnicas dos povos, além da distribuição desigual das conseqüências ecológicas resultantes dos processos de degradação do ambiente e da qualidade de vida (CASTRO, 1998; THEIS, 2006).

A história do homem sobre a Terra é a história de uma rotura progressiva entre o homem e o entorno. Esse processo se acelera quando, praticamente ao mesmo tempo, o homem se descobre como indivíduo e inicia a mecanização do Planeta, armando-se de novos instrumentos para tentar dominá-lo. A natureza artificializada marca uma grande mudança na história humana da natureza. Hoje, com a tecnociência, alcançamos o estágio supremo dessa evolução. [...] Daí vêm os graves problemas de relacionamento entre a atual civilização material e a natureza. Assim, o problema do espaço ganha, nos dias de hoje, uma dimensão que ele não havia obtido jamais antes. Em todos os tempos, a problemática da base territorial da vida humana sempre preocupou a sociedade. Mas nesta fase atual da história tais preocupações redobram, porque os problemas também se acumularam (SANTOS, M. 1994, p.5).

Como as duas realidades são coexistentes, observa-se um tensionamento entre as comunidades tradicionais e o modo de produção capitalista inerente à sociedade moderna, pelo fato de que as primeiras tem o ambiente como abrigo, caracterizado pelas horizontalidades oriundas de laços de solidariedade humana

e comunhão com o lugar; e a última como recurso, que têm caráter compartimentalizador, naturalmente produtoras da desordem dos lugares onde se instalam, regido pelas normas capitalistas provenientes do poder do Estado e dos empreendimentos, representantes das verticalidades. Entretanto, em ambos os casos, o ambiente se apresenta como território, que nas palavras de Silveira (2011)

constitui, através dos lugares, aquele quadro da vida social onde tudo é interdependente, levando também à fusão entre o local, o global invasor e o nacional que, na era da globalização, fica às vezes sem defesa. Essa interdependência está, sempre, a se renovar, atribuindo um caráter tenso à existência (SILVEIRA, 2011, p. 5).

O exemplo do território de comunidades tradicionais pesqueiras é ilustrativo da condição de território como abrigo, pois se alicerça na garantia de vida e sobrevivência de suas populações em contraposição aos usos do território como recurso, característico das atividades da sociedade moderna, como seguirei analisando. A atividade da pesca representa uma das mais antigas formas produtivas da humanidade e se constitui em uma importante fonte de geração de trabalho, renda e alimento de comunidades tradicionais instaladas em regiões costeiras e ribeirinhas que se reproduzem socialmente com base nesta atividade (ALMEIDA, 2008; CASTRO, 1998; DIEGUES, 1999). A pesca tradicional se sustenta nas riquezas e serviços ecossistêmicos oferecidos pelos territórios onde se desenvolve, “sendo os pescadores, por suas práticas, os principais responsáveis pela conservação desses bens há algumas gerações, e por isso, com total capacidade de continuar garantindo a sustentabilidade das sociedades pesqueiras para as futuras gerações” (ACCIOLY et al., 2017, p. 849–851).

Contudo, a exemplo de outros países do mundo, tem sido observado no Brasil um declínio dos estoques naturais e das capturas, acarretando queda nos níveis sociais com graves consequências tais como: perda de renda, êxodo rural, fragilização cultural e uso de práticas de pesca predatórias. As principais causas identificadas nas perdas estão associadas à expansão das atividades industriais, imobiliárias e turismo predatório, dentre outras. São fatos que incitam constantes ameaças, transformando os territórios tradicionais em ambientes de conflito com o capital resultando que sejam afetadas pela perda de território de água e terra,

imprescindíveis ao desenvolvimento de suas atividades e sua reprodução social (CASTRO, 1998; KUHN, 2009; KUHN; GERMANI, 2010).

A perda de territórios e o declínio de atividades produtivas também são observados(as) nas comunidades quilombolas, reconhecidas e auto reconhecidas pela sua forma de ocupação tradicional da terra e por possuírem uma trajetória histórica étnico-racial própria. Compreendendo na presente pesquisa que a expressão “quilombos no Brasil” corresponde a uma transição de uma noção histórica a uma transição contemporânea. O quilombo histórico pode ser visto de duas óticas principais, faces opostas de uma mesma moeda. A princípio, os quilombolas constituíram-se como grupos sociais organizados em núcleos de resistência de negros e negras fugidos(as) do cativeiro e tendo como fundo político a negação do sistema escravista até 1888, o ano da abolição. A noção contemporânea de quilombo, entretanto, pode ser observada nas entrelinhas do texto “técnico-jurídico” do Decreto 4.887 de 20/11/2003 que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Em seu Artigo 2º a torna bem mais abrangente:

Consideram-se remanescentes das comunidades de quilombos, para fins deste decreto, os grupos étnicos raciais com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. (BRASIL, DECRETO 4.887/2003).

E, em seu Artigo terceiro define como sendo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a responsabilidade de

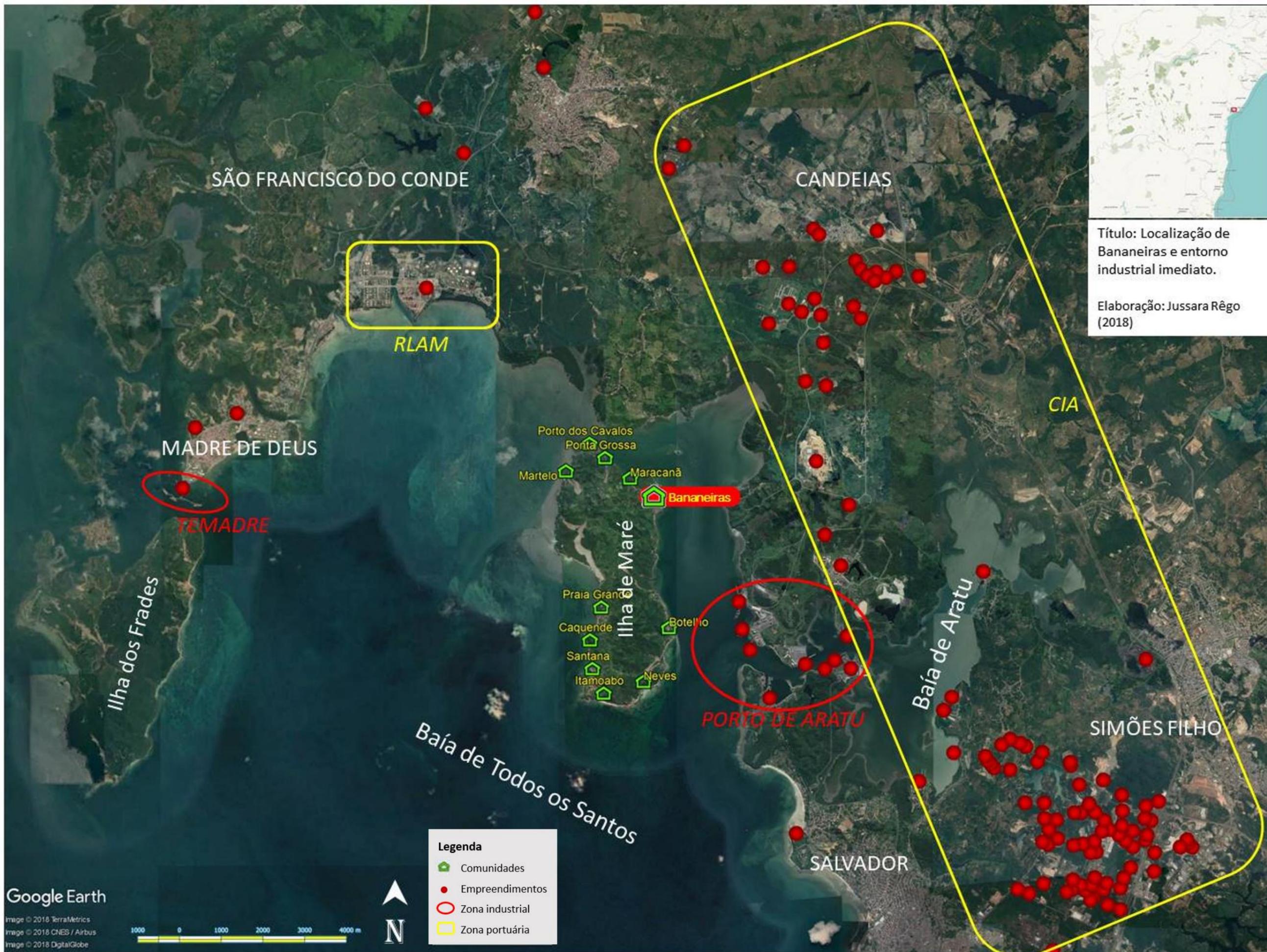
[...] regulamentar os procedimentos administrativos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos (BRASIL, DECRETO 4.887/2003).

Bananeiras em Ilha de Maré, distrito de Salvador-Bahia, é uma comunidade quilombola certificada pela Fundação Cultural Palmares (FCP) – órgão ligado ao Ministério da Cultura (MinC) –, responsável pelo reconhecimento das comunidades quilombolas no Brasil. Porém, se encontra na luta pela demarcação de seu território tradicional junto ao INCRA. Com sua identidade quilombola, Bananeiras tem como base produtiva atual a atividade pesqueira, guardando em

sua história a perda do conjunto de práticas produtivas de terra e água com dinâmica territorial marcada por intensos conflitos com o capital.

Maré é uma das 54 ilhas localizadas na Baía de Todos os Santos (BTS), integrante do Distrito Ilhas, do município de Salvador/Bahia. Atualmente reconhecida como bairro, de acordo com a Lei 9.738 de 20/09/2017 que reformula a divisão territorial municipal vigente até então. Conforme o mapa de localização a seguir apresentado (Fig. 1-1), percebe-se a sua proximidade dos limites entre Salvador com Simões Filho, Candeias, Madre de Deus, Santo Amaro, Cachoeira e Vera Cruz. Possui 11.248.244m<sup>2</sup> (1.124,82ha) de terras distribuídas em um perímetro de 17.368.20 metros. Posicionada na porção nordeste da Ilha de Maré, ao norte da BTS, a localidade de Bananeiras encontra-se sob a influência direta das ações provenientes de atividades de alto impacto ambiental: 1. Terminal Marítimo Almirante Alves Câmara (Temadre) em Madre de Deus: construído em 1956 para aportar petroleiros a 4km da Refinaria Landulpho Alves; 2. Refinaria Landulpho Alves (RLAM), em Mataripe, município de São Francisco do Conde: entrou em funcionamento proveniente da descoberta de poços de petróleo no Recôncavo Baiano. Incorporada ao patrimônio da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) em 1953 quando recebeu a denominação em vigência; 3. Centro Industrial de Aratu (CIA) instalado em 1966/67 ocupando áreas dos municípios de Simões Filho e Candeias composto por indústrias variadas em seus limites; 4. Complexo Portuário de Aratu, no município de Simões Filho, responsável por 60% das operações da Companhia das Docas do Estado da Bahia (Codeba).

Figura 1.1- Localização de Bananeiras e entorno industrial imediato, com destaque para as Zonas industriais (RLAM e CIA) e Zonas portuária (Temadre e Porto de Aratu).



Apenas o Porto de Aratu movimentou no ano de 2017, 660 navios, correspondendo a uma média de 55 navios por mês, com pouco mais de 7.100 milhões de toneladas de produtos petroquímicos, minérios, concentrado de cobre e fertilizantes<sup>1</sup> o que representou um novo recorde anual de movimentação de carga. Com sua estrutura obsoleta que permite a fuga de produtos para o ambiente durante suas operações de embarque e desembarque, é responsável pelo aporte de altos níveis de poluição ambiental, diariamente, bem como com os frequentes acidentes ocorridos durante as referidas operações. Isto vem acarretando inúmeros problemas territoriais à comunidade do entorno imediato, inclusive de ordem social e econômica, ao interferir negativamente em suas práticas produtivas, economia e saúde, dentre outros, mantendo-a em permanente dinâmica territorial conflituosa, num processo permanente de busca por reterritorialização, entre hegemônicos e hegemônios.

Apesar de amplo conhecimento quanto às perdas territoriais de comunidades em função do crescimento industrial nos seus entornos, não temos como mensurar a resiliência social atrelada ao problema ante a diversidade social que caracteriza estes territórios e, conseqüentemente, as dinâmicas próprias de cada localidade. Elas podem ser bem compreendidas, explicadas e avaliadas a partir de processos de análise realizados de dentro para fora dos territórios, pois, “comunidades tradicionais raramente ultrapassam em suas relações a escala do lugar, porém o mesmo não se dá com as sociedades modernas cujas relações são multiescalares e a própria escala do lugar constitui-se de contextos mais alargados” (OLIVA, 2008, p. 1).

Oliva (op. cit.) discute uma realidade observada nas comunidades tradicionais, quando buscamos compreender seus *modus vivendi*. Independente de qual seja a classificação formal atribuída aos povos tradicionais, sejam eles quilombolas, pescadores, de terreiro dentre outros, vemos que cada um possui a sua característica particular que o torna ímpar. Trazemos aqui a necessidade da observação, conhecimento e registro destas formas tradicionais de vida, que garantem a diversidade biológica sobre a terra, e dão pistas de como fazê-lo de forma sustentável. Esta garantia está pautada na relação de dependência e necessidade de uso do recurso que estes grupos mantêm com a natureza, fazendo-

---

<sup>1</sup> <http://www.codeba.com.br>

os aliados de sua manutenção a partir de manejos adequados, sem, entretanto, assumirmos a postura romântica do mito do ecologicamente bom selvagem (DIEGUES et al., 1999). Como afirma Leff,

A sustentabilidade está enraizada em bases ecológicas, em identidades culturais e em territórios de vida; desdobra-se no espaço social, onde os atores sociais exercem o seu poder de controle da degradação ambiental e mobilizam potenciais ambientais em projetos autogerenciados para satisfazer as necessidades e aspirações que a globalização econômica não pode cumprir. O território é o lócus dos desejos, demandas e reclamos da população para reconstruir seus mundos de vida e reconfigurar suas identidades através de suas formas culturais de valorização dos recursos ambientais de novas estratégias de reapropriação da natureza (LEFF, 2006, p. 157).

Ressalta-se que a diversidade biológica não é apenas um mero produto da natureza. Quase sempre é o resultado das ações das sociedades humanas: uma construção cultural e social. Para as comunidades tradicionais “as espécies vegetais e animais são objetos de conhecimento, de domesticação e uso, fonte de inspiração para mitos e rituais” (DIEGUES et al., 1999, p. 3). Para Marques (2001) há um sentimento e relação que envolve conhecimento, respeito e responsabilidade para com a natureza, que orienta ações práticas voltadas à preservação ambiental do lugar onde vivem as populações tradicionais, portanto, o manejo e a gestão de áreas naturais podem ter profundas ligações com a visão de mundo e com as práticas das chamadas comunidades tradicionais. E, para Arruda e Diegues,

[...] a necessidade do uso racional dos recursos naturais configura-se também como um requisito para a perpetuação das populações tradicionais nos ambientes nos quais estão inseridas, ao mesmo tempo em que a diversidade biológica das áreas nas quais estas populações estão presentes depende da continuidade do manejo tradicional dos recursos. (DIEGUES et al., 1999, p. 47).

Castro (1998) considera prioritário reconhecer a diversidade empírica das sociedades construídas e acumuladas em distintos territórios e em diversas épocas. Segundo a autora, estudos realizados sobre ameríndios nas últimas décadas têm mostrado

[...] a diversidade e a extensão dos saberes e das técnicas por eles desenvolvidas para apropriar-se de recursos do meio ambiente e adaptá-los a suas necessidades. Esses conhecimentos produzidos enquanto saberes práticos, alimentam, em processo contínuo, suas necessidades cotidianas e podem ser conferidos pelas formas como são classificados diversos campos da natureza. (CASTRO, 1998, p. 6).

Tal conhecimento não pode ser extrapolado de um povo a outro, pois a própria diversidade e oferta de recursos naturais locais que compõem os cenários onde eles se desenvolvem são propiciadoras das suas particularidades e dinâmicas territoriais, a partir de múltiplas formas de relacionamento com os recursos, variedade que assegura a reprodução do grupo (CASTRO, op. cit, p. 6).

A compreensão das dinâmicas do lugar pela reconstrução do passado a partir da visão e memória da própria comunidade, assim como a partir da cartografia da ação social, pode explicitar “de forma mais profunda a relação entre sociedade e espaço, ao problematizar as formas de representação da sociedade” (SILVA, 2012, p. 233), assim como compreender os mecanismos de enfrentamento e/ou adaptação dos grupos sociais às novas condições do lugar. São evidentes as distintas condições de embates provocados pelas consequências das ações da sociedade industrial, pelas diversas camadas da sociedade. Os desastres ambientais são recorrentes particularmente nas áreas habitadas por populações que se encontram em condição de vulnerabilidade frente aos perigos, tornando-se avassaladores para seus habitantes.

Tais alterações, que têm suas bases no desenvolvimento técnico-industrial, desencadeiam mudanças globais em sistemas socioambientais complexos, com perdas irreparáveis para o planeta. Entretanto, não podem ser analisadas sob a ótica apenas de uma crise ecológica isolada e sim como uma crise institucional da sociedade industrial.

A metamorfose dos efeitos colaterais despercebidos da produção industrial na perspectiva das crises ecológicas globais não parece mais um problema do mundo que nos cerca - um chamado "problema ambiental" - mas sim uma crise institucional profunda da própria sociedade industrial. (BECK, 1997, p. 19)

Para o autor, a sociedade industrial está desmoronando em seu próprio sucesso, gerando assim sua (auto)destruição. Desestrutura-se, face à vitória da modernização ocidental, na qual a simbiose entre capitalismo e democracia consome as bases físicas, sociais e culturais do sistema social e político do Ocidente:

[...] a sociedade moderna está acabando com suas formações de classe, camadas sociais, ocupação, papéis dos sexos, família nuclear, agricultura, setores empresariais e, é claro, também com os pré-requisitos e as formas contínuas do progresso técnico-econômico. Este novo estágio, em que o progresso pode se

transformar em autodestruição, em que um tipo de modernização destrói outro e o modifica, é o que eu chamo de etapa da modernização reflexiva. (BECK, 1997, p. 12)

Observa-se que o mundo social e natural, analisado como uma unidade, está completamente dominado pelo conhecimento humano reflexivo, originando a ideia de crise ecológica atrelada ao sentimento de imprevisibilidade e de risco. A partir do conceito da modernização reflexiva, estudiosos caracterizam a sociedade contemporânea como apresentação de um sentimento de fim de uma época e de início de outra de forma ambígua. Para Beck (1997), a modernidade reflexiva envolve um processo contínuo de individualização; Lash (1997), identifica a existência de uma reflexividade estética; e Giddens (1997), trabalha na perspectiva da destradicionalização. Assim, analisam as transformações do mundo atual, o processo de crise e suas consequências advindas, considerando ainda que várias modernidades se tornem possíveis, incluindo as decorrentes da sociedade industrial.

A teoria da modernização reflexiva, considera que existe um movimento de politização das camadas informais da sociedade, as quais passam a ter mais poder sobre as tomadas de decisão no concernente à vida cotidiana e ficam, portanto, menos dependentes das esferas ortodoxas. Entretanto, a realidade brasileira encontra-se bem distante de autonomia, ou seja, direitos não reconhecidos, grandes diferenças de classe, concentração da grande mídia e situações de pobreza extrema castradoras. A socialização da informação não é uma realidade plena dentro das camadas populares, mantendo-as na situação de dependência das mencionadas esferas ortodoxas.

O outro conceito é o de risco, definido pelo autor como ameaça e incerteza que pertence às condições gerais de existência humana. Na presente análise, associo que o risco está relacionado especificamente com o processo de modernização, inclusive com os perigos oriundos da civilização. O caso extremo da cidade de Cubatão, no Brasil considerada nos idos de 1980 como “Vale da Morte”, devido às consequências dos processos industriais irresponsavelmente instalados no seu entorno, em nome do desenvolvimento, resultaram para a cidade a pecha de mais poluída do mundo, internacionalmente reconhecida até que a instalação de medidas de recuperação fosse tomada. Em contrapartida, o “Plano de Ação para

a Recuperação Ambiental de Cubatão” (COUTO, 2003) abalou a estabilidade econômica, juntamente com a crise dos anos de 1980:

[...] a crise dos anos 80 e as medidas destinadas a controlar a poluição afetaram tremendamente a produção do Pólo de Cubatão [...]. Com multas severas e ameaças de interdição de fábricas inteiras (por causa dos níveis de poluição), várias unidades industriais tiveram que ser paralisadas para instalação de equipamentos ou obrigadas a diminuir a produção. Projetos de expansão não foram aprovados pela Cetesb. Como resultado disso, ocorreu uma grande queda na produção do Pólo de Cubatão no de 1985: 28,2% em relação a 1984. A explicação foi uma só: a diminuição de quase 2/3 da produção da Refinaria Presidente Bernardes, tanto em 1985 como 1986, para modernização e instalação de equipamentos anti-poluição (COUTO, 2003, p. 209)

O autor chama a atenção para as alterações do modo de produção de Cubatão. Ainda no início de sua industrialização, apenas com a mudança da sua estrutura urbana, tinha reduzido a agricultura, principal prática produtiva do município, a uma pequena parte da vida cotidiana. A situação se tornou inviável nas décadas seguintes:

[...] sua produção de banana, que era de 894.926 cachos (1.071 hectares plantados), em 1949, passou para apenas 297.325 cachos (501 hectares), em 1959. A produção por hectare também caiu de 835 cachos para 593. Essa perda de produtividade na bananicultura era atribuída pelos agricultores cubatenses à poluição industrial. Essa mudança de cidade agrícola para cidade industrial, em apenas uma década, evidencia que quando o capital é aplicado com determinado objetivo, nada o segura, transformando drasticamente qualquer região, bem como o modo de vida de seus habitantes, em pouco espaço de tempo.(COUTO, 2003, p. 107).

Neste mesmo contexto, Giddens (1997) analisa a globalização e o abandono da tradição dentro da vida em uma sociedade pós-tradicional, contextualiza a dinâmica espaço-temporal e afirma que a tradição controla o espaço a partir do controle do tempo:

Tradição diz respeito à organização de tempo e, portanto, também de espaço: é o que ocorre também com a globalização, exceto pelo fato de que uma corre em sentido contrário à outra. Enquanto a tradição controla o espaço mediante seu controle de tempo, com a globalização o que acontece é outra coisa. A globalização é, essencialmente, a "ação à distância"; a ausência predomina sobre a presença, não na sedimentação do tempo, mas graças à reestruturação do espaço. (GIDDENS, 1997, p. 118).

Busco realizar a conexão entre a problemática inerente às sociedades industriais e os povos e comunidades tradicionais, que veem seus territórios serem paulatinamente destruídos e, conseqüentemente, sua cultura fragilizada frente às agressões advindas da cultura desenvolvimentista. [...] “agravando desigualdades, criando formas de dependência e de escassez, as formas atuais de globalização também se manifestam como um processo perverso” (SANTOS, M.1999, p. 7). Podem também ser absorvidas e integradas à produção industrial, que Lefebvre (1978) prefere chamar de sociedade contemporânea:

*En efecto, el crecimiento económico y la industrialización extienden sus efectos al conjunto de los territorios nacionales y regionales; hacen desaparecer las agrupaciones tradicionales propias de la vida campesina, los pueblos, absorbiéndolos y reabsorbiéndolos en unidades más vastas, integradas a la producción industrial. (LEFEBVRE, 1978, p. 227)*

Acrescento que Lefebvre (1978), ao discutir sobre a investigação interdisciplinar em sociologia urbana e urbanismo, afirma admitir o direito de utilizar a denominação “sociedade contemporânea” a outras que têm sido propostas, como sociedade industrial, sociedade técnica, sociedade de consumo, sociedade do ócio e outros. E, que os efeitos do crescimento econômico e a industrialização são extensivos ao conjunto dos territórios nacionais e regionais e fazem desaparecer os grupamentos tradicionais, que são absorvidos em grandes unidades integradas à produção industrial, o que ele define como “urbanização cem por cento”.

Muitos são os modelos de comunidades que perdem suas características tradicionais para o modelo econômico hegemônico. É fácil observar na Bahia por exemplo, vilas de pescadores tradicionais, como Velha Boipeba e Morro de São Paulo, ambas no município de Cairu, que foram completamente transformadas em cidades turísticas com oferta de restaurantes, pousadas e hotéis de porte internacional, com a quase extinção da prática pesqueira como modo de produção local. O pescado para abastecimento dos turistas chega a ser adquirido em supermercados ou encomendados em outras comunidades. Os chefes de família saem da condição de pescadores tradicionais para zeladores de pousadas, assim como suas esposas deixam de ser marisqueiras para assumirem postos de camareiras e seus filhos, carregadores de malas de turistas. Conforme depoimento de integrantes da comunidade, nos períodos de alta temporada para o turismo, os jovens realizam tarefas a troco de gorjetas e seus pais a pagamentos irrisórios pela

prestação de serviços passando a ser a alternativa de sobrevivência, pois suas práticas tradicionais estão esquecidas e as famílias vivendo da escassez promovida pela urbanização.

A outra consideração que alerta Lefebvre (1978) refere-se ao fato de que a grande extensão do tecido urbano e da concentração urbana têm feito explodir as cidades. Se por um lado perde-se a diversidade de populações humanas com suas características distintas e seus saberes e fazeres, por outro, a cidade entra em colapso. Tal realidade pode ser debitada na conta da globalização, que Harvey (2009), em “Espaços de Esperança” analisa à luz da teoria do “desenvolvimento geográfico desigual” como um processo. Também defende que assim deve ser denominada a própria globalização. Teoria que revela as espacializações do capital nas escalas global, nacional, regional e local, assim como nos permite compreender as diversas lutas de classes nas escalas respectivas. É importante observar que o que faz sentido em uma escala não se manifesta automaticamente em outra, como também não se pode entender o que ocorre em uma escala sem a compreensão das relações de acomodamento em sua hierarquia.

Segundo Harvey (2009),

Os desenvolvimentos geográficos desiguais [...] levantam claramente barreiras à “adequada unificação” de múltiplos interesses particulares em alguma estrutura que exprima o interesse geral. Há por exemplo muitos conflitos em lugares nos quais as preocupações locais em torno do acesso a recursos, à criação de melhores condições de vida e da obtenção de melhores condições de vida e da obtenção de formas elementares de segurança econômica se sobrepõem a todos os esforços de cultivar o respeito a questões globais importantes como o são, por exemplo, os direitos humanos, a emissão de gases do efeito estufa, a preservação da biodiversidade [...]. (HARVEY, 2009, p. 114).

Ratifico a importância não somente da análise dos processos e lutas políticas dentro da escala local, como a busca por alternativas que se contraponham à lógica destrutiva inerente ao processo de globalização atual, criando e fortalecendo uma política regeneradora, com possibilidades e responsabilidades perante a natureza, o que inclui, certamente, a natureza humana. Trata-se de trilhar o que o próprio Harvey nomina “espaços de utopia” na busca de garantia para a diversidade social representada aqui pelas comunidades tradicionais. Diante do caráter hegemônico da globalização, tanto ela quanto seus lugares se afirmam como espaço de pertencimento, identidade e resistência.

Analisando o modo de vida dos Povos e Comunidades Tradicionais, vê-se que possuem conhecimentos que lhes asseguram práticas produtivas específicas e estreita adaptação ecológica ao território em um claro exemplo de diversidade socioambiental (PEREIRA; DIEGUES, 2010). A essência da pesca artesanal, por exemplo, está no conjunto de conhecimentos transmitidos de pai para filho, que se constituem na compreensão da natureza, condições das marés, identificação dos pesqueiros e manejo dos instrumentos de pesca que integram os meios de produção dos pescadores (DIEGUES, 1999; RÊGO, 1994, 2016). Conhecimento que representa uma gama de informações necessárias à sustentabilidade ecológica e econômica das práticas (MENDES, 2002) Acrescento que se trata de informações relacionadas à ecologia, comportamento e classificação das etnoespécies marinhas, à confecção e uso dos artefatos de pesca, às variáveis ambientais que interferem na pescaria e à localização exata dos pesqueiros.

Diegues (2001) pontua que a valorização do conhecimento e das práticas de manejo exercidas por populações deveria se constituir em uma das pilastras de um novo conservacionismo. Para que aconteça, é preciso criar um relacionamento novo – um envolvimento – entre a gnose dos cientistas acadêmicos e dos povos tradicionais em relação às questões ambientais. Parte-se do pressuposto que – o científico e o tradicional – são igualmente importantes e fundamentais (MENDES, 2002; RÊGO, 1994). O diálogo de saberes se caracteriza como um encontro de tradições e diferentes que é legitimado também por diferentes matrizes de racionalidade, convocado para a compreensão da complexidade da problemática ambiental gerada pela superexploração da natureza, imposta pela racionalidade econômica (LEFF, 2006). A cartografia social se apresenta como uma alternativa de abordagem.

### 1.1. Território e lugar: território usado

O conceito de território abrange uma grande diversidade de formas de interpretação dentro dos estudos geográficos, o que lhe confere grande versatilidade de aplicação em diferentes escalas de análise, que, em ordem decrescente, pode ser analisada desde a área formada pelos conjuntos dos territórios dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte

(OTAN), em escala internacional, até uma rua, em escala local, conforme aponta Souza, Marcelo (1995). As formas de abordagem podem ser agrupadas como:

a) jurídico-política, majoritária, [...] onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente de caráter estatal; b) cultural (ista), que prioriza sua dimensão simbólica e mais subjetiva, o território visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou da identidade social sobre o espaço; e c) econômica (muitas vezes economicista), minoritária, que destaca a desterritorialização em sua perspectiva material, concreta, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho (HAESBAERT, 1997, p. 39–40).

Segundo o autor, na prática, este agrupamento não corresponde a uma realidade perceptível, pois suas características se sobrepõem pela complexidade existente dentro do próprio conceito. O que torna o agrupamento uma forma didática para a compreensão da diversidade de forças atuantes no uso dos territórios.

Todas as categorias referidas compõem os territórios da vida real que apresentam diversas formas de apropriação do espaço por grupos distintos no curso do tempo, cuja compreensão pode ser promovida a partir da análise do “território usado” como “o uso do território e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social” (SANTOS, M. 2005, p. 255). A compreensão de território usado, por sua vez, corresponde à noção de espaço banal. Espaço banal é o “espaço de todos: empresas, instituições, pessoas; espaço das vivências” (SANTOS, M. 2000, p. 108); onde está presente a heterogeneidade das formas de produção do espaço. É o espaço onde estão empresas, moradores, turistas, grandes corporações ou órgãos de estado, independente da forma de uso e da correlação de forças exercida. É o lugar de todos. “Desse modo, o território usado e o mundo, são [...] agregados de lugares por inteiro” (RODRIGUES, 2010, p. 58).

A partir da conceituação referida o autor considera território usado como objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado (SANTOS, M. 2005), que apresenta uma complexidade política, econômica, cultural e socioambiental repleta de processos hegemônicos e não hegemônicos. Sua análise implica esforço sistemático e deve buscar a “compreensão do espaço como empiricização do tempo” e escutar o grito do território, podendo ser formado de lugares contíguos, ou seja, da solidariedade, representados, no contexto da presente análise, pelas comunidades locais; e por lugares em rede da seletividade

e segregação, representado pelas indústrias que coabitam o território. “São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalidades diferentes, quiçá divergentes ou opostas” (SANTOS, M. 2005, p. 256), geradoras de conflitos.

De forma dialética, o “território usado” se constitui do cotidiano dos grupos sociais do período popular da história, com suas ações de produção e vida em comunidade, e do espaço global de conteúdo racionalizador operado remotamente, que atinge os lugares com seus objetos, técnicas e normas (SANTOS, M. 1996). O território, portanto, é capaz de revelar as geografias da desigualdade produzidas pela dimensão histórica do processo de globalização e fragmentação” (SOUZA, MARIA, 1999, p. 4), observada a dinâmica da sociedade que se altera no tempo e no espaço apresentando-se como um clássico problema no âmbito do território usado das comunidades tradicionais, os quais apresentam também uma relação dialética de usos entre grupos hegemônicos e hegemonzados, na busca conflituosa de manutenção das atividades e sobrevivência dos atores envolvidos:

Para os atores hegemônicos o território usado é um recurso, garantia da realização de seus interesses particulares. [...]. Os atores hegemonzados têm o território como um abrigo, buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares. É neste jogo dialético que podemos recuperar a totalidade dos territórios. (SANTOS, M. 2000, p. 108).

Na análise sociológica de Ribeiro (2005), a dinâmica das práticas sociais que incluem o cotidiano, o saber local, a cultura territorializada e a ação social, dimensionam a categoria de análise como “território praticado”. Aqui, no entanto, seguirei assumindo a categoria de análise “território usado”, por compreender que a categoria contempla a dinâmica referida. Cabe ainda a análise da diacronia das ações no espaço, observando-se o tempo dos fenômenos concomitantes, Martinelli (2005) explicita o pensamento de Milton Santos, dentro do contexto dinâmico da representação espacial em mapas cartográficos.

É o tempo que condiz mais com a vida em sociedade, coordenando espaços com um uso diferenciado de tempo entre os homens, portanto, um tempo mais concreto: cada ação se dá em seu tempo, mas as diversas ações se dão conjuntamente, em uma seqüência diacrônica. Assim, é o fato do existir homens usando sempre o tempo e o espaço que faz com que o espaço possa reunir variadas maneiras de uso relacionadas com possibilidades diferentes de uso do tempo (MARTINELLI, 2005, p. 57).

O tempo/espaço é definidor das dinâmicas territoriais das comunidades tradicionais, cujos conhecimentos, práticas e formas do fazer, assim como éticas do agir são transmitidas por gerações, caracterizando-as como tradicionais e garantindo sua reprodução física e social. A comunidade tradicional pesqueira é caracteristicamente exploradora do meio ambiente aquático e faz desta atividade o seu sustento. É portadora de uma percepção ambiental no tempo e no espaço, que cria as condições de possibilidade para a atividade exploratória e, portanto, para a sobrevivência da comunidade (RÊGO, 1994). Para além das práticas produtivas em seus aspectos físicos e materiais, as comunidades têm em seus territórios um significado concreto que envolve:

[...] as formas de relação de uma sociedade com seus ideais e representações, como também traduz o comportamento de indivíduos e os sentimentos coletivos de vinculação a uma organização espacial. Interessa-nos saber qual a relação de um grupo com o espaço, o que pressupõe uma análise de fatores materiais e não materiais, compreendendo que território é um produto da história da sociedade, e que, portanto, está em constante modificação, por ser resultado de um processo de apropriação de um grupo social e do quadro de funcionamento da sociedade, comportando, assim, ao mesmo tempo, uma dimensão material e cultural dadas historicamente (RÊGO, 2006, p. 35).

Sobre os saberes vinculados às práticas tradicionais em nível local existem maneiras diversas de perceber, de representar e de agir sobre o território e que tais hábitos passem ao entendimento das relações com a natureza, que reflete o processo de acumulação de conhecimento através das gerações.

Essa adaptação a um meio ecológico de alta complexidade realiza-se graças aos saberes acumulados sobre o território e às diferentes formas pelas quais o trabalho é realizado. Suas atividades apresentam-se complexas, pois constituem formas múltiplas de relacionamento com os recursos, e é justamente essa variedade de práticas que assegura a reprodução do grupo, possibilitando também uma construção da cultura integrada à natureza e formas apropriadas de manejo. (CASTRO, 1998, p. 6).

Compreendendo aqui um território como o espaço de poder apropriado pelo grupo social, no qual é conferido um ordenamento característico, sendo as relações de produção, bem como as simbólicas e afetivas, determinantes do processo. Dentro da perspectiva, comunidades pesqueiras podem ser classificadas como:

[...] grupos humanos culturalmente diferenciados que historicamente reproduzem seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base em modos de cooperação social e formas

específicas de relações com a natureza, caracterizados tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente. Essa noção se refere tanto a povos indígenas quanto a segmentos da população nacional que desenvolveram modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos específicos. (DIEGUES et al., 1999, p. 22)

Analisando a lógica de relação/produção/apropriação do espaço pelos pescadores artesanais mais especificamente, Kuhn e Germani (2010) consideram que a atividade pesqueira se desenvolve dentro de uma articulação de terra e água, inserindo-se em uma dinâmica muito complexa, que envolve, principalmente, (a) os pescadores artesanais e suas organizações; (b) o Estado e suas diversas políticas públicas; (c) os grupos que promovem a pesca industrial e a aquicultura; e (d) os proprietários fundiários.

Diante das tensões de diversos atores sobre o território nacional, e com vistas ao reconhecimento e busca de políticas de apoio às comunidades, o governo brasileiro por meio do Decreto 8.750 de 09/05/2016 instituiu o Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais (CNDSCCT), órgão colegiado de caráter consultivo, integrante da estrutura do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome com a finalidade, entre outras, a de estabelecer e acompanhar a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais, que define:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações; e

III - Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo a mesma qualidade para as futuras gerações.

Apesar de reconhecidas e instituídas as formas de apoio legal, reafirmo que tais comunidades normalmente possuem um fraco poder político. Têm pouco

acesso aos direitos adquiridos pelos dispositivos em vigor, que a reconhecem, a valorizam, no entanto não elaboram/executam políticas públicas que lhes sejam favoráveis. Seguem à margem da sociedade no que se refere à apropriação de direitos, o que inclui o ambiente de vida e a reprodução social.

Pelo ponto de vista da moderna economia ecológica a definição de ambiente se nutre da construção social da sociedade e da construção social da natureza (VIVIEN, 2011). A sociedade define-se em sua relação com a natureza e a “natureza” é ela própria definida em relação à sociedade. Formas que, mesmo tendo como base os princípios ecológicos, as questões ambientais só podem ser entendidas nas suas relações políticas e sociais contidas na organização do espaço, no território.

O estudo da organização do espaço não pode negligenciar a análise concomitante da forma, função, processo e estrutura, e da análise de como os componentes interagem na criação e modelagem do espaço através do tempo:

[..] estes conceitos são necessários para explicar como o espaço está estruturado, como os *homens* organizam sua sociedade no espaço e como a concepção e o uso que o homem faz do espaço sofrem mudanças. A acumulação do tempo histórico permite-nos compreender a atual organização espacial (SANTOS, M.. 1988, p. 53).

De forma complementar, ressalto quando Santos, M. (1996) analisa que as novas configurações espaciais se apresentam como um dos aspectos marcantes para o entendimento das novas estruturas econômicas e políticas. Organizadas em escala do planeta, estão criando um mundo e devem ser analisadas à luz das investigações geográficas. Portanto, quando a problemática em estudo se refere a temas como “espaço, lugares e territórios” e, ainda dentro de uma realidade urbana, os resultados provenientes de tais investigações podem ganhar uma aplicabilidade prática, contribuindo para entender a realidade não só a partir do espaço de fluxos, mas, sobretudo, através do espaço de lugares.

[..] o comportamento no território das pessoas, das instituições, das empresas, determinando um dinamismo que varia segundo sua origem, sua força, sua intencionalidade, seus conflitos. O território usado é assim uma arena onde fatores de todas as ordens, independentemente da sua força, apesar de sua força desigual, contribuem à geração de situações (SILVEIRA, 2011, p. 4).

Afirma ainda que o entendimento dos lugares depende da consideração do eixo das sucessões e do eixo das coexistências ao abordar as múltiplas

possibilidades do uso do espaço relacionadas aos diferentes usos do tempo (ver também SANTOS, 1988, 1994; ABREU, 1997). Existe uma clara distinção entre os territórios produtivos capitalista e artesanal. É através do território que o poder é exercido no espaço. A diferença é que territórios capitalistas se constituem das próprias propriedades privadas e suas áreas de atuação enquanto o território dos pescadores artesanais é considerado a partir da apropriação efetivada pelos pescadores enquanto coletividade para a reprodução de sua vida em comunidade (ACCIOLY, 2013). Segundo Montenegro,

O território, nesse processo, se constitui em um importante elo de continuidade e de identidade do grupo. Porém, não como um elemento fixo que marca a perdurabilidade dos laços no espaço. O território, no mesmo sentido que a tradição, longe de ser um elemento estático e imutável, percebe-se como um território que foi mudando suas características e suas dimensões, com relações tanto internas como externas que sofrem de um reordenamento diante dos novos desafios. Portanto, um território à medida de uma identidade não essencial, mas que está marcada pelo convívio com conflitos permanentes. (MONTENEGRO, 2012, p. 164).

Por outro lado, Lacoste (1993) explicita que o conhecimento do espaço pelos aparelhos de governo e das elites econômicas sempre foi considerado um conhecimento estratégico sendo desenvolvido com tal finalidade. Sua representação através dos mapas sempre foi utilizada apenas por uma parte da sociedade, especialmente o Estado e as grandes corporações, com objetivo de exercer seus poderes sobre um território específico. Assim, a análise do território usado das comunidades tradicionais, estrategicamente invisibilizados, apesar de teoricamente reconhecidos, pode ganhar considerável expressão ao ser “inserido” em um mapa que conte sua história, que reconhece vida sobre o espaço, como propõem as cartografias sociais. Pode-se revelar, portanto,

[..] um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – [compreendendo que] cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contiguidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade (SANTOS, M., 2006, p. 218).

## 2. SOBRE MÉTODO E METODOLOGIA: O MAPEAMENTO BIORREGIONAL (MB)

A presente pesquisa apresenta uma investigação de caráter dialético das dinâmicas territoriais de uma comunidade tradicional em conflito com o capital, a partir da visão e memória da própria comunidade que busca a construção de uma cartografia de ação social, com intuito de explicar “de forma mais profunda a relação entre sociedade e espaço, ao problematizar as formas de representação da sociedade” (SILVA, 2012, p. 233) rastreando apoio do recurso de narrativas como forma de reconstrução do passado.

Para tanto, desenvolvo uma análise dos resultados de intervenções realizadas na comunidade de Bananeiras, com a utilização do Mapeamento Biorregional (MB) que é um tipo de intervenção social que tem como um de seus produtos uma forma própria de representação cartográfica dos territórios. Construído pela própria comunidade, o Mapa Biorregional, se constitui em uma forma de representação cartográfica dos territórios e lugares, integram informações populares e científicas, biofísicas e culturais acerca dos conteúdos dos seus espaços vividos nele representados, registrando marcas do passado e transformações que se apresentam no presente.

Entendendo que o Mapeamento Biorregional é uma técnica que se propõe a discutir a representação das formas de apropriação dos espaços de produção com ênfase no desenvolvimento local, apresento-o como uma ferramenta de intervenção de forte impacto, pois culmina com o fortalecimento das relações sociais, econômicas e identitárias, base da permanência e sustentabilidade socioeconômica das comunidades em seus territórios, geralmente em conflito com o capital. Os seus objetivos basilares são a criação e/ou fortalecimento de espaços destinados ao exercício do poder em comunidades tradicionais de maneira mais efetiva, participativa e com horizontalização de informações e conhecimentos.

Concebido e aplicado na Escócia e na Índia, entre 1892 e 1930, por Patrick Geddes, biólogo e filósofo escocês, conhecido por seu pensamento inovador nos campos do planejamento urbana e da educação, o Mapeamento Biorregional foi revisado no final da década de 1960 por Ian McHarg, escocês e por muito tempo coordenador da Escola de Planejamento e Paisagem Arquitetônica da Universidade da Pensilvânia; atualizado em 1990 por Frederick Steiner, então

coordenador da Escola de Planejamento da Universidade do Arizona (ABERLEY; GEORGE, 1998).

A metodologia do *Bioregional Mapping* tem sua origem em um movimento de contracultura iniciado na Suíça. Foi desenvolvida inicialmente na academia europeia e posteriormente na América do Norte, especialmente no Canadá, no momento em que se buscava dar voz às comunidades invisibilizadas. Sob o argumento de que a terra é regida pela vida, contrariou os processos hegemônicos que as interpretavam através de visões unidisciplinares estanques, se apresentando, portanto, como uma poderosa ferramenta contra a luta entre desiguais, alcançando sucesso muito visível no oeste canadense em comunidades indígenas e de pescadores. Atualmente tem sido proposta pelos planejadores regionais “ocidentais”; sendo Doug Aberley o primeiro a explorar a técnica em um Atlas simples do Noroeste da Columbia Britânica, província canadense, em 1985. A Primeira Nação de Tsleil-Waututh, em 1997, segundo Aberley & George (1998, s.p.):

[...] dentro da jurisdição da Columbia Britânica, liderou a utilização do mapeamento biorregional como forma de promover seus interesses tanto nas negociações do Tratado como no processo de construção da comunidade. A população de Tsleil-Waututh criou um Atlas Biorregional [...] que descreve a visão coletivamente mantida de como sua cultura evoluiu no passado, como tem sobrevivido no presente e como vai crescer no futuro. O formato do Atlas Biorregional tem permitido que uma vasta quantidade de informações frequentemente complexas seja representada em um formato relativamente econômico e acessível.

Observa-se, portanto que as ações do MB visam a geração de produtos que apoiem o exercício da cidadania, transformação social e fortalecimento da qualidade de vida nos territórios, a partir dos próprios territórios. Trazida do Canadá por especialistas de áreas do planejamento territorial em 2008<sup>2</sup> como *Bioregional Mapping*, sem a pretensão de discutir categorias geográficas ou teorizá-las, foi traduzida no Brasil por não geógrafos, como “Mapeamento Biorregional”, nomenclatura que, apesar de expressar um tema geográfico – a região –, não é contemplada como tal. A técnica poderia ser bem interpretada como “Mapeamento Bioterritorial” ou mesmo “Mapeamento dos Lugares”, se propondo à tradução da complexidade das ações sociais realizadas pelo homem no espaço. Apresento a

---

<sup>2</sup> Atividade anterior de Mapeamento Biorregional foi realizada isoladamente em Santo André/SP, em Castro & Mcnautghton (s.d.).

seguir, o detalhamento da técnica em seus aspectos filosóficos e estruturais, partindo dos conceitos de mapeamento e cartografia instituídos formalmente inclusive na academia.

O desenvolvimento do Mapeamento Biorregional pressupõe o registro da história, da memória, das práticas socioeconômicas, e, toda a dinâmica territorial protagonizada pela comunidade, devendo respeitar a fidedignidade dos processos locais. Assim, se faz necessária uma análise interdisciplinar, de forma a garantir ao máximo a compreensão da complexidade que a temática envolve, como bem expresso em Silva (2012), com relação à profícua colaboração da geografia com a sociologia na elaboração das análises.

Para tanto, busco explicação nas fontes da geografia, antropologia, história, biologia, ecologia, medicina, oceanografia, direito, dentre tantas áreas do conhecimento que permeiam o estudo da vida no ambiente, e, a compreensão das sincronias e das diacronias presentes nas coexistências socioespaciais e os conflitos que os intercalam, considerando que:

A denominada crise ambiental a que hoje assistimos [...] deve suscitar uma revisão das teorias e práticas das diversas disciplinas na medida em que demanda uma análise compreensiva, totalizante, uma análise na qual as pessoas, vindas de horizontes diversos e que trabalhem com a realidade presente, tenham o seu passo acertado através do mundo, através de um legítimo trabalho interdisciplinar. (SANTOS, M., 2005, p. 139).

São conflitos que requerem uma prática multidisciplinar para que possam dar conta da interdisciplinaridade da realidade (SOUZA, 2016). A autora fortaleceu tal pensamento em palestra no I Encontro da Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), explicitando não sermos interdisciplinares, sendo-o, o mundo em que vivemos. Este se mostra ainda mais complexo quando observada a diversidade de mundos existentes dentro dele, com suas peculiaridades. Entretanto, a construção da interdisciplinaridade no conhecimento científico, embora seja um ideal aparentemente consensual, costuma percorrer caminhos tortuosos e desafiadores no seio da universidade e em suas relações com a sociedade. Para além da intermediação entre pessoas e conhecimentos oriundos de diferentes disciplinas no interior das instituições acadêmicas, a interdisciplinaridade passa pela aproximação entre saberes científicos e a diversidade de saberes não-científicos presentes na sociedade. Envolve novas construções em função de problemáticas específicas, concretas, atendendo a

demandas de grupos ou organizações situadas em certo contexto social, temporal e cultural.

A articulação entre conhecimentos científicos e destes com outros conhecimentos pode ocorrer de múltiplas maneiras na universidade, seja no ensino, na pesquisa, na extensão ou na pretensa indissociabilidade entre eles. Por este motivo, nosso olhar volta-se para a avaliação de uma iniciativa típica de extensão universitária, numa proposta que busca promover interação entre diferentes disciplinas e engajamento de acadêmicos e não-acadêmicos em torno de práticas compartilhadas entre universidades e comunidades, em prol de um objetivo comum voltadas à produção do espaço de comunidades tradicionais (ACCIOLY, 2011, s.p.)

Analisando a complexidade do fenômeno urbano, no texto *A propósito de la investigación interdisciplinaria en sociología urbana y urbanismo*, Lefebvre (1978) ressalta a questão dos métodos empregados. Segundo o autor, o tema assombra por sua enormidade e complexidade. Em primeira instância o fenômeno é pertinente a métodos descritivos (ecológicos, fenomenológicos, empíricos) que evidenciam apenas determinados traços. E acrescenta que ainda que apurada e bem fundamentada, tal etapa não é suficiente para o conhecimento. Aprofundá-los em uma mesma direção pode significar a substituição da descrição por ideologia, sob a aparência de descrição. Assim, é necessário passar da fenomenologia à análise, pois o “fenômeno se apresenta como uma realidade global (ou se prefere, total) que põe em questão o conjunto da vida social teórica e praticamente” (LEFEBVRE, 1978, p. 228) e complementa que:

*Esta globalidad no puede captarse inmediatamente. Interesa proceder analíticamente avanzando hacia lo global. Procedimiento difícil, pues a cada paso es preciso aceptar riesgos, evitando obstáculos y pasos en falso. Sobre todo porque en cada tanteo, en cada avance, surge una interpretación ideológica que en seguida se muda en práctica parcial. Un buen ejemplo de estas ideologías totalizantes correspondientes a prácticas parciales lo encontramos en las teorías del espacio económico y de la ordenación del territorio que se limitan simplemente a hacer desaparecer el espacio propiamente urbano y su especialidad, absorbiendo el desarrollo social en el crecimiento industrial. (LEFEBVRE, 1978, p. 228).*

Observa-se, portanto, que cada ciência especializada elabora o seu recorte, esclarecendo-o à sua maneira, fazendo descobertas parciais de um fenômeno global, impossibilitando sua análise completa. Fica fortalecida assim a necessidade da cooperação inter e até transdisciplinar diante da complexidade analisada,

ratificando a abordagem utilizada para o desenvolvimento da presente proposta. Para tanto, conciliado com a pesquisa bibliográfica das referências pertinentes utilizei recurso ao uso do instrumental metodológico das ciências sociais, trabalhando com técnicas etnográficas de pesquisa, compreendendo a Etnografia como uma

[...] ferramenta metodológica que consiste no exercício do olhar (ver) e do escutar (ouvir)[que] impõe ao pesquisador ou a pesquisadora um deslocamento de sua própria cultura para se situar no interior do fenômeno por ele ou por ela observado através da sua participação efetiva nas formas de sociabilidade por meio das quais a realidade investigada se lhe apresenta (ROCHA; ECKERT, 2008, p. 2).

Dentre as técnicas disponíveis para a etnografia, além da observação participante, apliquei o expediente da observação direta, filmagens, registros fotográficos, entrevistas abertas, grupos focais além de investigação histórica nos acervos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural do Estado da Bahia (IPAC). A consistência dos levantamentos e produção de imagens, sejam fotografias, mapeamentos, quadros ilustrativos da realidade socioambiental e demais registros, estimulou a apresentação de uma geoiconografia do lugar que transpassa toda a pesquisa.

Seguindo os princípios do MB, letras, palavras e argumentações teóricas falam sobre os fatos assim como as imagens, junto à diversidade de interpretações que estimulam com seus signos e símbolos. Esclareço que esta é a expressão de uma geoiconografia que incorpora o próprio mapa, que também é produto do Mapeamento Biorregional. Valoriza-se o caráter semiótico das linguagens de interesse geográfico, a cartográfica e a iconográfica, pois ambas permitem construir e reconstruir significados nos mais diferentes contextos espaço-temporais. Sem a pretensão de trazer as imagens para o presente estudo como demonstração do previamente anunciado ou profecias que se auto cumprem, exteriorizo a possibilidade de que informações possam ser extraídas a partir de suas interpretações, como sugere (NOVAES, 2013). É a apresentação de uma realidade geográfica com um tipo de animação e de fisionomia que nos permite rever a experiência humana, interior ou social (DARDEL, 2011).

Como o lugar é um produto da sua própria história, produz sentimentos de afeições que podem ser compreendidos pela evolução da vida coletiva ou dos

indivíduos que a compõem, ou mesmo pela análise de sua iconografia. Assim, para muito além de um álbum de imagens, a geoiconografia aqui apresentada, explorando diferentes ângulos e detalhes da representação do cotidiano histórico e atual, traz uma possibilidade de leitura do lugar, do território usado e seus conflitos, sem, contudo, se apresentar como uma reprodução da realidade (JOLY, M. 1996), mas o resultado de um longo processo de construção que se reelabora cotidianamente. Aqui, a iconografia que é um instrumental metodológico da história, se articula à dimensão – geo – não só como Terra, mas sobretudo como presente, tempo presente dos corpos e das ações. Desse modo a geoiconografia remete as grafias dos sujeitos no tempo presente. É um guia para que a compreensão visual aguace a crítica da materialidade instalada onde há vida local e o dito desenvolvimento nacional, gerador de lucros, mas também de incertezas e sofrimentos na disputa pelo território. Uma iconografia temática que pretende sair do seu estado de superfície, buscando:

[...] bordar o tecido invisível do tempo através de sua imersão nas camadas de sentido e em seu discurso; explorar suas entranhas; embrenhar-se no emaranhado de signos; símbolos, ideias, palavras e representações visuais; transportar-se no tempo dos testemunhos de época; conhecer o autor e seu contexto histórico; enfim, desvelar o universo que o envolve e criar o entrecruzamento com outros documentos para compor e recompor relações, significados e interpretações em um processo criativo e perceptivo do tempo e da história (TERRA, 2015, p. 153).

E assim revelar as inúmeras razões para a permanência das horizontalidades que fizeram do lugar uma extensão da vida harmônica com o natural, sustentável e saudável; e permitir sentir o lugar que se vive, se produz e se reproduz contrastado com seu algoz que o faz sofrer e agonizar... mas que faz de suas lutas uma demonstração de força e resistência. E, para finalizar o percurso metodológico, utilizei de uma conciliação de procedimentos, técnicas e análises transdisciplinares, em particular da ecologia, geografia, oceanografia e antropologia, dando ênfase à abordagem etnoecológica para a compreensão do conflito existente no território usado.

A etnoecologia se ocupa, principalmente, das condições materiais, históricas, políticas, simbólicas ou cognitivas, onde estão inseridos os processos de aquisição e de transformação do conhecimento. É potencializadora do entendimento das características centrais dos sistemas locais de saberes e suas

potenciais formas de interação com o conhecimento científico normativo, no âmbito teórico e nas práticas de conservação e de manejo dos recursos naturais (PRADO; MURRIETA, 2015).

Pautada no resgate do conhecimento empírico de comunidades tradicionais, a Etnoecologia é uma ciência que traz a possibilidade de impedir que saberes antigos sucumbam ante os novos, não permitindo que “os prisioneiros de uma visão imobilista corram o risco de ficarem à deriva diante da tarefa de interpretação do presente” (SANTOS, M. 2005, p. 139). Apreende-se, portanto, a mesma linha metodológica do MB, atuando em complementaridade e contribuindo com a análise das espacialidades dos fenômenos e das lógicas de representação do lugar, em uma perspectiva etnogeográfica (CLAVAL, 1992).

Em consonância com os objetivos básicos do presente estudo, ao longo dos quatro anos foram realizadas em campo 15 dias de oficinas de MB, totalizando 480 horas; 60 horas de entrevistas com idosos, pescadores e marisqueiras da comunidade; diálogos com profissionais ligados ao tema da pesquisa como advogado, operadores portuários e demais operários de empreendimentos locais; e 3 dias de mapeamentos de conflitos existentes no território usado por água e por terra. Todas as atividades foram registradas em gravações, fotografias, filmagens e notas de campo.

## 2.1. Mapeamento *versus* Cartografia

A apreensão do espaço e a elaboração de estruturas abstratas para representá-lo sempre marcaram a vida dos homens em sociedade (MARTINELLI, 2009, p. 7)

De acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>3</sup>, mapeamento é a aplicação do processo cartográfico a uma coleção de dados, com objetivo de construir uma representação gráfica da realidade percebida. Esta representação é realizada a partir da associação de símbolos e demais recursos gráficos pertinentes à linguagem cartográfica.

Por sua vez, segundo o próprio Instituto, a Cartografia foi definida em 1949 pela Organização das Nações Unidas (ONU), de forma bastante simplificada, como

---

<sup>3</sup> ww2.ibge.gov.br

a “ciência que trata da concepção, estudo, produção e utilização de mapas”, tendo suas origens vinculadas às inquietações do ser humano em conhecer o mundo que ele habita. Em 2003, a Associação Cartográfica Internacional (ICA) apresenta de forma atualizada, duas possibilidades de definição: uma breve e outra um pouco mais longa:

(a) A arte, ciência e tecnologia de fazer e usar mapas; (b) Uma facilidade única para a criação e manipulação de representações visuais ou virtuais do geoespaço - mapas - para permitir a exploração, análise, compreensão e comunicação de informações sobre esse espaço (ww2.ibge.gov.br)

Apresentada e definida como método científico e não como ciência (OLIVEIRA, 1987) ou como o conjunto de estudos e operações científicas, artísticas e técnicas com base nos resultados de observação direta ou de análise de documentação, visando à elaboração de mapas que representem a superfície da Terra, a cartografia permeia o campo das artes e das ciências, conforme analisa Campos (S/D):

Assim, no instante em que procura um apoio metodológico e sistemático para alcançar a exatidão das diversas formas de expressão gráfica, desponta como Ciência; ao subordinar-se às leis estéticas da simplicidade, clareza e harmonia, caracteriza-se como arte. (CAMPOS, [s.d.], p. s.p.)<sup>4</sup>.

Tão antiga quanto as formas de expressão e representação criadas pelo ser humano com a finalidade de comunicar e transmitir seus conhecimentos, onde desenhos ou estruturas apresentavam uma forma original de interpretação acerca de seus territórios, a cartografia sempre foi influenciada pelo poder político, religioso e social desde a pré-história. Na Europa pré-histórica, antiga e medieval e no Mediterrâneo, por exemplo,

[...] a confecção de mapas foi uma das armas de inteligência especializadas para adquirir um poder, administrá-lo, codificá-lo e legitimá-lo. Além disso, este conhecimento estava concentrado nas mãos de relativamente poucas pessoas: os mapas eram assim associados à elite religiosa do Egito dinástico e da Europa cristã medieval, à elite intelectual na Grécia e em Roma, e à elite mercantil das cidades Estado no fim da Idade Média (HARLEY, 2009, p. 5).

Pode-se verificar a força da cartografia no século XIX, na fragmentação da organização territorial indígena africana executada pela Europa ou mesmo no

---

<sup>4</sup>Disponível em: <http://www.cesadufs.com.br>

século XX, com a divisão da Índia, efetuada pela Grã-Bretanha em 1947, quando um mapa tinha o poder de determinar a vida ou morte de milhões de pessoas (HARLEY, 2009). Inserindo representações quantitativas e rompendo os esquemas clássicos de mapeamento enraizados desde o Renascimento quando os mapas eram voltados basicamente aos registros gerais topográficos e hidrográficos, a cartografia temática se consolida em um período mais recente. Tem como marco inicial o estabelecimento dos métodos de representação de fenômenos visíveis ou não, com o “Mapa dos Ventos Alísios e das Monções” em 1686 e o “Mapa das Declinações Magnéticas” em 1701, de Edmund Halley (MARTINELLI; GRAÇA, 2015), e, no início do século XIX passa também à representação dos fenômenos econômicos ou demográficos, e a com a dimensão quantitativa junto à geografia (MARTINELLI, 2005)

A serviço das nações envolvidas na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a evolução da cartografia temática foi seguida por uma série de especializações técnicas e conceituais, que permitiram a elaboração de mapas com precisão necessária para suprir a exigência das operações militares. Ganhou ainda posterior impulso com as representações dos países independentes pós conflito, a partir do Atlas Nacional que se tornou símbolo da soberania das novas nações (idem).

A cartografia, portanto, busca um conhecimento preciso, fundado em bases matemáticas, estatísticas, contando com instrumentos e técnicas sofisticadas. Sua especialidade é traçar mapas referentes a territórios, regiões e suas fronteiras, demarcações, sua topografia, acidentes geográficos, como pode ainda tratar da distribuição de uma população em um espaço, mostrando suas características étnicas, sociais, econômicas, de saúde, educação, alimentação, entre outras.

Os mapas, por sua vez, são a mais antiga forma de representação do pensamento geográfico, sendo, há milhares de anos, “desenhados em argila, madeira, peles de animais, rochas, além das pinturas rupestres com os percursos para a caça” (GOMES, 2015, p. 17), são abstrações do mundo (ACSELRAD; COLI, 2008), imagens que contribuem para o diálogo em um mundo socialmente construído (HARLEY, 2009).

Produto da ciência cartográfica e dos avanços do conhecimento, a confecção de um mapa exige domínio intelectual e político dos espaços que se propõem a representar e sempre foram utilizados como instrumentos de poder político e social.

## 2.2. Mapa como instrumento de poder

[...] indispensável instrumento de práticas sociais de grande envergadura, ainda que fosse pelo tamanho dos espaços que deviam considerar, controlar, dominar, atravessar: não somente os do grande comércio e da navegação de longo curso, mas também os dos militares, dos dirigentes das grandes firmas e aqueles dos chefes de Estado. (LACOSTE, 1988).

A produção cartográfica tem ligação com os contextos históricos e ideológicos das sociedades e representa a maneira pela qual o exercício do poder estrutura o conteúdo dos mapas que podem conter imprecisões intencionais ou inconscientes; omitir ou revelar informações de acordo com os objetivos daqueles que produzem ou estão apropriados da informação a ser cartografada. Tais distorções geralmente servem à propaganda política e ideológica, onde o “silêncio” dos mapas é dado pela omissão de determinadas informações, para assim ressaltar outras características mais importantes do território. Considera-se, portanto, que:

Do ponto de vista cartográfico, o que pode nos servir de referência fundamental é que todos os mapas conhecidos, em todos os momentos da história, representam, de uma maneira ou de outra, a leitura de mundo das sociedades que os construiu (e ainda constrói) e são portanto, potencialmente capazes de nos oferecer elementos de leitura da cosmologia subjacente a seus autores. Vale lembrar que os mapas possuem, genericamente, uma aparência meramente descritiva – quase invocando para si um certo caráter de neutralidade, tão caro a certas tradições positivistas –, o que nos obrigará a um esforço contínuo de comparação e identificação (releituras, portanto), sem o qual tenderemos a permanecer na superficialidade – um certo “congelamento” do fenômeno – que a linguagem cartográfica geralmente nos indica (SANTOS, D., 2002, p. 25–26).

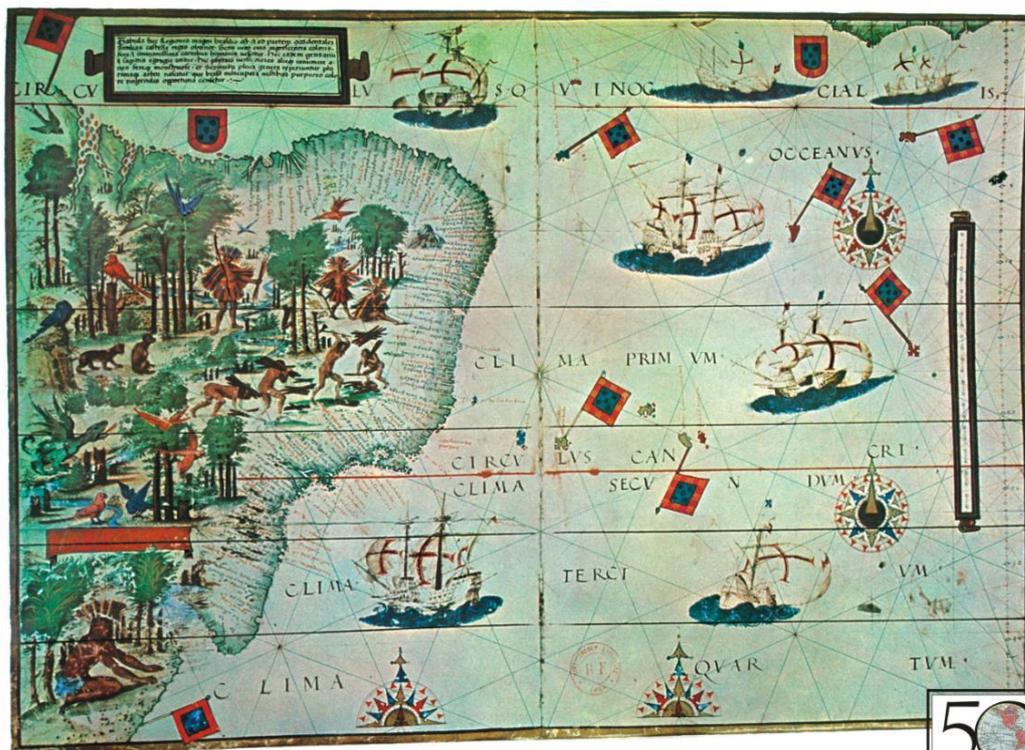
No contexto técnico, o mapa é definido como uma forma encontrada pela humanidade para descrever um cenário geográfico por meio do mapeamento dos dados sob o formato de simbologia gráfica. Como uma forma de comunicação, eles representam elementos selecionados em um determinado espaço geográfico, de forma reduzida, utilizando simbologia e projeção cartográfica [...] e] são concebidos para transmitir a visão subjetiva ou o conhecimento de alguém ou de poucos para muitos” (NOGUEIRA, 2008, p. 31,33).

Figura 2.2-1. Mapa antigo da Babilônia, cerca de 700-500 AC.



Fonte: <http://iadrn.blogspot.com/2011/10/encontrado-um-mapa-do-mundo-com-2700.htm>

Figura 2.2-2 - Terra Brasilis – 1519

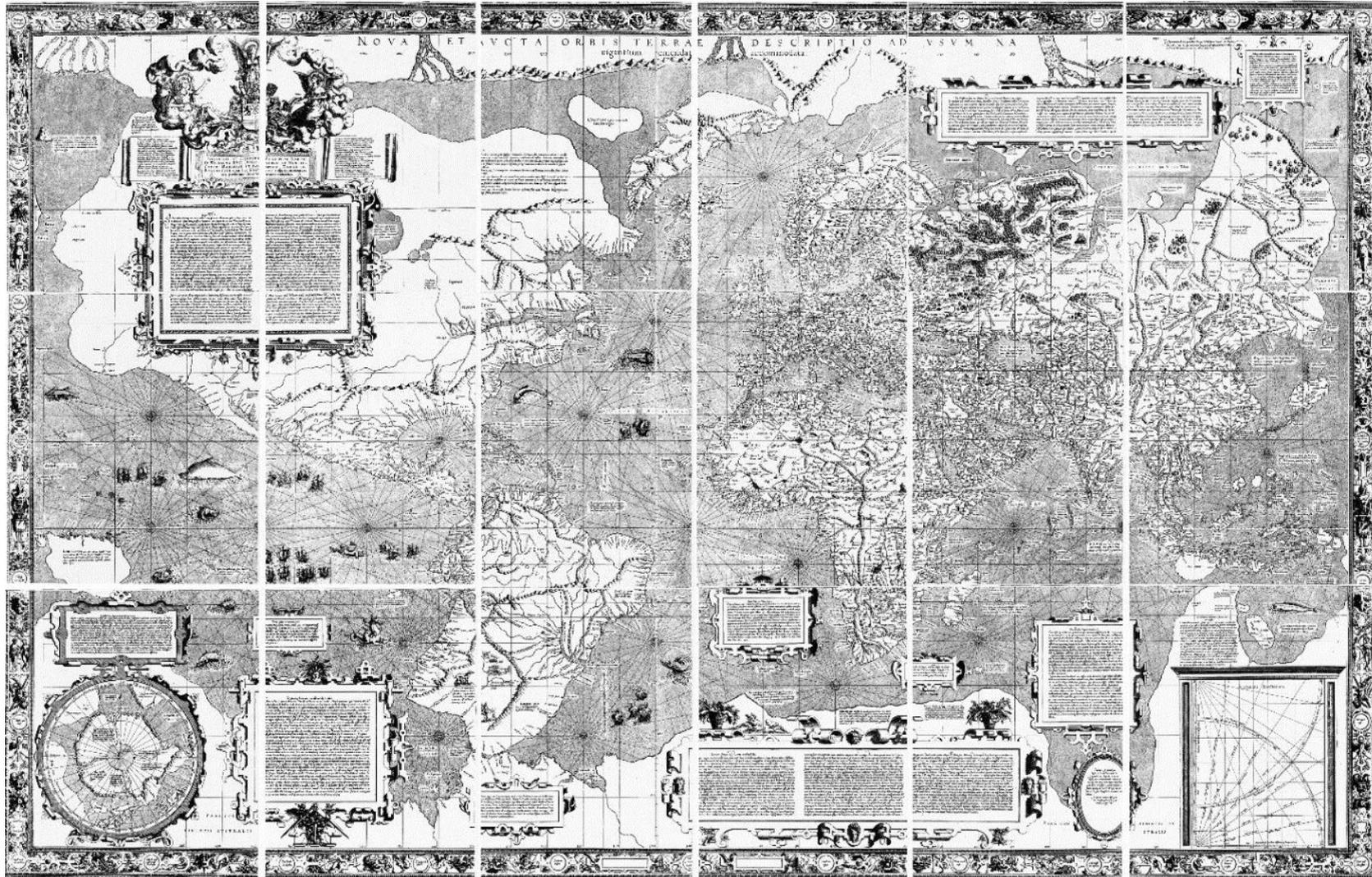


TERRA BRASILIS 1519  
Fonte: Cunha e Nascimento (2000)

Figura 8: Terra Brasilis – desenhado, provavelmente, em 1519, apresenta, minuciosamente, a nomenclatura dos pontos conhecidos da costa brasileira, desde o Maranhão até a foz do rio da Prata.



Figura 2.2-3: Mapa Mundi com a projeção de Mercator



Fonte: Cunha e Nascimento (2000)

São um instrumento de visualização científica de dados analisados e comunicados pela ciência cartográfica, no entanto, Nunes (2016) ressalta que os elementos iconográficos presentes nos mapas merecem atenção, pelo fato de que as imagens, ornamentos e adereços passam a integrar a mensagem a ser transmitida.

Quanto à leitura de mundo das sociedades que os construiu (e ainda constrói) e corroborando a argumentação explanada até então, apresento a seguir, distintos mapas elaborados que traduzem imagens e projeção cartográfica. O exemplo de mapa muito antigo, do mundo da Mesopotâmia (Fig. 2.2-1), provavelmente de Sippar, no sul do Iraque, está representado em uma:

Tábua que contém, simultaneamente, uma inscrição cuneiforme e um mapa sem igual do mundo da Mesopotâmia. Babilônia é mostrada ao centro (retângulo na metade superior do círculo), bem como Assíria e Elam, centros do Império. A área central é circundada por uma inscrição aquática, “Mar Salgado”. A parte exterior do círculo é rodeada pelo que provável e originalmente, foram oito regiões, cada uma identificada por um triângulo, designado “Região” ou “Ilha”, e marcadas com a distância entre si. O texto cuneiforme descreve as regiões (semelhante a uma criatura mítica) está incompleto.

Ressalta-se o papel exercido por Gerardus Mercator, nascido em Flandres em 1515, hoje ao norte da Bélgica, considerado o pai da cartografia moderna teve o seu primeiro mapa publicado em 1569, cuja forma fundamentou-se em princípios de projeção diferentes de toda a cartografia que o precedeu (SANTOS, D., 2002, p.79). Com referência à mesma projeção:

Não nos esqueçamos que a unificação do sistema de pesos e medidas, incluindo a moeda única, em cada Estado Territorial significou a imposição de uma lógica matemática e, portanto, a *lógica dos mercadores* que, por ser abstrata, matemática, se quer universal [...] O próprio espaço passa a ser representado, a partir do Renascimento, por um enquadramento de coordenadas – latitude e longitude – abstratos, cartografia essa, elaborada através da projeção Mercator. (PORTO-GONÇALVES, 2002, p. 261).

Integrado à cartografia neerlandesa, a sua técnica – projeção cilíndrica – foi aperfeiçoada por Jodocus Hondius e em seguida por Willem Blaeu por avaliarem que a representação da Terra por Mercator apresentava distorções nas zonas polares. Tais avanços fortaleceram a busca por novas conquistas territoriais através da Companhia Holandesa das Índias Orientais e da Companhia Holandesa das

Índias Ocidentais desenvolvendo a atividade comercial e, paralelamente aperfeiçoando as suas técnicas cartográficas no século XVII.

Por sua vez, Raffestin (1993) acrescenta que a cartografia moderna por surgir no período da Renascença, seguiu de perto o aparecimento do Estado moderno e, muito rapidamente se tornou um instrumento de poder e do “Poder” mobilizando três elementos fundamentais: a superfície ou o plano, a linha ou a reta e o ponto ou o momento do plano que resultam nas imagens ou representações do espaço. No entanto mesmo sem as rigorosas e precisas coordenadas geográficas tem-se na conhecida *Terra Brasilis* (Fig. 2.2-2) a representação do litoral desde a costa do atual estado do Maranhão até a desembocadura do Rio da Prata, limite entre os países Argentina e Uruguai. Sua feitura data de 1519 conforme Cunha e Nascimento (2000). Os ibéricos buscando ampliar os seus domínios mapeavam as novas terras em atendimento aos interesses das monarquias da Espanha e de Portugal. Observa-se, portanto, a elaboração do mapa, da representação como exercício do Poder.

Alguns exemplos ilustram as tipologias, evolução e representações dos mapas na história: o mapa do mundo ilustrando a extensão do Império Britânico em 1886 publicado pela primeira vez sob a forma de um suplemento no jornal *Graphic* em projeção de Mercator (Fig. 2.2-3); consta também na pesquisa das autoras referidas, uma “carta náutica” da Baía de Todos os Santos (Fig. 2.2-4), inclusive com indicação de sua profundidade, os estuários dos principais corpos d’água, localização dos engenhos existentes e a Ilha de Itaparica; uma pintura cor-de-rosa – visualizado apenas no original - para o território do Império, e emblemas decorativos mostrando a Grã-Bretanha sentada sobre o globo servem para articular a mensagem do “Novo Imperialismo”, na Fig. 2.2-5.

Com a evolução das técnicas percorrendo os séculos seguintes, o mapeamento vem assumindo conceitos distintos nas mais diversas áreas da ciência, que não a cartográfica, podendo significar desde uma maneira de levantamento de dados ou um instrumento facilitador da apresentação dos resultados, sob o formato de listas ou fluxogramas (NOGUEIRA, 2008). A exemplo, a Fig. 2.2-6) apresenta a variação da população municipal do Brasil no período de 2000-2007, em mapa coroplético com símbolos proporcionais. Neste caso, o leitor pode perceber a expressão numérica a partir dos padrões de diferentes tamanhos

Figura 2.2-4. Planta Ydrográfica da Bahia de Todos os Santos (sem data)



## PLANTA YDROGRAFICA DA BAIÁ DE TODOS OS SANTOS

Figura 10: Planta Ydrográfica da Bahia de Todos os Santos (sem data)

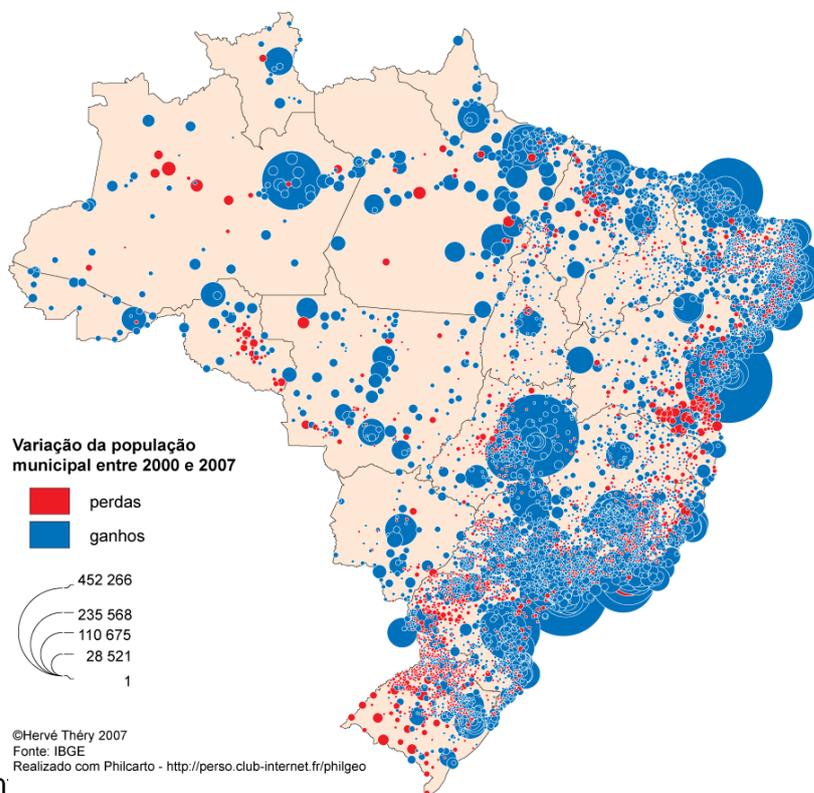
Planta hidrográfica, uma espécie de carta náutica, identifica Salvador, ilhas, vilas, engenhos conhecidos e informa sobre dados de profundidade do mar.



Figura 2.2-5. Extensão do Império Britânico em 1886



Figura 2.2-6. Evolução da população brasileira entre 2000 e 2007



Fon

dos símbolos, no caso o círculo, onde se forma a imagem da distribuição quantitativa em análise (NOGUEIRA, 2008). No caso representado, o mapa:

Mostra os municípios que ganharam (círculos azuis) ou perderam população (círculos vermelhos). Os primeiros são obviamente muito mais numerosos, já que a população do país aumenta, ao total reforça-se a predominância do litoral e das grandes cidades, et do litoral. As perdas de população afetam algumas regiões, como o Rio Grande do Sul, o sul da Bahia, o norte do Paraná e – mais surpreendente – o centro de Rondônia e do Amazonas. A criação de novos municípios, em 2001, pode explicar alguns casos, principalmente no Rio Grande do Sul, nos outros aparece uma real diminuição da população, uma novidade na história demográfica brasileira (THÉRY, 2008, s.p.)

O mapa pode ser ainda compreendido como expressão do modo de vida e produção, comportando-se como em sintonia com a expansão da vida, definida, a priori, por irromper os limites das fronteiras disciplinares e saberes especialistas como verdade absoluta. Compreender o mapeamento busca desfazer a característica do mapa que é uma representação de um todo estático forma de compreensão que se aproxima da cartografia de Rolnik, descrita como:

[...] sendo tarefa do cartógrafo dar língua para afetos que pedem passagem, dele se espera basicamente que esteja mergulhado nas intensidades de seu tempo e que, atento às linguagens que encontra, devore as que lhe parecerem elementos possíveis para a composição das cartografias que se fazem necessárias. (ROLNIK, 1989, pg. 23).

Para Rolnik (1989), a prática de um cartógrafo está relacionada com as estratégias das formações do desejo no campo social, em qualquer fenômeno da vida humana, sendo importante a sua atenção a qualquer setor, que podem ir desde os movimentos sociais, sejam formalizados ou não, as alterações da sensibilidade coletiva ou até mesmo expressões de violência, não sendo importante quais sejam os referenciais teóricos do “cartógrafo”. Neste caso,

O que importa é que, para ele [o cartógrafo], teoria é sempre cartografia e, sendo assim, ela se faz juntamente com as paisagens cuja formação ele acompanha (inclusive a teoria aqui apresentada, naturalmente). Para isso, o cartógrafo absorve matérias de qualquer procedência. Não tem o menor racismo de freqüência, linguagem ou estilo. Tudo o que der língua para os movimentos do desejo, tudo o que servir para cunhar matéria de expressão e criar sentido, para ele é bem-vindo. (ROLNIK, 1989, p. 65).

Para além do mapeamento como arte ou ciência de organizar os dados coletados para a elaboração do mapa, como parte do processo cartográfico formal,

a cartografia nas ciências humanas busca a compreensão das relações, jogos de poder, lutas, subjetivações, práticas de resistência e liberdade, se apresentando como estratégia de análise crítica e ação política (KLEBER; FILHO; TETI, 2013).

Esta forma de pensar a cartografia se aproxima daquela pertinente aos métodos de mapeamento participativo surgidos a partir da segunda metade do século XX e que tomaram corpo no Brasil a partir da década de 1990, com as práticas das cartografias sociais (ACSELRAD, 2010).

Na perspectiva da politização das apropriações do território mapeado, estas cartografias são construídas em processo coletivos, sendo a produção dos mapas fundamentada em elementos que possam contribuir para a construção da identidade de uma comunidade, como memórias, produção local, tradição oral e demais especificidades socioculturais.

Trabalham de “forma crítica e participativa, com a demarcação e a caracterização espacial de territórios em disputa, de grande interesse socioambiental, econômico e cultural, com vínculos ancestrais e simbólicos” (GORAYEB; MEIRELES, 2014, s.p.), remontando à década de 1970, no Canadá, o primeiro estudo sistemático nas terras dos *Inuit*. Conforme já referenciado, no Brasil, a cartografia social chega cerca de vinte anos mais tarde, dentro do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, na década de 1990, sob a coordenação do professor Alfredo Wagner, como um “ramo da ciência cartográfica” (GORAYEB; MEIRELES, op. cit). Tem como produto final os “fascículos” que são “resultados de oficinas de mapeamento realizadas nas comunidades com seus integrantes, nas quais as fronteiras entre os sujeitos e os objetos de pesquisa se dissolvem” (Idem). As oficinas apoiam o processo de registro, pelos próprios membros das comunidades, acerca de que são, onde e como vivem; e os fascículos “privilegiam a auto-definição e são construídos quase que exclusivamente com os depoimentos das pessoas que participam da oficina em questão” (Ibid).

### 2.3. Mapeamento Biorregional

Um das coisas importantes para fortalecer a luta da comunidade é conhecer a nossa história. (Marizelha Lopes - Nêga / Liderança MPP, moradora de Bananeiras, 2016.

Conforme já indicado anteriormente, o MB objetiva o fortalecimento das comunidades em seus territórios, tendo como eixo orientador a organização e horizontalização de informações e conhecimentos. Os produtos previstos como resultados do desenvolvimento da técnica podem ser classificados como imaterial e material. O primeiro é o processo de mapeamento, aqui compreendido como a horizontalização de conhecimentos inerentes à comunidade, problemas, demandas, modos de produção, forma de vida ou quaisquer que sejam os temas abordados e discutidos no contexto local do seu desenvolvimento, emanados pela conjuntura do lugar, quando de sua realização. Normalmente, o processo é estimulado com o apoio de tarjetas que indicam temas de importância para a comunidade.

A etapa também agrega o resgate da memória social das comunidades ao serem discutidas questões vinculadas ao conhecimentos e saberes comunitários, bem como o histórico dos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização no tempo e no espaço. É o momento onde os diálogos entre os comunitários permitem que as situações de risco, conforto ou necessidade de outrora ou do momento presente sejam reveladas para todos e assim possa ocorrer o debate em torno de registros de memórias até busca por alternativas e soluções para questões atuais.

O produto material é representado pelos Mapas Biorregionais que podem ser físicos e/ou digitais, em uma cartografia resultante do processo mapeado. Apesar de serem a representação palpável, estando fisicamente disponíveis para a utilização em quaisquer circunstâncias, seja de luta ou preservação identitária, os mapas estão hierarquicamente subordinados ao processo de mapeamento em si, em grau de importância, pois é o processo que permite o fortalecimento coletivo das comunidades diante da sociedade como um todo. No entanto, uma vez sob a posse dos comunitários, o mapa revela um sentimento de cidadania para

populações e lugares que jamais constaram em mapas oficiais, e, portanto, pareciam não existir, bem como não ter direitos.

O desenvolvimento do processo e seus produtos dependem de questões éticas de concepção, metodologia e objetivos, assim como de comunicação, que envolve a linguagem escrita e por meio de imagens, compõem uma estética facilitadora da apropriação pela população local.

### 2.3.1. A ética

A utilização da ferramenta permite a leitura geográfica não somente em sua forma material, porém dando espaço para a inclusão da experiência vivida da população sobre o seu lugar, incorporando os significados sociais ao mapa produzido. O Mapa Biorregional constante da figura 2.3.1-1 foi elaborado no Canadá e compõe um atlas voltado à gestão territorial do *Say Nuth khaw Yum Park*, na região metropolitana de Vancouver, apresentando o conhecimento indígena do território, dando assim, as condições para a sua gestão.

Reforço a concepção de que o processo de mapeamento permite uma leitura

[...] do reconhecimento da realidade em sua materialidade, ela se conquista como técnica de irrealização, sobre a própria realidade. [...] Se a geografia oferece à imaginação e à sensibilidade, até em seus voos mais livres, o socorro de suas evocações terrestres, carregadas de valores terrestres (*terrienes*), marinhos ou atmosféricos, também, sempre espontaneamente, a experiência geográfica, tão profunda e tão simples, convida o Homem a dar à realidade geográfica um tipo de animação e de fisionomia em que ele revê sua experiência humana, interior ou social (DARDEL, 2011, p. 5).

A realização do *MB* com o foco nas relações históricas de apropriação do espaço e sua subsequente relação de produção na atualidade são uma forma metodológica para compreensão das temáticas vinculadas ao desenvolvimento local, indo além de “diversas iniciativas de mapeamento que se propõem a incluir populações locais nos processos de produção de mapas [que] disseminaram-se mundialmente desde os anos 1990 (ACSELRAD; COLI, 2008), por não apenas incluir, mas como ter como protagonista a população local, a exemplo dos povos Tsleil-Waututh, Canadá:

[...] no ano de 1995, um projeto conjunto referente à saúde e meio ambiente canadense iniciou workshops de mapeamento biorregional para grupos da comunidade interessados em Yukon e Columbia Britânica. Dois anos mais tarde, a comunidade indígena de Tsleil-Waututh, oriunda de território tradicional, fez uso do mapeamento biorregional como meio de promoção de seus interesses, tanto em negociações quanto em processos de desenvolvimento comunitário. O povo Tsleil-Waututh criou um atlas biorregional de quarenta páginas, descrevendo uma apropriação coletiva de como sua cultura se desenvolveu no passado, sobrevive o presente, e como irá crescer no futuro (ABERLEY; GEORGE, 1998, s.p, tradução nossa)<sup>5</sup>.

É da população a autoria dos mapas de seus territórios, apoiada pela correspondência e sistematização de dados acadêmicos concernentes aos temas propostos e discutidos no mapeamento, o que garante a maior fidedignidade possível acerca dos processos locais, integrando informações populares e científicas acerca dos conteúdos representados. É necessário, portanto, o estabelecimento de uma “comunidade de prática”<sup>6</sup> transdisciplinar onde população local e integrantes do meio acadêmico se conectem em torno do mesmo objetivo, com atenção à flexibilização necessária à adequação aos contextos e tempos comunitários relativos, principalmente, a produção local.

O cotidiano da produção de uma comunidade pesqueira, por exemplo, é regido pelo tempo dado pelo horário das marés, força da lua e condições meteorológicas. Tempo não é regulado pela ditadura do relógio como no cotidiano das sociedades industriais urbanizadas, e sim de acordo com os ciclos da natureza. É o calendário lunar que determina a possibilidade de realização de outra atividade, que não a produtiva daquela comunidade, que neste caso seria a pesca ou

---

<sup>5</sup> “In 1995 the Community Animation Program, a joint project of Environment Canada and Health Canada, began offering bioregional mapping workshops to interested community groups in Yukon and British Columbia. Also in 1995 the Salt Spring Island Community Services Society published a bioregional mapping manual titled *Giving the Land a Voice: Mapping Our Home Places*.”

**D. First Nations Adaptation of Bioregional Mapping**

*In 1997 the Tsleil-Waututh First Nation, with a 720 square mile traditional territory in BC’s lower mainland, pioneered use of bioregional mapping as a means of furthering their interests in both treaty negotiation and community building processes. The Tsleil-Waututh people have created a forty sheet bioregional atlas that describes a collectively held “vision” of how their culture has evolved in the past, has survived in the present, and how it will grow in the future.* Disponível em <http://nativemaps.org/?p=1384>.

<sup>6</sup> Comunidades de práticas podem ser definidas como “organizações informais naturalmente formadas entre praticantes de dentro e de fora das fronteiras de organizações formais” (MOURA, 2009, p. 329).

mariscagem. É na “maré morta”<sup>7</sup> que a comunidade de prática pode trabalhar localmente, no caso da atividade não pressupor o acompanhamento da rotina diária local. É no contexto da comunidade de prática que as informações e percepções locais bem como aquelas de domínio científico formal referentes aos temas abordados são transversalizadas dentro do coletivo. É um ambiente colaborativo de confiança mútua, onde a estrutura social local, considerando as relações de poder envolvidas e as condições para legitimação definem possibilidades para a aprendizagem, onde um aprende com o outro, e, por conseguinte, constroem conjuntamente a ação.

O transcurso da realização do Mapeamento Biorregional na Bahia desencadeou o desenvolvimento de práticas e tipos adequados para sua realização de acordo com a situação da ou das Comunidades e os problemas enfrentados naquele momento. Assim, podemos classificar o processo de duas formas, de acordo com o tempo disponível para sua execução: de tempo lento e de tempo rápido.

Não raro, uma comunidade encontra-se submetida a alguma espécie de ameaça, ainda que não identificada como tal. Pode ser uma redução de território; falta de acesso a direitos; evasão de conhecimentos e prática tradicionais que se perdem com o tempo e com o falecimento dos idosos sabedores populares. Quando é esta a situação, existe um tempo disponível para realização do MB de tempo lento<sup>8</sup>. Estes são os mais adequados para a apropriação comunitária quanto a técnica e seus benefícios. Aplica-se, desta forma, a metodologia exploratória de levantamento temático, revelador de tensões, desejos e "melancolias" que são coletivizados, discutidos e, conseqüentemente apontados como temas prioritários para uma ou mais ações coletivas conscientes e organizadas. Realiza-se, portanto, um planejamento comunitário de tempo lento. Quando a comunidade se encontra submetida a notória violência por violação de direitos em situação de emergência, o mapeamento tende a assumir um processo acelerado, com metodologias mais

---

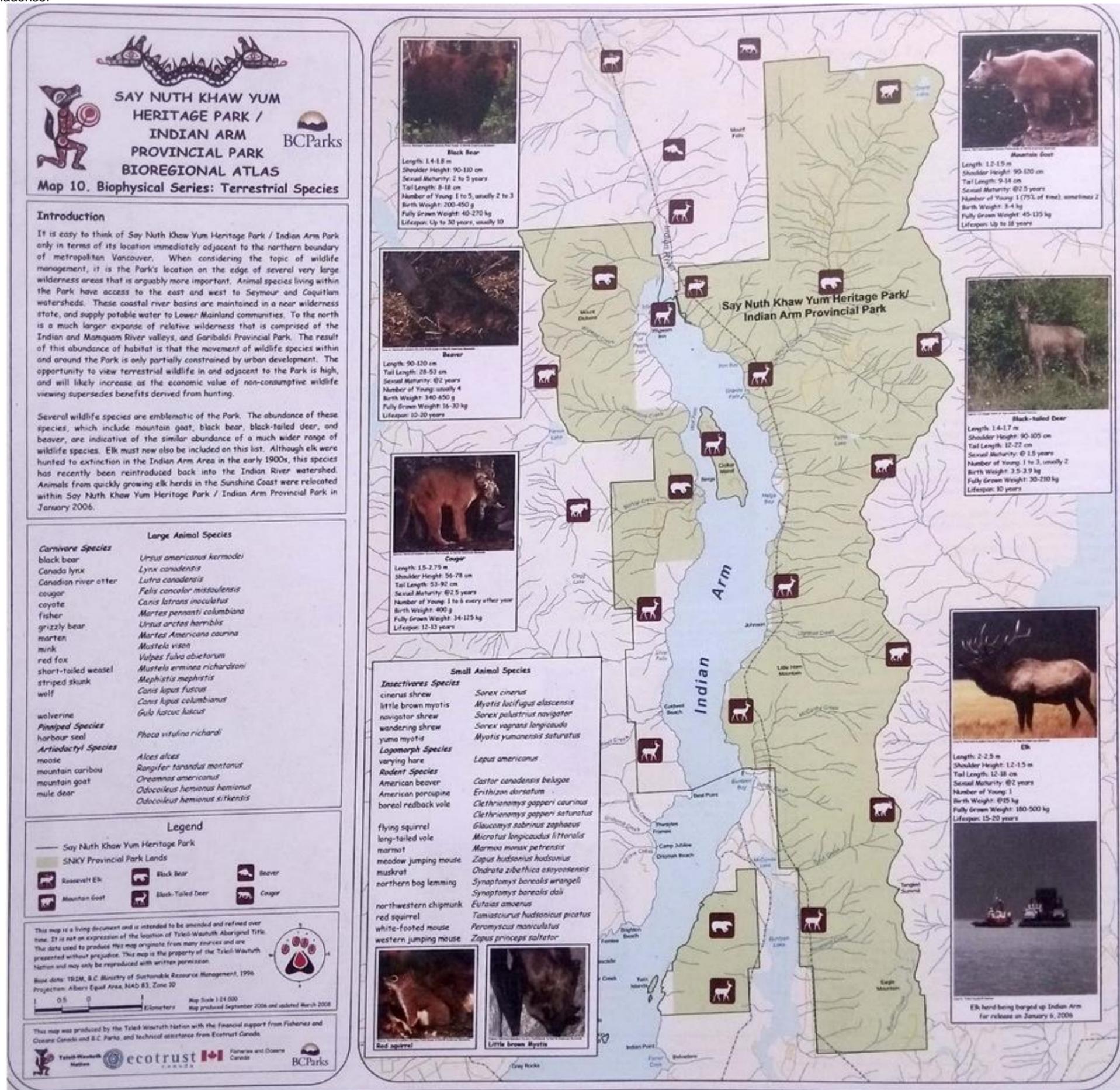
<sup>7</sup> Marés mortas são as marés de quadratura, de amplitude mais reduzida que ocorrem próximo das situações de Quarto Crescente ou Quarto Minguante, quando as forças atrativas devidas ao Sol e à Lua se cancelam mutuamente.

<sup>8</sup> Tipo de MB adequado também à formação de estudantes universitários para a prática de trabalho em comunidades e é aplicado no contexto da disciplina Atividade Curricular em Comunidade e Sociedade (ACCS) Mapeamento Biorregional participativo em comunidades costeiras tradicionais como ferramenta para educação ambiental e empoderamento territorial, ministrada pelo Professor Miguel Accioly, Laboratório MarSol - Gestão Territorial e Educação popular da Universidade Federal da Bahia(UFBA), desde 2009.

Figura 2.3.1-1: Exemplo de Mapeamento Biorregional canadense.

Este Mapeamento Biorregional realizado no Canadá, compõe um atlas de caracterização destinado à gestão do Heritage Park, na Região Metropolitana de Vancouver.

Note-se que no caso deste mapa, voltado às espécies terrestres de vida selvagem, existe a descrição da importância do território, bem como a caracterização de todos os animais a ele pertencente, o que inclui a ecologia das espécies.



Fonte: Tobias (2009).

incisivas, à exemplo da explosão do Navio *Golden Miller* em Ilha de Maré/Salvador em 2013<sup>9</sup>.

A técnica permite que conhecimentos biofísicos e culturais coletivos, retratados equitativamente, sejam localizados em um atlas no qual os mapas gerados se apresentem em múltiplas camadas que se distinguem daqueles provenientes do planejamento tradicional de caracterização do meio físico, biológico, pedológico, climático, enfim, mapas e/ou cartogramas temáticos, pois adicionam a eles, informações sobre os habitantes e a vida no território. É primaz para o MB o caráter indissociável do espaço natural e as relações sociais nos processos de desenvolvimento das comunidades. A metodologia não somente se apoia nessa articulação, como busca, de uma forma clara e simplificada, revelar a complexidade existente nos espaços vividos das comunidades e as dimensões em se apresentam. Como afirma Morin, é necessário não esquecer [...] “que o homem é um ser biológico-sociocultural e que os fenômenos sociais são, ao mesmo tempo, econômicos, culturais, psicológicos etc.” (MORIN, 2010, p. 177).

A sistemática da aplicação da ferramenta pressupõe uma apropriação da técnica de construção de mapas temáticos pela comunidade a partir da sua própria ótica, expressando o conhecimento de seu território, oriundos das reflexões sistematicamente realizadas durante todo o processo de mapeamento. Tal expressão é conciliada com as normas de apresentação de um mapeamento cartográfico convencional, promovendo um diálogo entre esta técnica e o saber tradicional. Resulta, por conseguinte, em uma descrição do espaço vivido da comunidade, incluindo suas práticas produtivas, trazendo elementos culturais, simbólicos e sociais do grupo, dentro de uma representação cartográfica que apresenta todos os elementos geográficos formais da cartografia oficial. Assim, os mapas podem ser utilizados como documentos formais, na apresentação de um problema ou um lugar, como expressão estruturada, organizada e fortalecida acerca da conjuntura ou estrutura dos lugares.

Uma distinção entre os mapas provenientes da cartografia convencional e os mapas biorregionais reside no fato de se estabelecerem como “mapas vivos”. Neles, o objeto mapeado que também é o sujeito mapeador e capaz de realizar atualizações e revisões com relativa facilidade na medida em que novas

---

<sup>9</sup> O mapeamento das consequências da explosão do Navio *Golden Miller* marcou o início da pesquisa que originou esta tese, como explicado anteriormente.

informações são coletadas ou alterações de forma e/ou de processo ocorrem no território mapeado, ou mesmo quando surgem novas demandas a partir da compreensão dos comunitários acerca de seus territórios e conflitos que os permeiam. Permitem ainda que sejam cartografados tanto temas quanto processos. E necessário considerar as condições de adequação e atualização necessárias de acordo com as alterações que ocorrem no tempo e no espaço, assim como, ser apropriado tanto para a elaboração quanto para a leitura pelos diversos setores da sociedade. Os mapas biorregionais se aproximam assim da descrição de Deleuze e Guattari, quando afirmam que:

O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social. Pode-se desenhá-lo numa parede, concebê-lo como obra de arte, construí-lo como uma ação política. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 22).

Outra característica inerente ao MB que o distingue das cartografias sociais mais difundidas no Brasil é o fato de que os mapas apresentam os conhecimentos científico e tradicional discutidos durante o processo, sendo as fontes das informações tradicionais, os integrantes da própria comunidade e as científicas provenientes de pesquisa acadêmica e outras fontes de divulgação de conhecimento.

Os mapas combinam conhecimento científico e tradicional, respeitando e representando igualmente ambos os tipos de informação. Mapas biorregionais apenas podem ser formulados se a comunidade reúne tanto relatórios científicos de uma biblioteca como também registros de histórias orais na forma de fitas, vídeos e pesquisas etnográficas. (ABERLEY; GEORGE, 1998, s.p, tradução nossa).

Eles apresentam-se como uma ferramenta de comunicação de linguagem escrita e visual, através dos quais as comunidades se autodescrevem a partir de suas perspectivas, reunindo seus conhecimentos com as informações provenientes da produção científica já existente. Isto garante que as diferentes matrizes do conhecimento possam dialogar e se articular (MORIN, 2010), o que também garante às populações locais, a apropriação das informações preexistentes, acerca de seus territórios. Por outro lado,

Encontra-se no cerne da prática do mapeamento o conceito de extensão e o caráter interdisciplinar que a pressupõe, apresentando-se como uma experiência na sociedade, extra-muros universitários, que possibilita uma compreensão integrada da realidade social, tendo por base a troca dos saberes popular e acadêmico.

Proporciona, inclusive, a *restituição sistemática* e aplicada das pesquisas realizadas por acadêmicos, cuja necessidade é salientada por Cardoso (1986), fortalecendo os trabalhos acadêmicos no âmbito da pesquisa, como uma necessidade da academia e da sociedade como um todo.

Em termos metodológicos, toda a ação do MB é construída sob a base conceitual da educação popular de Paulo Freire, compreendendo que a educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados e, fundamentalmente, respeitando os saberes socialmente construídos na prática comunitária, perseguindo sempre o diálogo com aqueles que, quase sempre pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar de que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais (FREIRE, 1983). Se trata, pois, de um intenso processo de ensino-aprendizagem que compartilha o poder da fala em busca da construção de um conhecimento novo como proposta fundamental na construção de um processo de ensino-pesquisa-extensão.

Dentre os princípios propostos por Paulo Freire, rumo à prática educativa libertadora, podemos citar: 1) “aliar uma teoria a uma prática”, pois que a prática é a melhor condição para se testar a efetividade de uma teoria; 2) “o educador tem que saber ouvir” porque uma constatação da vida social é que “não estamos sozinhos no mundo”; 3) “o educador tem que reconhecer sua ignorância frente aos conhecimentos populares e aquilo que já sabe deve ser comunicado e não ensinado”, fortalecendo a idéia de que um especialista não detém o conhecimento absoluto; e, como princípio orientador da proposta, 4) “educar é um ato político”, promotor de transformação e emancipação (FREIRE, 1983). Portanto, tais princípios formam a base da proposta de fortalecimento da autonomia das populações, dentro da compreensão da prática de uma ciência cidadã.

### 2.3.2. A linguagem

O uso de linguagem adequada é o pressuposto básico para que a comunicação seja efetivada. Isto é realizado por meio do respeito e compreensão da fala local, com toda a carga de regionalismo que a caracterize. De acordo com Saussure (1995), os fenômenos de língua e fala são definidos tanto na perspectiva social (coletiva) como na individual, trazendo o conceito que língua e sociedade são elementos indissociáveis. Revela-se assim a importância do discurso nas relações de poder e, entre outros fatores, a validação do discurso a partir do lugar de fala na sociedade (FOULCAULT, 1996). Outrossim, necessário se faz que a população local também compreenda como se dá a reprodução de sua mensagem de acordo com a língua mãe, formalmente aceita. Esta será o veículo de transmissão e difusão do pensamento local em discussão.

O uso da linguagem e efetividade da comunicação; a conceitualização da funcionalidade dos códigos de linguagem e a utilização de ferramentas linguísticas são aspectos metodológicos aplicados na perspectiva da construção do discurso, a fim de sanar possíveis dúvidas de cunho gramatical, semântico, sintático, lexical e ortográfico; são aspectos metodológicos utilizados para apresentar as funções e recursos da linguagem para a construção com respeito à variação linguística no país. São elementos de atenção durante todo o processo de mapeamento, inclusive o cartográfico que expressa o conteúdo produzido localmente.

As ações do MB são realizadas em dois momentos distintos, porém não estanques, onde o processo da comunicação ocorre de formas diferenciadas. No primeiro os diálogos e narrativas são intensos. É o momento da horizontalização dos conhecimentos dispersos e/ou restritos a poucos comunitários. É quando são realizadas a identificação de temas a serem abordados (Fig. 2.3.2-1), interpretação, avaliação e registro dos conteúdos considerados, além dos georreferenciamentos necessários ao processo cartográfico. Como registro entende-se anotações, fotografias, filmagens e gravações de áudio. O segundo momento é destinado à escrita dos textos que irão compor os mapas. No momento dos diálogos, que perpassam todo o processo, todas as informações são coletivizadas em falas repletas de emoção com desejos e inquietações do lugar, podendo ser coletivas ou pessoais. É um momento livre de regras gramaticais e formalidades acadêmicas. A coloquialidade é fundamental para a fluência dos fatos e promoção da discussão.

Figura 2.3.2-1: Tietas com levantamento de temas

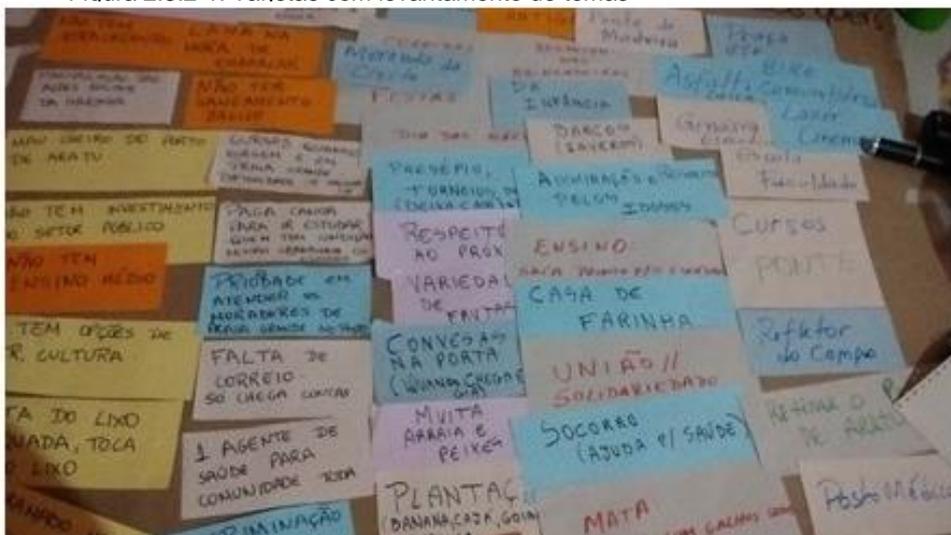


Figura 2.3.2-2: reunião com idosos



Fonte: Acervo Marsol (2016)



Figura 2.3.2-3: Reunião de mapeamento com a juventude (acima) e atividade de reconhecimento do lugar e registro em campo (abaixo)



Fonte: Acervo Marsol (2016)

É o momento onde se busca e registra o que se encontra no campo da memória, por meio das narrativas pessoais permitindo uma articulação histórica do passado nos seus diversos contextos com a reconstrução do lugar, compreendendo que “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência[...] A história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de “agoras” [...]” (BENJAMIN, 1996, p. 229).

As narrativas são aprofundadas por meio de entrevistas abertas com os habitantes mais idosos de notório saber, líderes comunitários - religiosos, políticos e produtivos de todos os gêneros e integrantes de grupos geracionais distintos, não esquecendo crianças e adolescentes, após a realização de grupos focais que estimulam o diálogo entre os moradores, de forma intra e inter geracional, desvelando as memórias acerca da vida do lugar.

Quando da elaboração do material textual a ser inserido nos mapas, relativo ao segundo momento do trabalho, entra a exigência da regularização da linguagem, sendo possível a utilização de “falas aspeadas” para alguma caracterização local que se faça pertinente ou desejada. O texto necessita ser claro, conciso, de fácil leitura e compreensão por qualquer público, seja ele científico-acadêmico-letrado ou popular. Estes últimos, porque são os autores, se vêem com suas histórias nos mapas e devem fazer dele seu instrumento de representação identitária ou de luta, utilizado como forma de apresentação ou resistência. E aqueles, porque estarão, normalmente, frente a uma realidade a ser conhecida por meio do instrumento cartográfico. As figuras 2.3.2-2 e 2.3.2-3 mostram momentos de diálogos com jovens e idosos durante realização de MB.

### 2.3.3. A técnica, estética e imagem

A estrutura dos mapas biorregionais é composta por 1) elementos que integram as normas cartográficas formais e 2) elementos textuais e iconográficos representativos, apreendidos ou produzidos pelas comunidades, o que também permite a apropriação local e autoral do mapa. Os componentes fundamentais pertinentes aos mapas cartográficos convencionais - título, legenda, escala, autor, data, coordenadas geográficas, fonte e norte -, são ressignificados pelas

comunidades de modo a entrar em consonância com as características locais e/ou A confecção da base cartográfica ocorre quando a comunidade reconhece seu “lugar” no mapa, delimita seu território a ser cartografado, atribui cores de acordo com as próprias percepções e usos dos recursos naturais/serviços ecossistêmicos, levando a emoção de sua história para dentro do mapa. É neste momento em que se dá a apropriação coletiva da representação.

O título expressa o sentimento da comunidade sobre a temática do mapa construído e geralmente é o último a ser definido (Fig. 2.3.3-1). O indicador da posição geográfica – o Norte, não é expresso, obrigatoriamente, pelos ícones convencionais, mas por imagens que simbolizam a orientação temática pertinente ao cotidiano local, podendo ou não estar voltado para a parte superior do mapa, conforme convencionalmente adotado. Comunidades agrícolas costumam utilizar instrumentos como enxadas, facões, machados; ou mesmo pessoas executando uma ação produtiva, como pescar ou mariscar (Fig. 2.3.3-2). Em determinados locais o mar, a igreja ou a rua principal são pontos de referência. A indicação do Norte no MB é, portanto, um elemento cartográfico que orienta não somente o ponto cardinal convencionalizado, como, fundamentalmente, remete à noção do elemento simbólico que orienta o espaço vivido/produtivo. Portanto, a direção do lugar cartografado assume no mapa aquela com a qual a comunidade se identifica; como o lugar é visto, interpretado e apropriado, conforme demonstrado adiante.

A legenda tem posição de destaque no uso de imagens que retratam a temática abordada no mapa (Fig. 2.3.3-3 e 2.3.3-4). Na mesma linha que os anteriormente descritos, ela pode estar adaptada a uma composição artística, contendo os ícones também escolhidos ou desenhados de maneira a representar os temas cartografados. Exemplos que ilustram essa realidade são as legendas com formatos de espelho de Oxum no mapa sobre a água; em formato de livro em mapa elaborado pelas crianças; ou mesmo como um estandarte em outro que trata das manifestações culturais; todos desenvolvidos por comunidades pesqueiras e quilombolas do Recôncavo Baiano.

Trata-se de um estilo que, na filosofia da arte de Heidegger é descrito como estética de uma arte que revela o tempo, o espaço, o belo, mas também constitui a ética que é transversal a todo o trabalho. Os mapas biorregionais se propõem a oferecer uma apresentação visual agradável e de fácil interpretação. Como forma de expressão, conciliam os textos com imagens georreferenciadas em conteúdos

Figura 2.3.3-1: Títulos de Mapas Biorregionais..



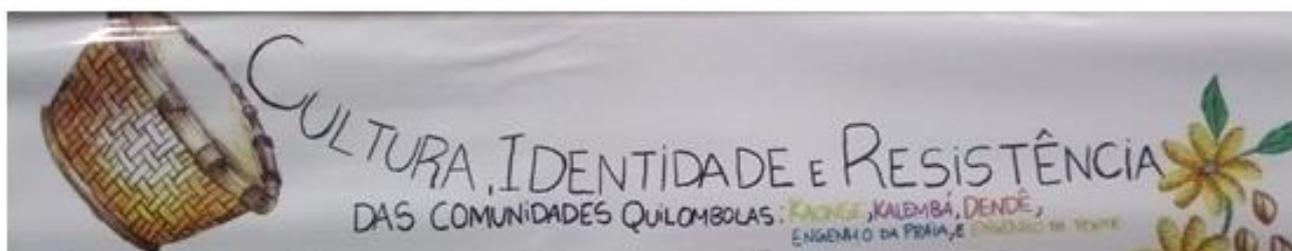
(a)



(b)



(c)

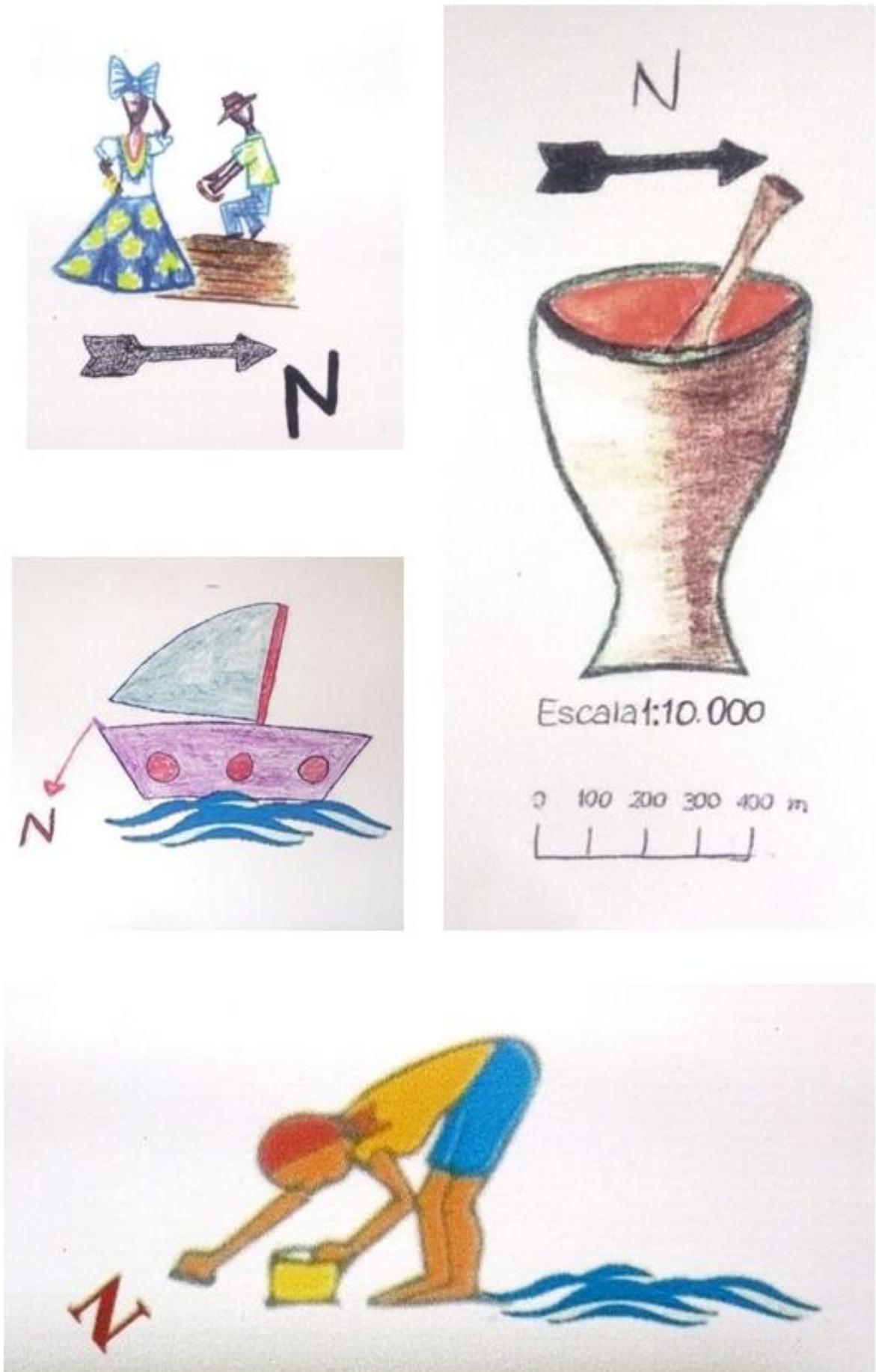


(d)



(e)

Figura 2.3.3-2: Exemplos de posições geográficas (Nortes) e direções assumidas em Mapas Biorregionais.



descritivos das histórias, simbolismos, produção local e tudo o que seja relevante à vida e reprodução das comunidades. É um processo que tem como resultado final esperado o empoderamento local, pois:

Em cada mapa a história é contada de duas maneiras. As informações espaciais mostram a localização dos objetos ou eventos da região e as informações descritivas contam histórias sobre o que aconteceu em cada localidade em particular. O mapa conta uma história, tanto no formato escrito quanto no visual. (ABERLEY; GEORGE, 1998, s.p, tradução nossa).

Formato permite não somente a complementação das informações, quanto a apropriação dos conteúdos pela parcela da população que não tem acesso à educação formal - situação não rara entre os adultos de comunidades tradicionais – para quem a apresentação da mensagem é garantida pela apropriação do conteúdo durante o processo de construção, potencializado pela linguagem das imagens, as quais permitem o acesso amplamente democrático à informação. No contexto dos mapas biorregionais, a imagem exprime o pensamento à forma daquele expresso por palavras, se apresentando como uma reflexão sobre o mundo. Ver figuras 2.3.3-5 e 2.3.3-6 para a comparação entre as estruturas do mapa tradicional e do biorregional.

Com o propósito de explorar e exibir em imagens os “significados do espaço e do tempo, com o desejo de atravessá-la, para além de sua sagaz beleza, em busca do seu invisível visível” (PIDNER, 2017, p. 13), a fotografia é muito utilizada nos mapas. Como uma forma de mapear, elas têm o poder de revelar ou desvelar o lugar e o conflito, pois fotografar é fotografar uma relação existente entre o fotógrafo e o fotografado. Ação evidenciada consideravelmente quando a fotografia é de autoria da comunidade. Outrossim, quando são de fonte externa, elas são analisadas, interpretadas e escolhidas no processo do mapeamento, garantindo a captura da informação que se propõe transmitir.

A fotografia é assim, a representação irrefutável da realidade instantânea, ainda que impregnada pela emoção de quem fotografa (PIDNER, op. cit.). A temporalidade do ato de fotografar faz parte da memória. A partir do momento que se registra o fato ela passa a ser também o registro da memória - aquilo que passou.

Quando se trata de preservação da memória, a fotografia traz à tona a melancolia ou a nostalgia acerca do vínculo emocional de pertencimento ao lugar<sup>10</sup>.

A linguagem visual faz parte do processo criativo que permite a poética em uma relação interseccional dentro da comunidade de prática, podendo ser representada também por aquarelas, gravuras ou desenhos elaborados física ou digitalmente. Assim, de acordo com HARLEY (2009),

Um mapa pode carregar em sua imagem um simbolismo passível de ser associado à zona, à característica geográfica, à cidade ou ao lugar particular que ele representa. É neste nível simbólico em geral que o poder político dos mapas é mais eficazmente reproduzido, comunicado e percebido. (HARLEY, 2009, p. 3)

Conseqüentemente, o conjunto formado por textos e imagens nos mapas biorregionais (Fig. 2.3.3-7) buscam registrar e transmitir a informação sobre a produção do espaço através da estética e poética das imagens, bem como do inquestionável poder de expressão da escrita, como forma de organização sócio-político-cultural das comunidades. Os mapas são capazes de criar uma expressão visual a partir de dados que retratam problemas específicos ou mesmo de ideias que por vezes habitam o campo do abstrato das comunidades trabalhadas.

Por fim, os mapas biorregionais seguem a sugestão de Caquard (2001), na medida em que, relativamente à cartografia convencional, foram repensados na sua forma, na sua função e no seu estatuto:

(1) na sua forma para se tornar mais pedagógico, mais atrativo, mais explícito; (2) na sua função, para não ser mais o último elo da cadeia informacional, mas uma ferramenta que dê uma verdadeira abertura para a informação; (3) no seu estatuto, para se desvencilhar de seu caráter objetivo e assumir plenamente sua subjetividade” (Caquard, 2001 p. 261 apud JOLIVEAU, 2008, p. 51).

O Mapeamento Biorregional no contexto da presente pesquisa, portanto, é o instrumento revelador das dinâmicas territoriais de uma comunidade e os conflitos a ela relacionados, buscando cartografar o lugar e o território usado, tendo como ponto de partida a visão e história da própria comunidade. Ver grupo expondo a base recém construída e pintada na figura 2.3.3-8.

---

<sup>10</sup> São inúmeras as fotos apresentadas nesta tese, mescladas entre atuais e históricas. Orienta-se, a partir da perspectiva da iconografia, que elas sejam vistas como linguagem, recorte de realidade e, portanto, como políticas de representação. As fotografias representam um contexto e possuem um sujeito responsável pelo recorte da paisagem: sua utilização não visa constatação ou exemplo para a argumentação da pesquisa e sim, uma proposta de linguagem metodológica.

Figura 2.3.3-3: Exemplo de legenda da cartografia formal

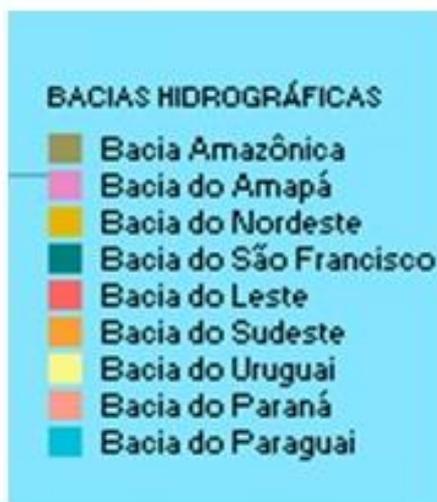
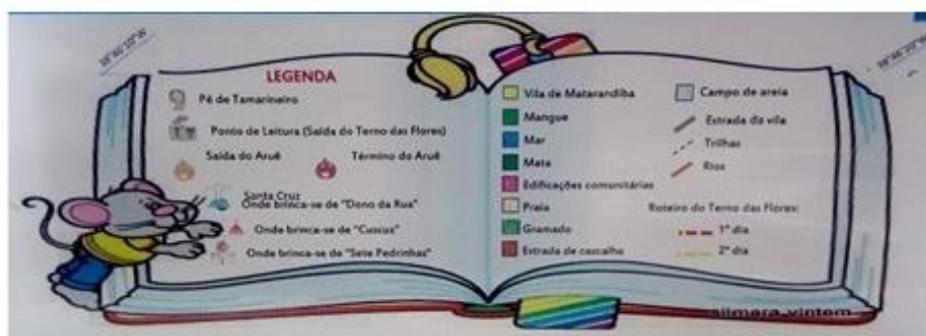


Figura 2.3.3-4: Exemplos de legendas ressignificadas pelo Mapeamento Biorregional.



(a)



(b)

Figura 2.3.3-5: Exemplo de mapa cartográfico formal e seus elementos.

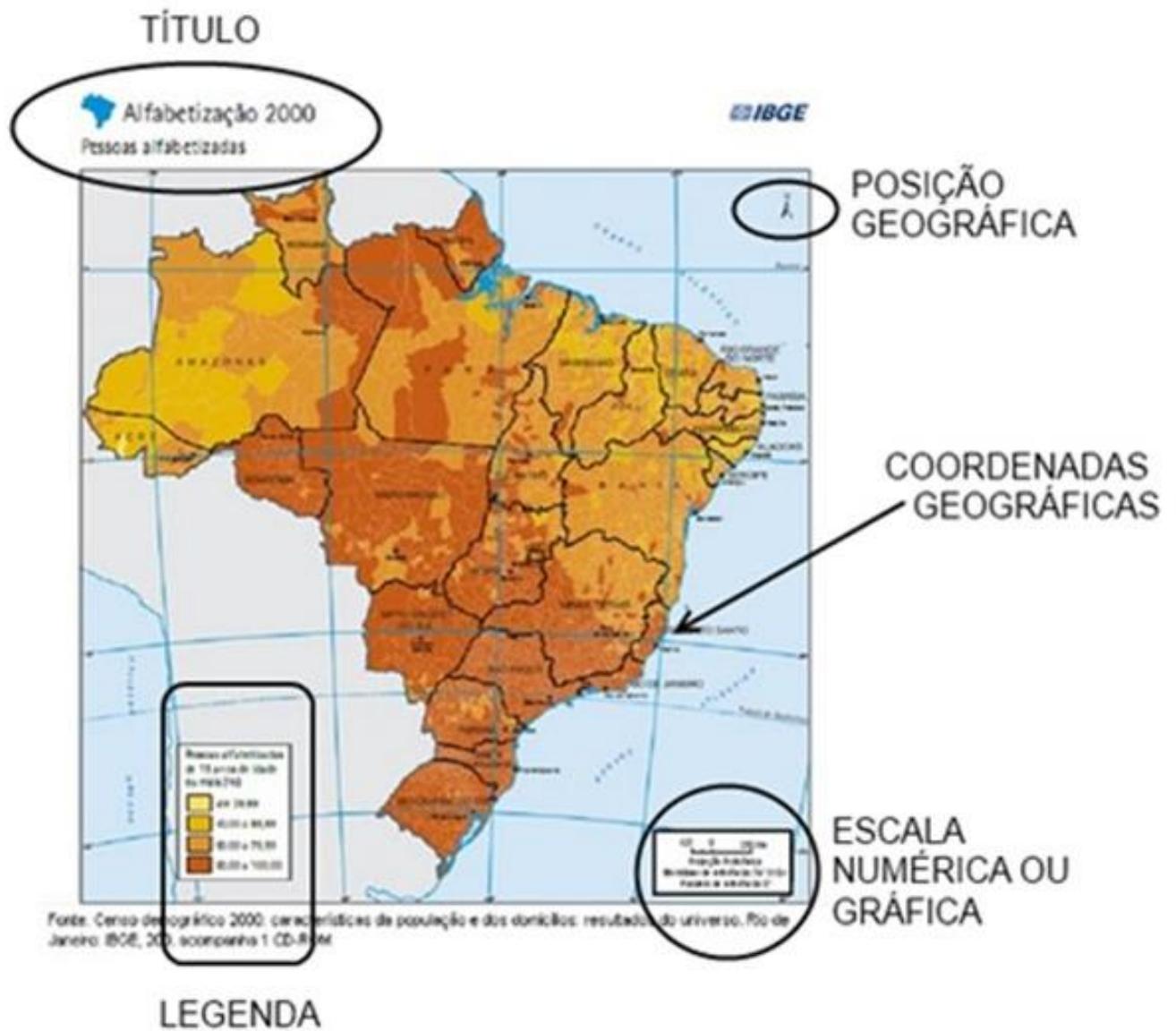


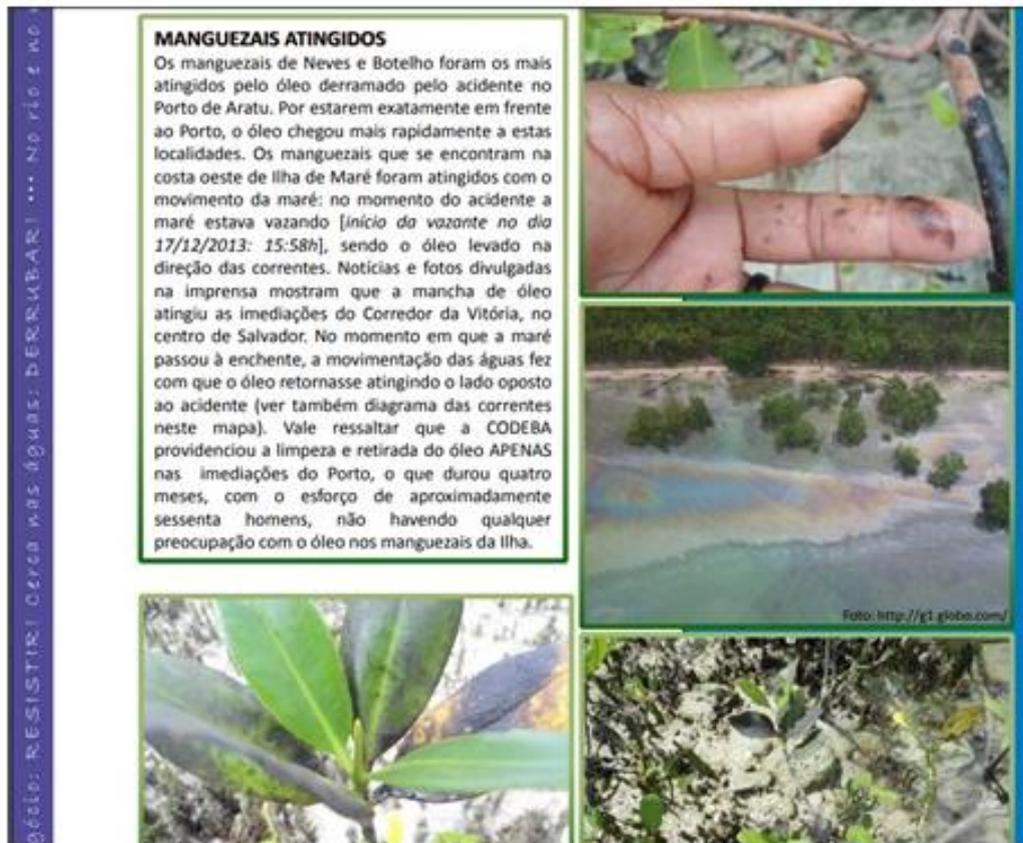
Figura 2.3.3-6: Mapa Biorregional e seus elementos apresentados de forma ressignificada.



Mapa Biorregional elaborado por comunidades quilombolas pesqueiras da região do Iguape, Cachoeira-Bahia, em 2011. Note que os elementos gráficos giram em torno da água, tema central tratado no mapa.

Fonte: Acervo Marsol (2018).

Figura 2.3.3-7: Recorte do Mapa “17/12/2013: Explosão e Vazamento do Navio Golden Miller/Porto de Aratu: IMPACTOS AMBIENTAIS NO TERRITÓRIO PESQUEIRO DAS COMUNIDADES DE ILHA DE MARÉ.



de Bananeiras, pintadas com pincel e tinta guache. Fonte: Acervo Marsol (2016).



Fonte: Acervo Marsol (2018).

### 3. ILHA DE MARÉ OFICIAL: OLHANDO DE FORA PARA DENTRO

#### 3.1. A Baía de Todos os Santos (BTS)

A história da Baía de Todos os Santos coincide com a história do Brasil colonizado. Em 1501 Américo Vespúcio batizou a conformação geográfica descoberta, em homenagem ao Dia de Todos os Santos, comemorado originalmente na Europa. Entretanto, a baía já possuía um nome de batismo oriundo dos nativos locais que vieram a ser exterminados pelo processo civilizatório português:

E no começo tudo era Kirimurê, grande mar interior dos Tupinambá. [...] (ARAÚJO, 2011, p. 51).

Kiryuré-Paraguaçu, a Salvador ocupada pelos tupinambás depois da expulsão dos tupinambás para os sertões, começou a receber entre 1500 e 1501 navios exóticos tripulados por homens brancos. A 1<sup>o</sup> de novembro de 1501 é batizada a Bahia de Todos os Santos (*A baía di tutti santi*) por expedição de Gonçalo Coelho registrada por Vespucci. (MEIRA, 2006, p. 142).

Reconhecidamente a maior baía do litoral brasileiro, com 1052 km<sup>2</sup> de área total e aproximadamente 200 km de linha de costa, a BTS é um sistema estuarino típico, com morfologia condicionada por movimentos tectônicos em uma área delimitada pelas falhas geológicas de Salvador e de Maragogipe” (JUNIOR et al., 2009, p. 71).

A área é beneficiada por um clima ameno, de padrão quente e úmido; chuvas frequentes distribuídas ao longo do ano, com precipitação média anual de aproximadamente 2.100 mm/ano e índice pluviométrico superior a 60 mm/mês nos meses mais secos. A temperatura média é superior a 18° C, com amplitude térmica em geral inferior a 4° C, estando os extremos de temperaturas registradas nos meses de julho e março, para as mais baixas e mais altas, respectivamente, e o período de maior insolação compreendido entre os meses de janeiro e março. Os ventos predominantes são de SE, excetuando-se os meses de novembro a janeiro quando entram os ventos de E/NE. Durante o período do outono e inverno, acompanhando os ventos de S e SE, é comum a chegada das frentes frias.

Quanto à hidrografia, a “BTS recebe a descarga de três grandes bacias de drenagem, associadas aos rios Paraguaçu, Jaguaripe e Subaé, além de outras 91 pequenas bacias que geram um efeito de descarga difusa durante os meses

úmidos” (HATJE; ANDRADE, 2009, p. 71). Existe um aporte de água doce e matéria orgânica proveniente de inúmeros rios que deságuam na BTS, sendo o de maior volume o Paraguaçu. O zoneamento para controle ambiental da água, sedimentos e fauna marinha divide a BTS em cinco áreas (Fig. 3.1-1), definido pelo Centro de Recursos Ambientais (CRA, 1986). Ilha de Maré encontra-se na Área II, sofrendo influência direta dos rios Cobre, Macaco, Jacareacanga, São Paulo, Mataripe e Caípe, conforme demonstrado na figura adiante.

Figura 3.1-1: Áreas da APA BTS, definidas pelo Centro de Recursos Ambientais – CRA, para fins de Zoneamento.



Fonte: Simões (2009).

De todos os rios o de maior porte é o Paraguaçu (Área IV), que nasce na Chapada Diamantina, na Serra do Sincorá (município de Barra da Estiva) cuja bacia inclui parcialmente 83 municípios, e, faz um percurso aproximado de 500 km de extensão. Seu estuário é considerado afogado, com trecho navegável até as cidades históricas de Cachoeira e São Felix. Acima dos referidos núcleos urbanos está a barragem de Pedra do Cavalo, cuja construção causou impactos socioambientais com consequências que são até hoje discutidas. Em seguida o Jaguaripe (Área V) com nascentes no Município de Castro Alves, no Recôncavo que deságua no extremo sudoeste da BTS, incluindo parcialmente terras de 11 municípios; o Subaé (Área I), rio de origem lagunar em Feira de Santana, seu percurso passa por seis municípios e contribui para a adição de metais pesados na BTS (SIMÕES, 2009, p.36).

### 3.1.1. Dispositivos legais elaborados e não aplicados: para que servem?

Com o intuito de questionar a legislação existente em níveis federal, estadual e municipal de preservação do local onde Bananeiras está instalada – Ilha de Maré – convém citá-las como contraponto da realidade enfrentada pelos habitantes locais.

A Constituição da República Federativa do Brasil (1.988) delegou ao Poder Público e à coletividade a preservação pelo meio ambiente ecologicamente equilibrado e definiu como patrimônio nacional a Floresta Amazônica Brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira. Por sua vez, a Constituição do Estado da Bahia (1.989) considera patrimônio nos termos do art. 216: o Centro Histórico de Salvador; o Sítio do Descobrimento, inclusive suas áreas urbanas; as cidades históricas de Cachoeira, Lençóis, Mucugê e Rio de Contas; a Mata Atlântica, a Chapada Diamantina e o Raso da Catarina; a Zona Costeira, em especial a orla marítima das áreas urbanas, incluindo a faixa Jardim de Alá/Mangue Seco, as Lagoas e Dunas do Abaeté, a Baía de Todos os Santos, o Morro de São Paulo, a Baía de Camamu e o Arquipélago dos Abrolhos; os vales e as veredas dos afluentes da margem esquerda do Rio São Francisco; os vales dos Rios Paraguaçu e Contas; e os Parques de Pítuaçu e São Bartolomeu.

Os instrumentos municipais são consideráveis em Salvador, tais como: a Lei Orgânica (1990); Lei de Uso e Ordenamento do Solo (LOUOS, 1984, 1988) Plano

Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU 1985, 2016), Política Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (PMMA, 2015), Lei que estabelece o Código de Obras (1972, 1979, 1988, 1999, 2012 e 2017), e, mais recentemente o Projeto de Lei que cria o Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro (PMGC), que se encontra em tramitação pelos órgãos competentes. Segundo a Secretaria Cidade Sustentável (SECIS) o PMGC incluirá:

a Costa Atlântica e a Baía de Todos os Santos – a fim de melhorar a qualidade de vida das populações locais, a proteção dos ecossistemas, da beleza cênica e do patrimônio natural, histórico e cultural da cidade.

[...] a criação do Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro, Salvador também assume a responsabilidade de buscar esforços para atingir o padrão ambiental e estrutural definido pelo programa internacional de certificação para praias e marinas Bandeira Azul, determinado pelo FEE (Foundation for Environmental Education), em todas as praias do município. Ações relacionadas à educação e informação ambiental, qualidade da água de banho atendendo os métodos de balneabilidade conforme estabelecido pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente, gestão ambiental, segurança e equipamentos, já vêm sendo adotadas, por exemplo, na Ilha dos Frades. Localizada na Baía de Todos os Santos, a Ilha é primeira praia no Nordeste com certificação Bandeira Azul (SECIS, 2018).

Seria importante a implantação do sistema acima citado também em Ilha de Maré, porém, este não é o caso, como veremos na discussão do capítulo 6.

Cronologicamente dois instrumentos jurídicos foram criados para preservação das ilhas da BTS: c) Lei Municipal n.º 3.207 de 01/07/1982 e b) Decreto Estadual nº 7.595 de 05/06/1999:

A Lei Municipal n.º 3.207 de 01/07/1982 considera as Ilhas dos Frades e de Maré como Reservas Ecológicas..

O Decreto Estadual nº 7.595 de 05/06/1999 - devido às suas características e relevância ecossistêmica, a baía foi decretada como Área de Proteção Ambiental (APA), com cerca de 800 km<sup>2</sup>, por se apresentar como importante instrumento para a promoção do ordenamento do uso e ocupação das ilhas da Baía de Todos os Santos, visando o desenvolvimento de atividades econômicas adequadas à conservação dos recursos naturais conforme objetivos definidos:

I - preservar os remanescentes da floresta ombrófila;

II - preservar os manguezais, assegurando a diversidade genética da fauna nativa e seus processos evolutivos naturais, em especial a avifauna migratória;

III - proteger as águas doces, salobras e salinas;

IV - disciplinar o uso e ocupação do solo;

V - combater a pesca predatória pelo incentivo ao uso de técnicas adequadas à atividade pesqueira;

VI - promover o desenvolvimento de atividades econômicas compatíveis com o limite aceitável de câmbio do ecossistema (LAC). (BAHIA, 1999).<sup>11</sup>

### **3.1.1.1. O que define uma legislação/execução de políticas para a gestão pública: um diagnóstico apropriado**

Ao dedicar um artigo a uma porto-riquenha, Nepaulsingh (1996) *apud* Simões (2009), questiona as políticas públicas analisando as relações continentes/ilhas referindo-se a gestão americana sobre os seus domínios marinhos. Demonstra que a escala de prioridades sempre está aquém das planejadas e executadas no continente. Fato que, é possível se identificar no Brasil e, especificamente no Município de Salvador quanto a aplicação de ações fundamentais para a população insular. Portanto, oportuno se faz o registro, que, dentre os documentos oficiais consultados, apenas o Diagnóstico elaborado pela PMS apresentou a perspectiva de estabelecer

“Propostas de Intervenção”, que possam nortear futuras análises mais aprofundadas e o desenvolvimento de projetos no âmbito municipal, oferecendo às intervenções que venham a ser programadas pela Prefeitura de Salvador o respaldo necessário de conhecimento da realidade objetiva sobre a qual deverá atuar (PMS/Oceplan, 1982 p.10).

O estudo apresenta a caracterização física considerando o acervo paisagístico e arquitetônico, a descrição ocupacional e a tipologia das edificações de cada ilha/arquipélago, a análise da situação econômica com enfoque nas atividades de artesanato, pesca turismo; nos aspectos sociais a infraestrutura urbana, ou seja, abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza pública, energia elétrica, sistema viário, transporte, saúde, serviço médico, serviço odontológico, educação, associativismo e aspectos institucionais com relação ao

---

<sup>11</sup> Secretaria de Comunicação da Prefeitura Municipal de Salvador. [www.comunicacao.salvador.ba.gov.br/index.php/todas-as-noticias/](http://www.comunicacao.salvador.ba.gov.br/index.php/todas-as-noticias/) Acesso em 16/08/2018

arquipélago soteropolitano quando a Ilha de Madre de Deus que à época estava incluída nos limites municipais. A realidade que se apresentava no decorrer da pesquisa, com relevância para a Ilha de Maré podem ser resgatadas e comparadas à situação atual estudada. Segundo os dados do Censo de 1980,

Maré teve na década de setenta uma taxa de crescimento de 8,20%, enquanto as demais ilhas pesquisadas apresentaram um decréscimo populacional de 4,64% [...]. A pesquisa realizada demonstra que as atividades da Petrobras centralizadas em Madre de Deus não introduziram modificações significativas na estrutura ocupacional de Bom Jesus dos Passos, Frades, Maré e Maria Guarda. Além da pouca absorção de mão de obra local, as atividades industriais desenvolvidas no referido espaço não têm, através da tributação arrecadada pelo Estado, se revestido em benefício do Município e das populações circunvizinhas [...] e o município de Salvador com uma participação limitada e indireta em relação ao montante de capital que essas empresas fazem circular (PMS/Oceplan, 1982, p.46 - 48).

Informa também que a Ilha de Maré congregava o maior número de pessoas vinculadas aos setores de serviços ou de comércio.

Dos 43 serventes identificados, 58,1% reside nas localidades de Praia Grande, Santana, Bananeiras, Botelho e Itamoabo. Merecem igual destaque as atividades ligadas à construção civil, onde 60,7% dos pedreiros, carpinteiros e eletricitistas distribuem-se nos povoados citados. Os garis (quarta ocupação de maior destaque no conjunto das ilhas) concentram-se principalmente em Frades com 57,7% e em Maré com 38,5% [...] A concentração de serventes e de pessoas ligadas à construção civil em Maré decorre da proximidade desta ilha com a sede do município e com as indústrias do Centro Industrial de Aratu [...] A existência de uma demanda deste tipo de mão de obra por parte de empresas situadas nas imediações, vai ao encontro da grande oferta existente nas ilhas. Estas são geralmente mal remuneradas e exigem jornadas de trabalho bastante extensas (PMS/Oceplan, 1982, p.56-57).

Quanto a atividade pesqueira e a produção de renda em Maré detectaram que a comercialização perpassava pela via intermediária modificando as tradicionais relações de produção. Quanto ao turismo Frades e Maré lideravam a afluência de visitantes pela beleza natural, artesanato tradicional, comidas típicas e antigas obras de arquitetura. Em Maré especificamente, a praia de Itamoabo e a localidade de Oratório exerciam a atração para os moradores de Salvador e municípios do entorno da baía.

Não existem dados que indiquem o montante que esta atividade faz circular; percebe-se que em função das limitações citadas, o turismo não se constitui atualmente em uma atividade de grande

destaque no conjunto das ilhas. Entretanto, mesmo de forma limitada, esta atividade contribui para a economia das ilhas incentivando as atividades de pesca e artesanato. Vale ressaltar que só se deve promover alguma intensificação das atividades turísticas nas ilhas após medidas anteriores de preservação dos sítios e a adequada implantação de infraestrutura (PMS/Oceplan,1982, p.58-59).

Ao tratar dos serviços básicos e necessários à sobrevivência humana foram registrados dados sobre a utilização de cisternas coletivas, poços e coletas de água de chuva ou adquirida em outros locais:

A água disponível, além de não atender a demanda encontra-se inadequada para o consumo, apresentando em alguns casos elevados índices de contaminação conforme resultados de análises bacteriológicas, efetuadas com amostras de várias localidades. [...] Em Maré o quadro de abastecimento é também deficiente, mas a situação agrava-se por ser esta ilha a mais populosa. As fontes públicas existentes apresentam baixa vazão e suas águas são de má qualidade. A análise bacteriológica efetuada em uma fonte em Praia Grande revelou a necessidade de tratamento para que a água possa ser utilizada convenientemente. Em alguns lugarejos, a exemplo de Armenda e Maracanã encontra-se água de boa qualidade, porém pouco abundante. Devido a estas condições, uma das alternativas encontradas pela população é de se deslocar até a Base Naval de Aratu em barcos próprios para buscar água. Esta operação é demorada e gasta cerca de oito horas de viagem. O transporte é feito em toneis ou usando as próprias canoas com recipientes (técnica mais difundida). Este deslocamento só pode ser efetuado com mar calmo para impedir a mistura com água salgada. [...] Em Santana é comum a escavação de poços de pequeno diâmetro e pouca profundidade. A escavação é efetuada de forma precária e as águas encontradas apresentam um elevado índice de turbidez, com matéria sólida em suspensão, sendo necessário um longo período de decantação para que possam ser utilizadas (PMS/Oceplan,1982, p.63-64-65).

Com a mesma vulnerabilidade se apresenta a forma de escoamento a céu aberto de origem sanitária lançado em terrenos baldios, fossas sépticas precárias ou diretamente nas praias; sem uma programação de limpeza pública, a varrição e coleta de lixo ocorrem nos povoados de Santana e Praia Grande e nas praias de Itamoabo e Neves.

[...] O maior problema, porém, se concentra no destino dado aos detritos. Uma parte dele é enterrada na praia, contribuindo com a sua poluição [...] a outra parte é depositada em terrenos baldios para posterior incineração (PMS/Oceplan,1982, p.66).

Considerado no estudo o papel da PMS enquanto aspectos institucionais, em 1982, era significativo o número de servidores, com um quadro que se

aproximava a 500 (quinhentos). Para a descrição de Ilha de Maré e Madre de Deus, estavam alocados servidores conforme contingente abaixo discriminado<sup>12</sup>:

- Secretaria de Educação: 62 – 92
- Secretaria de Saúde: 04 – 61
- Secretaria de Finanças: 00 – 05
- Secretaria de Serviços Públicos: 13 – 37
- Depto de Conservação e Obras Públicas (DCOP): 58 - 114
- Depto de Urbanismo, Edificações e Loteamentos (DUEL): 00 – 01
- Coordenação de Desenvolvimento Social (CDS): 00 – 06
- Limpeza Urbana de Salvador (Limpurb): 44 – 125
- Total: 181 – 442 servidores

Observa-se que Maré apresentava o maior número de agentes públicos entre as ilhas do município obedecendo a cada órgão sem uma diretriz geral a ser seguida. “No plano das decisões, a sede de Salvador é o único elemento” (PMS/Oceplan,1982, p.80). Para todos os atos de intervenção, liberação e fiscalização nas ilhas, e com relação à arrecadação do IPTU e do ISS à tributação municipal:

[...] a parte insular do município contribui de forma decisiva para o desequilíbrio da já pesada estrutura financeira do município de Salvador, uma vez que o montante de tributos arrecadados é irrelevante quando se observa grandes glebas de terras ou mesmo ilhas inteiras sob o domínio de poucos (PMS/Oceplan,1982, p.82).

Passados 36 anos da realização do Diagnóstico, a interrogação fica por conta da ausência de propostas de intervenção conforme estava previsto e a sua efetivação tendo como foco a melhoria das condições de vida das comunidades. O estudo fornece elementos que podem ser elencados e comparados com dados atuais, e, verificar em termos gerais que o quadro social se degradou pelo descaso da gestão pública. A convicção de Nepaulsingh é, portanto, aplicável quanto a relação continente/ilhas no Município de Salvador.

---

<sup>12</sup> Total de servidores: Frades, 64; Bom Jesus, 79; Maria Guarda, 05 e Madre de Deus, 113. Fonte: PMS/Oceplan,1982. Quadro - 5 Servidores lotados nas ilhas do Município.1982. (obtido através de pesquisa direta nos órgãos da PMS).

### 3.2. Recifes de corais e Mata Atlântica

Integrando o cenário marinho da BTS, estão os recifes de corais que representam interessantes e frágeis ecossistemas, por sua alta biodiversidade e produtividade, com alto valor de natureza ecológica e socioeconômica (ver figuras 3.2-1 e 3.2-2). A grandiosidade deste ecossistema está relatada para a Bahia, onde a porção nordeste da BTS, especificamente nos domínios de Ilha de Maré, tem destaque:

A costa do Estado da Bahia abriga os recifes de maior diversidade biológica do Oceano Atlântico Sul e os recifes da BTS possuem uma biodiversidade similar aos recifes do Banco dos Abrolhos, a maior área de recifes de coral do Brasil (Laborel, 1969). No interior da BTS, os recifes de corais são encontrados na sua região nordeste. Estendem-se ao longo da costa oeste da cidade de Salvador, do sul da Ilha de Maré até a costa leste da Ilha dos Frades. Na entrada da baía [...], os recifes de corais ocorrem ao longo das costas leste e sudeste da Ilha de Itaparica. (BARROS JUNIOR et al., 2009, p. 225–226).

Existem, portanto, dois grupos distintos de recife: os internos, localizados nas águas abrigadas da baía; e os externos, localizados na entrada da baía onde já se apresenta o regime de mar aberto. A área onde se encontra a Ilha de Maré é caracterizada como um ambiente abrigado onde os recifes não afloram na maré baixa. Segundo (BTS), nas proximidades da linha de contorno ao CIA, incidem os recifes internos, onde são encontradas 15 das 19 espécies de corais<sup>13</sup>. Além da grande diversidade e da existência de recifes em bom estado de conservação, os autores apontam que a sua maioria se encontra em declínio e alguns, já degradados, sendo os recifes internos os mais alterados, observados na comunidade recifal a partir da comparação com trabalhos anteriores (BARROS JUNIOR, et. al., 2009). Devido a grande importância na produção pesqueira e consequente qualidade de vida das comunidades, vou me permitir transcrever uma longa, porém necessária citação que qualifica a situação de degradação dos recifes

---

<sup>13</sup> S. michelini, M. decactis, A. agaricites, S. stellata, S. radians, P. astreoides, P. branneri, F. grvida, M. cavernosa, M. harttii, M. hispida, S. wellsi, Meandrina braziliensis, Phyllangia americana e M. alcornis (BTS).

de coral dentro da BTS, causada, segundo os estudiosos/pesquisadores, pela pressão do desenvolvimento local:

Nos recifes internos foram observadas as maiores mudanças na comunidade recifal a partir da comparação com trabalhos anteriores. Ao comparar o levantamento de Laborel (1969) nos recifes da Ponta de Toque-Toque, ao norte da praia de Inema em 1962, com o trabalho realizado por Cruz (2008), em 2007 nota-se grandes mudanças na comunidade dos corais. A distribuição atual das espécies *Mussismilia braziliensis*, *P. branneri*, *M. harttii* e *Millepora nitida* está restrita aos recifes externos e ou às áreas de maior renovação de água, na entrada da BTS, nos recifes externos. Estas espécies estão descritas como presentes na ponta de Toque-Toque em 1962, bem próxima do Centro Industrial de Aratu (CIA). Foi justamente na década de 1960 que ocorreu o maior crescimento industrial no entorno da BTS acompanhado do crescimento da cidade do Salvador (Souza Santos et al., 2000). Como consequência deste crescimento urbano e do desenvolvimento industrial ocorreram vários eventos de poluição quer crônica por efluentes industriais e esgotos domésticos, derramados durante décadas, ou durante grandes acidentes pontuais, a exemplo do grande derramamento de 48.000 l de petróleo bruto, em 1992 (Orge et al., 2000) e o derramamento de 900 kg de mercúrio na Enseada dos Tainheiros (Wasserman e Queiroz, 2004). A perda da qualidade da água da baía pode ter causado uma extinção local na maioria dos seus recifes internos. Isto é apoiado pelo fato destas quatro espécies estarem presentes hoje nos locais onde a dinâmica de renovação de água garante uma maior presença de água oceânica, muito mais limpa que a água do interior da baía (BARROS JUNIOR et al., 2009, p. 232).

Os autores supracitados também registram a utilização a exploração dos recifes para a fabricação de cimento até a década de 1980 como mais uma fonte de degradação.

Região de grande beleza cênica e ecossistemas ricos em biodiversidade, apresentando extensas áreas de manguezais ainda bem conservados, principalmente na região da contra-costa da Ilha de Itaparica, na Baía de Iguape, em Salinas da Margarida e Jaguaripe; remanescentes de Florestas Ombrófila (Mata Atlântica) em Ilhas como Itaparica, Frades, Matarandiba, Fontes, Bimbarras e Monte Cristo; e recifes de corais na costa das Ilhas de Itaparica, dos Frades, Maré e na Laje da Ipeba. (INEMA, 2017)

E esta é a descrição oficial quanto aos aspectos vegetacionais da BTS como um todo, sem, contudo, haver referência específica à Ilha de Maré.

Figura 3.2-1: Cartograma recifes de coral na BTS.

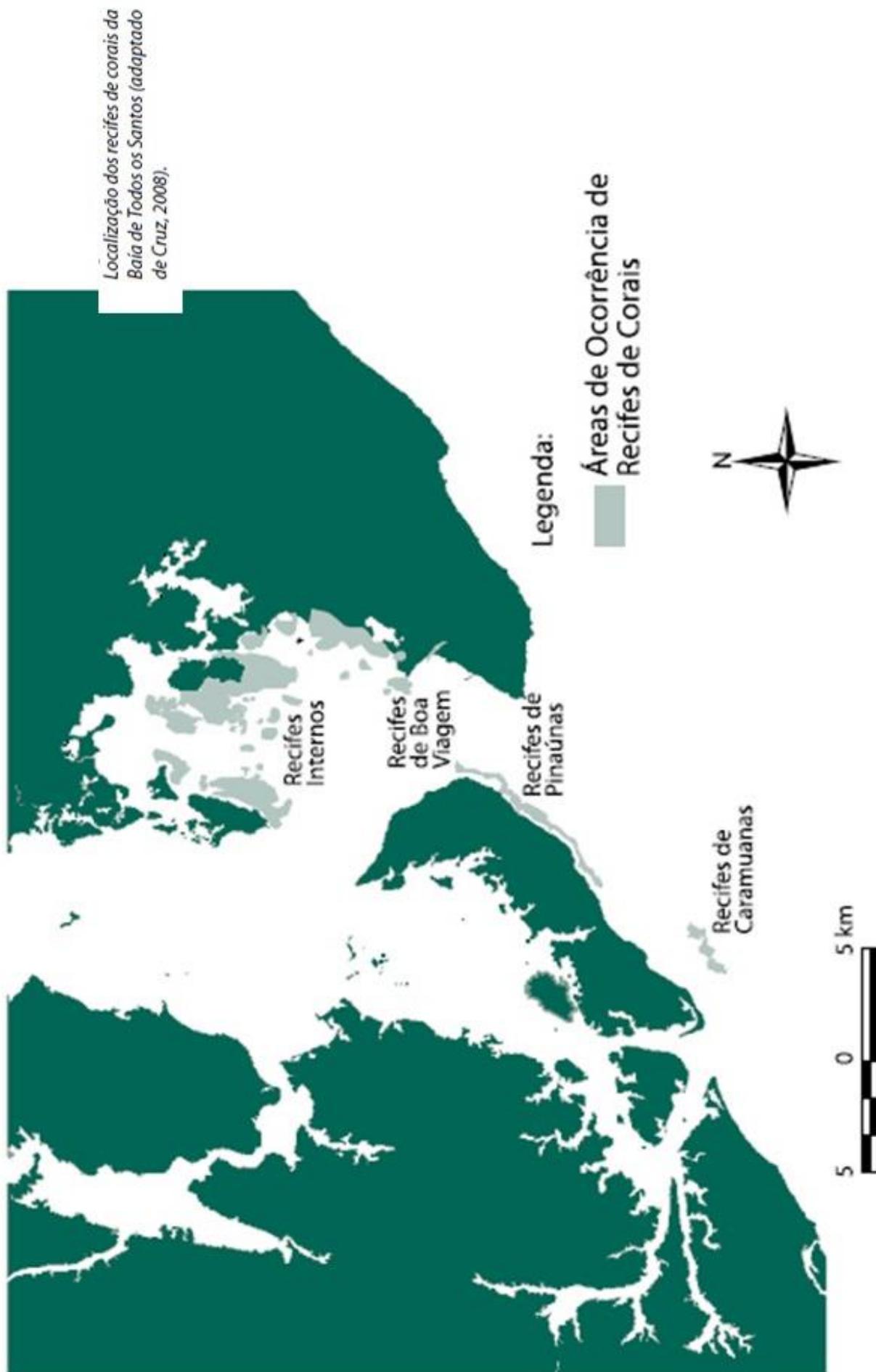


Figura 3.2-2: Corais da BTS



Como característica comum a maioria das ilhas e ilhotas da BTS, salta aos olhos a presença de remanescentes de Mata Atlântica em vários estádios de regeneração, principalmente nas porções mais internas das ilhas, bem como de manguezais e restingas, em suas bordas.

### 3.3. Ilha de Maré e inserção político-administrativa

Quanto à configuração e reconfiguração municipal do seu entorno nem sempre foi como a atualmente apresentada. Faz parte de uma formação político-administrativa dinâmica, integrando a Região do Recôncavo Baiano, onde os municípios são formados e divididos de acordo com a posição alcançada dentro da escala do desenvolvimento industrial. Composto hoje por 33 municípios, “o Recôncavo foi sempre mais um conceito histórico, que uma unidade fisiográfica” (SANTOS, 1998, p. 62), sofrendo variação em suas dimensões no tempo, de acordo com os ciclos produtivos locais de cada momento, mantendo, no entanto, a herança cultural, materiais e imateriais relativas aos dados ciclos.

Para a totalidade do Brasil o IBGE reporta que até 1950 poucas unidades federadas possuíam mais de 50% de seus municípios constituídos, havendo um sensível crescimento entre 1950 e 1970, imprimindo alterações significativas no número e delimitação geográfica das suas unidades político-administrativas, com intensa fragmentação municipal, dinâmica sofreu uma desaceleração entre 1970 e 1980, passando a aumentar até 1990, como mostrado na figura 3.3-1, referente ao número de municípios recenseados (e instalados) no Brasil, nos anos de Censos Demográficos e Econômicos, 1872-2000.

A mesma situação é perfeitamente observada para o Estado da Bahia, assim como para o município de Salvador, que deu origem a 15 municípios no Recôncavo, a partir de sua fundação em 1549, sendo seis por desmembramento direto, conforme esquematizado na figura 3.3-2. Nota-se que no período posterior ao início da extração do petróleo na Bahia, foram criados mais 10 municípios.

Atualmente, um bairro de Salvador, instituído pela Lei 9278 de 29/09/2017, Ilha de Maré possui 4.236 habitantes, distribuídos em 4 unidades censitárias. Destas, as comunidades localizadas mais ao norte da Ilha, com certificação quilombola, foram delimitadas pelo INCRA, perfazendo um total de 644,7 hectares.

A área engloba as comunidades de Bananeiras, Ponta Grossa, Porto dos Cavalos, Martelo e Praia Grande, descritas pelo RTID, relativo ao processo de delimitação. O Território quilombola está demonstrado na figura 3.3-3 adiante.

O PDDU vigente faz referência à Ilha de Maré, direcionando ações a serem desenvolvidas localmente, por se tratar de uma Área de Proteção Ambiental (APA). No Art. 257, apresenta ações específicas para as ilhas e ilhotas da APA BTS:

I - promoção de gestões junto ao Governo do Estado para conclusão do zoneamento ambiental da APA e do Plano de Manejo da Ilha de Maré, com a participação do Município de Salvador nos assuntos pertinentes ao seu território;

II - implementação de política de desenvolvimento sustentável que concilie a conservação do ambiente natural com a proteção das características socioculturais das populações nativas, resguardando a característica das ilhas como espaços singulares e diferenciados do restante do Município, preservando os núcleos de pesca e veraneio, turismo e incentivando a produção econômica artesanal;

V - tratamento específico na regularização fundiária – urbanística e jurídica legal – das comunidades da Ilha de Maré, que possuem certificação ou auto atribuição como quilombolas;

Por fim, o PDDU reconhece a Praia das Neves como Áreas de Proteção Cultural e Paisagística (APCP). (SALVADOR, 2017)<sup>14</sup>.

Estes são os dados formais e oficiais que caracterizam Ilha de Maré, e que não conseguem, portanto, alcançar a situação socioambiental vivida pela população. Contraponto é feito por alguns trabalhos acadêmicos que buscam visibilizar aspectos, principalmente voltados à situação pesqueira como será referenciado adiante. Os capítulos seguintes buscarão contemplar tal caracterização, após a imersão no lugar, propiciado pelas ações do Mapeamento Biorregional.

---

<sup>14</sup> [www.sucom.ba.gov.br](http://www.sucom.ba.gov.br)

Figura 3.3-1: Número de municípios recenseados (e instalados) no Brasil, nos anos de Censos Demográficos e Econômicos, 1872-2000<sup>15</sup>

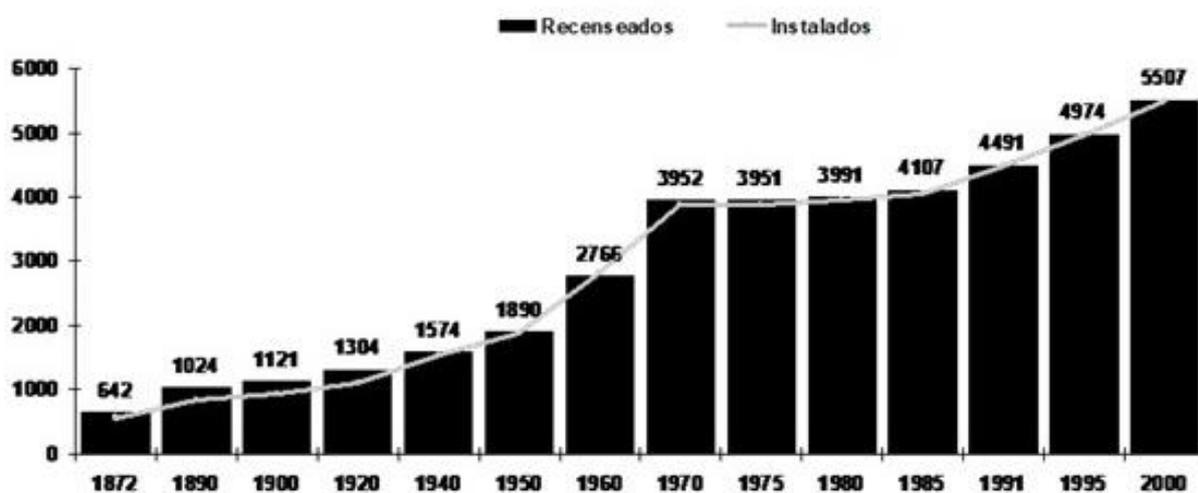
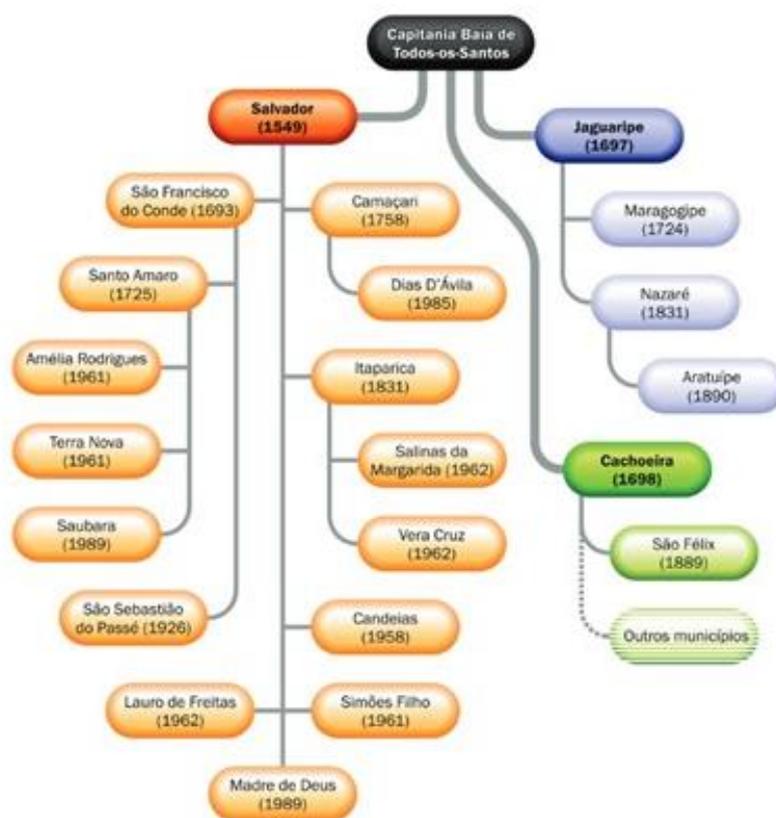


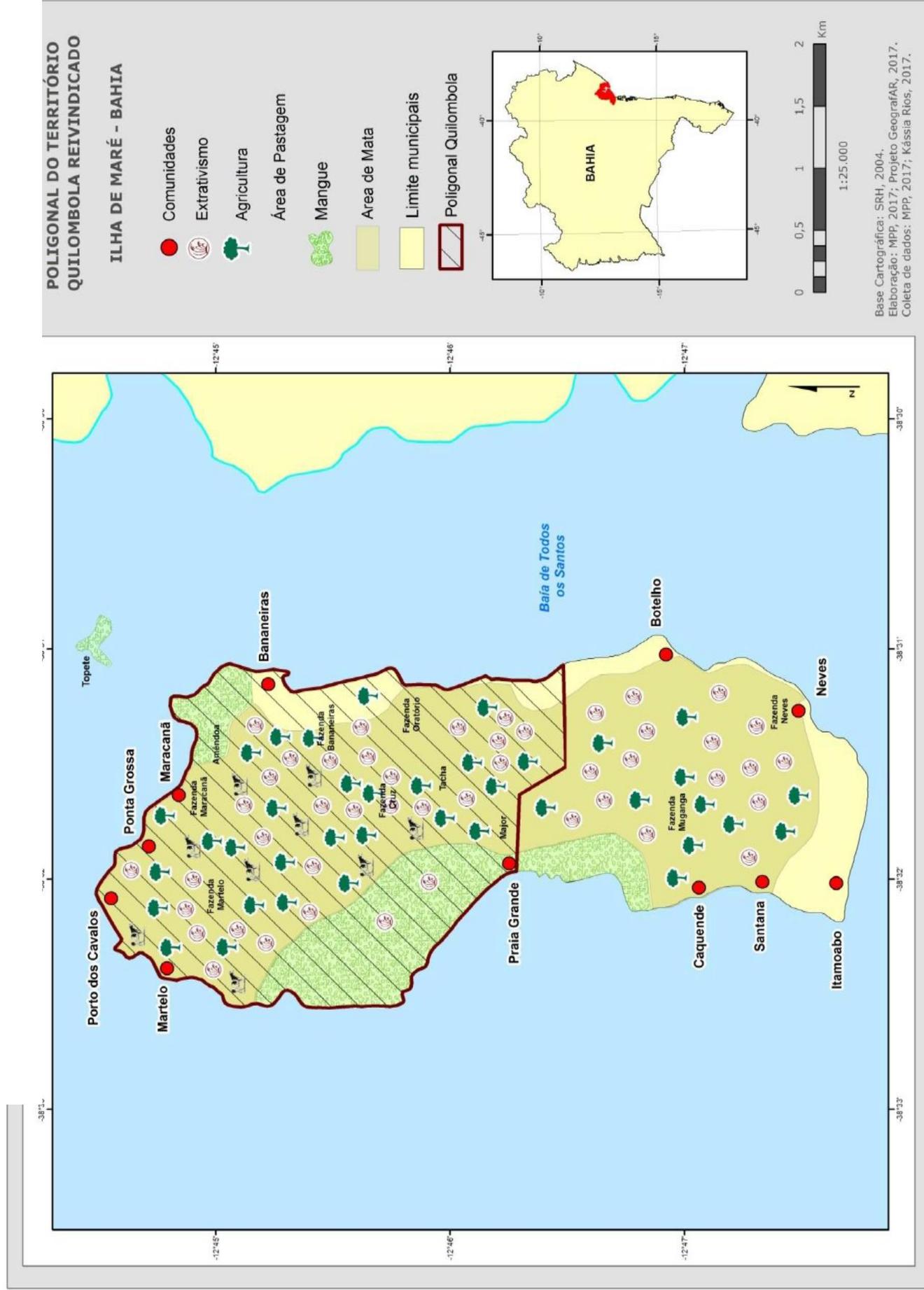
Figura 3.3-2: Desmembramento do Recôncavo - Estado da Bahia. Criação dos municípios quanto a sua origem – 1549 a 1989

Fonte: ipeadata.gov.br



<sup>15</sup> Eustáquio Reis, Márcia Pimentel e Ana Isabel Alvarenga. IPEA/DIMAC utilizando a Malha Municipal Digital do Brasil 1997 (IBGE/DGC/DECAR). Disponível em [www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br). Acessado em 19/12/2017.

Figura 3.3-3: Poligonal do Território Quilombola reivindicado pelas comunidades de Ilha de Maré.





**Figura 4-1: Chegando em Bananeiras**



**Figura 4-2: Bananeiras vista do alto**



**4. O LUGAR DA VIDA,  
POR BANANEIRAS**

**Bananeiras** é uma das 11 comunidades de Ilha de Maré, localizada na sua costa nordeste: um povoado tipicamente insular, pesqueiro, sem presença de veículos automotores terrestres, que recebe quem se lhe apresenta com um cenário bucólico digno do seu *modus vivendi*: são dezenas de barcos atracados; mulheres à porta das casas no ofício de catar mariscos; homens adultos e idosos pescando em canoas ou descansando à porta de casa ou à sombra de uma árvore tecendo redes de pesca ou simplesmente observando o dia; e crianças plenas de energia correndo e saltando de uma a outra canoa ou destas ao mar em alegria contagiante (ver cenário de chegada na comunidade na Fig. 4-1).

Início este capítulo resgatando a voz dos idosos, que têm na memória algumas pistas sobre a história da formação de Bananeiras, ou mesmo testemunharam importantes fatos da história mais recente de sua ocupação; passo pelos que estão em plena atividade produtiva, os considerados integrantes da idade adulta; e por fim, mas não menos importante, dialogo com a juventude que também descreve a Bananeiras que eles enxergam e convivem assim como a que eles aspiram: foram os jovens os principais interlocutores deste processo de mapeamento geográfico-histórico, que buscavam na memória dos mais velhos o resgate de suas origens e da origem do lugar.

Antes, porém, é necessário contar como o entorno da área em análise foi habitado primordialmente e passou por modificações dentro deste processo de desenvolvimento que aqui será relatado e analisado.

#### 4.1. A história da formação do lugar (a Ilha) e sua relação com a área continental

O processo de construção do MB do povoamento de Bananeira revelou toda a história guardada na memória da comunidade sobre suas origens e o processo de formação do lugar. Diversos foram os diálogos realizados sobre a maneira de ocupação, aos poucos desvelada e organizada suas raízes históricas mescladas de narrativas indígenas, africanas e européias. A cada memória está associado um fato/acontecimento, já registrado em separado por diversos autores, e, por sua vez, reunidas aqui e unificadas à memória local e à realidade apresentada no momento presente, possibilitando compreender a dinâmica espaço-temporal do lugar. Patrimônios históricos materiais preservados ou não; nomenclaturas com diversas origens linguísticas que se misturam; práticas religiosas, alimentares e produtivas; são as peças de um grande quebra-cabeças que, uma vez encaixadas, revelam as dinâmicas territoriais que o fazem lugar único com pessoas de origem sofrida, mas com de força e orgulho de ser mareense.

Só vinham os homens fugidos e eles roubavam as mulheres que na época eram marisqueiras para os brancos. Naquele tempo moravam no meio da Ilha (na Paciência) para ninguém ver de fora. Lá eles plantavam e também mariscavam. Sr. Djalma

Antes da chegada dos portugueses à *Kirimurê*, que a batizaram inicialmente com o nome de *Bahia de Todos os Santos*, já existia um histórico de conflitos territoriais estabelecidos entre os então habitantes locais:

Os tupinambás haviam se apossado da região, após terem expulsado os tupinaês para o interior das matas do rio Paraguaçu. Porém, antes destes, ali teriam vivido grupos Gê, provavelmente Kiriri. (ARAÚJO, 2011, p. 74).

A história da ocupação da área remonta aos índios Tapuias (não Tupi), Tupinambás e Tupinaês, da nação Tupi, havendo registro de 47 aldeias na área atualmente conhecida como Recôncavo Baiano. Estudos arqueológicos importantes constataram que a partir do século IX populações ceramistas de produção tipicamente uniforme, iniciaram suas instalações na BTS, mais especificamente nas proximidades do riacho Guipe, na Baía de Aratu. Estes grupos foram identificados pela primeira vez por Valentin Calderón, que lhes nominou de povos Aratu. As tribos indígenas do entorno da baía, que já apresentavam um

histórico de disputas territoriais entre si, foram completamente dizimadas pelas tropas portuguesas a partir do século XVI, com o início da ocupação portuguesa, sendo uma das primeiras a serem colonizadas pelo império, devido à sua localização e características naturais, que ao mesmo tempo oferecia abrigo com condição de defesa, solos cultiváveis e condições de transporte para escoamento de mercadorias. Foi estabelecido ali o território colonial português, transformando as terras do Recôncavo em monoculturas de cana de açúcar que alimentavam os engenhos que já começavam a se instalar (ARAÚJO, 2011).

As tentativas de escravização dos índios tupinambás, pelo donatário da Capitania da Bahia, Francisco Pereira Coutinho, obtiveram como resposta, em 1540, uma revolta indígena, onde foram incendiados os poucos engenhos que já haviam sido construídos nas cercanias da atual Salvador. Em 1548, a corte portuguesa convencida da necessidade de “uma intervenção organizada do Estado português para assegurar o domínio sobre as terras do Brasil” (ARAÚJO, 2011, p. 52), determina que se construa:

- a) uma cidade-fortaleza plantada na entrada da baía, sede administrativa, posto militar e porto ligado às rotas atlânticas portuguesas;
- b) uma rede de engenhos fortificados implantados em todo o recôncavo da baía e interligados por via aquática à cidade;
- c) um sistema de navegação interior capaz de interligar cada engenho à cabeça do sistema. (ARAÚJO, 2011 p. 52).

Cria-se então para a colônia, a gestão dos governadores gerais com o objetivo de construir a cidade: Tomé de Souza (1549-1553) tinha a tarefa de conquistar a Kirimurê através de “uma guerra sem tréguas contra os Tupinambá, expulsando-os da sua terra ou escravizando-os para o serviço nos engenhos de açúcar que progressivamente iam se levantando. Esta guerra foi mais violenta depois da partida de Tomé de Souza, quando assumiu Duarte da Costa, e posteriormente, o terceiro governador Geral, Mem de Sá. Este cuidou de dizimar os tupinambás na área através de guerras cruentas, expulsando-os para cerca de 40.000 léguas do recôncavo ou escravizando os que permaneceram executando o trabalho na lavoura, os quais passaram a ser chamados de gentios. A área de Matoim/Bocca do Rio/Caboto estava sob a dominação indígena ao menos até o ano de 1555 (PINHO, 1982; SANTOS, J., 2008).

A união das condições portuárias oferecidas pelo local ao massapê característico da localidade favoreceu o desenvolvimento do cultivo da cana de

açúcar, permitindo a rápida proliferação dos engenhos nas bordas da baía e rios, seguindo posteriormente em direção às terras interiores do Recôncavo Baiano. Referência direta é feita à Ilha de Maré, quando Gabriel Soares de Souza, em seu clássico “Tratado Descritivo do Brasil em 1587”<sup>16</sup>, descreve as fazendas, os canaviais e os engenhos com suas capelas, ermidas ou mesmo igrejas que foram edificadas em seu entorno:

Defronte desta ponta está o fim da Ilha de Maré, daqui torna a fugir a terra para dentro, fazendo um modo de enseada em espaço de uma légua, que toda está povoada de nobres fazendas e grandes canaviais, no cabo da qual está um formoso engenho de água de Tomás Alegre, que tem uma ermida de Santo Antônio mui bem concertada. (SOUZA, G., 1971, p. 149).

A cartografia da época (Fig. 4.1-1) registrava a distribuição dos engenhos às margens da BTS, trazendo a magnitude do tipo de ocupação que não somente marcou uma época como deixou a inquestionável herança cultural material e imaterial enraizada no Recôncavo. As marcas indígenas, africanas e europeias são encontradas não somente na estrutura física das antigas construções como nas formas de produção de terra e água com seus saberes e fazeres, assim como nos hábitos alimentares e tradições religiosas (figura 4.1-2).

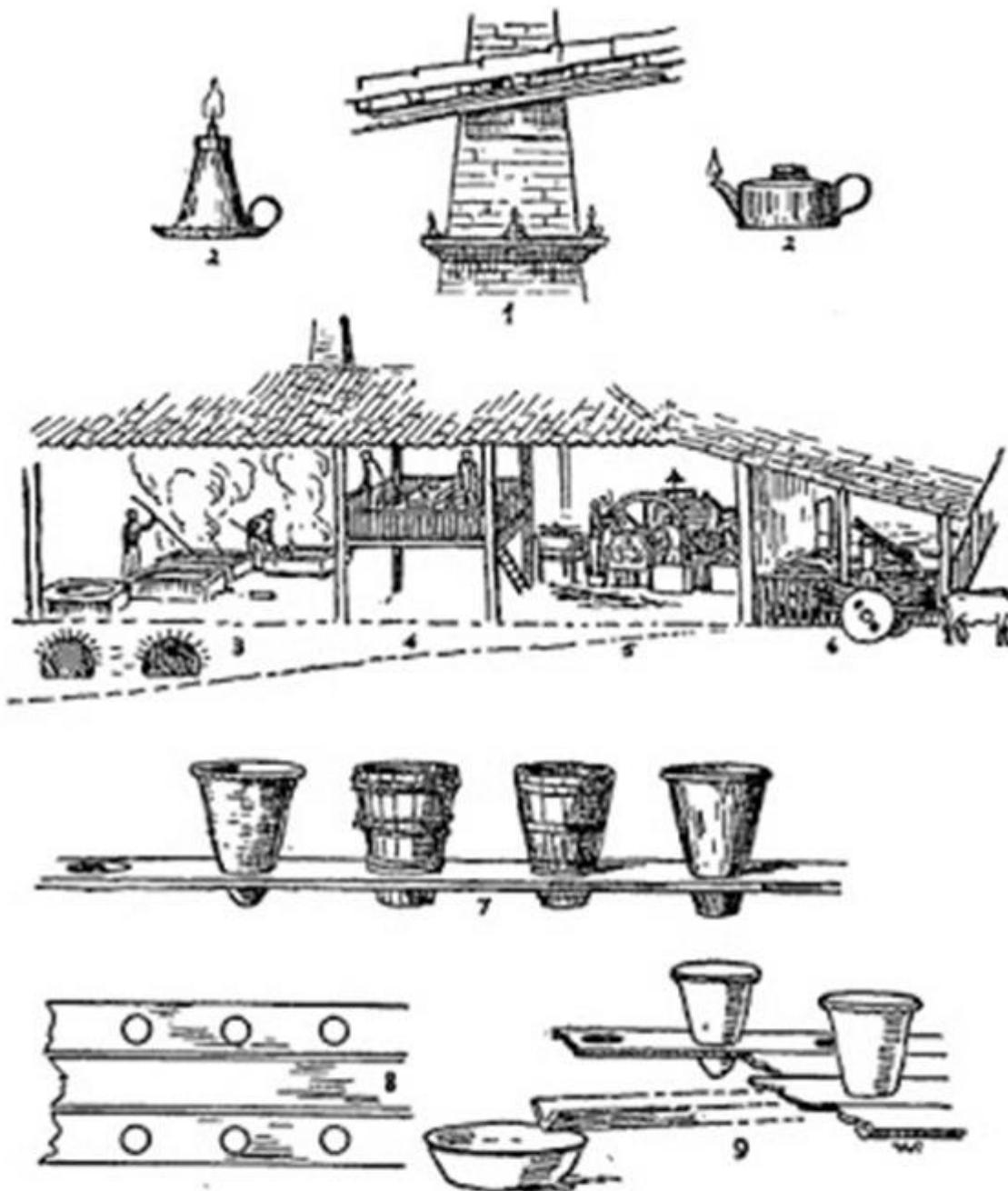
Do patrimônio material, ressalto aqui a arquitetura dos casarões coloniais que ainda podem ser encontrados no local, a exemplo do Engenho Freguesia; as ruínas do Engenho Caboto e a Igreja da Nossa Senhora do Ó, em Candeias; e tantos outros que serão citados adiante. Alguns foram transformados em patrimônio histórico, registrado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN). O mapeamento da distribuição histórica dos engenhos identificados, mapeados por visita, em conjunto com aqueles obtidos por meio da compilação de informações secundárias, para o entorno imediato da porção nordeste da Baía de Todos os Santos, encontra-se expresso na figura 4.1-3.

---

<sup>16</sup> A obra histórica intitulada “Tratado descritivo do Brasil em 1587” será aqui referenciada como Souza, G., (1971), por ser o documento consultado, na sua 5ª edição.

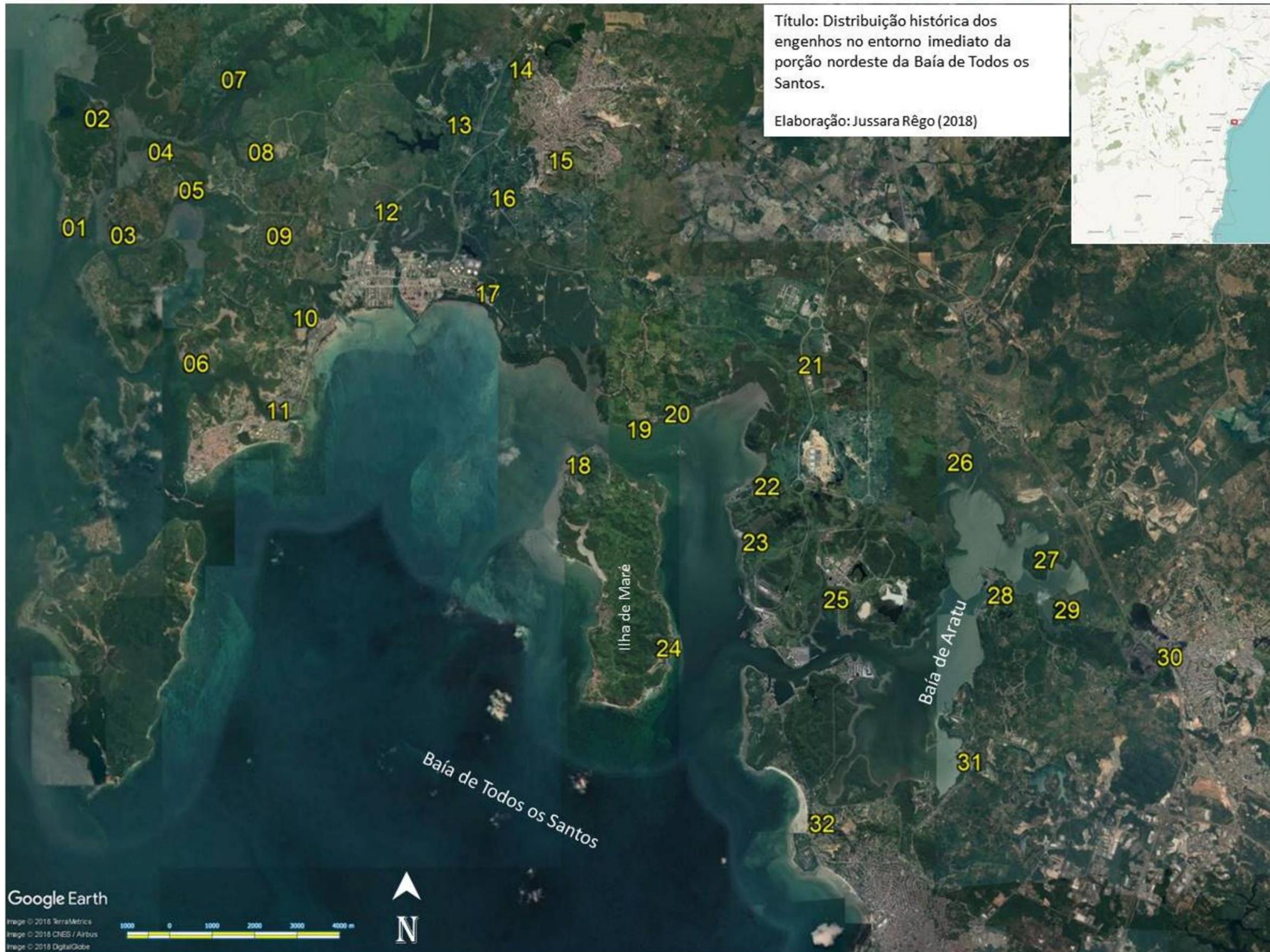


Figura 4.1-2. Registros de equipamentos da época colonial que compunham a atividade produtiva histórica no Recôncavo.



*Minúcias de um engenho: 1 — chaminé com rebordo em que se assentam candeeiros de azeite, para a iluminação; 2 — “fifós” de azeite e posteriormente de querosene, para iluminação; 3 — fornalhas e tachas de corinhamento; 4 — “sobradinho” onde o feitor inspeciona os trabalhos e aponta as meladuras, e, nos dias de botada, os convidados assistem ao início dos trabalhos; 5 — máquina a vapor, moendas, mesa de canas; 6 — “picadeiro” e carro descarregando; 7 — evolução das fôrmas de açúcar: de barro, de madeira com atracos de corda, de madeira com atracos de ferro, de ferro zincado; 8 — tâbuas de furo e de passar; 9 — fôrmas na casa de purgar em tâbuas de furo e tâbuas de passar de permeio, e o coxo que leva a uma tacha o “mel de furo”.*

Figura 4.1-3: Distribuição histórica dos engenhos no entorno imediato da porção nordeste da Baía de Todos os Santos.



LEGENDA

Número	Engenho
1	São João
2	das Fontes
3	Ferrolho
4	de Belchior Dias Porcalho
5	de Baixo
6	de André Fernandes
7	de Antônio da Costa
8	das Almas
9	do Meio
10	de Miguel Batista
11	de Martin Carvalho
12	Mataripe
13	do Tanque
14	Pitanga
15	São Paulinho
16	São Paulo
17	Coqueiros de Mataripe
18	Martelo
19	de Luis Gonçalves Varejão
20	de Tristão Rodrigo
21	Jacarecanga de Cristovão de Barros
22	Caboto
23	Freguesia de Sebastião de Farias
24	Botelho
25	Matoim
26	de Jorge Antune
27	de Gaspar Dias Barbosa
28	Mapele de João Gordilho
29	Cotegipe
30	Novo de São João
31	Aratu de Sebastião de Faria
32	de Paripe de Afonso de Torres/Baltasar Pereira

#### 4.1.1. Dos monumentos históricos às religiosidades

As casas-grandes com pátio são as maiores, mais robustas e nobres. Duas delas exibem o brasão da família, as dos engenhos Freguesia e Cinco Rios. Outras duas apresentam também pinturas no teto de suas capelas, o Freguesia e o Matuim. A vigência dessa tipologia vai de 1683, com a casa-grande de João Rodrigues Argolo, em Cachoeira, e termina em meados do século XVIII com as casas-grandes dos engenhos Matoim, Caboto, Freguesia, Cinco Rios e Paramirim, todos nas proximidades da Baía de Aratu e construídos ou reconstruídos pela família Rocha Pita. Apenas o Matuim possuía um verdadeiro pátio, com corredor articulando os cômodos, na tradição mediterrânea. Nos demais casos eram meros poços de iluminação e ventilação. Isto é compreensível em casas que chegavam a ter seis salas, 22 quartos totalizando 1.860 m<sup>2</sup>, como no Engenho Freguesia. Sempre implantadas em encostas, em pelo menos dois casos, engenhos Freguesia e Caboto, se ingressava diretamente no pavimento nobre. (ARAÚJO, 2011, p. 240).

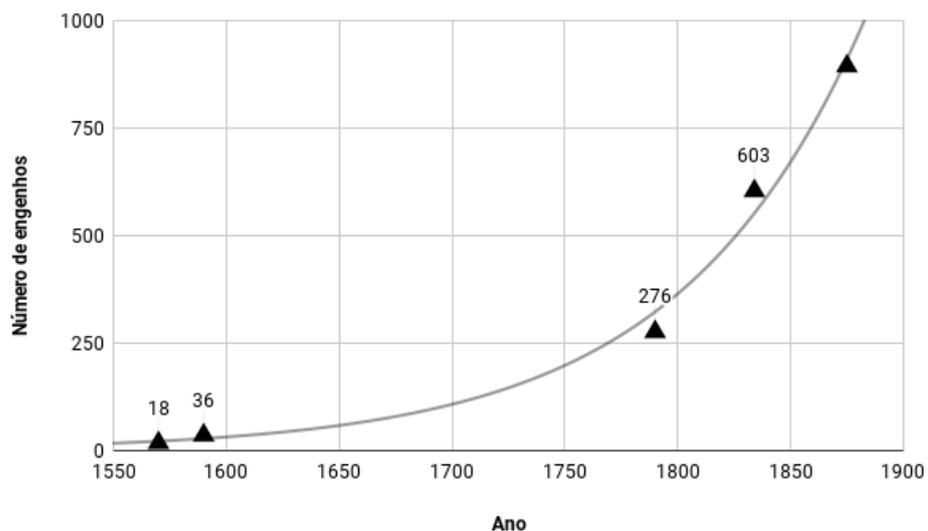
O ciclo da cana de açúcar foi responsável por uma configuração arquitetônica bastante especial da área: em todo o entorno da Ilha e mesmo no seu interior eram encontradas centenas de fazendas dos nobres proprietários, as quais eram compostas, além da área de lavoura da cana de açúcar, que por vezes incluía outras culturas como tabaco e mandioca, por uma quase sempre suntuosa casa de moradia, um engenho e uma capela, ermida ou igreja.

Os números relatados são expressivos. Segundo Araújo (2000), em 1570, o cronista Pero de Magalhães Gandavo já havia identificado a existência de 18 engenhos em funcionamento. Souza, G. (1971), indicava que em menos de quatro décadas após a fundação da Cidade do Salvador, o Recôncavo já contava com 36 engenhos, havendo mais quatro em construção, com produção que ultrapassava 120.000 arrobas de açúcar. Araújo (op. cit.), em uma expressão de lamento pela destruição completa da Mata Atlântica para a expansão dos canaviais e queima de sua madeira nas fornalhas de açúcar, revela que no final do século XVIII já existiam 276 engenhos na Bahia, saltando para 893 no ano de 1875, dando consistência ao ciclo da cana de açúcar que alimentava o mercado internacional. É importante salientar que os fazendeiros estavam protegidos pela lei datada de 1688 e reforçada em 1701, que proibia a criação de gado em uma faixa de 10 léguas, o

que corresponde a aproximadamente 60 km, a partir da beira-mar e rios, de forma que os pastos não competissem com seus canaviais e lavouras de fumo. (Araújo, 2011, pág. 209).

Tal quantificação ilustra a tendência de crescimento destes tipos arquitetônicos produtivos, cuja densidade imprimiu uma conformação da paisagem característica da época, com estilo colonial marcante. A Fig. 4.1.1-1 apresenta um crescimento exponencial do número de engenhos daquela época. Tal ritmo foi cortado pela conjuntura formada pelo processo abolicionista e deslocamento da atividade econômica para o ciclo do café e do ouro, na direção sudeste e centro do Brasil.

Figura 4.1.1-1: Número de engenhos instalados no Recôncavo Baiano no período do ciclo da cana de açúcar.



Elaboração: Jussara Rêgo (2018)

Destaco aqui a apresentação dos engenhos Mataripe, Aratu e Freguesia, com suas capelas (figuras 4.1.1-2, 4.1.1-3, 4.1.1-4 e 4.1.1-5) e a Igreja das Neves (fig. 4.1.1-6), assim como algumas ruínas pela maior proximidade e influência direta na área em estudo. No entanto, apresento uma exibição mais abrangente deste patrimônio para o entorno da área, às margens da BTS N/NE, que amplia a visualização da geoiconografia do lugar desenhada no período colonial.

Como um dos mais importantes, o Engenho Freguesia como é conhecido hoje, pode ser encontrado sob o nome de Novo Caboto ou Matoim<sup>17</sup>, está instalado exatamente em frente a comunidade de Bananeiras, na localidade de Caboto, município de Candeias. Construído nas terras doadas por Mem de Sá, então Governador Geral do Brasil, foi alvo das invasões holandesas datadas de 1624.

Figurou entre os grandes produtores de açúcar até a segunda metade do século XIX, até as leis abolicionistas passarem a vigorar no país levando-o à decadência em 1890 com a desativação das moendas de cana-de-açúcar que eram mantidas pelo trabalho escravo (ARAÚJO, 2000). Transformado no Museu Wanderley de Pinho, guarda hoje a memória da época com elementos trazidos de outros engenhos, além de manter viva toda a suntuosidade colonial da sua estrutura que evidencia a segregação espacial marcante da época: a localização e formato de construção garantia o isolamento do acesso às áreas destinadas à nobreza em pavimento isolado.

A imponência da construção é retratada por Azevedo (s.d.):

O edifício está localizado à margem da Baía de Todos os Santos, defronte à Ilha de Maré: aparece nos mapas mais antigos do Recôncavo como Freguesia, Novo Caboto ou Matoim. A Matriz de Nossa Senhora da Piedade de Matoim, da qual se tem notícia até final do século XVIII, possui corredores laterais e tribunas. O forro da capela apresenta medalhão de Nossa Senhora da Conceição. O altar é neoclássico, de pouco valor. As imagens de Nossa Senhora da Piedade, São Jerónimo, São João e pia batismal são provenientes da antiga Matriz de Nossa Senhora da Piedade de Matoim. Além destas imagens, destacam-se as de Nossa Senhora da Conceição e Senhor Morto. Este edifício apresenta outra característica muito interessante: a capela contígua à casa grande. Possivelmente por sua influência, esta solução foi adotada em outros engenhos do Recôncavo. Trata-se de edifício classificado pelo IPHAN em 1944. (AZEVEDO, s.d.)<sup>18</sup>.

Por outro lado, tem-se apenas a memória da precariedade das instalações destinadas aos escravos, que assim como muitos outros que resistiram ao tempo e às alterações econômicas e territoriais, não deixou registro da estrutura:

---

<sup>17</sup> São engenhos distintos, porém, por terem pertencido à mesma família, por vezes são tratados como uma só propriedade.

<sup>18</sup> Esterzilda Berenstein Azevedo (<http://www.hpip.org/def/pt/Homepage/Obra?a=992>)

A casa-grande e as moradias do feitor e assalariados localizam-se no sopé de um morro, em terreno ligeiramente em aclave; a fábrica e as construções de apoio, na parte plana e mais baixa do terreno, próximas a uma pequena represa d'água. Separados dessas instalações por uma cerca de madeira, o conjunto de senzalas de pau-a-pique recobertas com palha, onde moravam os escravos. (AZEVEDO, 2009, p. 75).

A estrutura dos engenhos começa a se modificar em meados do século XVIII, quando a agroindústria açucareira enfrentava problemas de comercialização externa, momento em que a casa-grande e fábrica passam a ser um só edifício. A área do Engenho Mataripe, que deu espaço à RLAM na década de 1950, foi um dos primeiros representantes do formato. Foi preservado como testemunho da época apenas pela típica capela de engenho chamada capela de Santo Antônio de Mataripe. Mantida dentro dos limites da refinaria, a capela que havia sido construída em ponto mais elevado que a antiga casa-grande e fábrica, ainda pode ser acessada pela estrada que liga a cidade de Candeias a Madre de Deus<sup>19</sup>.

As casas-engenho são o anúncio do fim do ciclo do açúcar que ficou registrado na história da arquitetura colonial, imprimindo novas feições no território que começava a se transformar mais uma vez. Em alguns anos, a Fazenda Mataripe se tornou área abandonada, como símbolo da decadência oligárquica e escravista da cultura canavieira<sup>20</sup>.

Os principais engenhos, igrejas e ermidas do entorno imediato de Ilha de Maré, com suas respectivas estruturas arquitetônicas, localização e proprietários, representando o poder “construído” da era do açúcar estão sistematizados no quadro 4.1.1-1.

---

<sup>19</sup> <http://tracotroco.blogspot.com.br>, acessado em 15/10/2017.

<sup>20</sup> <http://www.candeiasbahia.net>, acessado em 15/10/2017

Figura 4.1.1-2: *Antigo Engenho Freguesia.*

Fonte: [www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br)



Figura 4.1.1-3: Museu Wanderley de Pinho – Antigo Engenho Freguesia e ruínas da casa de engenho.



Fonte: <https://dimusbahia.wordpress.com>.



Fonte: [www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1442587&highlight=](http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1442587&highlight=)

Figura 4.1.1-4: De cima para baixo: Engenho Mataripe; Capela de Santo António de Mataripe; ruínas do Engenho Matoim, na área atual da Dow Brasil – Baía de Aratu.



Fonte: <http://acervodigital.iphan.gov.br>



Fonte: <http://acervodigital.iphan.gov.br>



Fonte: Acervo Marso (2018)

**Figura 4.1.1-5: Ruínas do Engenho e Usina Aratu (de cima para baixo), atualmente separados pela rodovia BA 522.**



Quadro 4.1.1-1: Estruturas arquitetônicas e respectivos proprietários, localizados no entorno imediato de Ilha de Maré

<b>Edificação</b>	<b>Proprietário</b>	<b>Localidade/ Município</b>
Ermida de São Brás	Antonio de Oliveira Carvalho	Pirajá/Salvador
Igreja Nossa Senhora da Escada	Companhia dos Padres	Escada/Salvador
Engenho	Francisco de Aguiar	Praia Grande
Engenho	Vasco Rodrigues Lobato	Paripe/Salvador
Ermida de São Tomé	S.R.	Paripe/Salvador
Igreja Nossa Senhora do Ó	S.R.	Paripe/Salvador
Engenho de Paripe	Afonso de Torres e Baltasar Pereira	Paripe/Salvador
Ermida de São Bento	Francisco Barbuda	Matoim/Simões Filho
Ermida de Nossa Senhora	Cristóvão de Aguiar	Matoim/Simões Filho
Engenho de Bois de Moenda e Igreja de Santa Catarina	Gaspar Dias Barbosa	Matoim/Simões Filho
Engenho Cotegipe	Sebastião da Ponte	Cotegipe/Simões Filho
Igreja de São Miguel de Cotegipe (3)	Sebastião Álvarez	Cotegipe/Simões Filho
Engenho Aratu e Igreja de São Jerônimo (foto)	Sebastião de Faria	Aratu/Simões Filho
Engenho Mapele	João Gordilho	Mapele/Simões Fulho
Engenho Novo de São João (3)	Miguel de Teive e Argolo	Água Comprida/ Simões Filho
Engenho de Bois e Igreja de Nossa Senhora do Rosário	Jorge Antunes	S.R.
Engenho Freguesia e Igreja de Nossa Senhora da Piedade	Sebastião de Faria	Matoim/Simões Filho
Ermida de Nossa Senhora	Deão da sé	
Engenho Jacarecanga e Igreja de Santo Antônio	Cristóvão de Barros	Matoim/Simões Filho
Engenho de bois e ermida de Santa Ana	Tristão Rodrigo	Pacé/Candeias
Engenho de bois e Igreja de Nossa Senhora do Rosário	Luís Gonçalves Varejão	Pacé/Candeias
Engenho (sem nome) e Ermida de Nossa Senhora	Miguel Batista	S.R.
Engenho Mataripe e Igreja da invocação de Nossa Senhora do Ó	Moniz Barreto de Aragão e Meneses e João Adrião	Mataripe

<b>Edificação</b>	<b>Proprietário</b>	<b>Localidade/ Município</b>
Engenho Mataripe e Capela de Santo Antônio	Horácio Sá Barreto Lemos	Mataripe
Engenho de bois e Ermida da Santíssima Trindade	Martim Carvalho	Caípe
Engenho Itapitanga e Igreja de Nossa Senhora das Neves	André Fernandes Margalho	Itapitanga
Engenho Parnamirim	Antônio da Costa	Parnamirim
Engenho de bois e Ermida de Santa Catarina	Belchior Dias Porcalho	S.R.
Engenho de bois	Antônio da Costa	
Igreja de Nossa Senhora	S.R.	Tamarari
Engenho e Igreja das Neves (1)	André Fernandes Margalho/Bartolomeu Pires	Ilha de Maré/Salvador
Engenho da Ilha de Maré (2)	Estêvão Fernandes Moreno	Ilha de Maré/Salvador
Engenho da Ilha de Maré	Manuel Botelho	Ilha de Maré/Salvador

Fonte: Sousa, G. (1971);

(1) <http://www.jornalprimeirapagina.com.br/edicao826/filho.htm>

(2) W. Pinho

(3) <https://viagemcomprida.blogspot.com.br/2017/>

(4) Moraes (1879)

S.R. Sem referência

Elaboração: Jussara Rêgo

É no contexto da era dos engenhos de açúcar que se dá a instalação das Igrejas Católicas em Ilha de Maré, assim como se inicia o culto afro-brasileiro praticado pelos negros escravizados.

A ilha de Maré [...] onde está um engenho de açúcar que lavra com bois, que é de Bartolomeu Pires, mestre da capela da sé, aonde são assentados sua mão passante de vinte moradores, os quais têm aqui uma igreja de Nossa Senhora das Neves, muito bem concertada, com seu cura, que administra os sacramentos a estes moradores.(SOUZA, 1971, p. 144).

Datada de 1552, a Igreja de Nossa Senhora das Neves (Fig. 4.1.1-6), uma das mais antigas do Brasil, foi a primeira a ser construída em Ilha de Maré, na comunidade de mesmo nome, por Bartolomeu Pires, dono de engenho de açúcar na Ilha. Tombada pelo IPHAN em 1958, a igreja representa um dos mais importantes exemplares da arquitetura religiosa primitiva brasileira: “É uma das

joias da primitiva arquitetura religiosa brasileira, situada na Ilha de Maré, fazendo parte do município de Salvador”.<sup>21</sup>

A única igreja era nas Neves, aqui só tinha um cruzeiro que eles fizeram e comemoravam São Benedito. Depois colocaram as igrejas novas cristãs. Iam de procissão para Caboto e outras igrejas, festas muito bonitas. Hoje quase ninguém vai para as missas nas Neves (Roda de conversa, 2016).

Era Neves a referência católica local, de forma exclusiva até a construção da Igreja Católica Bananeiras, ao lado do cais, que deu continuidade ao catolicismo. Mesmo após sua construção a população manteve suas origens católicas: “Neves era o centro religioso e quando tinha festa a comunidade se organizava para ir pra lá”. Doceiras e romeiros também iam. Mas, isso se perdeu” - declarou uma moradora.

Apesar de enfraquecido pela chegada das igrejas evangélicas (a Assembléia de Deus construiu sua sede em Bananeiras antes mesmo da Igreja Católica), o culto católico ainda existe, entretanto, em manifestações religiosas comemorativas, a exemplo da Novena de Santo António, reis, queima de presépio, Missa de Natal e a Festa de São Benedito, padroeiro de Bananeiras, comemorado no dia 5 de outubro.

O Candomblé, religião de matriz africana de grande representação no Recôncavo Baiano e na RMS, que é originado pela reinvenção e recomposição de territórios dos negros de diversas etnias que foram trazidos para o Brasil e submetidos ao processo da escravidão, que tem no seu cerne as questões raciais (RÊGO, 2006; SILVEIRA, 2011). O Recôncavo, devido a história de sua ocupação é considerada o berço da religião afro-brasileira, onde a cultura foi imortalizada pela prática dos cultos nos Terreiros que foram erguidos e mantidos como história viva. Em Ilha de Maré a história não foi diferente. Porém, não existe um registro confirmado para sua existência física em Bananeiras, havendo algumas referências tímidas e desencontradas. É declarado que existia em Bananeiras um “Pai de Santo” que praticava o culto, porém, a informação sobre a possível existência de um Terreiro não foi confirmada a contento:

Tinha um pai de santo que era muito forte: tudo antes de chegar a cultura da igreja católica. Minha mãe levava lá em Ponta de Areia e

---

<sup>21</sup> <http://www.hpip.org/def/pt/Homepage/Obra?a=1151>

na Baixa do rio... D. Joana, minha sogra, dançava muito Candomblé. (Moradora local)

Segundo um dos moradores mais antigos, há cinquenta anos o candomblé predominava, inclusive com a existência de terreiros. “Existia até um certo sincretismo religioso”, afirmou ele. Na comunidade de Praia Grande, localizada na costa oeste da Ilha existem as Casas<sup>22</sup> que se mantêm em funcionamento até hoje, cujas lideranças eram a referência para os adeptos de Bananeiras seus frequentadores na comunidade vizinha. Tais lideranças eram também responsáveis pela realização de práticas festivas do culto em Bananeiras, quando o vínculo religioso local era fortalecido.

Candomblé sempre teve e sempre forte. A vó tinha terreiro (D. Bebé e Edinha mulher de Ciro) em Praia Grande até hoje tem. Na casa de Zacarias tinha candomblé e D. Elenita baixava mais de 20 orixás e dançavam muito (Roda de conversa, 2016).

As práticas do culto do Candomblé ocorriam de forma itinerante segundo a moradora, o culto era intenso e muito festivo, com o envolvimento de toda a comunidade que “brincava” muito. E brincar significava, participar dos cultos fornecendo a ideia de que a prática do Candomblé era forte no local. Em algumas entrevistas ficou indicado que o Candomblé foi a primeira religião praticada em Bananeiras e que sempre existiu, no entanto, os idosos que poderiam expressar seus conhecimentos se reservam a falar o assunto que passou a ser um problema, apesar de existirem histórias como “o homem corcunda” e “a mulher que dançava Candomblé” relacionadas à religiosidade, porém com seus conteúdos sufocados na memória. E isso se dá pela força atual das igrejas evangélicas que tem por adeptos a maioria da população desde o período correspondente ao seu vertiginoso e acelerado crescimento – há cerca de 30 anos – em todo o Brasil provocando o declínio da religião de matriz africana (assim como da religião católica), que passaram também a dominar a religiosidade local. Falar do Candomblé passa a ser um problema, como a sua prática no tempo da escravidão... Mas é curioso perceber talvez um sinal de resistência na cruz pintada na parede frontal da Igreja Católica de Bananeiras, cuja arte a faz semelhante ao Oxé de Xangô<sup>23</sup> (Fig. 4.1.1-7) .

---

<sup>22</sup> “Casas” equivalem a Terreiros de Candomblé, como são comumente chamados.

<sup>23</sup> Oxé é uma palavra de origem africana que significa machado de dois gumes. No Candomblé é chamado de ferramenta ou machado de Xangô, um dos Orixás, entidades desta religião.

Figura 4.1.1-6: I greja Nossa Senhora das Neves, com detalhes da torre e cruzeiro.



Fonte: Acervo MarSol (2017).

Figura 4.1.1-7: Igrejas de Bananeiras



Fonte: Acervo MarSol (2017).



Fonte: Acervo Marsol (2017);



Figura 4.1.1-8: Cruz da Igreja Católica de Bananeiras.



Fonte: Acervo Marsol (2017).



Fonte: www.elo7.com (2018).

## 4.2. E assim nasce Bananeiras... Assim é Bananeiras!

A Coroa Portuguesa, com o objetivo de povoar a região de Ilha de Maré, concedeu terras a donatários, com registros de documentos históricos a partir do século XVI, e está associado ao sistema de Capitânicas Hereditárias. No processo, os Tupinambás que moravam na Ilha de Maré, foram exterminados pelos portugueses. A história do povoamento da Ilha de Maré pelas comunidades quilombolas é construída principalmente por narrativas orais. A origem da grande maioria dos atuais moradores da Ilha de Maré se refere, nessas histórias, à aspiração por liberdade: as fugas empreendidas a partir do Engenho Freguesia, atual Museu Wanderley Pinho, localizado no distrito de Caboto, em Candeias e de outros engenhos como Matoim e Jacarecanga também no município de Candeias. Nas histórias narradas por moradores de Bananeiras, escravos fugidos se instalaram no interior da Ilha de Maré, localização conhecida como Paciência, e encontraram índios. Com o tempo, essas pessoas se distribuíram para as áreas costeiras da Ilha. (LOPES et al., 2015).

Existem duas formas de se compreender o povoamento de Bananeiras, ambas derivadas da origem escrava dos negros pertencentes aos engenhos locais. Ambas trazendo a luta pela liberdade por explicação: a primeira, mais emocionante, retrata a fuga a partir dos engenhos do continente; e a segunda, como constam pistas nos registros históricos, descreve o desenvolvimento da população também a partir dos negros libertos dos engenhos da própria Ilha, dentro do contexto do movimento abolicionista. “Na comunidade do Norte ainda existem ruínas de 2 engenhos, um no Botelho e outro no Martelo, cujas ruínas deste último ainda existem. O do Botelho pertenceu à família Lopes”, relata a comunidade. As duas origens são absolutamente compatíveis e complementares. Fortemente guardada na memória da comunidade está a descrição da fuga dos homens a nado, vindos dos engenhos do continente, provavelmente o Freguesia. É contado que as fugas se davam à noite: os homens, ao chegarem em terra, exploravam o local, se implantavam e posteriormente buscavam suas mulheres, também fugidas.

Minha vó era africana (ama de leite) e chegou de jangada fugida com uma trouxa de roupa apenas Vó Clarice. [...] Só vieram os **homens fugidos** e eles roubavam as mulheres que na época eram marisqueiras para os brancos. [...] Naquele tempo moravam no meio da Ilha [na Paciência] para ninguém ver de fora. Lá eles plantavam e também mariscavam (Extrato de roda de conversa, 2016).

Segundo consta no Relatório Técnico de Identificação e Demarcação - RTID das comunidades quilombolas de Maré (OLIVEIRA, 2016), a etapa já era realizada em jangadas construídas na Ilha.

Instalada inicialmente mais ao interior da Ilha, em uma localidade conhecida como Paciência (figuras 4.2-1 e 2), área de vale às margens do rio, local retirado, que fornecia o necessário esconderijo e fartura de recursos naturais para que o agrupamento vivesse escondido, aquilombado, trabalhando na agricultura de subsistência e pesca. “Na área da Paciência são encontradas muitas palmeiras imperiais como registro da época da escravidão” relata uma moradora.

A Paciência fica entre Maracanã e Bananeiras e é uma baixa, um assentamento, onde sobe um morro, desce um vale e sobe outra ladeira (por isso é chamado paciência, por que tem que ter paciência pra subir). Para lá foram os escravos fugidos dos Engenhos Jacarecanga, Matoim, Freguesia e Aratu. O acesso de Passé para Ilha de maré é fácil, porque não é profundo, é um possível lugar onde os escravos fugidos poderiam chegar até Ilha. A distância com a maré cheia da 500 m e na maré vazia é em cerca de 150 m. Muito fácil de se nadar, por que parece um rio. Só com o tempo o povo que se assentou na Paciência foram se distribuindo para a parte mais costeira da Ilha, formando as comunidades de hoje. Na frente de Bananeiras tinham poucas casas até pouco tempo. As casas se contavam de cabeça, da igreja pra cá, pai de Lauriço, Zé Tomáz, Xavier, Paraguaçu (pai de Nicinha), Jaime (pai de Dunga), Zé Matias, Nunu, Fernando, Diogo, Pai de seu Djalma, Nea, Joao, Miguel, Augustinho, Joaquim (Extrato de roda de conversa, 2016).

A origem quilombola descrita pela comunidade de Bananeiras nos remete ao conceito de "quilombos históricos", que trata daqueles originários do processo direto de escravidão e fuga, dentro do modelo mesmo “de idealização do quilombo de Palmares, ou seja, um conjunto isolado de escravos fugidos e reunidos em uma comunidade alternativa ao sistema escravocrata” (OLIVEIRA, 2016, p. 10). Os “quilombos contemporâneos” não mantêm uma relação de continuidade com os históricos, podendo ter sua ocupação territorial efetivada em períodos recentes. No entanto, ambos são originários do processo de exploração da mão-de-obra escravizada e das relações de apropriação de terras no Brasil (OLIVEIRA, 2016).

Com o processo abolicionista ocorreu a migração para a área costeira, onde se encontra atualmente, também movido, segundo moradores, pela facilidade de escoamento da produção que já atingia padrões superiores aos necessários à



Fonte: Acervo Marsol (2015).

Figura 4.2-3: A Paciência – base pintada pela comunidade de Bananeiras e localização na Ilha.

localização na ilha. Fonte: Acervo Marsol (2016)



Fonte: Adaptado de Acervo Marsol (2015).

Figura 4.2-3: Reunião para reconstrução da história do povoamento de Bananeiras.



Fonte: Acervo Marsol (2015).

manutenção da comunidade, assim como um retorno às atividades de pesca no mar.

O momento histórico faz nascer, então, a comunidade quilombola e pesqueira de Bananeiras. E foi a partir da visão dos jovens e crianças que iniciei o processo de compreensão do viver em Ilha de Maré, mais particularmente em Bananeiras, apresentada com a simplicidade e a transparência deste grupo, ratificado e complementado pelos adultos e idosos que possibilitaram a realização do alinhamento histórico (oficinas de interações dos grupos estão ilustradas na figura 4.2-3). É, sem dúvida, uma localidade que oferece todo o bem-estar à sua população, tendo, por outro lado, toda dificuldade inerente a um ambiente insular sem infraestrutura urbana de acesso, saúde, saneamento básico, educação formal, aliado ainda à poluição ambiental a que estão sujeitos, conforme já referenciado.

O espaço de brincar dos jovens e crianças é garantido, às vezes mais para os meninos que para as meninas, mas sempre se chega a um acordo. Sem qualquer infraestrutura urbana de praças ou outros espaços do gênero, para as crianças, é a “maré” a maior fonte de lazer, existindo opções originárias do viver local como brincar de velejar, mergulhar e nadar cotidianamente. Mas também tem as diversões comuns àqueles que vivem em terra firme como jogar bola, brincar de pega-pega e coisas do gênero, assim como as herdadas das gerações mais antigas que declararam as brincadeiras outrora, como “pé de lata”, “barra-bate”, “jangada artesanal”, “bonecas de urtiga”, “concurso de roupas de palha de bananeira”, e ainda, nas noites de lua cheia, faziam rodas de cantigas onde disputavam versos entre meninos e meninas. A ludicidade aproxima as crianças da função de navegar, pescar e mariscar, onde vai sendo introduzida a afeição pelos ofícios e seu lugar, mesmo sem perceber, na manutenção da arte de ser pescador, ser marisqueira. Quanto a brincar, crescer e viver em Bananeiras, declaram que:

**Brincar e crescer e viver:** Aqui em Bananeiras há muitos jovens, e todos se conhecem, compartilhando muitas brincadeiras nas horas livres. Existem vantagens em viver numa ilha, como poder brincar de bordejar com as canoas dos adultos, tomar banho de mar, brincar de pega-pega dentro d’água, pescar, fazer de Areia e também se enterrar nela. E ainda temos o rio Viveiro, onde podemos brincar para variar do mar, mas tem que saber nadar, porque as águas são profundas, boas de mergulhar. No mangue brincamos de mariscar, pegar boinho (Pequenos caranguejos) e no apicum temos nosso maior campo, onde brincamos de esquiar e jogamos futebol, lá acontecem emocionantes torneios. Os meninos adoram futebol, o maior campo é muito concorrido, por isso em

Bananeiras existem vários campos menores, e sempre encontramos bons lugares para brincar de amassa tomate, baleou, bate lata, 5 cortes, cavalo de pau, pega-pega, garrafão. Quando chove podemos brincar de baralho ou dominó e também gostamos de tomar banho de maré e jogar futebol na chuva. (LOPES et al., 2015).

Todo o espaço da Ilha pode ser lugar de brincar, porém de forma intermitente. Existem territórios compartilhados entre crianças, adultos e a maré, onde o tempo determina a prioridade e as formas de uso que iniciam, cessam e recomeçam por grupos de faixa etárias próprias para cada momento. Caso bem específico do apicum<sup>24</sup> que fica mais sujeito às variações da maré; e grande parte da área construída de Bananeiras está circunscrita ao entorno do seu maior apicum. Possuindo dimensões aproximadas às de um campo oficial de futebol, com direito a área de arquibancada de bancos feitos com troncos de coqueiros e tábuas de madeira, o apicum do povoado é utilizado para o lazer dos jovens e adultos jogadores de futebol, principalmente aos finais de semana. É necessário que seja dia de “maré grande”<sup>25</sup> e que ela esteja “seca” para que o campo se apresente na sua melhor condição de uso para o futebol, ou então joga-se em campo de “lama”. As crianças também têm seu momento de jogar futebol no campo, em horários alternativos ao do outro grupo. E ainda, nos momentos de maré cheia destes períodos de maré grande garantem outro tipo de lazer das crianças que brincam de “esqui”, aproveitando a lâmina d’água formada. Sobre seus espaços de brincar (ver figuras 4.2-9 a 4.2-11, adiante) os jovens apresentam sua preocupação, ante as condições de poluição apresentadas:

**Poluição e Brincadeiras:** Os jovens daqui de Bananeiras, vivem diariamente diante da exposição ao esgoto a céu aberto, devido ao descaso de órgãos e empresas competentes. Existe a descarga livre do esgoto de toda a comunidade, sobre o solo, manguezais e apicuns, sem cobertura do material ou outro tipo de medida complementar. Muitos esgotos, são despejados em áreas de lazer. O mapa mostra oito pontos de esgoto que são despejados no campo que jogamos futebol, brincamos de esqui, entre outras

---

<sup>24</sup> Apicum é a zona de transição entre o manguezal e a terra firme. Neste caso, mais firme, pois trata-se de uma ilha.

<sup>25</sup> Maré grande corresponde à maré de sizígia, onde são verificadas as maiores amplitudes de maré, devido à influência do alinhamento entre o sol e a Lua promoverem as maiores marés altas (preamar) e as menores marés baixas (baixa-mar).

brincadeiras. Desta forma, ficamos diretamente expostos a essa poluição. Quando a maré enche esse esgoto vai todo para o mangue que é outro ambiente de nosso lazer, prejudicando todo o ecossistema e o ambiente de trabalho que é fonte de renda da comunidade. A Embasa, empresa responsável pela prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário do estado, não cumpre com suas responsabilidades. E já existe um projeto em elaboração para implantação do sistema de coleta de esgoto na Ilha, mas devido a tanta burocracia e falta de interesse dos responsáveis, não existe nenhuma previsão para o início das obras. Mas esse problema poluidor está colocando em risco a vida de nós, crianças de Bananeiras. (LOPES et al., 2015, p. s.p.)

E quanto ao estreito vínculo perceptível entre a poluição e a falta de infraestrutura distinguem:

**Poluição e Infraestrutura:** Muitas são as necessidades estruturais para nós jovens de Bananeiras. Percebemos o descaso do poder público frente a esse ponto que compromete nossas vidas. A Ilha, sofre com o descarte de resíduos sólidos, como sacolas plásticas, materiais eletrônicos, garrafa pet e de vidro, entre outros. Grande parte desses resíduos chegam na ilha através da ação da maré, vindo de outros lugares através do mar. Além do próprio resíduo sólido, Bananeiras recebe lixo também das comunidades de Martelo, Norte e Maracanã. Esse lixo armazenado sofre ação da maré porque em altas amplitudes o mar inunda o Lixão levando os resíduos para o mar e mangues ao redor. Porém, existem apenas quatro funcionários da prefeitura que são responsáveis por coletar o lixo presente nas ruas, e o barco só recolhe esse lixo para fora da Ilha duas vezes no mês. Desta forma, vê-se necessário uma caixa coletora de lixo que atenda a demanda da comunidade, além de uma coleta regular e esgotamento sanitário. (LOPES et al., 2015)

As falas são conscientes quanto a precariedade dos serviços básicos obrigatórios da gestão pública, a exemplo da deficiência da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S. A. (Embasa), concessionária responsável pelo abastecimento de água e esgotamento sanitário do Estado. O povoado possui água encanada (algumas fontes de água utilizadas anteriormente encontram-se preservadas – figura 4.2-4), no entanto, o saneamento básico não chegou conjuntamente, causando um grande malefício ao lugar: esgotos percolam ou correm livremente a céu aberto atravessando ruas e apicuns do povoado desaguando nos manguezais e no mar, causam grande risco de contaminação das águas e dos alimentos por vetores de doenças que têm sua proliferação facilitada pela falta do saneamento, um dos direitos garantidos à população, pelas constituições federal, estadual e municipal, porém, não aplicado para Bananeiras.

Paralelamente, o serviço municipal de coleta de resíduos sólidos da Ilha é realizado apenas em dois dias por mês. Diariamente o lixo de toda a Ilha é recolhido por barcos e depositado em uma “casa” localizada na praia de Bananeiras, destinada a este fim. Sujeita à dinâmica das marés, o excedente dos resíduos comumente é movimentado pelas águas e levado para o mar, podendo assim ser redistribuído pelas praias (imagens da faltam de saneamento encontram-se na figura 4.2-5). Isto é somado à grande quantidade de resíduos sólidos que chega na costa leste da Ilha, onde praias e manguezais funcionam como receptáculos dos descartes provenientes do continente, levados pelas correntes marinhas (conferir discussão no capítulo 5). A Ilha também não possui sistema de transporte público, ficando a realização do serviço vinculada a particulares (ver figura 4.2-6).

A situação de atendimento de saúde na Ilha é, talvez, a mais precária a ser tratada aqui. Para toda Ilha existe apenas um Posto de Saúde da Família (PSF), localizado na comunidade de Praia Grande. Seu acesso é feito por trilhas feitas dentro do manguezal, o que se torna inviável em momentos de maré alta. Nestes momentos, é necessário fazer recurso ao uso do transporte por canoa, que custa, em média, R\$ 35,00 (trinta e cinco reais).

A composição oficial da equipe do PSF de Ilha de Maré é de 19 funcionários, entre estatutários, bolsista, contratados por tempo determinado e cargo comissionado, em uma equipe estruturada conforme o quadro 4.2.1.

Quadro 4.2-1. Composição da equipe contratada e remunerada para atuação no Posto de Saúde da Família (PSF) de Praia Grande/Ilha de Maré.

<b>Especialidade</b>	<b>Tipo de vínculo</b>	<b>Quantidade</b>
Gerente de serviços de saúde	Cargo comissionado	1
Enfermeiro da estratégia de saúde da família	Servidor/Estatutário	2
Técnico/enferm. da estratégia da saúde da família	Servidor/Estatutário	4
Agente comunitário de saúde	Servidor/Estatutário	7
Assistente administrativo	Contrato	1
Médico da estratégia de saúde da família	Bolsista	1
Médico da estratégia de saúde da família	Contrato	1
Auxiliar em saúde bucal da estrat. saúde da família	Servidor/Estatutário	1
Cirurgião-dentista da estratégia de saúde da família	Servidor/Estatutário	1

Fonte: <http://cnes2.datasus.gov.br>, acessado em 29/10/2017  
Elaboração: Jussara Rêgo (2018)

Figura 4.2-4: Fonte de água preservada em Bananeiras.



Fonte: Acervo Marsol (2015).

Figura 4.2-5: Esgotos a céu aberto no povoado de Bananeiras e casa do lixo (de Bananeiras e Caeira, na ordem de apresentação).



Fonte: Acervo Marsol (2015).

Figura 4.2-6: Cais de atracação das canoas de transporte para a Ilha de Maré. De cima para baixo: São Tomé de Paripe (em Salvador) e Caboto (em Candeias).



Fonte: Acervo Marsol (2015).

Figura 4.2-7: Rota do transporte escolar de Bananeiras e Ilha de Maré.



Fonte: Acervo Marsol (2015).

Apesar de representar um ganho para a saúde local que nunca teve um serviço de qualidade até sua implantação em 2009, o posto apresenta deficiências relatadas pela população: além da distância já referida, não possui atendimento de emergência; somente funciona até às 14:00h; e possui uma cota de atendimento: diariamente, cada um dos sete agentes de saúde pode encaminhar apenas 2 pacientes, o que é agravado pelo fato de que nem todas as comunidades possuem agentes. Tais dificuldades promovem uma prática local de automedicação, até a busca por atendimento em municípios vizinho que são mais acessíveis às comunidades da área conhecida como Norte, por exemplo.

É revoltante compreender o descaso do poder público municipal com a população, cerceando-lhe o direito à infraestrutura urbana, desconhecendo-a como uma parcela rural, sem os direitos a ela atribuídos, haja vista que, formalmente, Salvador não possui território rural.

A parcela jovem da população da Ilha é superior à do município como um todo (figura 4.2-8). A distribuição interna da população apresenta percentuais superiores aos do município para as faixas etárias compreendidas entre 0 e 19 anos, faixas que abrangem as crianças e adolescentes em idade escolar, conforme gráfico adiante, no entanto, além de abandonada em termos de saúde e lazer, é também com relação à educação.

Figura 4.2-8: Distribuição etária da população de Salvador (completa) e correspondente para Ilha de Maré (isoladamente).



Fonte: Sistema de Informação Municipal de Salvador  
Elaboração: Jussara Rêgo (2018)

Em Bananeiras existe apenas escola de ensino fundamental, e ao concluir o período, os alunos passam a estudar no continente, em Salvador ou em Candeias, para onde seguem com transporte escolar oferecido pela PMS, sofrendo com um dos grandes problemas que a população da Ilha enfrenta: a ausência de pontes de atracação (figura 4.2-7). Para embarque e desembarque de passageiros e mercadorias é preciso descer no mar, mais perto ou mais distante da costa, a depender da maré. Com isso, o ato de ir para a escola já carrega o desconforto de ter que chegar molhado ou com os pés sujos de lama, motivo que desencadeia comportamentos preconceituosos em meio aos colegas, situação que já provocou a interrupção dos estudos de alguns jovens que não suportaram as agressões.

Segundo a Lei nº 9.394 de 20/12/1996 que sanciona as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) os municípios têm a função de atuar no ensino fundamental (ofertando, fiscalizando e desenvolvendo o ensino do 1º ao 9º anos), na educação infantil em creches e pré-escolas. Ficando evidente que o acesso e permanência nas unidades são um dever do estado e um direito de todos os jovens bananeirenses, não sendo tolerável nenhuma forma de precarização das condições de transporte e de ensino. O referido dispositivo legal em seu Art.11 explicita:

Os municípios incumbir-se-ão de:

[...]

V – oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

VI - assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal (Incluído pela Lei 10.709 de 31/07/2003)

A realidade, porém, é distinta ao instituído pela lei, ficando a parcela jovem da população privada de seus direitos. É histórica a gravidade desta situação. Há aproximadamente 20 anos atrás, os estudantes de Bananeiras necessitavam se deslocar para a escola em Passé, no município de Candeias, em canoas a remo, ou a pano, tendo que subir e descer diversas ladeiras até chegar à Roça Grande, localidade onde se situa a Escola Municipal Albertina Dias Coelho, a cerca de 03 km do porto de desembarque. Essa dificuldade de deslocamento de casa para a

Figura 4.2-9: Apicum, campo de futebol ou de “esqui” em Bananeiras. Fonte: Acervo Marsol (2016).



Fonte: Acervo Marsol (2015).

Figura 4.2-11: Brincadeiras em Bananeiras (a).



Figura 4.2-10: Brincadeiras em Bananeiras (b).



escola, por muitas vezes desmotivou a continuidade dos estudos, levando a população local a se mobilizar pela conquista de um transporte escolar marítimo e rodoviário gratuitos, com resultados expressos abaixo:

**Nosso transporte:** Atualmente para estudarmos é necessário pegar barco e ônibus. Há dois barcos escolares: um que vai para Praia Grande (que apenas um jovem utiliza) e outro que vai para Caboto (cerca de 2 km de distância). Também existem dois ônibus que levam para as escolas que ficam na cidade de Candeias. Ainda há muito para ser melhorado pois os estudantes se molham com as ondas e chuva por causa da proteção do barco que não é utilizada. Reclamam do mau cheiro do óleo, o barulho e a fumaça do motor, além do transtorno de trocar de embarcação, já que o barco maior não chega até o cais. (LOPES et al., 2015)

Porém, o serviço segue ameaçado por instabilidade dos pagamentos:

Recentemente a prefeitura de Salvador quer dividir os alunos que vão para Caboto em dois barcos diferentes: um para os estudantes dos colégios estaduais e outro para os estudantes dos colégios municipais de Candeias. Vale destacar que mesmo sendo o recurso financeiro garantido pela legislação vigente, com frequência, a prefeitura deixa de pagar o barqueiro, gerando uma insegurança para nós estudantes, que podemos ficar sem o transporte. (LOPES et al., 2015)

Cientes de seus direitos, a juventude explicita, no trecho do mapa elaborado pela juventude de Bananeiras - Luta, Alegria e Resistência Jovem: Vamos Renovar Bananeiras elaborado por Lopes *et al.* (2015), que será chamado daqui em diante apenas de Mapa da Juventude reproduzido abaixo, o conhecimento estruturado acerca do tema:

**Transporte é direito:** A lei nº 10.880 de 2004 institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) e o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos. Esta lei tem o objetivo de repassar recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado para o transporte escolar e proporcionar a permanência dos estudantes residentes em áreas rurais na educação básica e pública.

Já o Programa Caminho da Escola (instituído pela resolução nº 02 de março de 2009 do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/ MEC) consiste na concessão de embarcações para transporte escolar. Dessa forma, não justifica que existam constantes ameaças por falta de pagamento dos barqueiros que geram transtornos cotidianos e comprometem nossa frequência escolar. (LOPES et al., 2015)

Apesar do evidente abandono e desconhecimento desta população por parte do governo municipal, a juventude, assim como a parcela adulta e idosa não se exime de reconhecer Bananeiras e Ilha de Maré como seu Lugar, cujo sentimento está expresso no título de um dos mapas por eles desenvolvidos.

São muitas as delícias de viver, comer e sentir. A solidariedade comunitária, a religiosidade que liberta, o respeito às famílias, o orgulho de poder “dar um mergulho do barco escolar ao mar às sextas feiras no retorno da escola”; a liberdade de uma infância de brincar; expressam o orgulho de ser marezeiro e o desejo de lutar pelas melhorias da qualidade de vida.

O capital, o poder hegemônico, as disputas religiosas... tentam destruir, mas o Lugar de produção e vida (re)existe e é desejado, como bem expressa o mapa construído pela a juventude de Bananeiras (figura 4.2-12) e como continuará sendo descrito adiante!



### 4.3. A história e a produção

As comunidades tradicionais são vinculadas ao território, dentre outras características como analisado anteriormente, pela sua produção. Identificada como quilombola e pesqueira, Bananeiras, tem suas práticas produtivas desenvolvidas em território de terra e água, onde compartilham a vida, o lazer e garantem o seu sustento e reprodução social, assim como as demais comunidades tradicionais de Ilha de Maré. Rios (2017) analisa o território produtivo de Ilha de Maré como “território articulado de terra e água” e busca demarcar seus possíveis limites. Para a autora a base da sobrevivência da comunidade está relacionada à articulação de ambientes, atividades e relações desenvolvidas, que definem a condição e meio de reprodução social.

Ao se pensar na atividade pesqueira que é comum a todas as comunidades da Ilha, é possível tratar a importância do território usado pela compreensão das estratégias de desenvolvimento das artes de pesca de acordo com os ambientes, seus aspectos físicos com as especificidades da fauna associada, neste caso, os pescados. O mergulho se faz no fundo; à meia água se coloca rede; nas costas, costeiros ou rasos são colocadas as camboas e tapasteiros; nas coroas se marisca enorme diversidade de pescados, com a variação de serem de pedra (os recifes), de lama ou de areia.

Utilizando um pouco da abordagem etnoecológica para buscar a compreensão da realidade produtiva local, tento mostrar a vida na Ilha de forma a perceber a ligação da consciência humana com suas ações vivenciadas cotidianamente. As alterações do espaço ao longo do tempo é um dos aspectos importantes ressaltados, o que possibilita a compreensão da descontinuidade ou a transformação das práticas produtivas locais de acordo com as práticas de exploração dos recursos naturais desenvolvidas ao longo do tempo, bem como dos limites dados pelas alterações ambientais da área que afetam sobremaneira a produção de terra e água. Para descrever as formas de produção históricas da Ilha, optei em compartimentalizar os ambientes referidos. Para tanto, a periodicidade não poderá obedecer uma linearidade, motivo pelo qual é necessário um reinício no tempo sobre cada tipo de produção do espaço que marca sua história até o

momento presente com as descrições da população local. Esta história está retratada nos MB apresentados nas figuras 4.3.1-1 e 4.3.1-10.

#### 4.3.1. No trato com a terra: dos Tupis, africanos e europeus

É necessário iniciar pela prática da coleta representada pela pesca quando realizada no ambiente aquático e caça quando no ambiente terrestre pelos indígenas e pouco registrado para o local específico, embora bem conhecido de uma forma geral. Ainda que de forma bastante superficial, é representativa a fartura relatada para a Baía de Todos os Santos e seu entorno, representado pelo Recôncavo Baiano, na produção de terra e água. Os registros relativos ao ambiente começam a ocorrer com a instalação da colonização portuguesa, onde as descrições constantes do Tratado Descritivo do Brasil em 1587 (Sousa, G., 1971) e nas Cartas de Vilhena nos oferecem riqueza de detalhes sobre o lugar a ser explorado por aquela côrte. Estes são os mais antigos e substanciados registros histórico-geográficos da área, juntamente às descrições de Tavares (2008), que nos permitem conhecer um pouco desta época.

Ressalto que o primeiro encontro dos europeus na Bahia foi com os Tupi, nas tribos Tupinambás e Tupiniquins, para os quais estima-se presença no litoral há cerca de dois séculos antes. Povos que tinham como atividades produtivas a caça, a pesca, a coleta de frutos, a lavoura de raízes como mandioca, aipim e inhame, além do milho. Se alimentavam de peixes, mariscos, aves e frutas; e ainda produziam a farinha de mandioca no *tipiti*, além do beiju e da carimã (TAVARES, 2008). Felizmente, esta parte da história ficou como herança gastronômica local, sendo as práticas e costumes assimilados por negros e brancos, mesmo na sua diversidade de status social, o que será apresentado adiante. Sousa, G. (1971), também descrevendo as práticas alimentares dos indígenas no entorno de Ilha de Maré, registrado no início da colonização, e complementa, descrevendo detalhes, a utilização da mandioca pelos indígenas, sua forma de trato, produtos e instrumentos utilizados na produção:

Figura 4.3.1-1: Mapa Biorregional - Resgate da Cultura de Bananeiras: De onde tudo começou. Versão: Agosto/2018.



Fonte: Acervo Marsol (2018)

Figura 4.3.1-3: Antiga casa de farinha em Bananeiras.



Figura 4.3.1-4: Tipiti e pilão em ruínas.



Figura 4.3.1-2: Localização histórica das casas de farinha em Bananeiras



Adaptação: Jussara Rêgo

s raízes da mandioca comem-nas as vacas, éguas, ovelhas, cabras, porcos e a caça do mato, e todos engordam com elas comendo-as cruas, e se as comem os índios, ainda que sejam assadas, morrem disso por serem muito peçonhentas; e para se aproveitarem os índios e mais gente destas raízes, depois de arrancadas rapam-nas muito bem até ficarem alvíssimas, o que fazem com cascas de ostras, e depois de lavadas ralam-nas em uma pedra ou ralo, que para isso têm, e, depois de bem raladas, espremem esta massa em um engenho de palma, a que chamam tapeti, que lhe faz lançar a água que tem tôda fora, e fica essa massa toda muito enxuta, da qual se faz a farinha que se come, que cozem em um alguidar para isso feito, no qual deitam esta massa e a enxugam sobre o fogo, onde uma índia a mexe com um meio cabaço, como quem faz confeitos, até que fica enxuta e sem nenhuma umidade, e fica como cuscuz, mas mais branca, e desta maneira se come, é muito doce e saborosa. Fazem mais desta massa, depois de espremida, umas filhós, a que chamam beijus, estendendo-a no alguidar sobre o fogo, de maneira que ficam tão delgadas como filhós mouriscas, que se fazem de massa de trigo, mas ficam tão iguais como obreias, as quais se cozem neste alguidar até que ficam muito secas e torradas. (SOUSA, G., 1971, p. 174).

Manuel Botelho, poeta barroco baiano e morador de Ilha de Maré, declama o processo produtivo da farinha em verso e prosa, tornando-a ainda mais apreciada, apesar de reduzir a força do trabalho necessária para a transformação da mandioca:

A farinha, que em fácil brevidade  
 No mesmo dia sem trabalho muito  
 Se arranca, se desfaz, se coze o fruto;  
 Dela se faz também com mais cuidado  
 O beiju regalado,  
 Que feito tenro por curioso amigo  
 Grande vantagem leva ao pão de trigo.

O interesse dos portugueses pelos produtos da mandioca, planta nativa do Brasil que logo foi dispersada para o mundo, fizeram-no aperfeiçoar a técnica de beneficiamento local construindo a casa de farinha, revolucionando a prática e aumentando a capacidade produtiva que se estabeleceu como herança eternizada na cultura baiana: a farinha de mandioca funciona como elemento construtor de identidades no Brasil, dependendo da preferência regional quanto à sua textura, granulação e temperos, integrando cardápios que nos identificam e singularizam como povo (LODY, 2013).

Não poderia ser diferente em Bananeiras. A farinha de mandioca sempre esteve muito presente nas mesas como produto local, e muitos moradores foram proprietários de casa de farinha, sendo possível registrar pelo menos oito deles: Antônio Paraguaçu, João Bonfim, João da Cruz, Cecília, Urbano, Narciso Branco, Dina, Valdemar e Grilo, o último a preservar a prática, conforme relatos que acrescentam ainda que, a partir da Segunda Guerra Mundial ocorreu uma mudança no modo de produção da farinha em Bananeiras, deixando de ser assada no forno passando a ser produzida em tachos, como estratégia para a diminuição da quantidade de fumaça, devido ao medo de se chamar a atenção.

A produção é contada com riqueza de detalhes por uma moradora, desde o plantio da mandioca à forma de fazer a farinha:

A mandioca a gente mesmo plantava. Quando chegava o ponto de colher íamos com enxada, facão e o balaio para arrancar e levar até a casa de farinha, carregava na cabeça, ou no animal (cavalo) mesmo, quando chegava lá a gente descascava, colocava no rodete, uma ferramenta usada para triturar a mandioca, que tinha de um lado uma roda ou rodano e de outro uma peça cheia de “dente”, onde duas pessoas ficavam rodando enquanto a outra colocava a mandioca dentro da máquina. A mandioca que era triturada caía numa caixa para ser sevada<sup>26</sup>, após esse processo a mandioca era colocada no tapiti<sup>27</sup>, material utilizado para espremer; geralmente a mandioca ficava nele durante uma hora secando (esse tempo depende muito da quantidade que ia ser secada). Depois de seca a raiz era levada ao forno a lenha e mexida compulsoriamente para não ser queimada, por um utensílio chamado rodite; esse material (que pode ser comparado a um rodo) era constituído por um pedaço de madeira presa a um cabo do mesmo material. E por fim, a farinha era ensacada e destinada para o consumo. [...] Casa de farinha era no braço, depois que veio o motor elétrico. (Notas de campo, 2016).

Importante salientar que a farinha era dividida entre os próprios moradores, participantes ou não da produção, sem haver intenção comercial. Ver localização histórica, uma casa de farinha em Bananeiras e um exemplar de tipiti nas figuras 4.3.1-2, 4.3.1-3 e 4.3.1-4.

Outra produção de destaque na comunidade era o azeite de dendê, feito artesanalmente nas casas. No entanto, atualmente a prática está perdida, pois não foi absorvida pela nova geração. Alguns idosos atestam não terem mais condições

---

<sup>26</sup> Sevar significa ralar a mandioca, reduzindo-a a farinha.

<sup>27</sup> Tapiti é uma prensa. Cesto alto que enche de massa de mandioca para espremer e extrair a goma (figura 4.3.1-4).

físicas para ir a campo fazer a coleta e limpeza dos cachos de dendê, embora, com orgulho, uma moradora afirma ainda produzir em casa, para seu consumo pessoal, descrevendo ainda todo o processo da produção do azeite:

O dendê era cortado, levado para casa, tirava os espinhos e botava para cozinhar. Depois batia bem no pilão e botava na água para cozinhar e fazer com que o dendê fosse soltando do caroço, até formar a borra (Bambá – espuma preta que pode ser usada no feijão, moqueca, pirão e molho de pimenta). Então acrescentava-se a folha de aroeira, sal, cebola e alho para temperar o azeite com bambá. Depois de tudo cozido, se coava o azeite e ao esfriar separava o azeite do bambá. (LOPES et al., 2016)

Da mesma forma, a tradicional cultura do doce de banana na folha já não é mais uma prática comum, assim como as bananeiras que deram origem ao nome da comunidade já não são mais encontradas em abundância, segundo os moradores, devido à poluição. Apenas em Praia Grande, comunidade localizada na costa oeste da Ilha, o costume está preservado, como na época em que havia fartura na produção de bananas, em que os cachos pequenos não eram comercializados e sim encaminhados para fazer doce. Entretanto, a paçoca de banana (figura 4.3.1-5), uma iguaria local, não foi esquecida: feita com banana verde cozida, posteriormente misturada ao coco e açúcar, ainda tem um significado local forte, assim como seu potencial energético. E as folhas das bananeiras são ainda muito utilizadas na confecção das pamonhas, moquecas de folha (figura 4.3.1-6) e abará.

Não foram esquecidos também o pirão de banana verde com caldo de caranguejo; a pamonha de banana verde, de massa ou de milho; o angu de banana com ensopado de peixe; o cuscuz e o beiju; além do feijão com bambá, camarão e gengibre. Porém, o cotidiano do seu uso está ameaçado:

Antigamente comia banana de manhã de tarde de noite. Hoje essas comidas são mais por comércio. Mas antes as famílias se reuniam prá fazer a comida e a família comer (Roda de conversa, 2016).

Os relatos de todos os moradores trazem um histórico de alta produtividade agrícola na Ilha, se apresentando como uma grande produtora de alimentos cultivados na Baía de Todos os Santos. Havia um a grande variedade de produtos como tomate, mandioca, aipim, banana, manga, cana, feijão, andu, quiabo, dendê e até a palha (de licuri, dendê e canabrava) dentre outros, que saíam de Bananeiras para abastecer o mercado do centro de Salvador e Recôncavo Baiano.

O artesanato de palha é famoso na Ilha, porém, intenso na comunidade de Praia Grande, juntamente com o doce feito na folha da banana. Em Santana, a fama fica por conta da produção das rendas de bilro executado pelas mulheres. Em Bananeiras se cortava palha quando não dava para pescar. E também se utilizava o talo da bananeira para fazer esteira: os homens “espichavam e raspavam a palha”: as mulheres teciam com a palha do licuri. Atualmente, se produz cestos e vassouras (figuras 4.3.1-7 a 9) em pequenas quantidades, pois existem poucos artesãos assim como as palhas estão reduzindo. Dentro da Ilha já não se encontra mais o cipó utilizado e o acesso às matas no continente é difícil pois são áreas privadas. Existe, contudo, uma concessão feita pela Base Naval de Aratu, que permite a retirada da matéria prima, sob protocolo de segurança por ela estabelecido.

Figura 4.3.1-5: Fases do processo de produção da *paçoca*..



Fonte: Acervo Marsol (2015).

Figura 4.3.1-6: Pamonha e moqueca na folha de banana, produzidos em Bananeiras.



Fonte: Acervo Marsol (2015).

Figura 4.3.1-7: Processo de produção da vassoura de palha em Bananeiras



Fonte: Acervo Marsol (2015).

Figura 4.3.1-8: Cesto e samburá



Fonte: Acervo Marsol (2015).

Figura 4.3.1-10: Mapa Biorregional – Resgate da Cultura de Bananeiras: Conhecendo o ANTES / Vivendo o AGORA. Versão agosto/2018.

# Resgate da Cultura de Bananeiras

## Conhecendo o ANTES e Vivendo o AGORA!

### Produção de Palha

Para fazer a vassoura tirava-se o ponteiro virando e quebrando o mesmo para ficar apenas a palha. O ponteiro era retirado pois aranhava o chão de cimento ao varrer.

Para limpar a palha, era usado couro (retirado de uma sandália) que era colocado na perna e uma faca amolada que raspava a palha retirando a parte verde.

Depois a palha era colocada para murchar e se enfiava toda, o próximo passo era abrir a palha e deixar secar no sol (2 a 3 dias a depender do sol).

Para finalizar, fazia os feixes de palha que eram enviados para Salvador em sacos para serem vendidos em São Joaquim, Água de Meninos, Paripe e Peri Peri.

### Produção de Dendê

A produção do azeite de dendê era caseira, começava com a coleta no mato, onde se retirava os espinhos e botava para cozinhar. Em seguida, batia bem no pilão e botava na água para continuar o cozimento, até formar o bambá. Então acrescentava-se folha de aroeira, sal, cebola e alho para temperar. Depois de tudo cozido, se coava e fazia a separação do azeite e do bambá. Com o fim do processo, o azeite estava pronto para ser vendido, o bambá era utilizado na cozinha do dia-a-dia: no feijão, moqueca, pirão e molho de pimenta; e o caroço era aproveitado para acender o fogo.

Hoje em dia a produção do azeite de dendê não é mais realizada, por conta da falta do dendê e pelos produtores estarem idosos para o processo que é fisicamente muito desgastante.

### Comidas tradicionais

Não jovens de Bananeiras conversamos com os idosos com a intenção de conhecer a culinária tradicional da comunidade. Nesses diálogos, conhecemos comidas como vitamina de alpin, meladina (bebida alcoólica), moqueca de maxixe, paçoca de banana verde e moqueca de folha. Além das comidas, conhecemos também suas histórias e a importância delas na memória de Bananeiras.

Após conhecer essas comidas, surgiram algumas curiosidades: quais as ferramentas que se utilizam para o preparo; qual a origem dos ingredientes; se essas comidas eram da origem local ou geral e quais delas já não são produzidas mais hoje em dia.

Como relata seu Djailma, morador da comunidade, a banana, por exemplo, era um alimento que se produzia em abundância sendo um dos alimentos de subsistência da comunidade. Por isso, é utilizada como ingrediente para muitas receitas aqui presentes, as quais estão sendo produzidas e consumidas de maneira diferente. Antes por exemplo, para confeccionar a paçoca de banana, processava-se esse alimento num moedor de ferro e cozinhava num fogão a lenha, enquanto hoje a banana é ralada num ralo de alumínio e cozida no fogão a gás.

Já a meladina, embora estivesse presente em outros locais, foi para nós algo novo, o que aguçou a nossa curiosidade. A meladina é uma bebida tradicional era feita toda vez que sabia que uma mulher estava grávida e só podia ser consumida quando o bebê nascia, enquadrando-se assim, nos momentos de comemoração das famílias locais. Ela é produzida com cebola branca, aruda, cachapa, alho e mel.

### Produção de farinha

A farinha de mandioca era a base alimentar da comunidade. Foi descoberto que vários moradores tinham casas de farinha, entre eles: Antônio Paraguaçu, João Bonfim, João da Cruz, Cecília, Urbano, Narciso Branco, Valdemar e Grilo (último dono de casa de farinha). (Ver pontos no mapa).

Dona Ionice Lina Paraguaçu (Dona Nicinha), filha de seu Antônio Sabino Paraguaçu relata:

"A mandioca a gente mesmo plantava. Quando chegava o ponto de colher iam com enxada, facão e balão para arrancar e levar até a casa de farinha, carregava na cabeça, ou no animal (cavalo) mesmo, quando chegava lá a gente descascava, colocava no rodete, uma ferramenta usada para triturar a mandioca, que tinha de um lado uma roda ou rodano e de outro uma peça cheia de dentes, onde duas pedras ficavam rodando enquanto a outra colocava a mandioca dentro da máquina. A mandioca que era triturada caía numa caixa para ser seada, após esse processo a mandioca era colocada no tapiti, material utilizado para espremer, geralmente a mandioca ficava nele durante uma hora secando (esse tempo depende muito da quantidade que ia ser seada). Depois de seca a raiz era levada ao forno a lenha e moída compulsoriamente para não ser queimada, por um utensílio chamado rodete, esse material, que pode ser comparado a um rodo, era constituído por um pedaço de madeira presa a um cabo do mesmo material, e por fim a farinha era ensacada e destinada para o consumo".

Ocorre que as circunstâncias moldam o jeito com o qual nos relacionamos com as coisas. No período destacado como pós segunda guerra mundial, uma mudança aconteceu no modo de produção da farinha: ela deixou de ser esada no forno e passou a ser produzida em tacho, com a estratégia de diminuir a quantidade de fumaça, pois uma das características do período foi o medo de chamar a atenção.

É importante destacar que a farinha produzida na casa do pai de dona Nicinha não era vendida, ou seja, não tinha um fim comercial, no entanto ela era dividida entre os próprios moradores, que trabalhavam ou não na confecção, e essa é uma entre tantas outras provas de que a comunidade era tanto auto gestora como autossustentável.

### Casa de Farinha: produção e consumo

A farinha de mandioca era a base alimentar da comunidade. Foi descoberto que vários moradores tinham casas de farinha, entre eles: Antônio Paraguaçu, João Bonfim, João da Cruz, Cecília, Urbano, Narciso Branco, Valdemar e Grilo (último dono de casa de farinha). (Ver pontos no mapa).

Dona Ionice Lina Paraguaçu (Dona Nicinha), filha de seu Antônio Sabino Paraguaçu relata:

"A mandioca a gente mesmo plantava. Quando chegava o ponto de colher iam com enxada, facão e balão para arrancar e levar até a casa de farinha, carregava na cabeça, ou no animal (cavalo) mesmo, quando chegava lá a gente descascava, colocava no rodete, uma ferramenta usada para triturar a mandioca, que tinha de um lado uma roda ou rodano e de outro uma peça cheia de dentes, onde duas pedras ficavam rodando enquanto a outra colocava a mandioca dentro da máquina. A mandioca que era triturada caía numa caixa para ser seada, após esse processo a mandioca era colocada no tapiti, material utilizado para espremer, geralmente a mandioca ficava nele durante uma hora secando (esse tempo depende muito da quantidade que ia ser seada). Depois de seca a raiz era levada ao forno a lenha e moída compulsoriamente para não ser queimada, por um utensílio chamado rodete, esse material, que pode ser comparado a um rodo, era constituído por um pedaço de madeira presa a um cabo do mesmo material, e por fim a farinha era ensacada e destinada para o consumo".

Ocorre que as circunstâncias moldam o jeito com o qual nos relacionamos com as coisas. No período destacado como pós segunda guerra mundial, uma mudança aconteceu no modo de produção da farinha: ela deixou de ser esada no forno e passou a ser produzida em tacho, com a estratégia de diminuir a quantidade de fumaça, pois uma das características do período foi o medo de chamar a atenção.

É importante destacar que a farinha produzida na casa do pai de dona Nicinha não era vendida, ou seja, não tinha um fim comercial, no entanto ela era dividida entre os próprios moradores, que trabalhavam ou não na confecção, e essa é uma entre tantas outras provas de que a comunidade era tanto auto gestora como autossustentável.

### Produção agrícola

Ilha de maré foi uma grande produtora de alimentos cultivados da Baía de Todos os Santos. Muitos eram os produtos que saíam de Bananeiras para abastecer o mercado do centro de Salvador, tais como: cana de açúcar, tomate, mandioca, alpin, banana, abacate, manga, cana, feijão, andu, quiabo, dendê, palha (de licuri, dendê e canabrava), entre outros. As frutas de Bananeiras eram muito valorizadas, pois tinham um sabor intenso e adocicado. Isso acontecia por conta das características do solo, dito massapé, e porque as frutas amadureciam naturalmente nos pés. No caso da banana, que tinha um papel de destaque nessa produção, o sabor era acentuado porque não utilizavam o carbureto para o amadurecimento. (Oinar os textos de produção de mandioca, palha e dendê).

Essa produção diminuiu consideravelmente ao longo do tempo, e a tradição pesqueira ficou mais acentuada. Os motivos para essa transição estão descritos no texto de "Transição agropecuária-pesca". Mas hoje, há um desejo e o início de um processo para voltar para agricultura. O que impede hoje é a falta de gestão da comunidade, pois há muitos conflitos com os animais que vivem soltos pelas ruas, como cavalos e cachorros destruindo as plantações. E também, eles estão em busca de ajuda do governo com máquinas, sementes, orientações de profissionais como engenheiros. A roça ajudaria muito financeiramente a comunidade, porque no horário posterior da pesca eles poderiam plantar, como relata seu Djailma: "Uma cana hoje vende por 2 reais a 3 reais, tirando 30 mões em uma tarefa é uma grana boa, porque cana não dá uma vez só, dá de 6 a 7 vezes em um lugar só. É uma tarefa de cana dá de 200 a 240 mil reais. É muito dinheiro. Mas é complicado, limpar terreno, queimar, cavar, comprar semente e os animais destroem tudo".

### Ervas Medicinais

O principal local de cultivo e colheita das ervas é Maracá, porém algumas delas são encontradas em nossos quintais. É comum utilizarmos ervas para chás, que aliviam a dor de barriga, gripe ou que servem como calmante. As crianças relatam que, quando ficam doentes, os pais os obrigam a tomar a chá. Porém, eles não gostam, mas tomam para o próprio bem e que evitam sair a noite para não tomar frieza.

Além de chás, essas ervas também são utilizadas na culinária. Entretanto, sua principal finalidade é a medicinal. Como representada na tabela a baixo:

**Erva Cidreira** serve para aliviar dores no corpo.

**Vassorinha** serve para sarampo.

**Boldo** (*Peumus boldus*) serve para aliviar dores de barriga.

**Capim Santo** (*Cymbopogon citratus*) ajuda na diminuição da pressão alta e na insônia. Estudos científicos mostram que serve como calmante, antitérmica, anti-reumático, digestivo e sedativo.

**Hortelã Grosso** (*Plectranthus amboinicus*) serve como ingrediente para comidas. Estudos científicos mostram que é utilizado em chás para catarro e tosse.

**Jurubeba** (*Solanum paniculatum*) serve para controlar o açúcar.

**Mastur** serve para dor de barriga.

**Mata-bicho** serve para ferimentos e sarampo.

**Nonê** serve para baxar o colesterol, ajuda na perda de peso e controla o açúcar.

**Pitanga** (*Eugenia pitanga*) serve para chás e ajuda a manter o colesterol bom. Estudos científicos mostram que serve para diarreia, bronquite, febre, azia, cólicas, doenças do estômago, anti-reumática, calmante e regulador menstrual.

**Quiolô** serve para chás e febre.

**Quitoco** serve para aliviar dores de pancadas.

**Terramina** serve para aliviar dores de inflamação.

**Urtiga** serve para frieira, no fortalecimento e crescimento dos cabelos.

**Alumã** (*Vernonia bahiensis*) serve para alívio de dores, para fortalecer o cabelo e também dores de garganta.

**Folha de Araçá-mirim** serve para disenteria.

**Hortelã Miúdo** (*Metha piperita*) serve como ingrediente para comidas. Estudos científicos mostram que é calmante e digestivo, também utilizada no combate aos vermes.

**Aroeira** (*Schinus terebinthifolius*) serve para desinflamação. Estudos científicos mostram que serve como antulceroso, anti-reumático, anti-diarreico, adstringente, cicatrizante e anti-inflamatório.

Fonte da Base: Imagens Google Earth 25/11/2015  
Datum WGS84

Programa MarSol UFBA  
PROEXT-MEC/Seu-2013  
ACCIS Mapeamento Biorregional 2016.2

**LEGENDA:**

- Mar
- Casas
- Campo
- Manguezal
- Morro
- Ruas
- Rios
- Casa de farinha

**Autores:**  
Ariane Lopes, Cauê Lopes, Cristiele Menezes, Daniele Lopes, Kelvin Xavier, Maicon Menezes, Roseane Bonfim, Vitor do Nascimento, Vilória, Maria, Tauani, Jefferson, Maruete.

**Equipe Atividade Curricular em Comunidade e Sociedade (ACCIS) - UFBA 2016.2**

**Coordenação:** Miguel Accioly e Jussara Rêgo

"Agradecemos a Néga por ter feito o contato com a universidade e a comunidade de Bananeiras."

#### 4.3.1.1. Os frutos da/na terra de Maré na poesia de Manuel Botelho

A grande diversidade de fauna e flora específica do entorno de Ilha de Maré é relatada por Sousa, G. (1971), quando ele faz referência às suas qualidades, sua beleza, encantamento e sabores das frutas ali encontradas. Estas referências são fortalecidas com encanto poético no poema “À Ilha de Maré termo desta Cidade da Bahia - Silva”, de Manuel Botelho, que, com a riqueza de detalhes do seu poema, nos permite “sentir” a variedade das frutas trazidas da Europa, que bem adaptadas ao clima e fertilidade das terras brasileiras, causavam inveja àqueles de origem.

É importante contextualizar, entretanto que a “exuberância brasileira, pormenorizada na descrição da Ilha de Maré, é constantemente colocada em paralelo à Europa, com o que Botelho de Oliveira inevitavelmente conclui pela supremacia do Novo Mundo” (FURTADO, 2017, p. 81), pois, como lembra o autor, era recente a frustração da invasão holandesa por Maurício de Nassau, em 1638, aguçando os tons de *débauche* às suas referências. Segundo o autor, o poeta desenvolve sugestões temáticas que de louvor aos frutos da terra, da atividade humana e de exploração econômica com associação ao reconhecimento do Novo Mundo, levando o leitor e ao colonizador, a esperança da materialização do mito do “paraíso terrestre” no Brasil.

As plantas sempre nela reverdecem,  
E nas folhas parecem,  
Desterrando do Inverno os desfavores,  
Esmeraldas de Abril em seus verdores,  
E delas por adorno apetecido  
Faz a divina Flora seu vestido.  
As frutas se produzem copiosas,  
E são tão deleitosas,  
Que como junto ao mar o sítio é posto,  
Lhes dá salgado o mar o sal do gosto.  
As canas fertilmente se produzem,  
E a tão breve discurso se reduzem,  
Que porque crescem muito,  
Em doze meses lhe sazona o fruto,  
E não quer, quando o fruto se deseja,  
Que sendo velha a cana, fértil seja.  
As laranjas da terra  
Poucas azedas são, antes se encerra  
Tal doce nestes pomos,  
Que o tem clarificado nos seus gomos;  
Mas as de Portugal entre alamedas  
São primas dos limões, todas azedas.

Nas que chamam da China  
 Grande sabor se afina,  
 Mais que as da Europa doces, e melhores,  
 E têm sempre a vantagem de maiores,  
 E nesta maioria,  
 Como maiores são, têm mais valia.  
 Os limões não se prezam,  
 Antes por serem muitos se desprezam.  
 Ah se Holanda os gozara!  
 Por nenhuma província se trocara.

Botelho ressalta sobretudo, com particular registro para Ilha de Maré, as bananas como fonte de sustento ao destacar seu caráter de “mantimento”, sendo consumida como se fosse pão, pela grande disponibilidade, poder nutritivo e alto consumo:

As bananas no Mundo conhecidas  
 Por fruto, e mantimento apetecidas,  
 Que o céu para regalo, e passatempo  
 Liberal as concede em todo o tempo,  
 Competem com maçãs, ou baonesas,  
 Com pêros verdeais ou camoesas,  
 Também servem de pão aos moradores,  
 Se da farinha faltam os favores;  
 É conduto também que dá sustento,  
 Como se fosse próprio mantimento;  
 De sorte que por graça, ou por tributo  
 É fruto, é como pão, serve em conduto.

Apesar de reduzida a quantidade de bananeiras, a Ilha de Maré ainda guarda a tradição do doce de banana feito na sua própria palha - como é chamada a folha, porém, apenas na comunidade de Praia Grande.

Aos frutos da terra, que pode ser brasileira ou da América tropical ou subtropical, Botelho dá especial atenção ao descrever as cores, cheiros e os sabores do caju, mangaba, pitomba, pitanga, pimenta, mamão, abacaxi e araçá. Para o último, retrata ainda seu beneficiamento pela transformação em doce:

Os araçazes grandes, ou pequenos,  
 Que na terra se criam mais ou menos,  
 Como as pêras de Europa engrandecidas,  
 Com elas variamente parecidas,  
 Também se fazem delas  
 De várias castas marmeladas belas.

Além do beneficiamento da mandioca que já foi retratado para a mandioca, na feitura da farinha, Botelho nos oferece importantes pistas quanto ao uso da terra na agricultura local, fazendo distinção entre as comestíveis cultivadas e as espontâneas. Como exemplo das espontâneas está a mangaba:

Figura 4.3.1.1-1: Doce de banana na palha: uma iguaria de Maré reconhecida fora da Ilha.



Fonte: <https://botelhoba.wordpress.com>



Fonte: [www.sopelasobremesa.com](http://www.sopelasobremesa.com)

Figura 4.3.1.1-2: A poesia de Manuel Botelho – A Ilha de Maré, termo desta Cidade da Bahia.



A mangaba mimosa  
 Salpicada de tintas por fermosa,  
 Tem o cheiro famoso,  
 Como se fora almíscar oloroso;  
 Produz-se no mato  
 Sem querer da cultura o duro trato,  
 Que como em si toda a bondade apura,  
 Não quer dever aos homens a cultura.  
 Oh que galharda fruta, e soberana  
 Sem ter indústria humana

Para as cultivadas introduzidas ou nativas, várias são as referências que podem ser acrescentadas, como aipim, inhame, batata. O milho e o arroz são comparados às culturas europeias, considerando a robustez com que se apresentam:

O milho, que se planta sem fadigas,  
 Todo o ano nos dá fáceis espigas,  
 E é tão fecundo em um, e em outro filho,  
 Que são mãos liberais as mãos de milho.  
 O arroz semeado  
 Fertilmente se vê multiplicado;  
 Cale-se de Valença por estranha  
 O que tributa a Espanha,  
 Cale-se do Oriente  
 O que come o gentio, e a lísia gente;  
 Que o do Brasil quando se vê cozido  
 Como tem mais substância, é mais crescido.

A poesia de Botelho é, sem dúvida, um poderoso registro histórico da produção de terra em Ilha de Maré. Ele ressalta a diversidade da flora, no que denomina arvoredos, a fertilidade das terras, além da qualidade do ar e da água, ao se referir aos quatro “As”, ainda que o último “A” - o açúcar, tenha o agente causador da redução das matas e sua diversidade em todo o entorno. A poética “exalta a fartura de peixes, plantas, frutas e legumes no desenho que faz da Ilha baiana, acrescentando às belezas naturais igualmente a riqueza produzida pela ação humana” (FURTADO, 2017, p. 80):

Tenho recopilado  
 O que o Brasil contém para invejado,  
 E para preferir a toda a terra,  
 Em si perfeitos quatro AA encerra.  
 Tem o primeiro A, nos arvoredos  
 Sempre verdes aos olhos, sempre ledos;  
 Tem o segundo A, nos ares puros,  
 Na tempérie agradáveis, e seguros;  
 Tem o terceiro A nas águas frias,  
 Que refrescam o peito, e são sadias,  
 O quatro A, no açúcar deleitoso,

Que é do Mundo o regalo mais mimoso.  
São pois os quatro AA por singulares  
Arvoredos, Açúcar, Águas, Ares.

#### 4.3.1.2. Declínio da produção agrícola

Os relatos sobre o lugar revelam a realidade que era comum aos moradores/produtores de terra em Bananeiras: uma moradora possuía uma área com 5 tarefas, inclinada e com algumas áreas de baixada, onde cultivava aipim, cana e banana. Era tão grande a produção que a cada 15 dias, um barco transportava pelo menos 500 cachos grandes de banana para Águas de Meninos (Feira de São Joaquim), enquanto os pequenos (com três pencas), ficavam na Ilha para fazer doce, como relatado anteriormente. Durante as tempestades, disse ela, a produção era distribuída internamente e muito se perdia, pois o transporte muitas vezes era interrompido. A produtora era também proprietária de casa de farinha, onde ela fazia o trabalho braçal, usando o pilão. O que revela a existência de um complexo de atividades produtivas no lugar.

Por fim, esta moradora destaca, em consonância com afirmações de outros moradores, o que se apresenta como uma das possíveis causas do declínio da produção agrícola da Ilha: segundo ela, devido à erosão pela chuva, muita terra foi destruída. Conta ainda que durante um episódio de tempestade, vários pés de bananeiras foram arrancados e lançados inteiros, encosta abaixo, deixando a rocha, cada dia mais exposta, sem solo. Este fala se repetiu correntemente, indicando que a forma de plantio nas íngremes encostas sem as técnicas adequadas para aquele tipo de relevo foi promovendo a rarefação do solo ao passo que reduzia a produtividade da terra ao longo do tempo.

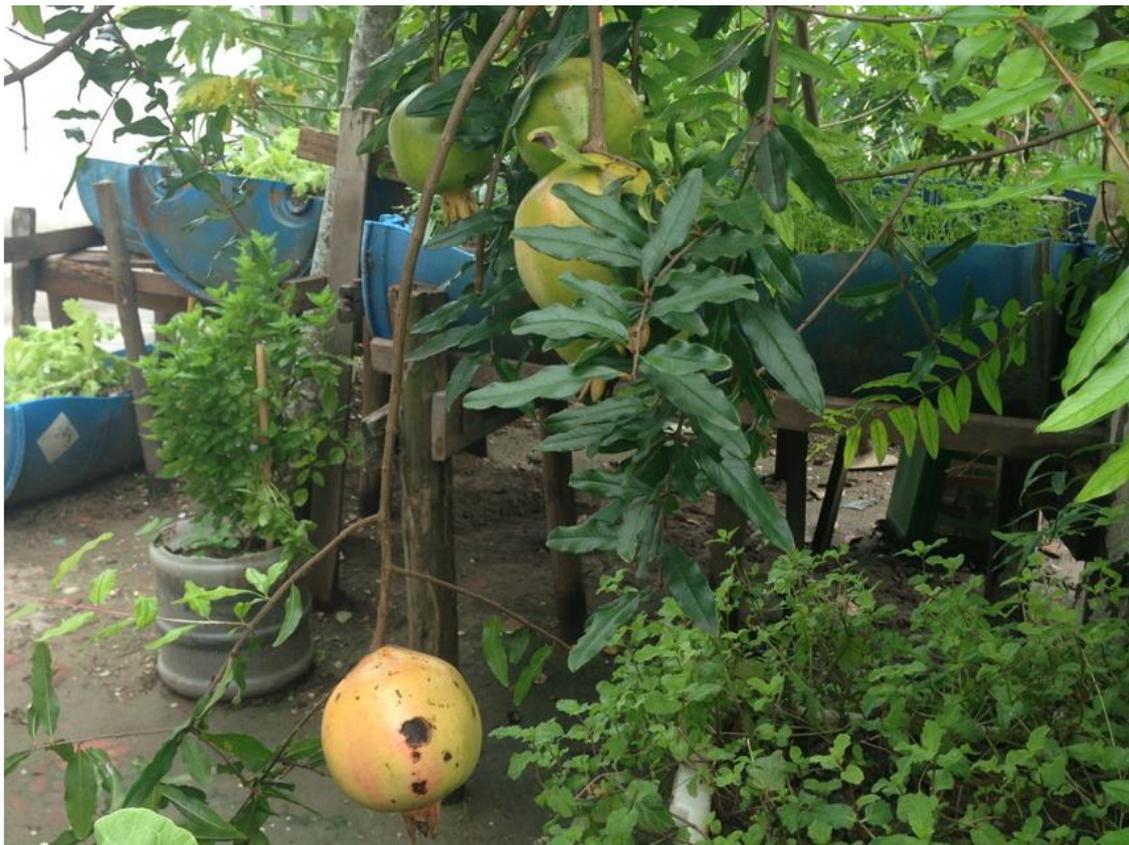
A esta situação, mais tarde, se somaria, dentre outros, à proibição de acesso às terras e à poluição trazida pelas constantes emissões de poluentes provenientes do entorno industrial, agravando a situação, conforme será tratado adiante. Contudo, a prática agrícola segue viva na Ilha com algumas produções de milho, cana de açúcar e bananas, bem como nos quintais produtivos (figuras 4.3.1-2 e 4.3.1-3). Neste, além dos itens alimentícios, com hortaliças, frutas e verduras, possuem sempre um espaço reservado para as plantas medicinais que refletem as ações de cura pelas folhas, característica marcante em comunidades tradicionais.

Figura 4.3.1.2-1: Produção agrícola em Bananeiras.



Fonte: Acervo Marsol, 2015.

Figura 4.3.1.2-2. Quintais produtivos em Bananeiras.



Fonte: Acervo Marsol, 2015.

## 4.3.2. Nas águas da Baía

### 4.3.2.1. Pelos antigos donos da terra

O marisco mais proveitoso à gente da Bahia são uns caranguejos a que os índios chamam uçás, os quais são grandes e têm muito que comer; e são mui sadios para manutenção dos escravos e gente do serviço; [...].E não há morador nas fazendas da Bahia que não mande cada dia um índio mariscar destes caranguejos; e de cada engenho vão quatro ou cinco destes mariscadores, com os quais dão de comer a tôda a gente de serviço; e não há índios destes que não tome cada dia trezentos e quatrocentos caranguejos, que trazem vivos num cesto serrado feito de verga delgada, a que os índios chamam samburá; e recolhem em cada samburá destes um cento, pouco mais ou menos. (SOUZA, G., 1971, p. 289-290)

Os registros da existência de indígenas em toda a costa brasileira no período anterior à chegada dos navegadores/colonizadores portugueses relatam também a expressividade da pesca praticada pelo grupo, atestando os antecedentes históricos da atividade no Brasil. Diversos são os registros quanto ao uso de canoas, pirogas cavadas, troncos de árvores e jangadas como embarcações na pesca litorânea pelos indígenas (DIEGUES, 1999). O autor indica ainda que os indígenas utilizavam flechas e linhas feitas de tucum com espinhas que pareciam anzóis presas na extremidade.

A poesia de Botelho nos remete especificamente à pesca em Ilha de Maré, elencando suas artes e artefatos, em ato de louvor ao trabalho marítimo:

Os pobres pescadores em **saveiros**,  
 Em **canoas** ligeiros,  
 Fazem com tanto **abalo**  
 Do trabalho marítimo regalo;  
 Uns as **redes** estendem  
 E vários peixes por pequenos prendem;  
 Que até nos peixes com verdade pura  
 Ser pequeno no Mundo é desventura;  
 Outros no **anzol fiados**  
 Têm aos míseros peixes enganados,  
 Que sempre da vil isca cobiçosos  
 Perdem a própria vida por gulosos.  
 (grifos meus)

O trabalho dos saveiros e canoas apoiando a pesca de abalo, redes ou linha retratadas na literatura poética de Botelho permitiu a vinculação das descrições das artes atuais pelos pescadores de Ilha de Maré àquelas praticadas secularmente no

território de pesca da Baía de Todos os Santos pelos indígenas, como também se encontra contemplado no registro precioso de Sousa, G., (1971) quando retrata a antiguidade das diversas artes e artefatos ao descrevê-las, associando aos peixes e mariscos que eram explorados àquela época. O autor faz referência à rede na pesca da tainha; às redinhas de mão na pesca do camarão; arpões e arpoeiras para caça do peixe-boi. Descreve ainda a pesca de linha e anzol para diversas espécies além de mencionar sua abundância, habitats, e hábitos de cada uma. Tomando as tainhas como exemplo, podemos ver como o autor, além de descrever a arte de pescar, informa como eram utilizadas e o nome atribuído pelos indígenas:

[...] as tainhas, a que os índios chamam paratis, do que há infinidade delas na Bahia; com as quais secas se mantêm os engenhos, e a gente dos navios do Reino, de que fazem matalotagem para o mar. Estas tainhas se tomam em redes, porque andam sempre em cardumes; e andam na Bahia ordinariamente a elas mais de cinquenta redes de pescar; e são estas tainhas, nem mais nem menos como as da Espanha, mas muito mais gostosas e gordas (Sousa, G., p. 284).

O autor retrata a diversidade da fauna aquática que era encontrada à época, indicando as denominações indígenas e sua equivalência na Europa, quando ocorrente. Oferece assim uma importante pista sobre a denominação utilizada pelos grupos indígenas da BTS, servindo de parâmetro para a compreensão da origem da denominação atribuída aos pescados, conhecidos na atualidade por “nomes populares” oriundos das populações locais que praticam a pesca artesanal. O quadro 4.3.2.1 1 apresenta os peixes ocorrentes na BTS que são elencados e descritos na obra supracitada, ressaltando-se que a identificação científica dos organismos referidos não foi apresentada, pois, dentro da metodologia proposta e aplicada não há recurso para respaldar qualquer precisão, tendo em vista que os organismos não foram coletados e submetidos à especialista sistemático.

Quadro 4.3.2.1-1: Denominações dos pescados representantes da fauna aquática da Baía de Todos os Santos, nas formas indígena e europeia.

Denominação indígena	Denominação europeia
Aimoré	enxarroco
aimoreuçú	eiró
araguaguá	peixe-serra
bacupúá	tipo enxarroco
caramuru	moreia
cunapu	mero
cupá	pescadas bicudas
curi	bagre
guaraguá	peixe-boi
guarapecu	cavala
guiará	xaréu
jabupirá	arraia
parati	tainha
pirapuã	baleia
pirapucu	espadarte
piraquioá	ouriço-cacheiro
pojoji	toninha
socuri	cação
Tapisiçá	olho-de-boi
timuçú	peixe-agulha
uperu	tubarão
urumaçá	linguado
urutu	bagre (amarelo)
Zabucaí	galo

Fonte: Sousa, G. (1971). Elaboração: Jussara Rêgo (2018)

Fundamental analisar que as referências trazem uma informação importante quanto ao poder exercido sobre a população nativa em seu território: para todas as etnoespécies<sup>28</sup> que possuíam equivalente reconhecido europeu, a denominação indígena não permaneceu na memória popular brasileira, ficando consolidada no tempo a utilização da denominação praticada pelo colonizador.

<sup>28</sup> Etnoespécie é a designação dada ao “nome popular local” atribuído a uma espécie científica, vinculando-o a um território tradicional específico.

Não falta aqui marisco saboroso,  
 Para tirar fastio ao melindroso;  
 Os **polvos** radiantes,  
 Os **lagostins** flamantes,  
**Camarões** excelentes,  
 Que são dos lagostins pobres parentes;  
 Retrógrados **cranguejos**,  
 Que formam pés das bocas com festejos,  
**Ostras**, que alimentadas  
 Estão nas pedras, onde são geradas;  
 Enfim tanto marisco, em que não falo,  
 Que é vário perrexil para o regalo

A poesia também registra como ficou definida a nomenclatura dos mariscos, fazendo o paralelo com as informações dos equivalentes locais encontrados em Sousa (1971), evidenciando que os *potipema*, *potiquiquiá*, *leriuçu*, *uçá* e *caiacanga* deram lugar ao camarão, lagostim, ostra, caranguejo e polvo, respectivamente. Permaneceu, destarte, a denominação indígena àqueles pescados que eram exclusivos do território original, a exemplo do aratu e demais crustáceos decápodos originários de áreas de manguezal, aos quais foram chamados de “caranguejos estranhos” ou “cranguejos”; e peixes como o bejupirá, budião<sup>29</sup> e carapeba, de origem subtropical. O que leva à reflexão de que a origem indígena da nomenclatura dos pescados da BTS também foi dizimada juntamente com o grupo social, em uma consolidação da supremacia europeia e sua expressão de poder exercido no território<sup>30</sup>.

A pesca no Recôncavo Baiano tem seus registros iniciados pela presença dos sambaquis encontrados. É seguida pelas pescarias dos indígenas, e posteriormente pelas atividades dos povos africanos, chegando à tecnologia pesqueira dos colonizadores portugueses que acrescento à cultura nativa “novos petrechos de pesca e novas formas de captura, além de redirecionamento de recurso, a exemplo da pesca da baleia que inseriu a Bahia no contexto mundial como uma importante região para este tipo de pesca” (MONTEIRO, 2014, p. 53).

Segundo (ELLIS, 1958) ainda no período colonial, além da pesca indígena de subsistência, organizou-se a pesca da baleia, que se constituía num monopólio da Coroa Portuguesa. A concessão para a pesca era dada a pescadores

---

<sup>29</sup> Budião é uma forma aportuguesada do *bodiã*, como era chamado pelos indígenas (SOUSA, G., 1971).

<sup>30</sup> É interessante perceber que alguns mariscos menos comerciais, mas de larga de ocorrência na BTS já não estão mais na cultura de quem está no mar aberto.

portugueses e bascos, e a mão-de-obra utilizada na sua captura era, em sua maioria, constituída por escravos africanos. Estima-se que o alto impacto da pesca foi a causa da fuga das baleias durante os seis séculos que separam a prática da atualidade. Pode-se perceber um retorno das baleias à BTS, fato crescente a cada ano, com os diversos avistamentos e até encalhes iniciados no período de junho a setembro. Este é o período em que elas se deslocam por milhares de quilômetros que separam a Antártida do litoral baiano, todos os anos, em busca das águas tropicais para reprodução.

A caça e pesca eram realizadas pelos índios da nação Tupi com o arco e flecha feitos de madeira resistente, pontas de ossos, lascas de bambu, dentes de tubarão e caudas de arraia. Se utilizavam ainda de armadilhas, como laço e juçanã; fosso de mundéu e arapucas na caça; além do pindá (anzol de dente de peixe) e puçá (rede) na pesca (TAVARES, 2008). Atualmente a caça já não representa mais uma produção local, ficando a pesca como principal a produção de destaque.

#### 4.3.2.2. A arte de pescar do lugar: saberes, técnicas, ambientes e produtividade

A pesca, principal atividade produtiva do lugar que garante a reprodução social da comunidade tradicional, é praticada com fins de subsistência e comercialização. Porém, o que caracteriza o ser pescador tradicional “não é somente o viver da pesca, mas é sobretudo a apropriação real dos meios de produção: o controle de como pescar e o que pescar, em suma o controle da arte da pesca” (DIEGUES, 1983, p. 198), constituintes de um conhecimento etnoecológico empírico que subsidia a forma de apropriação dos recursos naturais, que se aperfeiçoa na prática cotidiana.

Pescadores são, portanto, sujeitos sociais que vivem e trabalham no mar de forma artesanal e acumulam um conhecimento relativo à ecologia das espécies pesqueiras e à dinâmica dos ecossistemas, incluindo toda a biofísica, ou seja, fatores bióticos e abióticos, com as inter-relações que caracterizam a natureza, correntemente relatado pelos pescadores e marisqueiras. Quando associadas a comunidades tradicionais, a prática da pesca é caracterizada e subordinada ao conjunto de saberes e crenças transmitidas de geração a geração, sobre as relações dos seres vivos entre si e seu meio ambiente e pelo seu conhecimento

acerca da dinâmica dos ecossistemas e espécies associadas. É, por sua vez, apreendida pelas gerações como forma de saber/fazer intrínseca ao lugar das comunidades pesqueiras, que pode ser definido como “um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço” (SANTOS, 2006, pág. 25).

A compreensão das atividades de pesca e mariscagem da população de Bananeiras e demais comunidades de Ilha de Maré, foi possível a partir da análise do conjunto do processo, composto pelos ambientes, ciclos temporais, técnicas de pesca praticada pelos pescadores e marisqueiras com suas artes e artefatos, e finalmente os pescados, com sua abundância e importância. Ainda que tratando sobre produção pesqueira, realizo aqui um diagnóstico qualitativo da realidade local, sem referências a dados numéricos, pois, como afirma (RIOS, 2017) não existem dados quantitativos institucionais desvinculados para a produção pesqueira de Bananeiras ou mesmo para Ilha de Maré, sendo apresentados formalmente no conjunto da produção do município de Salvador nas instituições pertinentes.

Conforme descrito em capítulos anteriores, a caracterização biofísica da BTS, com o conjunto dos seus ambientes recifais, de manguezais, rios e praias conferem riqueza e diversidade de espécies à área. A prática da atividade pesqueira artesanal destaca a vinculação existente entre os substratos e os pescados que ali ocorrem e são explorados pelas comunidades, com base no seu conhecimento empírico. O que respalda a prática secular, repassada ao longo das gerações pela força da oralidade e da experimentação cotidiana, pelas experiências e códigos culturais transmitidos de pai para filho. E, ao se referir a um pesqueiro, como se denomina o ambiente onde se pesca, localizado ao norte da Ilha, o pescador descreve com naturalidade a forma da transmissão intergeracional dos saberes na comunidade, assim como dos “espaços de pesca” aos quais se refere Alpina Begossi, em seus estudos de Ecologia Humana.

Esses pesqueiros aqui perto mesmo é pras crianças ir aprendendo o nosso jeito, a cultura: é de criança pra adulto pescando... De vez em quando as crianças estão pescando aí, aprendendo mesmo a cultura da comunidade (pescador da Ilha, novembro de 2017).

Figura 4.3.2.2-1. Pesca e ambientes (a).



Fonte: Acervo Marsol, 2017.

Figura 4.3.2.2-2. Pesca e ambientes (b). De cima para baixo: pesqueiro; mariscagem na coroa com Refinaria ao fundo; manguezal (marisqueira em azul por entre as raízes escora); preenchimento da canoa com o produto da coleta no manguezal.



Fonte: Acervo Marsol, 2017.

A técnica aqui é representada pelas artes e artefatos de pesca que caracterizam o saber-fazer desses povos - homens de tempos lentos -, o que está expresso pelo conhecimento tradicional. Para cada arte de pesca e utilização de seus respectivos petrechos existe um conjunto de conhecimentos ecológicos acerca dos ambientes, das espécies quanto a sua reprodução, seu habitat e seu nicho ecológico, trófico e multidimensional ou de hipervolume, que incluem não apenas o espaço físico ocupado por um organismo, como também “o seu papel funcional na comunidade (e.g., sua posição trófica) e a sua posição em gradientes ambientais de temperatura, umidade, pH, solo e outras condições de existência (ODUM, 1983). Pode-se assim definir a pescaria como:

[...] um momento meio orquestrado por uma finalidade presente na ideação do trabalho do pescador, com seus valores, necessidades e possibilidades socioambientais, com vistas a extrair das águas os pescados [...]. Pescados, pescarias e pescadores: notas etnográficas sobre processos ecossociais. [...]. É no ato de pescar que se pode entender a distinção ontológica entre ser social e natureza e, assim, a diferença entre sujeito (ser consciente) e objeto (natureza-em-si orgânica e inorgânica), entre teleologia e nexos causais, que coexistirá enquanto unidade íntima na diversidade expressa no desenvolvimento da própria práxis social. [...] Pescados são entes orgânicos que vivem em metabolismo com outros corpos orgânicos e inorgânicos (da flora e fauna estuarina, fluvial e marítima). (ODUM, 1983, p. 405 a 409).

São conhecimentos revelados em conversas cotidianas que retratam as dinâmicas da atividade produtiva pelos pescadores e marisqueiras. Por exemplo, ao explicar o processo de crescimento do siri, momento em que ocorre a troca do exoesqueleto, o pescador explica:

O siri vive na água, mas quando tá crescendo ele tem que trocar a casca. Aí ele precisa da lama que é mole. Ele se esconde lá para conseguir largar a casca e sair.

No contexto da pesca, tempo e espaço são dimensões indissociáveis. A pesca e a mariscagem são responsáveis pela tessitura do tempo no espaço, tendo como fio condutor os ritmos da natureza.

Os pescadores artesanais vivem sob a frequência dos ciclos naturais, que determinam os períodos de aparecimento de certas espécies de pescado, bem como dependem muito fortemente das marés, e condições do mar. Daí, como em todos os países do mundo, a pesca artesanal ser uma atividade cíclica com períodos de maior ou menor intensidade de trabalho, com horas de espera e horas de extenuante esforço físico (DIEGUES, 1994).

É este conjunto de conhecimentos que viabiliza a prática produtiva, dentro de uma organização espaço-temporal complexa, como explicita Diegues (1994):

A exploração desses habitats diversos exige não só um conhecimento aprofundado dos recursos naturais, das épocas de reprodução das espécies, mas a utilização de um calendário complexo dentro do qual se ajustam, com maior ou menor integração, os diversos usos dos ecossistemas” (DIEGUES, 1994, p. 163).

Assim, a dinâmica da pesca artesanal implica em usos de tempos diferenciados para as suas múltiplas modalidades, nos distintos ambientes. Observe-se que um tipo de pescaria não é realizado em detrimento de outro, e sim de acordo com os ciclos da história de vida de cada espécie e de condições como maré, lua, horário, fatores determinantes do local onde ocorrerá a pesca, de qual tipo de pescado alvo. O tipo de pescaria varia de acordo com o movimento da maré como também com a lua que determina sua amplitude. São os manguezais e coroas, os ambientes de alta expressão da atividade pesqueira, onde a dinâmica das marés determinam com maior limitação o período de realização da pesca ou mariscagem, de acordo com os períodos de inundações e afloramentos dos substratos.

Para a Vila de Garapuá, no Baixo Sul da Bahia, município de Cairu, Mendes (2002) descreveu quatro ciclos temporais que, de forma sinérgica, atuam com especificidades nos diferentes tipos de pesca e pescado: sazonal, lunar, diário (ou solar) e de marés, apresentados em ordem decrescente de amplitude temporal de atuação. O ciclo sazonal engloba todos os demais e a atuação do conjunto vai afunilando-se até o ciclo de marés, que atua de forma mais direta e intensa na vida dos pescadores e das marisqueiras da vila de Garapuá (MENDES, 2002). Não é diferente para o território pesqueiro dos moradores de Ilha de Maré, onde:

o cotidiano do trabalho e das relações sociais da grande maioria dos moradores da Ilha de Maré é regido pelo conhecimento sobre o ciclo das marés, as fases da lua e a direção dos ventos. Marisqueiras e pescadores orientam seus horários e locais de trabalho, bem como as suas tarefas diárias, baseados nas condições dos citados elementos. (RTID, 2016, p. 128).

Exemplo é dado com o relato dos pescadores acerca da interferência da sazonalidade determinando o ambiente de pesca do camarão, devido às mudanças ambientais decorrentes dos distintos períodos: “a pesca do camarão é realizada no período junho, julho e agosto em Paripe e em outubro, novembro e dezembro, na

região de Mapele pelas comunidades da Ilha de Maré” (MPP et al., 2014), quando a turbidez das águas determina a pescaria.

O ciclo diário determina as artes de pesca assim como pescados alvo. Fica evidenciado quando se referencia a pesca do siri de rapa e a do bagre que só se realizam à noite; a do camarão também mais comum à noite; e a mariscagem, tarefa muito exercida pelas mulheres, que somente é realizada durante o dia, em horário determinado pelo ciclo das marés, dado pelo movimento de avanço e recuo das águas sobre a área costeira. São os manguezais e coroaes, os ambientes de alta expressão da atividade da mariscagem, onde a dinâmica das marés determinam com maior limitação a sua ocorrência, de acordo com os períodos de inundações e afloramentos dos substratos.

O movimento das marés, regido pelas fases da lua, é expresso pelo recuo e avanço das águas no litoral, conhecido como “maré de vazante” ou “maré de enchente”. Durante o dia são realizados dois ciclos completos, aproximadamente. Como cada ciclo dura um pouco mais que doze horas, não existe um horário fixo de vazante ou de enchente, que diariamente é acrescido em cerca de meia hora em relação ao horário euclidiano. Quando a maré seca, propícia para a atividade de mariscagem, coincide com as primeiras horas da luz do sol, entre 4 e 6 horas da manhã, dá-se o nome de “maré cedoira”; quando o movimento ultrapassa as 9 horas da manhã, chama-se “maré tardeira”. Assim, esta é a representação máxima do ciclo diário sobre a pesca e mariscagem em Ilha de Maré, como em diversas comunidades pesqueiras.

A produção pesqueira, os ambientes de pesca e os problemas associados foram ativamente discutidos quando da explosão do navio *Golden Miller*, em 2013. A partir de então, o desdobramento das discussões foram ocorrendo durante as oficinas de Mapeamento Biorregional com o registro das descrições dos ambientes e sua produtividade, os pesqueiros e seus pescados predominantes, bem como os tipos de pesca associados, na perspectiva do conhecimento etnoecológico dos pescadores e marisqueiras locais. São tipologias e seus ambientes específicos, identificados por um nome particular.

A terminologia apresentada no quadro 4.3.2.2-1, para os tipos de pesqueiros representa a categoria local referida aos ambientes de pesca.

Quadro 4.3.2.2-1: Tipos de pesqueiros/descrição/tipo pescado

<b>Pesqueiro</b>	<b>Descrição local</b>	<b>Pescado predominante</b>
Praia	parte rasa da área costeira com predominância de areia, sujeita ao regime das marés.	salambi, siri, tapu, peguari, rala-côco,
Coroa	parte rasa do mar que aparece durante o período da maré baixa. Pode ser de : Areia - quando o chão é de areia Cascalho - geralmente recifes com pedras e cascas de marisco Pedra - de pedras soltas Lama - onde se acumula a lama que vem dos rios e mangues	polvo, ostras, salpiro, tapu, peguari
Coroa de fundo	recifes que não aparecem na maré baixa, onde só vão os mergulhadores	peguari, lagosta
Mangue	toda a área de manguezal	ostra, caranguejo, sururu, aratu
Beira de rio	principalmente a desembocadura dos rios	vários peixes
Laje	área de pedra lisa e escorregadia, geralmente na costa	vários peixes

Elaboração: Jussara Rêgo, 2018

Para os ambientes de pesca identificados tem destaque a categoria “coroa”, pela sua grande diversidade e especificidade com o tipo de pescado. Associado a isso, a prática da mariscagem nas coroas possui uma maior limitação temporal, pois apenas pode ser exercida nos momentos de “maré baixa”, quando permanecem expostas. E cada coroa possui sua especificidade de pescado, conforme apresentado no quadro. Inúmeras são as coroas existentes no entorno de Ilha de Maré, cujas referências e identificações certamente não serão esgotadas com a presente pesquisa. No entanto, apesar da grande quantidade existente, as coroas são muito vulneráveis aos agentes agressores externos, como relatado no período do acidente com o navio *Golden Miller*.

**COROAS DE PESCA E MARISCAGEM** Coroa de Ponta de Areia é área de mariscagem forte do rala-côco, tapu e pescaria variada com linha e rede principalmente das comunidades de Bananeiras e Maracanã, sendo também explorada pelos pescadores vindos de Caboto e Passé que fazem pescaria de peguari através de mergulho. (MPP et al., 2014)

O trecho do mapa aponta não só para a especificidade dos mariscos, como para a diversidade de tipos de pesca e comunidades beneficiadas, no caso,

prejudicadas pela ação química decorrente do acidente sobre a coroa de Ponta de Areia. A localidade teve também o manguezal atingido pela mesma descarga, causando a mortandade de sururu e ostra.

São muitas as particularidades que compõem as estratégias produtivas pesqueiras, compondo o sistema das artes de pesca e mariscagem. O destaque se dá para o mapeamento espacial dos pesqueiros associado às especificidades do pescado. A distribuição espacial dos pescados foi compilada no quadro 4.3.2.2-2, quando da discussão sobre os impactos do acidente acima referido. Os pescados referidos são aqueles que mais apresentaram problemas.

Quadro 4.3.2.2-2: Pescados e ambientes impactados pelo acidente com o Golden Miller em 17 de dezembro de 2013.

PESCADOS	AMBIENTES (onde são coletados)							CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO HÁBITO
	PRAIA	COROA DE AREIA	COROA DE PEDRA	LAMA	MANGUE	MEIA ÁGUA PRÁ CIMA	BEIRA DE RIO	
sarnambi								bentônico [que vive no fundo, dependente do substrato]
peguari								
rala-coco								
tapu								
ostra								
sapiro/sambá								
lambreta								
caranguejo								
sururu								
baiacu								nectônico [que vive e se desloca livremente na coluna d'água]
siri								
sambuio								
carapeba								
bagre								

LEGENDA:  Muito afetado     Morreu muito     Morreu pouco     Sumiu

Fonte: MPP et al. (2014).

A pescaria também pode ser analisada de acordo com a arte desenvolvida e artefato utilizado: pesca de linha, de abalo, de rede, de mergulho, de facho<sup>31</sup>. Destaco a pesca de siri de rapa, que utiliza um tipo de jereré grande em forma de arco com uma linha associada que possui uma isca; quando o siri (*Callinectes* s.p.) morde a isca, é puxado para dentro do jereré; e à mariscagem que é referida como umas das artes de pesca. Os artefatos mais comumente utilizados, seguidos dos

<sup>31</sup> Para descrição detalhada das artes de pesca, consultar Rêgo (1994, 2016).

seus pescados alvo estão dispostos no quadro 4.3.2.2-3 e podem ser visualizados na figura 4.3.2.2-3, logo adiante:

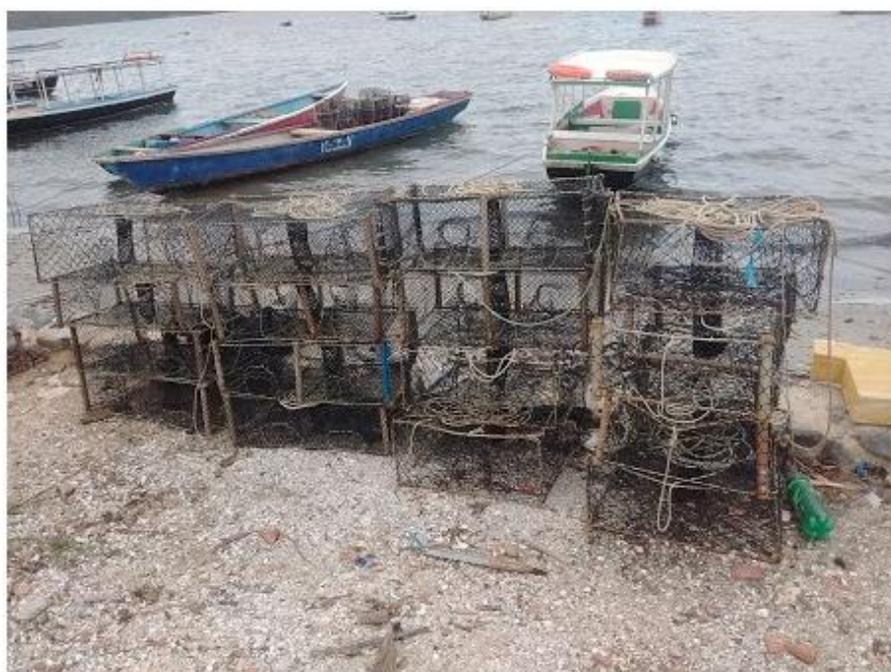
Quadro 4.3.2.2-3: Artefatos mais comumente utilizados e seus pescados alvo, referidos em Ilha de Maré.

Artefato	Pescado alvo
Redes	geralmente peixes, pegando também siri e camarão; tem a tainheira e a raieira que são específicas para captura da tainha e raia, respectivamente.
Grozeira	todo tipo de peixe, principalmente robalo
Linha	guaricema, bagre, cabeçudo, xaréu
Tarrafa	tainha, xangô, maçambé, lagosta <sup>32</sup>
Caixa	siri, caramuru verde e lagosta
Munzuá	Siri
Covi (jereré de nylon)	peguari de fundo (para armazenamento)
Tapasteiro	peixes que “descem” o rio na vazante da maré grande
Camboa	todo tipo de peixe que a utiliza como abrigo e fonte de alimentação.
Bicheiro	polvo
Jereré	siri

Elaboração: Jussara Rêgo (2018)

<sup>32</sup> Para a lagosta ela é utilizada como acessório para finalização da captura. Ver quadro com descrição das técnicas adiante.

Figura 4.3.2.2-3: Artes e artefatos de pesca compondo o cenário cotidiano do lugar. De cima para baixo: Tapasteiro; redes; gaiola de siri.



Fonte: Acervo Marsol, 2015.

Figura 4.3.2.2-4: Mariscos de grande importância para as comunidades de Ilha de Maré.



**Caranguejo**



**Tapu**



**Tapu, peguari, sambá (salpiro)**



**Camarão**



**Sururu**

Os pescados de maior importância para as comunidades, de acordo com a abundância local ou demanda do mercado consumidor, encontram-se descritos no quadro 4.3.2.2-4 e também se encontram apresentados na figura 4.3.2.2-4. Porém, quando se fala em peixes são as tainhas as mais abundantes: “aqui é rico de tainha. Não falta tainha aí” disse um pescador na atividade de mapeamento; e entre os mariscos, o sarlambi representa a riqueza do lugar.

Quadro 4.3.2.2-4: Pescados de maior importância para as comunidades de Ilha de Maré, técnica utilizada, tipo de pesqueiro e locais de captura.

PESCADO	TÉCNICA	TIPO DE PESQUEIRO /LOCAL DE CAPTURA
CAÇAMBADO (SURURU DE FUNDO ou MEXILHÃO): <i>mytella charruana</i>	pescado através de mergulho a uma profundidade de 3 a 6 metros. Ele fica enterrado na lama deixando uma ponta exposta. Se agita o substrato e o marisco é suspenso, sendo coletado.	lama, substrato fixo artificial (pilastras, concreto / Essa espécie só ocorre no rio do Cunha.
PEGUARI	pesca de mergulho, sendo colocados em um jereré que fica no fundo e é amarrada em uma bóia na superfície, que também ser de apoio para o mergulhador subir para respirar.	areia, cascalho, lama. Tem época que dá mais o peguari que é no verão porque ele se desenterra, na maré grande no período do carnaval, por exemplo, embora seja também encontrado em outros meses do ano/ Tapitanga, Itamoabo.
SALPIRO ou SAMBÁ	o salpiro de pedra é pescado por mergulho: com mãos protegidas por luva, uma pessoa retira pedaços da “pedra”, leva para quem está na superfície, no barco, que o retira com uma faca, devolvendo a pedra ao mar. O salpiro de limo é capturado no raso, e para encontra-lo vai se tateando cuidadosamente com os pés, sem esfregar. Pela beleza que apresenta, a casca do salpiro também tem valor comercial, sendo vendida como artesanato.	pedra e limo / vários locais. Em Itamoabo a presença de algas (esponjas) urticantes provocam inflamação caso o pescador tenha algum machucado no corpo.. Recomenda-se o uso de luva e roupa. Lá também são encontrados lagosta, peixe, polvo, moreia (caramuru).
SARNAMBI	coletado na maré seca: se raspa com uma colher para revolver o substrato, coletando e colocando em um balde.	Cascalho e areia / coroa do Zoré, Coqueiro Grande, Bom Jesus, Pecém.
RALA COCO	utilizando os pés calçados e protegidos, esfrega-os sem muita força, estando a água quase no pescoço; quando percebe que encontrou, mergulha e coleta. A casca é mais cara que o marisco e as vezes é vendida pra São Paulo para confecção de artesanato.	areia / ponta de areia, tapitanga.
OSTRAS	geralmente vai mais mulheres, vão com facão e luva e vão tirando das raízes	mangue (raiz do mangue) / viveiro, mangue do maracanã, tamarineiro, rio do cunha

PESCADO	TÉCNICA	TIPO DE PESQUEIRO /LOCAL DE CAPTURA
LAGOSTA	A pesca da lagosta é difícil, feita nos recifes, de mergulho. De forma alternativa, são improvisadas armadilhas como um carrinho de mão emborcado para que elas usem como abrigo. Quando os pescadores retornam, no momento da pesca, mergulham e verificam se tem lagosta. Caso positivo, é lançada uma tarrafa e fazem uma agitação para elas saírem e ficarem presas à rede.	coroa, limo, entre as pedras / passagem, tamoabo, Santana e tapitanga.
POLVO	utiliza-se uma espécie de bicheiro para retirá-los das locas.	Coroa, embaixo de pedra /passagem, tamoabo, Santana e tapitanga.
LAMBRETA	no cascalho, na maré seca se observa onde existe uma rachadura: é lá onde ela está. Para a lambreta de mangue, se identifica os buracos onde elas ficam e retira com a mão.	Cascalho de Ponta de Areia; nos manguezais
CAMARÃO	por meio de rede de arrasto sobre a lama.	coroas de lama / Caboto, Paripe, Porto de Aratu/ São Francisco do Conde
RAIA	Utiliza-se a arraeira (tem mais no Norte), a Grozeira (uma corda grande com vários anzóis) ou a rede de camarão	em águas mais profundas

Elaboração: Jussara Rêgo (2018)

A atividade de mariscagem que faz a população ficar distribuída pelos pesqueiros dos arredores da Ilha, por vezes invisível, dentro dos manguezais ou completamente mergulhado no fundo do mar, constrói também o cenário das tarde e noites de Bananeiras: as portas e quintais das casas se convertem em verdadeiras cozinhas com a mariscagem, que agora assume o sentido de catação do marisco já pré-cozido. São três, quatro, cinco ou mais horas dedicadas à atividade, por mulheres que tratam toda sua produção do dia ou da noite, assim como a dos homens que pagam por quilo para que elas façam o serviço de transformar o marisco pescado em “catado” a ser consumido ou vendido (figuras 4.3.2.2.4-3 e 4). É importante referir aqui que se trata de uma atividade que desencadeia, na maioria das marisqueiras, Lesão por Esforço Repetitivo/ e Doenças Ocupacionais Relacionadas ao Trabalho (LER/DORT), amplamente referenciadas e discutidas, inclusive para as marisqueiras de Ilha de Maré, por Pena e Martins (2014), onde são elencadas questões relacionadas ao ambiente inóspito, riscos de acidentes, doenças e dor provenientes desta prática, assim como elabora modelos de gestão e protocolos de atenção a esta classe trabalhadora.

Figura 4.3.2.2-5: Cenários do cotidiano local: o siri, a catação, o catado e a moqueca.



Fonte: Acervo Marsol, 2014/2017.



Figura 4.3.2.2-6: Sarlambi, chumbinho ou papa-fumo – marisco de grande relevância para as comunidades de Ilha de Maré. Da lama ao prato: coleta, catação e catado, seguindo a ordem de apresentação.

Fonte: blogjmeioambiente



Fonte: Acervo Marsol, 2014/2017.

## 4.3.1. Sinais de mudança dos tempos, técnicas e rumos

### 4.3.1.1. Navegando pelas águas da Baía

Da cidade à ilha de Maré são seis léguas, e haverá outro tanto da mesma cidade à Ilha dos Frades, de maneira que, da ponta da Ilha de Itaparica até a dos Frades, e à Ilha de Maré, e dela à terra firme contra o rio de Matoim, e desta corda para a cidade, por todo este mar até a boca da barra, se pode barlaventear com naus de todo o porte, sem acharem baixos nenhuns, como se afastarem de terra um tiro de berço (SOUSA, 1971, p.144).

A forma de escoamento dos produtos (figura 4.3.3.1-1), quer pelos indígenas, quer pelos portugueses ou pelos negros que se constituíram quilombolas, se dava por via aquática, por meio de embarcações que se especializaram ao longo dos tempos. Inicialmente as jangadas a remo dos indígenas que posteriormente ganharam vela, passando pelas caravelas e posteriormente os saveiros aqui inventados que reinaram pelas águas da Baía.

[...] Somos desde a origem muitas etnias e uma volumosa orquestra de contribuições a superar sofrimentos e alcançar desejos que se abasteceram com o que trouxeram as canoas, as caravelas e, logo mais, o que aqui se inventou: os saveiros, que fizeram o principal papel de uma civilização em aceleração de vida - intercâmbio das riquezas e seus mitos - durante o tempo em que nascíamos, exercendo funções amplas de metrópole e fabricando nosso mundo interno, as fundações míticas que até hoje nos alimentam.

Das centenas de saveiros de carga restam uma ou duas dezenas. Eram belos, eram elegantes, eram ligeiros, eram eficientes, eram invenções baianas atravessando as águas de Iemanjá. Há porque desejá-los de novo levando gente e trazendo frutas, cestas, louças, o dendê, os frutos do mar e seus temperos, a milionária fertilidade de nossos recôncavos? (CAPINAM, 2011, p. 28).

Durante quase três séculos, as embarcações constituíram o único meio de transporte. Um levantamento de 1775 dá conta da existência de 4.000 marinheiros e pelo menos 2.148 embarcações de vários tipos. Os grandes navios podiam ancorar não só em Salvador, mas também na baía de Aratu e no lagamar do Iguape.

Figura 4.3.1.1-1: Antigos saveiros do recôncavo com movimentação de carga para os mercados do centro de Salvador.



Fonte: Agostinho (2011)

Segundo (AGOSTINHO, 2011), eram três os tipos de barcos originários do recôncavo baiano, intitulados do Tipo D (século XIX); Tipo C-D (provavelmente do século XIX); e Tipo E (século XX) (figura 4.3.3.1-2).

E a comunidade atesta:

Tinham três tipos: piruá. Duas bizarronas e uma pano grande e era tinturada. Traquete e vela grande. Transportava cana, banana, tomate, araçá, palha... (se produzia de tudo, menos arroz) e vendia para São Tomé, Paripe, Caboto, Água de meninos, Porto de Aratu, Massaranduba, Plataforma, Periperi, Candeias. [...] Existiam de 400 a 500 saveiros em Ilha de Maré e em Bananeiras tinha uns 60. Hoje só Nelson tem. (Roda de conversa, 2016).

Fazendo as contas com mais precisão, a comunidade relata a existência pretérita de 43 saveiros pertencentes a 27 donos em Bananeiras. Geralmente, cada dono possuía apenas um barco, porém, quando a produção se mostrou mais robusta, a frota chegou a alcançar 10 barcos, como o caso do proprietário da Caeira local:

Houve em Bananeiras 43 Saveiros, pertencentes à 27 donos. Eram de três tipos: Saveiro, Lancha e Bote. Eram usados principalmente para transporte de carga entre Bananeiras e Água de Meninos e São Joaquim (saveiros e lanchas) e das praias de cascalho para a caiera (botes). Também faziam transporte entre Bananeiras e outras localidades como Caboto, Passé, Matoim, Aratu. (Lopes *et al.*, 2016).

Havia dois carpinteiros que faziam canoas e saveiros com madeira local. Flor do dia, Deus é amor, Tudo com Deus, Patinho, Sempre Unido, Cobrinha, Sonho meu e Cadillac foram alguns dos saveiros de Bananeiras que ainda estão na memória da comunidade (conferir registro do último saveiro de Bananeiras na figura 4.3.3.1.3). “Os barcos saíam daqui carregados de produtos em direção a São Joaquim. Era banana, quiabo, tomate.... Esses morros aqui eram só bananeiras. Era muita fartura” relata um morador de Bananeiras. No entanto,

[...] há mais ou menos 30 anos atrás parou de se ter saveiro, devido ao desenvolvimento dos empreendimentos, dos transportes por caminhão, grandes mercados. E a população foi deixando a roça para se empregar. Ou levava as comidas de canoa pra lugares mais próximos - “todo mundo ajudava a carregar os cachos de banana”. (Roda de conversa, 2016)

Existem alguns fatores associados à transição da roça para a pesca, como a própria falta de terras para a agricultura; a erosão dos solos; e até a facilidade da

pesca camarão com a chegada da rede de arrasto de nylon que trazia retorno rápido.

Naquela época também tinham poucos que se diziam fazendeiros, que iam buscar trabalhadores no sertão em todos os cantos pra trabalhar, então tinha renda, tinha dinheiro e tinha emprego. Nossos pais trabalhavam prá eles. Depois que ele morreu, a família saiu vendendo as terras e acabou essa renda, então o pessoal foi pro mar, viver da pesca. As roças **foram ocupadas** por casas e outras abandonadas e poucas continuam como roça. O que perdeu foi a cultura de plantar (Roda de conversa, 2016).

Em meados do século XX, o governo federal deflagra a política voltada para a construção de rodovias, quando houve um considerável estímulo à a urbanização do país, e, ao mesmo tempo, a decadência do transporte naval. Esta ação prejudicou sobremaneira as comunidades das ilhas e do entorno da BTS que representavam fontes supridoras de alimentos provenientes do mar. As estradas ligavam as grandes localidades, porém isolavam as pequenas comunidades produtoras que passaram ao isolamento, como analisa Simões (2009):

As comunidades pesqueiras influenciaram na formação da identidade Econômica, social e cultural de Salvador e Recôncavo, devido, principalmente a utilização dos Saveiros e Canoas e a aquisição de seus produtos. [...] a via marítima foi preterida a favor do transporte rodoviário e resultando em um processo de isolamento das ilhas e, conseqüentemente colocando-as à margem do desenvolvimento econômico local. (SIMÕES, 2009, p. 53)..

Hoje, os saveiros de Ilha de Maré viraram história.

Bananeiras passa hoje por um momento que considero um retorno à terra. Retirando da memória antiga do lugar, ainda que de forma tímida e inicial. A produção agrícola vem se reconstruindo nos fundos de quintal, com a produção de milho e mandioca, indicando que “a terra é um bem de raiz”, como ressalta um morador.

Figura 4.3.1.1-2: Tipos de Saveiros do Recôncavo, referidos pela população de Ilha de Maré e apresentados por Agostinho (2011).

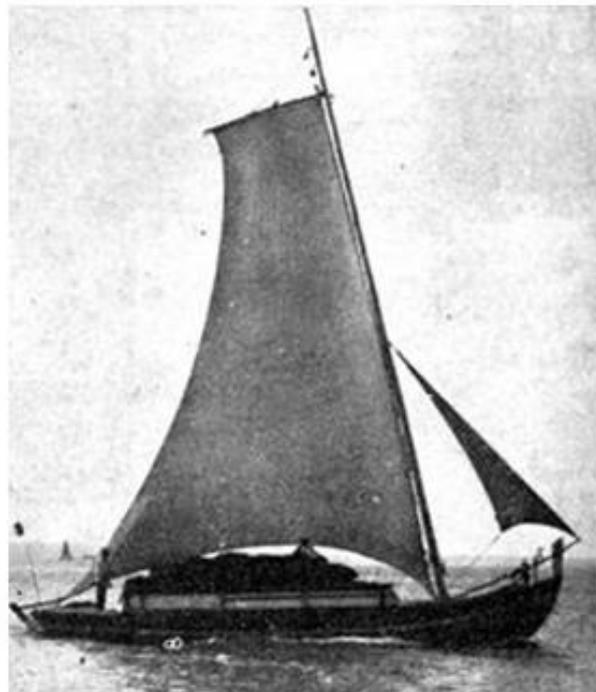


Fonte: Agostinho (2011)

Figura 4.3.1.1-3: O último saveiro de Bananeiras (acima) e o seu modelo equivalente publicado.



Fonte: Acervo Marsol, 2016.



Fonte: Agostinho (2011).

#### 4.3.1.2. Mesclando produção artesanal e industrial

Ao chegar à atual Bahia de Todos os Santos e seu Recôncavo, no século XVI, os portugueses logo notaram a existência daqueles altos monturos litorâneos e fluviais de cascas de ostras e outros mariscos. De imediato, aliás, deram-lhes finalidade prática... Uma verdadeira montanha de cal. O lixo ameríndio se convertia, assim, em material para a engenharia lusitana... De fato, aquelas primeiras construções lusitanas, de natureza mais sólida, recorriam a coisas do mar. Traziam óleo de baleia na argamassa e cal de mariscos a recobri-las. (RISÉRIO, 2004, p. 54).

A alta produtividade da BTS foi um grande estímulo para a instalação de caieiras na Bahia desde a época colonial. Desde aquela época já existia a prática mineradora de calcário, com a utilização das valvas (cascas) dos moluscos bivalves para a construção dos engenhos. Gabriel Soares de Sousa já fazia esta descrição ao se reportar à construção dos engenhos no período colonial:

E há tantas ostras na Bahia e em outras partes, que se carregam barcos delas, muito grandes, para fazerem cal das cascas, de que se faz muita e muito boa para as obras, a qual é muito alva; e há engenho que se gastou nas obras dele mais de três mil moios de cal destas ostras; (SOUSA, G., p. 291)

A matéria prima utilizada eram os cascais produzidos com o processamento dos mariscos e amontoados sob a forma de sambaquis, pelos indígenas, coletores por natureza, que os construíam para sua própria instalação. Segundo Fernandes e Etchevarne (2011), um sambaqui é o resultado de um padrão cultural de comportamento social que resulta da acumulação de conchas coletadas nos manguezais objetivando a formação de um aterro que servia como base para a moradia do grupo. E os sambaquis representam o registro arqueológico mais antigo conhecido da presença humana no Recôncavo. Ainda segundo estes autores, alguns deles desapareceram pelo uso na fabricação da cal, com base em cronistas do período colonial: “existiam sambaquis próximos à cidade de Salvador, desaparecidos em decorrência do seu aproveitamento como matéria-prima para a fabricação de cal, com que se construíam os maiores edifícios soteropolitanos daquele período” (FERNANDES; ETCHEVARNE, 2011, p. 29).

Segundo relatos dos moradores de Bananeiras, em uma época anterior à chegada das indústrias de cimento no entorno de Maré, a produção de cal era muito forte na Ilha, assim como a exploração da matéria prima para envio às caieiras do

continente. Segundo os moradores, “toda Salvador foi construída por Ilha de Maré pela cal e por Maragogipe com olarias e areia”, e detalham acerca dos tipos de cal existentes, assim como dos locais onde era extraído o cascalho utilizado como matéria prima para sua fabricação:

Existiam dois tipos de cal: o feito a partir das cascas de ostra, que segundo relatos era o de melhor qualidade, mas não era fabricado em Ilha de Maré; e o de cascalho que era extraído da Ilha do Topete, da Ponta de Areia, da Tapitanga e da Ilha do Meio. (Lopes *et al.*, 2016).

Note-se que a Ilha do Topete, da Ponta de Areia, da Tapitanga e da Ilha do Meio referidos no trecho acima são áreas de bancos de areia, lama ou de pedra (recifes), de alta produtividade pesqueira, representando, portanto, grandes áreas de depósito das conchas dos moluscos.

A principal contribuição dos moradores de Bananeiras na fabricação da cal de cascalho consistia no fornecimento da matéria-prima – “trabalho pesado, só para homens” – conforme relata um morador. A sistemática da atividade foi descrita em detalhes, dada a magnitude da força de trabalho necessária para sua realização:

o cascalho que era coletado na Tapitanga [localidade entre Madre de Deus e Ilha de Maré] pra onde eles saíam de casa às 3 horas da madrugada e chegavam às 5 [na Tapitanga]. Era feita a coleta e retornavam levando o material até as caeiras<sup>33</sup>: em Bananeiras - na caieira de Benedito, ou em Praia Grande. De lá, seguiam para casa, chegando aproximadamente umas 16 horas (Morador de Bananeiras).

Existem registros do funcionamento de seis caeiras no município de Salvador, sendo que duas delas estavam localizadas em Ilha de Maré, uma em Bananeiras e outra em Praia Grande, onde a primeira se localizava no caminho entre Bananeiras e Botelho. No passado, se realizava a produção e armazenamento da cal, e o processo de produção envolvia a coleta do cascalho nas já referidas bancadas de areia no meio do mar, transportado pelos saveiros para a queima e moagem. A cal produzida era utilizada na construção de casas e outras edificações, sendo destinados não somente à Ilha, como a todos os municípios do seu entorno. Muitos dos trabalhadores de Maré foram operários da antiga caeira da qual hoje restam apenas os fornos e o nome, considerando que,

---

<sup>33</sup> Caieiras, aqui grafado “Caeiras”, em respeito à fala local, que insistiu em corrigir a pronúncia ao longo do trabalho de mapeamento.

Figura 4.3.1.2-1: Caeira: fornos e Eco Club.



Fontes: Primeira foto, Acervo Marsol (2016); as demais, <https://www.salvadornoticias.com>.

Figura 4.3.1.2-2: Pilhas de cascalhos - cascas de conchas, para serem utilizadas na construção civil.



Fonte: Acervo Marsol (2017).

ironicamente, o Restaurante Oratório Eco Club Spa, um clube de alto luxo (figura 4.3.3.2-2), absolutamente alheio à vida dos mareenses, inspirado pela arquitetura e história local, foi ali implantado e utiliza os antigos fornos de cal como equipamentos integrantes da decoração do imóvel. No entanto, para a população da Ilha, o local permanece conhecido sob o nome de Caeira. Os registros indicam a permanência ativa das caeiras por muitas décadas, com expansão para regiões interioranas do Recôncavo. Como a cal era usada para construção civil, sobreviveram por muito tempo sendo desenvolvida de forma artesanal. Quando a prática atinge grandes dimensões e a demanda da construção civil é ampliada se dá a instalação da indústria de cimento de produção e é instalada a fábrica de Cimento Aratu (onde atualmente funciona a Marina Aratu). Com isso, a cal deixou de ser produzida em todas as caeiras de Salvador. Contudo, a mudança do modelo de fabricação e ampliação da produção, a exploração da matéria prima se estende aos recifes de coral do entorno da Ilha de Maré. Com esta prática inicia-se a degradação destes ecossistemas frágeis, porém de alto valor ecológico pela diversidade que abriga. Ressalto aqui que a presença de fornos de cal que também utilizavam corais extraídos dos recifes da Ilha de Itaparica e do entorno da vila de Peri-Peri estão registrados em Barros Júnior *et. al* (2009).

A população descreve em detalhes a forma de exploração dos recifes, bem como a destinação do chamado cascalho, pois os moradores locais participavam do processo como funcionários terceirizados das indústrias transformadoras – as fábricas de cimento, prestando serviço de canoeiros. E afirma que atualmente ainda existe a exploração do cascalho, e não mais dos recifes, para construção nas localidades denominadas Passagem e Ponta da Areia, sendo vendido na localidade de Passé para alvenaria de casas.

Atualmente, a utilização de conchas na construção civil ainda é uma prática adotada nas comunidades de Ilha de Maré, o que pode ser constatado pelos acúmulos feitos em pequenos e diversos montes de conchas distribuídos pelos caminhos internos da Ilha, por vezes até envoltos por plástico para sua proteção e transporte (figura 4.3.3.2-2).

#### 4.3.1.2. A crise das primeiras indústrias de grande porte

Nos três primeiros séculos de colonização, ou seja, até meados do século XIX, a atividade agrícola foi a maior responsável pela localização e desenvolvimento de povoações no Recôncavo. Vinculada à produção ou ao transporte, a rede de cidades do Recôncavo se organizava e hierarquizava em função da agricultura (SANTOS, M., 1998, p. 19).

No Séc. XVII, a lavoura açucareira, baseada no uso intensivo da mão-de-obra escrava, era a grande geradora de riquezas na Colônia. As terras do Recôncavo estavam nas mãos da aristocracia rural com grandes latifúndios que a transformaram em um centro industrial de açúcar, e os engenhos foram as primeiras indústrias de grande porte a se instalarem no Recôncavo Baiano, cenário que perdurou até a expulsão holandesa do Brasil, passando o cultivo da cana e produção do açúcar, sob o comando dos impérios espanhol, holandês e francês nas colônias no Mar das Antilhas/Caribe a se fortalecerem junto aos mercados europeus em detrimento do açúcar brasileiro como mercadoria.

A indústria açucareira que fez da baía seu palco de atuação se impôs no comércio exterior até a crise internacional mudar o tom dos bons tempos; mudança impulsionada ainda pela abolição da escravatura que fez aumentar muito os custos de produção, alterando o cenário do Recôncavo. A partir da década de 1850 foram proibidas as viagens oficiais do tráfico e a conseqüente entrada da mão de obra escrava na Bahia. Instala-se, então, a crise local:

[...] entre a Abolição e a década de 1950, o Recôncavo perdeu progressivamente sua antiga importância econômica e política. Daí aos primeiros quarenta anos do século passado foram sendo desorganizados os arranjos de produção e reduzidos os circuitos de tráfego intra-regional por mar e terra (BRANDÃO, 2007, p. 54).

Entra em cena um quadro de involução econômica que se apresentou de forma mais contundente e progressiva a partir da década de 1850, repercutindo com mais intensidade na década de 1870. Em conjunto com a falência dos engenhos, as terras produtivas do entorno<sup>34</sup> perdem seu vigor, tornando-se uma

---

<sup>34</sup> A produção do açúcar jamais subsistiu só, mas integrada a um complexo de atividades especialmente diferenciadas. A cana ocupava o âmago da região em torno dos núcleos de Santo Amaro, São Francisco do Conde, e em sua periferia desenvolviam-se atividades complementares ao complexo açucareiro [...]. O ciclo do açúcar, que se desdobrou com o fumo, a pecuária, agricultura alimentar, o café e o algodão, as especiarias, couros e peles, carvão vegetal, as caieiras e as olarias, as rendas e bordados, a cerâmica utilitária e lúdica, criou assim uma complexa tradição cultural,

atividade secundária, passando a representar como um bem de negócio e não mais um bem de produção.

Aplicação de capitais estrangeiros concentrou ainda mais os lucros em mãos daqueles que não os aplicavam na Bahia. As safras, devido às variações climáticas e a má qualidade do produto, devido às péssimas instalações de muitos engenhos já obsoletos, transformou a indústria açucareira, o carro-chefe da nossa exportação, em indústria cada vez mais deficitária. O grande golpe sofrido nos anos 70 veio com a má conjuntura da economia mundial, encontrando aqui ambiente propício aos graves prejuízos [...]. Salvador era uma cidade pobre. (NASCIMENTO, 2007, p. 341).

Dando continuidade, é importante a procedente afirmação reflexiva de membros mareenses sobre o reconhecimento da importância de seu lugar para o Recôncavo e para a Baía de Todos os Santos:

Se vivia da pesca, da agricultura. Pegava palha para vender, fazia esteira, fazia azeite. Os homens plantavam mandioca, plantava tomate, plantava tudo... **Ilha de Maré foi a maior indústria** [de produção de comida] **da Baía de Todos os Santos** e de todo o Recôncavo, descarregando de cavalo, carroça e saveiro... os produtos diversos. Se criava porco, pato e galinha. Os fazendeiros que criavam gado... **Os governos esqueceram o Recôncavo** (Roda de conversa, 2016). Grifos meus.

---

um tecido social territorialmente diferenciado e uma exuberante paisagem construída (BRANDÃO, 1997, p. 32).



Fonte: [www.sindipetro.org.br](http://www.sindipetro.org.br)



Fonte Acervo Marsol (2018)



Fonte Acervo Marsol (2018)

## 5. UMA NOVA VIZINHANÇA, NOVOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

[...] um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes” (SANTOS, M., 2000, p.2).

No princípio, a Petrobras. Foi nosso “choque do petróleo”. Produzindo uma outra paisagem - humana, técnica e social. É o Recôncavo dos capacetes de alumínio rebrilhando ao sol, das torres metálicas se erguendo contra o fundo azul do céu, das estradas e caminhões cortando canaviais. (RISÉRIO, 2016, p.47).

No lado do moinho nós vinha mariscar e pegar palha. Nós ia até lá na frente, não tinha nada disso. Agora tá tudo cheio de empreendimento e nós não pode mais passar nem a cem metros de distância.[...] A gente queria ter o direito de tá pescando a vontade, despreocupado, porque a gente quer o peixe. (Um pescador, 2017).

## 5.1. O contexto ambiental da BTS

A complexidade e o equilíbrio dinâmico do ambiente nos remetem analisar os seres vivos sobre as inter-relações biológicas, o fluxo de energia e os ciclos da matéria, convertendo-se em associações íntimas e indissociáveis. "O ambiente não é a ecologia, mas a complexidade do mundo; é um saber sobre as formas de apropriação do mundo e da natureza através das relações de poder que se inscreveram nas formas dominantes de conhecimento" (Leff, 2001, p. 10/11).

A avaliação das condições ambientais do entorno de Ilha de Maré, prescinde da compreensão dos climas atmosféricos e marinhos: ventos, chuvas, correntes, ondas e marés característicos da BTS, assim como da própria topografia local que, em conjunto, estruturam a dinâmica do lugar.

Sobre os ventos, (LESSA et al., 2009) apontam que existe uma variação de direção e velocidade ao longo do dia. Fortes brisas provenientes do mar da direção sudeste se iniciam pela manhã aumentando durante a tarde; enquanto as brisas continentais de nordeste têm início pela tarde, com intensificação na madrugada. A variação diária também é amplificada sazonalmente com as estações do ano, alterando as condições locais. Esse regime de ventos está bem sintetizado e claro no Roteiro Náutico do Litoral da Bahia:

O regime principal de ventos, no verão, é de norte (terral) pela manhã e depois a gostosa "viração" de leste/nordeste, firme à tarde, voltando a ser brisa à noite. Eventualmente, há o "lestão", soprando pelos 15 a 20 nós. No inverno, é comum o sul/sueste e o sudoeste, sempre acompanhados de frentes frias, com ventos de até 25 nós. As ondas normais são curtas e variam entre 0,50m a 1,00m e, excepcionalmente, com frente fria podem variar de 2,00 a 2,50m. "Vento ruim", só o noroeste, muito forte, que ocorre normalmente uma só vez por ano, durante uns 15 minutos, sempre nos meses mais quentes de dezembro a fevereiro e atinge velocidades superiores a 30 nós. (BAHIA, 2005, p. 17)

Em Sousa (2017), existe relato dos pescadores descrevendo a percepção destas variações com a alteração da pescaria, assim como a percepção de recentes alterações de direção e intensidade que vêm aumentando o número de comunidades que sentem incômodo com os odores de produtos químicos provenientes das indústrias. De acordo com as análises oceanográficas de Ribeiro

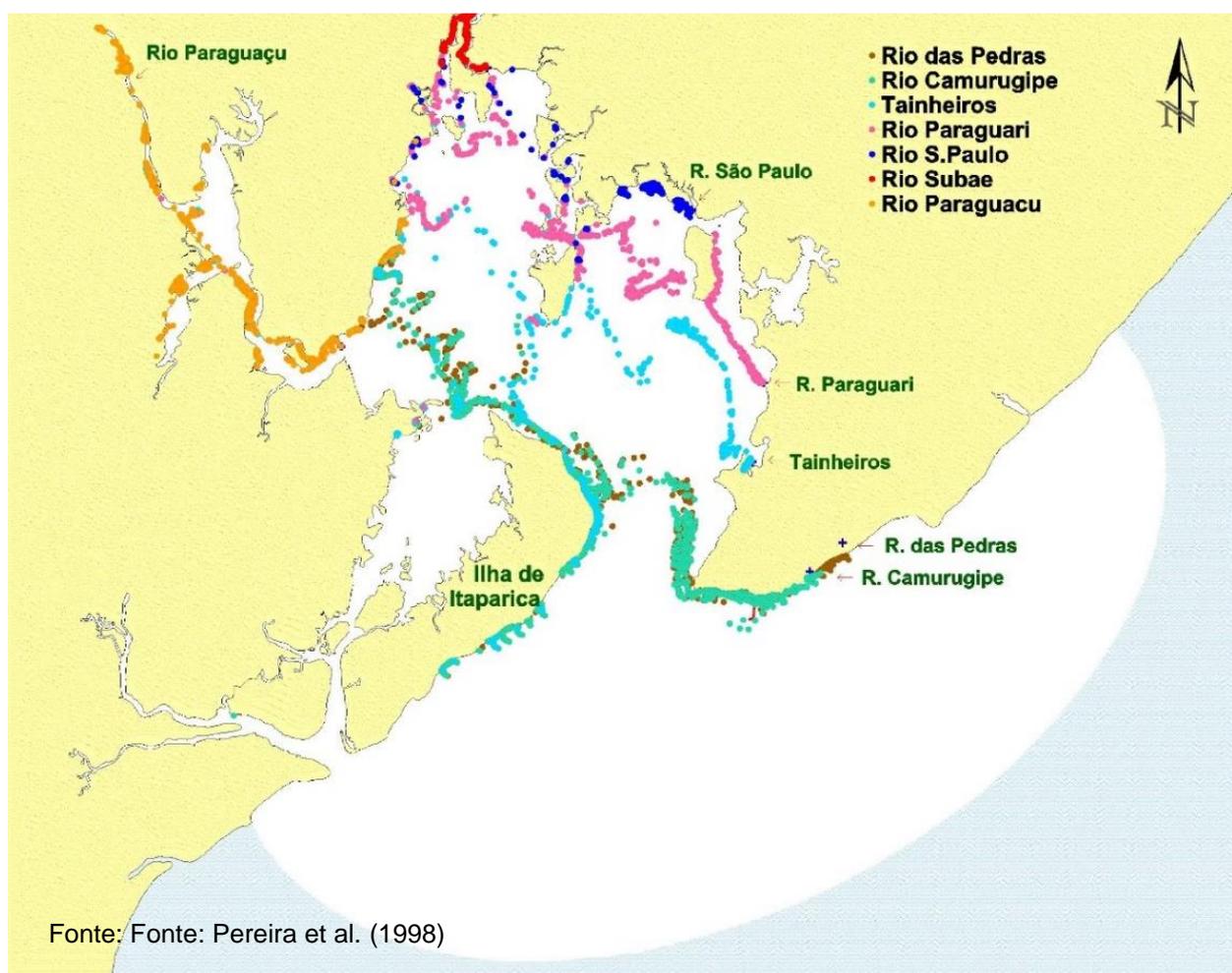
*et. al* (2012) *apud* Sousa (2017), com os ventos provenientes do leste, entre 0,5 e 2,5 m/s, a dispersão de um gás determinado, pode levar entre 5 e 7,5 minutos para atingir Ilha de Maré, permanecendo mais tempo sendo percebido quanto mais fracos sejam os ventos, ampliando a exposição das pessoas aos produtos tóxicos por um período mais prolongado. Infelizmente, na temporada em que os ventos estão favoráveis à pescaria, estão interferindo negativamente na saúde da população mareense.

O Monitoramento da Qualidade do Ar na área de Influência do Porto de Aratu (CETREL, 2012) demonstrou que a predominância dos ventos no período amostral foi de LesteSudeste (ESE) e OesteNoroeste (WNW), favorecendo, em primeira escala, o transporte de massas de ar da área do Porto de Aratu para a comunidade de Caboto. E contribuindo, em 2ª escala, com o envio de massas de ar de outras fontes (localizadas em área fora do Porto de Aratu como a Refinaria Landulpho Alves) para a Ilha de Maré e área continental.

As correntes de marés são as responsáveis pela circulação das águas e, conseqüentemente, pelo transporte ou acúmulo de partículas no interior da BTS. No entanto, a combinação de fenômenos de diferentes escalas temporais como ventos de brisa (diária), variações sazonais de temperatura, salinidade e frentes frias interferem e determinam as condições ambientais hidrodinâmicas da BTS (SOUSA, 2017). A autora explica ainda que, em experimento de modelagem realizado, ficou demonstrado que a renovação de 90% das águas da baía pode levar apenas quatro dias, caso as condições estejam absolutamente favoráveis, durante o verão. No entanto, nas condições características do inverno, podem ser necessários 15 dias para que apenas 13% das águas sejam renovadas. A porção central da baía pode ter um tempo de residência inferior a 1,5 dia, podendo apresentar extremos de 5 e 10 dias, para áreas internas como a localizada entre as Ilhas de Maré e Madre de Deus, por exemplo (LESSA *et. al*, 2009).

Por um lado, a BTS é um ambiente muito propício para a produção pesqueira por ser rica em nutrientes, pois a matéria orgânica proveniente dos rios do recôncavo tende ao acúmulo no fundo da própria baía. Os manguezais que a margeiam fortalecem essa característica oferecendo abrigo e alimentação propícios à reprodução de espécies marinhas e às locais (ver manguezal abrigado em Bananeiras, na figura 5.1-1). No entanto, assim como acumula sedimento e

Figura 5.1-1: Manguezal do rio do Viveiro em Bananeiras: uma riqueza escondida.





possui grande tempo de residência de nutrientes, ocorre o mesmo com os poluentes aos quais a baía é exposta.

O mapa de influência dos rios (figura 5.1-2) retrata a modelagem do deslocamento de partículas provenientes dos rios do entorno da BTS. Ele demonstra o potencial de absorção e acumulação da BTS e as rotas que as partículas podem percorrer. Pode-se concluir que a costa leste e o norte da Ilha de Maré em conjunto com a própria BTS são impactados diretamente pelo aporte de poluentes provenientes do seu entorno.

Todos esses componentes fazem a baía se comportar como uma espécie de “armadilha” que apreende as partículas sólidas que são lançadas na costa oceânica de Salvador, transportando-as para acúmulo na sua porção norte. Temos então que os rios do Recôncavo despejam nutrientes que se acumulam; correntes carregam partículas sólidas e substâncias dissolvidas e ventos transportam sólidos e gases, sempre de fora para dentro da Baía. Este conjunto de fatores faz da BTS um ambiente muito propício para a produção pesqueira. Com águas e sedimento ricos em nutrientes, pois a matéria orgânica, e demais nutrientes dissolvidos, proveniente dos rios do Recôncavo tendem ao acúmulo no fundo da própria baía, favorecendo a fertilidade das águas, sendo ainda margeada por manguezais que são ecossistemas costeiros, de transição entre os ambientes terrestre e marinho, característico de regiões tropicais e subtropicais, e que estão sujeitos ao regime das marés, principal mecanismo de penetração das águas salinas nos manguezais (SCHAEFFER-NOVELLI, 1995).

Estes ecossistemas são zonas de grande produtividade biológica, por oferecer abrigo propício à reprodução de espécies marinhas e estuarinas pertencentes a toda a cadeia alimentar, o que amplifica ainda mais esse enriquecimento ecossistêmico elevando a produtividade pesqueira na BTS.

Todas essas características ao mesmo tempo que explicam o enriquecimento produtivo natural da BTS, explica também a sua sensibilidade aos poluentes. Ou seja, fica claro que poluentes lançados na atmosfera ou nas águas irão também se concentrar, amplificando seus potenciais prejudiciais à vida biológica marinha e humana da localidade. O fenômeno é bem evidente na Carta SAO (Sensibilidade ao Óleo) da área, constante da figura 5.1-3, que, apesar de ser específica para o óleo, orienta a rota que pode ser traçada por quaisquer produtos que sejam lançados no mar e possam ser transportados pela água.

## 5.1. O contexto geográfico/histórico

Uma área estratégica para o parque industrial... Assim é descrita a porção Norte/Nordeste da Baía de Todos os Santos em quaisquer documentos históricos, geográficos, de divulgação que fazem remissão à sua ocupação pelas indústrias e o potencial desenvolvimentista do entorno.

A qualidade portuária e hidroviária apresenta características de alto relevo para a operacionalização das unidades industriais, fundamentalmente pelas condições de abrigo natural e a consequente facilitação do tráfego de embarque e desembarque da produção e suas matérias-primas a nível local, nacional e internacional. Geograficamente o favorecimento como hidrovía é dado pela formação do Canal de Salvador no interior da BTS, da Baía de Aratu e do Canal de Cotegipe (BAHIA, 2013). (Plano Diretor Polo Industrial de Camaçari).

[...] a Região Metropolitana historicamente tem na Baía de Todos os Santos o seu maior elemento de potencial hidroviário, representando um dos mais adequados sítios geográficos do mundo para atividades portuárias. (BAHIA, 2013, p. 70).

As atividades têm seu marco inicial na área na década de 1940 quando a Petrobras instalou seus campos de pesquisa e lavra do petróleo, esvaziando matas, roças e fazendas. (BRANDÃO, 2007). Em 1947, finalmente é descoberto o petróleo na área do atual município de Candeias, então distrito de Salvador e na década de 1950 é implantada a Refinaria Landolfo Alves (RLAM), na localidade de Mataripe (ver fotos históricas na figura 5.2-1), bem como do Terminal Marítimo de Madre de Deus (Temadre) para atuar no embarque e desembarque de petróleo e seus derivados. Na década de 1960 ocorreu a implantação do Centro Industrial de Aratu (CIA) com objetivos de atrair investimentos beneficiados pelos incentivos fiscais administrados pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

Segundo (BRANDÃO, 2007), os investimentos pouco vieram e pouco se reproduziram, mas o Porto de Aratu, criado na ocasião, também na década de 1970, continuou a crescer, inclusive com a criação do COPEC (1971) e da Caraíba Metais (1982), representada hoje pela Braskem, nas suas diversas vertentes.

O processo de instalação dos empreendimentos foi justificado pela necessidade de superação do subdesenvolvimento do país, principalmente das regiões Norte e Nordeste. E esta gama de empreendimentos substituiu a base produtiva agro-exportadora tida como atrasada por uma base produtiva industrial e

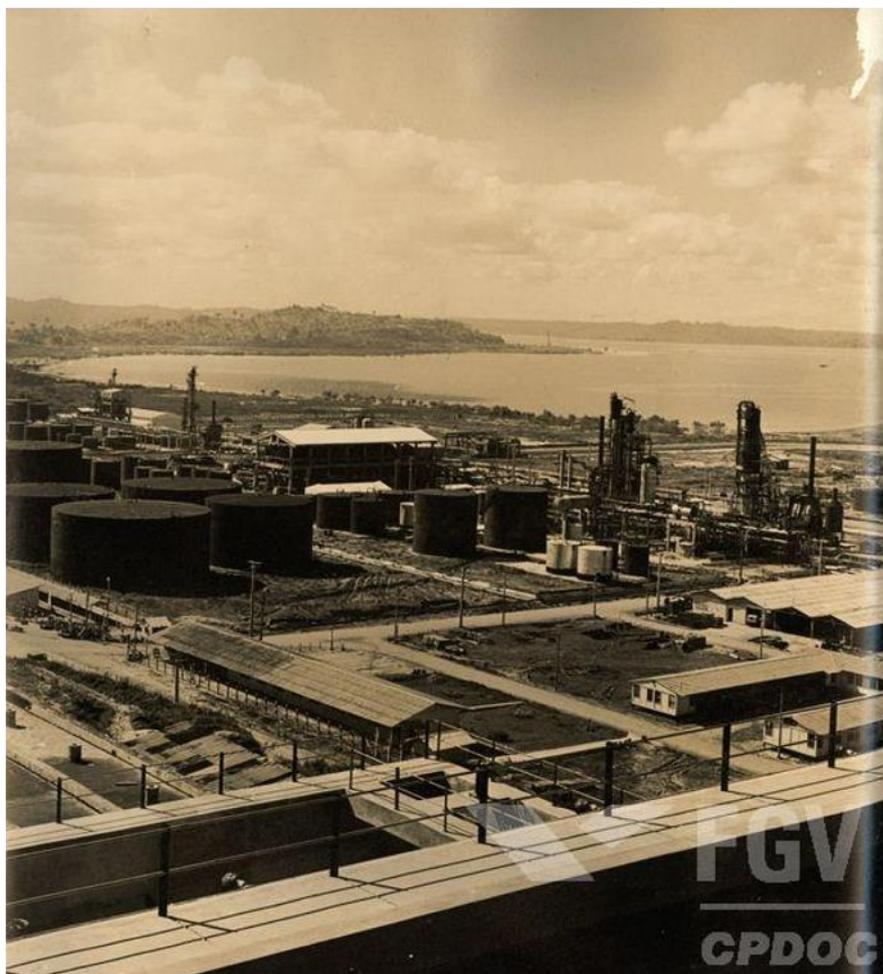
Figura 5.1-1: Um dia foi assim... Momento iniciais da exploração do petróleo: imagens históricas da Refinaria Landulpho Alves.



Foto: Arquivo Petrobrás

Blog Candeias Bahia

Fonte: Blog Candeias Bahia



Fonte: FGV (2018)

moderna, dinamizando a economia baiana em virtude, inclusive, das intensas transformações socioespaciais que extrapola a RMS (ANDRADE, 2008).

Outro momento de crescimento industrial ocorre ao final da década de 1990 com um novo surto de investimentos estrangeiros, assim como benefícios e incentivos oferecidos pelo poder público (federal, estadual e municipal), resultando em uma reestruturação produtiva na Bahia, ao agregar novos setores industriais, com destaque para a indústria automobilística, conformando, então, o Polo Industrial de Camaçari. O novo Polo tem estreita conexão com a área em questão, pois suas atividades portuárias funcionam basicamente no Porto de Aratu - BTS, no Terminal Dow Química e no Terminal Miguel de Oliveira (Ford), estando estes últimos situados na Baía de Aratu. (Plano Diretor Polo Industrial de Camaçari). É o momento em que a exploração territorial atinge seu momento técnico-científico-informacional que persiste até a atualidade. Período caracterizado pela forte interação entre ciência e técnica, a tal ponto que certos autores preferem falar de tecnociência para realçar a inseparabilidade atual dos dois conceitos e das duas práticas. Essa união entre ciência e técnica e entre técnica e ciência, vai se dar sob a égide do mercado. E o mercado, graças exatamente à ciência e à técnica, torna-se um mercado global. (SANTOS, M., 2005, p. 146).

A ânsia pelo desenvolvimento industrial faz do local uma área subordinada ao mercado internacional, com o crescente apelo dos objetos técnicos, as indústrias, representantes do poder hegemônico, se impondo sobre a natureza e atores locais, de forma agressiva:

Quanto mais "tecnicamente" contemporâneos são os objetos, mais eles se subordinam às lógicas globais. Agora, torna-se mais nítida a associação entre objetos modernos e atores hegemônicos. Na realidade, ambos são os responsáveis principais pelo processo de globalização. Esses objetos modernos - ou pós-modernos - vão do infinitamente pequeno ao extremamente grande, como, por exemplo, as grandes hidroelétricas e as grandes cidades, dois objetos enormes cuja presença tem um papel de aceleração das relações sociedade-natureza, impondo mudanças radicais à natureza (SANTOS, M.; 2005, p. 147).

O conjunto de empreendimentos composto pelas estruturas industriais, portuárias e de serviços instaladas no quadrante Nordeste da BTS estão sumariamente caracterizadas no quadro 5.2-1 e mapeado na figura 5.2-1, o que deve apoiar o leitor na compreensão das apresentações posteriores que versarão mais detalhadamente sobre a história, funcionamento e conflitos associados.

Quadro 5.1-1: Caracterização dos empreendimentos no entorno imediato do quadrante nordeste da BTS.

<b>Empreendimento</b>	<b>Caracterização</b>	<b>Produtos/ Serviços</b>
Terminal Marítimo Alves Câmara de Madre de Deus TEMADRE	Pertencente à Petrobrás Transporte SA - Transpetro, foi construído em 1956 e, desde então, é o principal ponto de escoamento da produção da RLAM, cujos derivados abastecem as regiões Norte e Nordeste do País. Possui tancagem instalada com capacidade de armazenamento da ordem de 656.690 m <sup>3</sup> de derivados de petróleo, álcool e GLP. Recebendo cerca de 55 navios, mensalmente. <sup>35</sup>	Transporte e armazenamento de petróleo e derivados.
Refinaria Landulpho Alves RLAM	Primeira refinaria nacional de petróleo. Sua criação, em setembro de 1950, impulsionada pela descoberta do petróleo na Bahia e pelo sonho de uma nação independente em energia. Possui área total de 6,5 km <sup>2</sup> ; 26 unidades de processos; 201 tanques e 18 esferas de armazenamento; manipulando 31 produtos. <sup>36</sup>	Exploração e refino de petróleo
Centro Industrial de Aratu CIA	O Centro Industrial de Aratu (CIA) é um complexo industrial multissetorial fundado em 1967 que integra o Porto de Aratu, além de 154 empreendimentos dos segmentos químico, metal-mecânico, calçadista, alimentício, metalúrgico, moveleiro, de minerais não metálicos, plásticos, fertilizantes, eletroeletrônicos, bebidas, logística, têxtil, serviços e comércio.	Fabricação de produtos dos segmentos petroquímico, alimentício, metalúrgico e outros, além de serviços de logística.
Belov Engenharia Ltda - Canteiro Marítimo de Mapele	Fundada em 1981 a Belov Engenharia oferece a seus parceiros experiência nos mais diversos campos na Engenharia Portuária e Subaquática. a sua filial na Bahia, localizada no local mais abrigado na Baía de Todos os Santos, possui uma área de 70.000 m <sup>2</sup> , com toda a infraestrutura para atender às demandas de suas obras portuárias, subaquáticas, estruturas metálicas pesadas, assim como fabricação de jaquetas e módulos para unidades de exploração e produção de petróleo. Nesta filial fica também sua divisão de máquinas, equipamentos e embarcações diversas. <sup>37</sup>	Construção, reparo e embarcações; serviços navais diversificados voltados à obras portuárias
Marina Estaleiro Aratu	Maior polo náutico do norte-nordeste com capacidade para embarcações de todos os tamanhos. Localizada na baía de Aratu, a 30 km do centro de Salvador, ela conta com uma estrutura completa de segurança e serviços para todos os tipos de embarcações. Em sua área o cliente conta com estacionamento, posto de combustível, oficina de pequenos reparos, loja de conveniência, restaurantes e lojas especializadas que garantem a melhor experiência para clientes e convidados. <sup>38</sup>	Angaragem e pequenos reparos de embarcações

<sup>35</sup> <http://www.transpetro.com.br><sup>36</sup> <http://www.petrobras.com.br><sup>37</sup> <http://www.belov.com.br/a-belov/index.html><sup>38</sup> <https://www.marinaaratu.com/>

Empreendimento	Caracterização	Produtos/ Serviços
Corema	Fundada em 1968, a <b>Corema Indústria e Comércio Ltda</b> iniciou suas atividades focada na execução de reparos navais em geral. Com o crescimento do mercado off-shore na localidade e o seu know-how adquirido com reparos e construções de embarcações de passageiros, pesqueira e de serviços gerais, a <b>Corema</b> decidiu ampliar suas instalações. Atualmente, o estaleiro está instalado em uma área de 14.500m <sup>2</sup> , dotado de modernos equipamentos, capaz de construir e recuperar embarcações de até 2.000 toneladas. Com larga experiência na área naval, presta serviços que englobam, desde o projeto, até a construção e manutenção de embarcações com agilidade e qualidade, destacando-se no mercado nacional. <sup>39</sup>	Construção e reparo de embarcações.
Ocema late Club	Marina, estaleiro e clube, possui bar, restaurante e estacionamento de veículos, além das estruturas de de estaleiro e marina. <sup>40</sup>	Lazer; construção, reparo e angragem de embarcações
Aratu late Clube AIC	Construído na década de 60 na Baía de Aratu, uma das mais belas e abrigada baías do Brasil, com estrutura de um grande clube:160 vagas em píer flutuante, restaurante, churrasqueira, piscina e muito mais. É uma associação de caráter esportivo, sem fins lucrativos, com duração por prazo indeterminado, e que tem por finalidade apoiar as atividades náuticas à vela de seus associados, assim como facilitar sua interação através de eventos sociais e educativos. <sup>41</sup>	Lazer e e angragem de embarcações
Base Naval de Aratu	Instalada como base aeronaval durante a Segunda Guerra Mundial pela Marinha dos Estados Unidos. Transformada em Base Naval de Aratu, por meio do Decreto nº 64.630 de 03 de junho de 1969, entrou em efetivo funcionamento em 1º de janeiro de 1970 <sup>42</sup> .	Apoio logístico às Forças Navais, Aeronavais e de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil, estacionadas ou em trânsito na área do 2º Distrito Naval e terceirização do estaleiro para empresas privadas
Porto de Aratu	Porto público, administrado pela Companhia das Docas do Estado da Bahia (Codeba). Está localizado na Baía de Todos os Santos, na enseada do Caboto, próximo à entrada do canal de Cotegipe, em frente à costa leste da	Movimentação de granéis sólidos e líquidos,

<sup>39</sup> <http://www.estaleirocorema.com.br/>

<sup>40</sup> <http://www.ocemaiateclub.com>

<sup>41</sup> <http://www.aratuclube.com.br/index.php?nav=historia>

<sup>42</sup> <https://www.marinha.mil.br/bna/historico>

<b>Empreendimento</b>	<b>Caracterização</b>	<b>Produtos/ Serviços</b>
	Ilha da Maré, no município de Candeias, a 50 km do centro de Salvador. <sup>43</sup>	produtos gasosos e óleos vegetais
Terminal de Uso Privado Dow Brasil TUP DOW	O Terminal pertence à Companhia Dow Química e é por ela administrado. Está situado na Ponta da Mangueira, na margem norte do canal Cotegipe <sup>44</sup> . Fora da área do porto organizado de Aratu, o terminal é integrado à unidade de produção da empresa, foi inaugurado em 1977. <sup>45</sup>	Movimentação de produtos, como soda cáustica, óxido de propileno, propeno, eteno criogênio, dentre outros.
Terminal Marítimo Miguel de Oliveira TUP FORD	Terminal Marítimo Miguel de Oliveira, pertencente à Ford Motor Company Brasil Ltda. Salvador. <sup>46</sup>	Transporte de veículos automotores, peças e acessórios
Fábrica de Cimento Aratu	Fábrica de Cimento Aratu (desativada)	fabricação de cimento
Companhia de Cimento Salvador Cocisa	Companhia de Cimento Salvador - Cocisa (desativada)	fabricação de cimento
Terminal de Uso privado da Gerdau/Usiba TUP Gerdau	Gerdau Aços Longos SA, localizado na Ponta da Sapoca, distrito de São Tomé de Paripe, Salvador. Construção autorizada em 1968. Transpetro, 2006. Fonte: antaq.gov.br	Combustíveis Minerais; Minérios (manganês e coque de petróleo)
Terminal Portuário Cotegipe S.A. TUP Cotegipe	Terminal Portuário Cotegipe SA. Candeias. <sup>47</sup>	Soja, farelo, malte; resíduos; e outros produtos da indústria de moagem
TUP GDK	Inicialmente utilizada como canteiro de construção de plataformas da Mendes Júnior em Ponta da Laje, o terminal foi desmembrado em duas partes originando o TUP da Ford e posteriormente construindo um futuro TUP da GDK. Esta construção foi abandonada com a falência do Estaleiro Paraguaçu.	Área industrial destinada à construção de módulos navais
Empreendimento da Ilha do Topete	O Topete é atualmente uma ilha “privada” que não permite acesso público. Com mais de 5.000 m <sup>2</sup> , possui	Moradia e realização de eventos

<sup>43</sup> <http://www.codeba.com.br>

<sup>44</sup> Transpetro, 2006

<sup>45</sup> LabTrans, Portos de Salvador e Aratu - Candeias

<sup>46</sup> [www.antaq.gov.br](http://www.antaq.gov.br)

<sup>47</sup> [www.antaq.gov.br](http://www.antaq.gov.br) e <http://www.portocotegipe.com.br/>

Empreendimento	Caracterização	Produtos/ Serviços
	uma área de eventos de luxo, onde circulam de 500 a 600 convidados. <sup>48</sup>	
Oratório Eco Club & Spa	Clube privado para sócios, com área de 200 mil m <sup>2</sup> . Espaço de ambiente praieiro, com serviço de cinco estrelas, com piscina natural com água do mar, restaurante de gastronomia internacional e regional, bares, quadra de vôlei, esportes aquáticos, trilhas, spa e área infantil. <sup>49</sup>	Lazer

Elaboração: Jussara Rêgo (2018).

As descrições que realizo a seguir, são fruto da necessidade de compreensão mais apropriada dos problemas que circundam Bananeiras e toda Ilha de Maré, especificamente na sua vizinhança norte-nordeste. O trecho abaixo, integrante do mapa elaborado pelos jovens de da comunidade, representa o fio condutor do problema:

**Insegurança e Poluição:** Próximo a Bananeiras tem mais de 200 indústrias, entre químicas, metalúrgicas, siderúrgicas, mecânicas, farmacêuticas e alimentícias que compõem o denominado Centro Industrial de Aratu (CIA) e sua formação teve início na década de 1960 (CARVALHO et al, 2014). Além destes, tem estruturas de terminais, instalações petrolíferas e portuárias, chaminés, dutos, tanques para estocagem de insumos e derivados, terminais portuários com píeres de atracação, cais, cargueiros e petroleiros, refinaria de petróleo entre outras estruturas (SARAIVA,2008). Essas empresas são responsáveis por 99% dos efluentes líquidos despejados na Baía de Todos os Santos, Saraiva (2008). (LOPES et al., 2015)

<sup>48</sup> <http://www.candeiasbahia.net/2009/10/ilha-do-topete.html>

<sup>49</sup> <http://www.bahiaja.com.br>

Figura 5.1-2: Distribuição dos empreendimentos na BTS e entorno imediato.



Elaboração: Jussara Rêgo (2018).

Número	Empreendimento: Construção/cimentos/cerâmicas/vidros
1	Petrobras Fasf asfalto
27	Moliza revestimentos cerâmicos
31	Lafarge - cimentos
32	GBN argamassas
34	Cerâmica
72	Concremassa
88	Sicbras - Carbetto de silício
93	T&A Pré-Fabricados
117	Vertical
123	Cebrace vidros

Número	Empreendimento: Geração de energia
16	Sub estação CIA norte
33	Candeias Energia - termelétrica
36	ERB - Energias Renováveis da Bahia
71	Subestação CIA 1

Número	Empreendimento: Portos, estaleiros, marinas e TUPs
2	TUP Temadre - Petrobras
38	Belov Engenharia
39	Codeba - berço de minérios
40	Codeba - berço de líquidos
41	Codeba - berço de gases
42	TUP Dow
43	TUP Ford
44	Base naval
45	TUP Cotegipe
49	Corema
50	Marina e estaleiro Aratu
51	Ocema Marina
52	Iate Clube Aratu
80	TUP Gerdau/Usiba
89	Estaleiro B3

Número	Empreendimento: Indústrias de Fertilizantes
17	Yara
18	TimacAgro
20	Heringer
22	SQM Vitas Brasil
23	Fertimar
25	Mosaic
29	Fertipar
35	Cibrafétil

Número	Empreendimento: Indústrias químicas
3	Petrobras Segas gas
4	Petrobras UPGN gas natural
5	Petrobras parque São Paulo
6	Petrobras Refinaria Landulpho Alves
7	Petrobras Nova Brasília
8	Abandonada
9	Graftech
10	Abandonada
11	Proquigel
12	Formitex
13	Unigel
15	Betumac
21	Plumatex - colchões
24	Brasquímica
37	Air Liquid (Dow)
46	MFX mangueiras termoplásticas
53	Bauminas química
54	Quimil
55	Qclor
56	IPB - produtos de borracha
61	Guanabara tintas
62	Dacarto - Plasticos
63	Polystar plasticos
64	Cortevivo compostos de PVC
69	Cromex tintas
73	Favab óleos minerais
75	Bahia PET reciclagens
77	Isoplast
78	CD química - Ypê, atol, assolan
79	Taurus
90	Air Liquid
91	Tintas Verano
95	Asperbras tubos plásticos
98	Petrol
102	Bahia farma
103	Tecnocoat Tintas
104	Delta tintas
105	Sonoco embalagens
106	Engepack
107	Resintec
112	Inoquímica
115	Multinova embalagens plásticas
116	GRPK - termoplasticos
121	Killing tintas
122	Fincolor
124	Vogal tintas festcor

Número	Empreendimento: Moinhos e indústrias de massas
47	Dias Branco
82	JMacedo (Águia) - massas

Número	Empreendimento: Indústrias metalúrgicas e de motores
14	BBX - aluminio laminado
19	ALLOG - aluminio perfis
28	AcelorMittal aços longos
48	Vale (Usiba)
57	Dipawa tanques metálicos
58	Greif
59	Tecnosteel
66	Bosch
68	Lazal Metalurgica
70	Ecocast mecânica
76	Greif embalagens metálicas
81	Drescon/Swaco equipamentos de mineração
84	WEB nordeste
86	Tramontina
97	FACchini
101	Durit metal duro
113	Latapack ball embalagens
114	Forja Bahia
118	Acciona aerogeradores
119	Acopla equipamentos
120	Algeco containers
125	Vescon/cameron equip. industriais
126	Rohr estruturas tubulares
127	Gerdal Açominas

Número	Empreendimento: Logística, distribuidoras e móveis
26	Total log
30	Rodstar
60	Lar Shopping móveis
	CIESF - Condomínio do Complexo Industrial e Empresarial de Simões Filho
65	logistica
67	logistica
74	Porto seco expresso
83	Rei móveis
85	Golden leaf tobacco
87	Sam Martim distribuidora de alimentos
92	Ciclo Camil Logistica de alimentos
94	Coutrim distribuidora de alimentos e higiene
96	Intermarítima
99	Sisalana
100	Renner tecidos
108	Intermarine
109	Madepar
110	JBS Alimentos
111	Natuzzi - móveis

## 5.2. Proibições e destruições: a pesca perde a paz

No rio e no mar: PESCADORAS NA LUTA!  
Nos açudes e nas barragens: PESCANDO LIBERDADE!  
Hidronegócio: RESISTIR!  
Cerca nas águas: DERRUBAR!  
(Palavras de ordem do MPP)

As práticas produtivas desenvolvidas no entorno de Ilha de Maré apresentam, há longo tempo, conflitos entre os grupos tradicionais e empreendimentos instalados, em continuidade às primeiras ocupações do período colonial, conforme já analisado nos capítulos anteriores.

Discorro aqui sobre as estruturas e processos relativos a períodos mais recentes, na fase que caracteriza o impulso industrial da Bahia, dentro do contexto do desenvolvimento do país. Período em que a exploração territorial atinge o período técnico-científico-informacional, quando o modelo capitalista internacional aponta para a modernização industrial, geradora de desigualdades sociais e desequilíbrios ambientais.

São inúmeros os empreendimentos de caráter até internacional instalados na área em análise, estando sua apresentação realizada em blocos de categorias que representam tipologias conflitivas agregáveis, não sendo, porém, exclusivas ou excludentes.

Os conflitos no território pesqueiro ocorrem a partir do momento em que a atividade produtiva é prejudicada, seja pelo risco à saúde dos pescadores quando expostos a patógenos e a materiais que causam prejuízo dos artefatos utilizados na atividade; dificuldade e/ou mesmo a proibição de acesso e conseqüente redução dos ambientes de pesca; destruição de pesqueiros; contaminação e mortandade do pescado, dentre outros.

Os impactos gerados pelo funcionamento das fábricas de cimento são um pouco diferenciados daqueles gerados pela Refinaria e pelo complexo industrial como um todo, apesar de todos constituírem-se indústrias. E todos apresentam a característica comum de tornarem-se, gradativamente, usuários exclusivos dos territórios por apropriarem-se dos recursos naturais de maneira insustentável, por vezes até a sua extinção. E quase sempre inviabilizando a comunhão necessária para a garantia dos direitos de uso comum.

### 5.2.1. Fábricas de cimento

Conforme foi apresentado no capítulo anterior, chegaram a existir seis caieiras no entorno da BTS. Várias delas foram absorvidas por uma usina, ampliando o poder de exploração dos recursos e produção do cal. Historicamente se praticava uma mineração que se caracterizava pelo seu caráter renovável, pois havia reposição permanente advinda das conchas dos moluscos que se reproduzia localmente. No entanto, ainda para aquele momento já havia indícios de que também se explorava os recifes, obviamente em uma escala bastante reduzida. Ainda que não sendo uma exploração não romântica, poderia ganhar o adjetivo de ingênua se comparada com o que estava por acontecer.

Esta exploração era a fonte de sustentação das caieiras e da própria construção civil até a chegada das fábricas de cimento a exemplo da Fábrica de Cimento Aratu, instalada na Baía de Aratu, originalmente, no bairro de Paripe, município de Salvador, hoje, município de Simões Filho, ainda na década de 1950, conforme comunicado de Régis Pacheco ao Presidente Getúlio Vargas em 26/06/1953 (figura 5.3.1-1). Foi seguida pela Companhia de Cimento Salvador (Cocisa), instituída pelo Decreto Nº 76.371, de 2/10/1975 e localizada na Ponta da Sapoca, como se conhece o morro que separa as praias de Tubarão e São Tomé, ambas localizadas no bairro de Paripe, Subúrbio Ferroviário de Salvador. Mais recentemente, a Votorantim, inaugurada em 06/10/2009 pelo Governador Jacques Wagner; e posteriormente, a Lafarge. Ao que tudo indica, esta é a única em funcionamento atualmente, porém, sem fazer uso do calcário marinho local como matéria prima.

À exceção das duas últimas que se instalaram na contramão da história, as primeiras fábricas foram desativadas na década de 1980, devido à proibição da extração do calcário marinho. Com a proibição, o aumento dos custos com extração e transporte do calcário de outra fonte inviabilizaria a fabricação do cimento e o consequente funcionamento das fábricas. A Cocisa teve suas instalações abandonadas e a Aratu teve a parte que compreendia o porto e o “clube dos funcionários” transformada em marina que assumiu o mesmo nome, e o restante da área, em tornearia industrial de grande porte. O direito de lavra de calcário conchífero transferido para o grupo Portland - Itaú S.A., conforme movimentação registrada no DNPM.

Figura 5.2.1-1: Telegrama de Regis Pacheco ao Presidente Getúlio Vargas - comunicação da inauguração da Fábrica de Cimento Aratu – primeira indústria de base movimentada a gás no Brasil (1953).

GV 53.06.26/2

	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA SERVIÇO TELEGRÁFICO		CARIMBO <b>PALACIO DO CATETE</b> <b>RECEBIDO</b> 29 JUN. 1953 EXP. N.º	
	CÓPIA DE TELEGRAMA RECEBIDO – 1.ª VIA			
Procedência	Salvador Ba	Via		
N.º	206501	Pls.	39	Data 26 Hora 22,00
ENDEREÇO	Presidente Getulio Vargas			NOTA DE CÓPIA <b>JCS</b>
	Palacio Catete			PROTOCOLO DA SECRETARIA

PA

Tenho satisfação comunicar Vossencia inauguração  
Fabrica Cimento Aratu primeira industria de base movimentada gaz nossos  
poços petroleo com capacidade produção duzentos vinte mil sacos cimento  
por mes.

Cordiais saudações.

Regis Pacheco, Governador.

GV 53.06.26/2

	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA SECRETARIA		PALACIO DO CATETE 30 JUN. 1953 SERVIÇO TELEGRÁFICO	
	CÓPIA PARA ARQUIVAMENTO EM ORDEM CRONOLÓGICA			
GOVERNADOR REGIS PACHECO SALVADOR - BA				
SENHOR PRESIDENTE DA REPUBLICA INCUMBIUME AGRADECER COMUNICAÇÃO CONSTANTE SEU TELEGRAMA 26 CORRENTE DE QUE SUA EXCE- LENCIA TOMOU CONHECIMENTO COM TODA SATISFAÇÃO PT CORDIAIS CUMPRI- MENTOS				
LOURIVAL FONTES SECRETARIO PRESIDENCIA REPUBLICA				

A exploração do calcário se dava nos recifes localizados na Baía de todos os Santos e os moradores locais eram contratados como mão de obra para esse serviço. Na pesquisa de campo, após indicação da área onde era realizada a extração da matéria prima pelas fábricas, foi feita uma prospecção do substrato com uma draga de pesquisa, confirmando que se tratava efetivamente de área recifal calcárea, recoberta por algas e esponjas marinhas (figura 5.3.1-2).

Foi relatado por um pescador que eram imensas dragas que faziam a retirada do material na área com substrato de cascalho onde se pesca lagosta. Ficou evidente que se tratava dos recifes! O pescador afirmou que o material era transportado em embarcações que seguiam em carga máxima para as dependências das fábricas, onde era submetido ao processo de eliminação do sal e posterior fabricação do cimento. Este processo também foi confirmado por engenheiro de minas, um antigo funcionário de uma das fábricas. Visitas no local ainda permitem a observação de restos dos recifes utilizados.

A prática predatória deixou marcas profundas nos recifes de coral, onde, nos momentos de maré baixa podem ser observadas as “bacias”, como são chamados os buracos formados com a retirada das porções dos recifes com as dragas. Este é um dos fatores que resultaram na degradação dos ambientes recifais da BTS, o que foi analisado e referido nos estudos de Cruz *et. al* (2009).

A proibição deste extrativismo predatório que levou ao fechamento das fábricas de cimento, não parece ter sido uma finalização concreta da prática ou de sua intenção. Pesquisas no site institucional do Departamento Nacional de Pesquisa Mineral - DNPM, revelam o zoneamento da área com solicitações de pesquisa mineral e concessão de lavra em toda a BTS. Existem processos com movimentações recentes que solicitam Relatório Anual de Lavra (RAL) como uma concessão de lavra de calcário, com área de 2734,69 ha, originalmente do ano de 1970, porém com transferência de direitos, cuja incorporação foi protocolizada em 23/09/2010. O questionamento se dá pelos motivos que justificam a manutenção de tais processos ativos, cujo número pode ser observado no quadro adiante (processos inativos não estão evidenciados). Todos os processos listados são referentes ao calcário conchífero, estando caracterizados como ativos e sem informação quanto ao uso (destinação) do produto minerado.

Figura 5.2.1-2: Pedaco do recife: verificação do substrato onde ocorria a coleta da matéria prima para as fábricas de cimento.



Fonte: Acervo Marsol (2018)

Assim como o processo supracitado, existem inúmeros outros similares, em fases distintas, incluindo áreas bloqueadas, desistências etc., estão apresentados no quadro 5.3.1-1 e na figura 5.3.1-3. O mapa extrapola o calcário conchífero, apresentando todos os processos existentes para a BTS e seu entorno imediato. Podemos observar, assim, a intenção e/ou a possibilidade de ativação ou reativação de processos de lavra na área. Este tipo de mineração, ainda que não voltada ao calcário coralíneo como realizada até a década de 1980, caso realizado, pode comprometer completamente o substrato da BTS e, conseqüentemente, comprometendo ou até destruindo completamente os ambientes pesqueiros conhecidos como “cascalho” ou “pedra”, onde se dá a pesca da lagosta, peguari dentre outros.

Observe-se que as poligonais que demarcam as concessões sobrepõem aos pesqueiros de grande relevância para as comunidades extrativistas pesqueiras tradicionais e uma reativação de quaisquer lavras implicaria em redução significativa das áreas de pesca. Com a atividade minerária, ainda que conchífera, tem-se um total revolvimento dos substratos e conseqüente destruição, pois a área é completamente revolvida implicando em perdas de habitats dos organismos.

Quadro 5.2.1-1: Processo de mineração de calcário conchífero na BTS, Bahia, abertos no Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (DNPM). Legenda: RAP: Requerimento de Autorização de Pesquisa; RL: Requerimento de Lavra; CL: Concessão de Lavra; RGM: Requerimento de Grupamento Mineiro. Municípios: 1: Itaparica; 2: Salvador; 3: São Francisco do Conde. CCPI: Companhia de Cimento Portland Itaú

Processo	Tipo de requerimento	Fase atual	CPF/CNPJ do titular	Nome do titular	Município
870.694/1982	RAP	RL	24.030.025/0001-04	CCPI	1
808.016/1975	RAP	RL	24.030.025/0001-04	CCPI	1
807.671/1975	RAP	RL	24.030.025/0001-04	CCPI	2
806.593/1975	RAP	RL	24.030.025/0001-04	CCPI	1
811.424/1973	RGM	CL	24.030.025/0001-04	CCPI	2 e 3
817.046/1970	RAP	CL	24.030.025/0001-04	CCPI	2
821.213/1969	RAP	CL	24.030.025/0001-04	CCPI	2
801.868/1969	RAP	CL	24.030.025/0001-04	CCPI	2
014.107/1967	RAP	CL	24.030.025/0001-04	CCPI	2
013.581/1967	RAP	CL	24.030.025/0001-04	CCPI	3
010.617/1967	RAP	CL	15.847.775/0001-74	CIMENTO ARATU SA	2
010.616/1967	RAP	CL	24.030.025/0001-04	CCPI	2
001.417/1945	RAP	CL	24.030.025/0001-04	CCPI	2
001.416/1945	RAP	CL	24.030.025/0001-04	CCPI	2

Fonte: Site DNPM (acessado em 25 de setembro de 2017)

Elaboração: JussaraRêgo (2018)

Figura 5.2.1-3: Processos de mineração registrados no ambiente da BTS e seu entorno imediato.

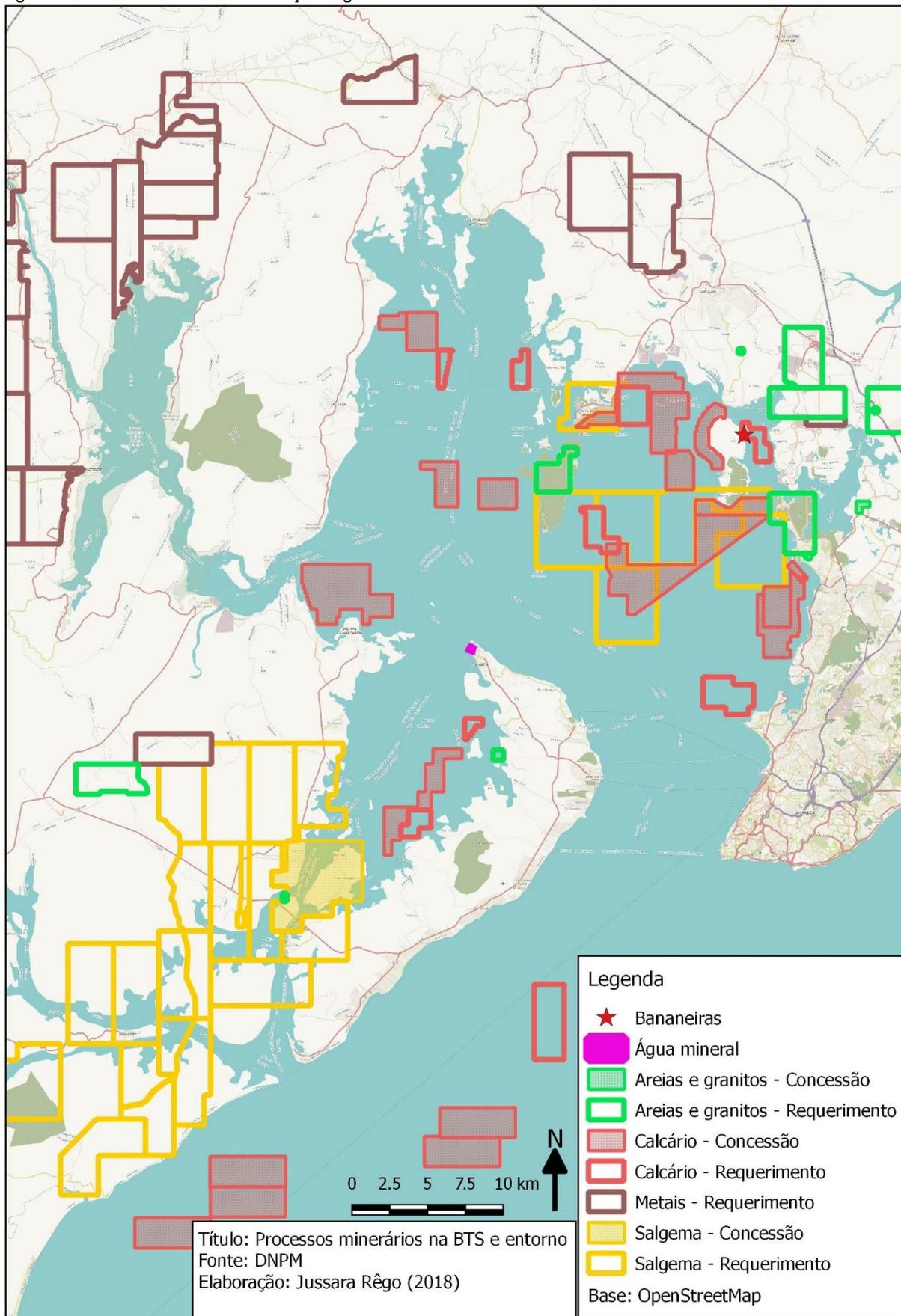


Figura 5.2.1-4: Estruturas abandonadas das antigas fábricas de cimento. A primeira, a Fábrica de Cimento Aratu; a segunda, a Companhia de Cimento Salvador – Cocisa.



Fonte: Acervo Marsol (2018)

### 5.2.2. Marinas, estaleiros e clubes

Neste grupamento encontra-se uma série de empreendimentos vinculados às questões náuticas, na prestação de serviços voltados à engenharia Portuária e subaquática, como é o caso da Belov Engenharia, ou mesmo voltados ao lazer e serviços vinculados, como é o caso das marinas e Aratu late Clube (figuras 5.3.2-1 a, b e c) .

Este grupo é o que apresenta menor repercussão negativa entre os pescadores e marisqueiras, porém apresenta seus impactos. Como todo espaço privado, existem áreas com restrições de acesso, reduzindo os ambientes de pesca. Adicionalmente, a grande circulação de embarcações, principalmente as lanchas e jet skis que são motorizados, alteram a estabilidade das águas, interferindo nos ritmos dos pescados e na percepção da localização por parte dos pescadores.

Por outro lado, a própria implantação dos empreendimentos que estão nas bordas da baía, apresenta redução de habitats pelas terraplanagens, aterros e construções. Recente desmatamento dentro da Baía de Aratu, voltadas a obras de implantação de três estaleiros que seriam destinados à montagem de módulos que atenderiam ao Pólo Naval do Paraguaçu. Com a paralização das atividades do Estaleiro Paraguaçu, após as ações da Operação Lava-Jato, estas obras também foram paralisadas restando apenas o registro das máquinas que iniciaram a devastação da área que já antropizada pela construção e funcionamento da Fábrica de Cimento Aratu, que será apresentada e discutida adiante.

Esta obra foi motivo de grande preocupação por parte das comunidades pesqueiras, devido às recorrentes reduções de habitats naquele importante reduto de pesca. Próximo a essa área, a Belov Engenharia, por exemplo, foi denunciada pelos comunitários locais por destruição dos manguezais. Pude observar um processo de recuperação ambiental com o isolamento da área e replantio de árvores de mangue, como parte de autuação sofrida. E nesse caso, o proprietário conseguiu a reversão em benefício próprio, capitalizando o problema como um programa social ao realizar a recuperação em conjunto com a população local.

A comunidade de Bananeiras possui uma memória viva acerca desta época, tendo presenciado a construção da Base e ao avistamento dos navios e submarinos que chegavam em sua direção.

A extensão reservada ao Parque industrial da BNA (figuras 5.3.2-2 e 3) possui 17.600m<sup>2</sup>, possuindo ainda área reservada a moradia dos oficiais superiores onde habitualmente os Presidentes da República utilizavam em períodos de férias, na praia de Inema.

Hoje essa área representa um dos entraves para a pesca local, pois existe uma delimitação de segurança. A convivência entre a pesca e a área da Marinha por exemplo não é nada pacífica. Existem depoimentos que são dramáticos nesse sentido. As comunidades pesqueiras compreendem que eles compartilham o território usado com todas as demais categorias de usuários. Entretanto, não é esse o pensamento da categoria hegemônica.

O território pesqueiro não tem delimitação. A pesca ocorre onde tem peixe e marisco, e eles que estão em seus habitats adequados. Isso implica em que a necessidade do pescador consiste apenas no direito de acesso aos ambientes de pesca, que são os pesqueiros, não necessitando da utilização do território utilizado, por exemplo, pela Marinha. A área possui um limite imposto como área de segurança nacional, independente de quem esteja no momento no local. No caso desta Base, mesmo na área reservada aos estaleiros, não há realização da atividade de pesca tradicional. Porém, os limites de segurança estabelecidos pela Marinha são bastante ampliados. Caso ultrapassados, os pescadores são ameaçados de prisão, têm seus artefatos de pesca apreendidos e até destruídos, como foi o caso de uma rede de pesca que foi cortada ao meio, segundo relato de pescador local.

Figura 5.2.2-1. Marinas e clubes localizadas no interior da Baía de Aratu. (a) Aratu late Clube; b) Marina Aratu – antiga Fábrica de Cimento Aratu; (c) Estaleiro Corema.



(a)



Fonte: Acervo Marsol (2018)

(b)



Fonte: Acervo Marsol (2018)

(c)

Figura 5.2.2-2: Foto histórica da Base Naval de Aratu.



Fonte: [www.bna.gov.br](http://www.bna.gov.br)



Fonte: Acervo Marsol (2018)

## Base Naval de Aratu (BNA)

Tendo por missão o provimento de apoio logístico às Forças Navais, Aeronavais e de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil, estacionadas ou em trânsito na área do 2º Distrito Naval, encontra-se a Base Naval de Aratu (BNA), nas terras que:

[...] pertenciam a Antônio Torres, um rico comerciante português e proprietário de diversos navios que comercializavam especiarias. A idéia de construção de uma base naval na área correspondente às antigas fazendas da Ponta da Areia, Pombal e Boca do Rio remonta ao ano de 1883, quando o Primeiro-Tenente Antônio Alves Câmara, então comandante da canhoneira "Traripe", foi incumbido com a missão de realizar o levantamento de um local apropriado para a mudança do Arsenal de Marinha da província da Bahia.

Mais tarde, durante a Segunda Guerra Mundial, a Marinha dos Estados Unidos construiu bases navais ao longo de todo o litoral brasileiro. Na cidade de Salvador foram criadas duas bases navais: uma base aeronaval em Aratu e outra, destinada a prestar apoio logístico a "destroyers" (denominada Base "Baker"), localizada em frente ao porto de Salvador, na área onde hoje funciona o Grupamento de Fuzileiros Navais. Após a guerra, estas bases foram entregues ao Brasil, ficando inicialmente a Marinha com a base aeronaval de Aratu.

Assim, no ano de 1949 surgiu a idéia de construir uma Base Naval em Aratu, com a conseqüente transferência da Base Naval de Salvador para esse local. [...] foi criada pelo Decreto nº 64.630 de 03 de junho de 1969, entrando em efetivo funcionamento em 1º de janeiro de 1970.

<https://www.marinha.mil.br/bna/historico>

Atualmente, a BNA possui uma área que é arrendada para empresas particulares para ser utilizada na realização de serviços em navios, como estaleiro privado. No entanto, como se trata de uma estrutura militar, o licenciamento é realizado pela própria instituição, cujas informações são de acesso restrito, indisponíveis à sociedade civil. Assim, os empreendimentos privados gozam dos privilégios militares, o que inclui o sigilo às informações não somente relativas ao processo de licenciamento, como também os referentes à operação e aos impactos decorrentes<sup>50</sup>.

---

<sup>50</sup> Sobre conflitos territoriais entre a BNA e a Comunidade Quilombola do Rio dos Macacos, localizada na área, conferir Cordeiro (2018).

## Ilha do Topete

Esta é a única ilha pertencente ao município de Candeias e é referida como uma área de grande diversidade e produtividade para a pesca e mariscagem pela população local. Monteiro (2014) descreve a Ilha ressaltando as coroas que existem em todo o seu entorno e que são utilizadas pelas marisqueiras e pescadores como sítio de extração de recursos e como pesqueiros, acrescentando sua função como um ponto de apoio para os pescadores aportarem suas embarcações.

Apesar de se constituir como Patrimônio da União, pertence a particulares que impedem, de forma violenta, o acesso dos pescadores à área de pesca, ali historicamente realizada.

Há mais ou menos 6 anos uma pessoa de fora se apossou. Colocou segurança e cachorros para os pescadores não se aproximar. Tomam conta do porto e invadem até o mar... Quando tem festa, botam segurança armada até no mar. A gente vem convivendo com essa situação e fica amedrontado. Aí nós acaba abandonando nosso posto de pescar. Agora só pode pescar do outro lado, em Passé (Pescador de Ilha de Maré, 2017).

A Ilha não é identificada como um empreendimento, mas que é utilizada como local para realização de grandes eventos como o Circuito Summer Day:

[...] 4º Circuito Summer Day, na Ilha do Topete. O evento exclusivo, fechado, somente para convidados, cerca de 500, começa a partir das 11h. Na programação, exposição de lanchas, carros, helicópteros para o público AAA é para quem tem bala na agulha ([www.ibahia.com](http://www.ibahia.com), acessado em 05/06/2018)

Além da proibição de acesso, a construção das estruturas atuais da Ilha foi realizada sob o custo ambiental do aterro de um dos maiores pesqueiros do lugar, utilizando-se ainda dos recifes de coral do seu entorno imediato: “o Topete foi construído com recife de coral. Isso foi presenciado pela comunidade e os pedreiros contratados foram de Passé” - lamenta um pescador.

A descrição das explorações dos recifes de coral para a construção na Ilha revela o nível de destruição do ambiente. As escavações realizadas abriram buracos nos recifes, aos quais os pescadores chamam de “bacias”: “elas têm seis metros de diâmetro por dois metros de profundidade. Tem mais de dez bacias só aqui. Tudo para entulhar o Topete”, complementa.

Figura 5.2.2-5: Ilha do Topete com delimitação das coroas de mariscagem.



Figura 5.3.2-6: 4º Circuito Summer Day, na Ilha do Topete.



Figura 5.2.2-4: Ambiente Ilha do Topete: (a) visão geral; (b) detalhes da casa principal; (c) helipontos e cais de atracação.



(a)



(b)



(c)

Figura 5.2.2-7: Terminal de Uso Privado (TUP) da Vale/Gerdau na praia de São Tomé de Paripe (a); acesso à fábrica no Município de Simões Filho (b); e sua área industrial (c).



(a)



(b)



(c)

## 5.4. Uma sinergia de impactos: a soma multiplica o mal

### 5.4.1. Refinaria Landulpho Alves - RLAM

A Refinaria Landulpho Alves (RLAM) foi a primeira refinaria nacional de petróleo. Sua criação, em setembro de 1950, foi impulsionada pela descoberta do petróleo na Bahia e pelo sonho de uma nação independente em energia. Sua operação possibilitou o desenvolvimento do primeiro complexo petroquímico planejado do país e maior complexo industrial do Hemisfério Sul, o Pólo Petroquímico de Camaçari. Nela é refinado, diariamente, o petróleo prospectado localmente e o proveniente de fontes externas, nacionais e internacionais. O petróleo local é o que apresenta o menor volume, tendo em vistas que, por motivos aqui desconhecidos, não existe a prospecção marinha no litoral baiano. Do refino resulta então como principais subprodutos: diesel, gasolina, querosene de aviação (qav), asfalto, nafta petroquímica, gases petroquímicos (propano, propeno e butano), parafinas, lubrificantes, gás liquefeito de petróleo (glp), óleos combustíveis (industriais, térmicas e bunker).

No princípio, uma fazenda banhada pelas águas do Rio Mataripe, um braço de mar da Baía de Todos os Santos. Chamava-se Porto Barreto, porque pertencia a um fazendeiro chamado Horácio Sá Barreto Lemos, e, no passado, cultivava-se banana em suas terras. Um dia, começaram a chegar os equipamentos: imensos tanques metálicos, torres e tubulações. Eles vinham de trem, de balsas, saveiros e até em trenós improvisados com tubos e puxados por tratores. Com as máquinas, vieram os homens. Gente de todo o Brasil e também do exterior: Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha, Polônia, Itália. O povo do Recôncavo Baiano - acostumado a lidar com lavoura, pesca e canavial - ia aprender um novo ofício: refinar petróleo.

Assim, ajudaram a construir a unidade, que nasceu em 17 de setembro de 1950, antes mesmo da criação da Petrobras, com o nome de Refinaria Nacional do Petróleo. Na época, o povo ia às ruas gritar "O Petróleo é nosso", denunciando os interesses estrangeiros na exploração do ouro negro. Enquanto isso, a produção do óleo em Candeias impulsionou o Conselho Nacional do Petróleo (CNP), um órgão federal, a investir na região. Com a entrada em operação da Refinaria Nacional, começa um novo ciclo de desenvolvimento para a Bahia e para o Brasil. A memória destes tempos pioneiros é um capítulo decisivo da nossa história.

A refinaria iniciou sua operação com uma produção significativa para a época: 2.500 barris por dia, acabando de vez com a crença de que não existia petróleo no solo brasileiro. A Landulpho Alves foi responsável por manter, durante quase três décadas, a Bahia como o único estado produtor de petróleo no Brasil, chegando a produzir 25% da demanda do país.

Em 1953, com a criação da Petrobras, a refinaria foi incorporada à recém criada companhia, sendo rebatizada em 1957, em homenagem ao engenheiro agrônomo e político baiano que lutou pela causa do petróleo no Brasil<sup>51</sup>.

Os conflitos relatados e observados que possuem relação com a refinaria vão desde a poluição do ar e dos pesqueiros, indo até a periculosidade dada pelo abandono de estruturas em desuso no território de pesca, falta de sinalização dos equipamentos em terra e água, com riscos de acidentes para os moradores locais.

Caso emblemático de poluição é exemplificado com a descrição da “lama pôdi”, que recebeu este nome devido ao odor que exala do substrato lamoso donde se retira diversos pescados. Trata-se de um pesqueiro localizado na desembocadura do rio Mataripe, exatamente em frente à RLAM, que é uma importante fonte de diversidade e de quantidade de pescado. Segundo os pescadores e marisqueiras, o marisco que vem de lá exala cheiro de gás quando levado ao cozimento. E, questionados quanto a qualidade e contaminação do alimento, a resposta indica a falta de alternativa: “E tem jeito? Come assim mesmo...” responde.

E ainda, para a área do rio São Paulinho também é visível à população os efeitos da contaminação: “Quando dão descarga no São Paulinho, vem trazendo um monte de peixe morto”, afirma o pescador.

Esta é uma área cujas pesquisas acerca de contaminantes são recorrentes em utilizar como ponto de amostragem. Estudo realizado pela Universidade Federal da Bahia, em 1996, relata que o norte da BTS, área adjacente à RLAM, encontra-se contaminado por petróleo sob a forma de material particulado em suspensão e sedimentos, sendo o Temadre e o Porto de Aratu outras fontes minoritárias deste poluente. Para esta área existe uma grande variação para as concentrações de hidrocarbonetos policíclicos saturados (HPAs), onde os dados indicam um enriquecimento da sua distribuição para as áreas localizadas no rio Dom João, área de influência da refinaria e Rio Subaé.

---

<sup>51</sup> [www.petrobras.com.br](http://www.petrobras.com.br)

A publicação organizada por Tavares e Nascimento (2014) sumariza e avalia os dados de contaminantes inorgânicos (i.e. metais traço) e orgânicos (hidrocarbonetos) na biota (fauna), sedimentos e material particulado), é apresentada uma visão sobre a qualidade ambiental da Baía de Todos os Santos. Os estudos realizados afirmam que vazamentos de óleo ou efluentes da refinaria podem ter impacto negativo bastante significativo na biota, especialmente nas áreas de manguezais, e implicações diretas nas comunidades ribeirinhas que têm no extrativismo a principal fonte de proteína e renda. Conforme referido em Hatje (2009), por exemplo, o “Programa de monitoramento dos ecossistemas ao norte da Baía de Todos os Santos”, realizado pela Ufba em 1996, detectou altos teores de HPAs em chumbinho, sururu de pedra, pé-de-galinha, caranguejo e tainha, pescados de grande ingestão local, com alta distribuição para venda e consumo em toda a BTS.

Outra categoria de conflito levantado no mapeamento foi relativa ao abandono de estruturas em desuso, falta de sinalização de equipamentos e descaso com falta de remoção de materiais lançados ao mar em acidentes. Em todos os casos, encontra-se no discurso a preocupação com a saúde ambiental, a desinformação quanto aos riscos a que os moradores estão expostos, assim como com os riscos evidentes de acidentes que podem sofrer no trânsito local com as embarcações ou nas áreas de pesca.

Falando sobre a pesca do caçambado, uma espécie de sururu que, localmente, só ocorre no rio do Cunha, onde existe uma ponte abandonada que era usada para o acesso de funcionários da Petrobrás, em ruínas há mais de dez anos, o pescador desabafa:

A gente briga por causa da ponte se acabando, a balsa se acabando. Jogaram produto para tirar o ferrugem e que matou o caçambado - um tipo de sururu que só dá ali. A gente vinha, ficava o dia todo mariscando. Fazia merenda e ia embora só de tardinha. Pegando sururu e guaiamum. Depois eles colocaram a placa indicando proibição de subir e um segurança também impedindo, informando que a ponte poderia cair na cabeça.[...] O sururu começou a morrer tem dois meses, a partir de quando a balsa da Petrobras começou a ser retirada e foi colocado um produto. Agora quando mergulha só tira casca. Não tem mais sururu (Pescador de Ilha de Maré, 2017).

Neste caso, foi afixado um alerta de proibição devido ao risco de acidente, porém, a providência quanto a remoção do problema somente foi encaminhada

após inúmeros protestos da população. No momento do mapeamento verificamos que havia uma empresa executando o serviço. Porém, já havia degradado o estoque do pescado com a utilização de produtos tóxicos para a redução da ferrugem. Felizmente, cerca de seis meses após o ocorrido, o pescador deu sinais de recuperação, com o início do retorno do sururu. Existia outra balsa que estava abandonada, se estragando no *Armitão*, que também virou ferro velho, mas a comunidade começou a quebrar e vender.

Mais um ponto de tensionamento está relacionado aos poços da Petrobrás que se localizam a norte da Ilha, em coroas de intensa mariscagem ou nas suas áreas de acesso. Muitos já se encontram desativados e também em ruínas. Estes últimos também se apresentam como estruturas em ruínas, cujos destroços ficam abandonados nas coroas. Além de oferecer risco de acidentes aos pescadores e marisqueiras, rasgam suas redes de pesca. São pesadas estruturas de concreto abandonadas; restos de tubos com extremidades cortantes bem como pedaços remanescentes sob o substrato marinho onde encontravam-se instalados quando em operação.

Outra coisa é que aí era ponto de pescar e nós não pode pescar porque tem um monte de destroço no chão: ponta de ferro, placa de concreto... tá tudo ali no chão, debaixo das plataformas. Esse poste caiu dessa plataforma aí. Se a gente vier de maré cheia se bate nele aí (Pescador de Ilha de Maré, 2017).

Para os diversos poços ainda em funcionamento, ou que ao menos aparentam estar com suas estruturas em bom estado de conservação, o problema refere-se à falta de sinalização para que não ofereçam risco ao trânsito noturno, pois ficam invisíveis sem iluminação, para o que o pescador adverte:

Aqui não tem uma sinaleira durante a noite. Ali de noite é tudo cego... pra bater uma embarcação não custa. Aí incomoda muito. (Pescador de Ilha de Maré, 2017)

Ocorre ainda o descaso com destroços de acidentes, deixando-os abandonados no meio do mar, como o caso de três tanques cilíndricos com mais de dois metros de diâmetro e cerca de sete metros de comprimento que caíram de uma balsa durante a noite há cerca de 20 anos e nunca foram retirados.

Figura 5.4.1-1: Refinaria Landulpho Alves - fonte: bahiaeconomica.com.br. Acessado em 20/10/2018; lama "pôdi" na foz do rio São Paulinho e estruturas sem sinalização.



Figura 5.4.1-2: Destroços das estruturas dos poços de petróleo e tanque abandonados nas coroas de mariscagem..



Segundo o pescador, “a balsa deu no costeiro”, mas os tanques permaneceram no mar, em área de baixa profundidade. Além do risco de choque com os barcos, a presença dos tanques levou pânico aos pescadores pela falta de informação de qual poderia ser o produto e os riscos aos quais estariam submetidos. Atualmente, corroídos pelas intempéries, compõem o conjunto dos descartes do “desenvolvimento”.

#### 5.4.2. Centro Industrial de Aratu (CIA)

O Centro Industrial de Aratu foi fundado em 1967 e tornou-se o precursor simbólico da industrialização baiana. Estimulado pela política de governo do momento que apostava no desenvolvimento da Região Nordeste com incentivos financeiros e fiscais para a instalação de indústrias de base, com investimentos vinculados ao processo de integração produtiva com o Centro-Sul do Brasil. Assim, o CIA foi pensado e implementado sob a forma de distrito industrial, onde foram instaladas indústrias de bens de consumo duráveis como siderurgia, química, calçadista e alimentícia. Embora com um estudo básico para a sua instalação movida por intensa propaganda e promessas de emprego, como também a infraestrutura garantida pelo poder público, formou um aglomerado de indústrias com interesses difusos, evidenciando a inexistência de uma integração dentro destes segmentos.

Com uma área aproximada de 250 Km<sup>2</sup>, o CIA possui atualmente 154 empresas (SUDIC, 2018)<sup>52</sup>, tendo reduzido o quantitativo na década de 1980, com melhoras no período da reestruturação produtiva na década de 1990 (SOUZA, D., 2014). Sem estrutura e planejamento para consolidar a ideia original de distrito industrial, o CIA ficou dependente do fluxo de empresas. A referida autora (2014), se reporta a alguns problemas que se somaram à conjuntura da época que podem ser indicados como fatores promotores do processo de degradação em que o CIA encontra-se atualmente. São eles: a falta de zoneamento; a topografia acidentada e proximidade com latifúndios agropecuários; e a ausência de estudo de viabilidade técnica para as indústrias. Ressalta-se que na década de 1980 é que no Brasil foram criados dispositivos para o licenciamento ambiental, mantendo no entanto, a

---

<sup>52</sup> <http://www.sudic.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=8>

possibilidade de atualizar e regulamentar a fase de operação dos empreendimentos em atividade.

Aliado ao fato do governo estadual, gestor do CIA, em levar o projeto adiante, pois, em conjunto com investidores da época demonstrava maior interesse de investimento na criação e instalação do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC). Com o apoio do governo federal, a área escolhida foi justificada pela presença de manancial aquífero em lugar de otimizar as instalações básicas do CIA que perdeu importância como distrito industrial preponderante do Estado da Bahia. Atualmente apresenta infraestrutura precária, unidades industriais em estado de abandono, como é o caso das fábricas de cimento e demais indústrias identificadas no mapeamento. A má conservação das estradas implica no acesso limitado ao Porto de Aratu, o que inicialmente se apresentava como uma das grandes vantagens para a instalação do CIA em terras do Município de Candeias.

Matérias importantes são veiculadas na mídia *online* denunciando tais aspectos, como “Visite o Centro Industrial de Aratu antes que acabe – Cenário de destruição impressiona” exibem o estado em que se encontra o CIA, chegando a ser tratado como “cemitério de indústrias”<sup>48</sup>. Fato que o mapeamento das indústrias realizado via terrestre, revelou uma situação que se mostra complicada. Ao percorrer as vias de acesso às indústrias, previamente visualizadas através do *Google Earth*, observou-se a carência de placas de sinalização com indicação de acesso às indústrias. No entanto, o que causou maior sobressalto foi a ausência de identificação dos próprios estabelecimentos, que muitas vezes, puderam ser identificadas por meio das placas de publicização da isenção fiscal, que aliás, indica a permanência da política adotada no momento de Registros indicam que a primeira indústria petroquímica a ser instalada na área foi a Companhia de Carbonos Coloidais (CCC), em 1960, cujo produto o ‘negro de carbono’ ou ‘negro de fumo’, obtido pela combustão incompleta de derivados de petróleo (geralmente resíduo aromático, adquirido nas unidades de craqueamento catalítico das refinarias)<sup>49</sup>, produto importante na fabricação de pneus. Fechada no ano de 1990, a fábrica deixou um grande rastro de poluição. E durante o período de seu funcionamento muitos moradores da região foram obrigados a vender suas casas, afastando-se do problema ambiental local, em busca de preservação da saúde e bem-estar<sup>50</sup>.

Figura 5.4.2-1: Propaganda do produto CCC.



**Produto  
feito com  
matéria  
prima  
CCC**

É isso mesmo, porque o negro de fumo é tão importante na fabricação de pneus, que entra com 30% em sua composição. É justamente por que os pneus TROPICAL BR são feitos com matéria-prima da CCC. Assim, em cada metro rodado por um TROPICAL BR quem, também, suporta o esforço é a CCC, que aproveita a inauguração da fábrica TROPICAL, em Feira de Santana para dizer ao País inteiro, e particularmente, ao Presidente Geisel que na fabricação do 1.º pneu brasileiro, o negro de fumo utilizado também é nacional.

**Cia. de  
Carbonos  
Coloidais**

Fábrica: Município de Cardeias - Bahia  
Escritórios: Salvador - Rua dos Algebeles, 6  
8.º andar - Tel. 2-0893  
Rio - Rua da Quitanda, 62 - 4.º andar  
Tel. 244-6177  
S. Paulo - Pça. Dom José Gusnar, 134  
3.º andar - conj. 33 - Tel. 34-1938

Com apoio da Sudene e BNDE.

Fonte: <http://static.panoramio.com/>

Quadro 5.4.2-1: Principais empreendimentos mapeados no entorno imediato à Ilha de Maré, porção nordeste da Baía de Todos os Santos.

<b>Categoria</b>	<b>Empreendimento</b>	<b>Município sede</b>
Construção/cimentos/cerâmicas/vidros	Cebrace vidros	Candeias
	Cerâmica	São Francisco do Conde
	Concremassa	São Francisco do Conde
	GBN argamassas	São Francisco do Conde
	Lafarge - cimentos	Madre de Deus
	Moliza revestimentos cerâmicos	Madre de Deus
	Petrobras Fasf asfalto	Madre de Deus
	Sicbras - Carbetto de silício	Candeias
	T&A Pré-Fabricados	Candeias
	Vertical	Candeias
Energia	Candeias Energia - termelétrica	Candeias
	ERB - Energias Renováveis da Bahia	Candeias
	Sub estação CIA norte	Candeias
	Subestação CIA 1	Candeias
Fertilizantes	Cibrafétil	Candeias
	Fertimar	Candeias
	Fertipar	Candeias
	Heringer	Candeias
	Mosaic	Candeias
	SQM Vitas Brasil	Candeias
	TimacAgro	Candeias
	Yara	Candeias
Logística, distribuidoras e móveis	Ciclo Camil Logística de alimentos	Candeias
	CIESF - Condomínio do Complexo Industrial e Empresarial de S.Filho	Candeias
	Coutrim distribuidora de alimentos e higiene	Candeias
	Golden leaf tobacco	Candeias
	Intermarine	Candeias
	Intermarítima	Candeias
	JBS Alimentos	Candeias
	Lar Shopping móveis	Candeias
	Logística	Candeias
	Madepar	Simões Filho
	Natuzzi - móveis	Candeias
	Porto seco expresso	Candeias
	Rei móveis	Candeias
	Renner tecidos	Candeias
	Rodstar	Candeias
	Sam Martim distribuidora de alimentos	Candeias
	Sisalana	Candeias
	Total log	Candeias

Metalúrgicas/motores	Acciona aerogeradores	Simões Filho
	AcelorMittal aços longos	Candeias
	Acopla equipamentos	Simões Filho
	Algeco containers	Simões Filho
	ALLOG - aluminio perfis	Candeias
	BBX - aluminio laminado	Candeias
	Bosch	Simões Filho
	Dipawa tanques metálicos	Salvador
	Drescon/Swaco equip. de mineração	Simões Filho
	Durit metal duro	Simões Filho
	Ecocast mecânica	Simões Filho
	FACchini	Simões Filho
	Forja Bahia	Simões Filho
	Gerdal Açominas	Simões Filho
	Greif	Salvador
	Greif embalagens metálicas	Simões Filho
	Latapack ball embalagens	Simões Filho
	Lazal Metalurgica	Simões Filho
	Rohr estruturas tubulares	Simões Filho
	Tecnosteel	Salvador
	Tramontina	Simões Filho
	Vale (Usiba)	Salvador
Vescon/cameron equip. industriais	Simões Filho	
WEB nordeste	Simões Filho	
Moinhos e massas	Dias Branco	Simões Filho
	JMacedo (Águia) - massas	Simões Filho
Portos/estaleiros/marinas/Tups	Base naval	Simões Filho
	Belov Engenharia	Simões Filho
	Codeba - berço de gases	Simões Filho
	Codeba - berço de líquidos	Simões Filho
	Codeba - berço de minérios	Simões Filho
	Corema	Simões Filho
	Estaleiro B3	Simões Filho
	Iate Clube Aratu	Simões Filho
	Marina e estaleiro Aratu	Simões Filho
	Ocema Marina	Simões Filho
	TUP Cotegipe	Simões Filho
	TUP Dow	Simões Filho
	TUP Ford	Simões Filho
	TUP Gerdau/Usiba	Salvador
	TUP Temadre - Petrobras	Simões Filho
Químicas	Abandonada	Simões Filho
	Abandonada	Simões Filho
	Air Liquid	Simões Filho

	Air Liquid (Dow)	Simões Filho
	Asperbras tubos plásticos	Simões Filho
	Bahia farma	Simões Filho
	Bahia PET reciclagens	Simões Filho
	Bauminas química	Simões Filho
	Betumac	Simões Filho
	Brasquímica	Simões Filho
	CD química - Ypê, atol, assolan	Simões Filho
	Cortevivo compostos de PVC	Simões Filho
	Cromex tintas	Simões Filho
	Dacarto - Plasticos	Simões Filho
	Delta tintas	Simões Filho
	Engepack	Simões Filho
	Favab óleos minerais	Simões Filho
	Fincolor	Simões Filho
	Formitex	Simões Filho
	Graftech	Simões Filho
	GRPK - termoplasticos	Simões Filho
	Guanabara tintas	Simões Filho
	Inoquímica	Simões Filho
	IPB - produtos de borracha	Simões Filho
	Isoplast	Simões Filho
	Killing tintas	Simões Filho
	MX mangueiras termoplásticas	Simões Filho
	Multinova embalagens plásticas	Simões Filho
	Petrobras Nova Brasília	Simões Filho
	Petrobras parque São Paulo	Simões Filho
	Petrobras Refinaria Landulpho Alves	Simões Filho
	Petrobras Segas gas	Simões Filho
	Petrobras UPGN gas natural	Simões Filho
	Petrol	Simões Filho
	Plumatex - colchões	Simões Filho
	Polystar plasticos	Simões Filho
	Proquigel	Simões Filho
	Qclor	Simões Filho
	Quimil	Simões Filho
	Resintec	Simões Filho
	Sonoco embalagens	Simões Filho
	Taurus	Simões Filho
	Tecnocoat Tintas	Simões Filho
	Tintas Verano	Simões Filho
	Unigel	Simões Filho
	Vogal tintas festcor	Simões Filho

Figura 5.4.2-2: Termelétrica Candeias Energia.



Fonte: Acervo Marsol (2017)

Figura 5.4.2-3: Emissões atmosféricas que se encontram ao sabor dos ventos: flare da RLAM e produção de cerâmica.



Fonte: Acervo Marsol (2016)

No domingo, 26 de março de 2017, a Candeias Energia, uma termelétrica integrante do CIA, encontrava-se em plena produção, com a emissão de muita fumaça preta para o ambiente. Seguindo de barco de Ilha de Maré para Caboto, era clara a visão da fumaça saindo de cada chaminé da termelétrica. Mas havia algo mais: outro foco de fumaça tão assustadora quanto a primeira. As fumaças se misturavam e deixavam o ambiente turvo, apesar de ser um final de tarde ensolarado e de céu límpido. Metros adiante, nova nuvem, agora branca e mais densa, com um espalhamento/dispersão mais horizontal. Importante perceber que se trata de um domingo. Em dias de semana, normalmente não vemos esse tipo de emissão com tamanha dimensão. Será porque nos finais de semana a visibilidade é menor? Será que não há fiscalização? Este é o funcionamento normal destas indústrias, sem a possibilidade de controlar a emissão de poluentes? Será que a produção industrial é mais efetiva nos finais de semana? Ou será porque não há fiscalização nestes dias e assim a ação não é vista...?<sup>53</sup>

Os problemas de poluição relatados acima são apenas pequenos exemplos da realidade vivida pela população local, que diariamente inspira os produtos exalados pelas indústrias do CIA. O levantamento das empresas identificadas no mapeamento por terra é revelador do seu potencial poluidor. De acordo com o referido histórico de implantação do CIA, que apresentou fragilidades quanto aos estudos prévios locais e de viabilidade, é fácil supor que o controle ambiental e estudos de impacto de vizinhança hoje normatizados, sigam sem controle efetivo. São inúmeros descartes, abandonos vistos hoje no CIA, em conjunto com o pesado trânsito de caminhões de carga que trafegam diariamente nas vias mal conservadas, transportando toda espécie de mercadorias, juntamente com as “naturalizadas” emissões de diversos gases, por vezes pouco visíveis, que caracterizam o CIA hoje. E, para o ambiente marinho, um agente poluidor de grande significado são os efluentes industriais que são lançados dentro da baía pelo menos pela Proquigel e Dow Brasil (BISPO, 2018; COFIC, 2013) e no rio Cotegipe pela Vale (informação da comunidade)<sup>54</sup>.

---

<sup>53</sup> A Termelétrica Candeias Energia foi implantada sob o título de “padrão ecológico” utilizando apenas o diodiesel produzido pela Petrobras em Candeias. Hoje há informações (não verificadas) de que queima diesel.

<sup>54</sup> Segundo o Plano Diretor do Polo Petroquímico de Camaçari, em 2013 havia despejo da ordem de 3.600 m<sup>3</sup>/h de efluentes industriais na Bahia de Todos os Santos realizados pela Petrobrás RLAM, Dow Aratu e da Proquigel Química (COFIC, 2013).

## 5.4.2. Complexo Portuário

### 5.4.2.1. Temadre

Dentro deste Complexo, o Terminal Marítimo Alves Câmara foi o primeiro terminal marítimo construído pela Petrobras, na Ilha de Madre de Deus - Temadre se destaca como sendo o 2º maior terminal do Brasil em movimentação de cargas (perdendo apenas para o de São Sebastião, em São Paulo), responsável pelo escoamento dos produtos da refinaria RLAM, como diesel, gasolina, parafina e lubrificantes (<http://www.institutokirimure.pro.br/os-portos-na-bts/>) e o 1º em variedade de produtos. O Temadre é um complexo constituído por um cais de atracação, uma rede de oleodutos e um parque de armazenamento.

O Temadre desenvolve atividades de armazenamento e transferência de petróleo e derivados, compreendendo as seguintes operações: carregamento e descarregamento de navios-tanques e caminhões-tanques; abastecimento de combustíveis para navios; transferência de petróleo e derivados por meio de dutos; armazenamento de derivados de petróleo e recebimento de derivados da RLAM (Transpetro, 2018)<sup>55</sup>.

Os principais conflitos relacionados ao Temadre dizem respeito aos reincidentes derramamentos de óleo na Baía causando impactos aos ecossistemas e, conseqüentemente, à atividade pesqueira; assim como à insegurança relacionada aos também frequentes incêndios e possíveis conseqüências à população. Os grandes desastres como os de 1992, 2009 e 2012 (ver quadro de acidentes adiante) causaram grande danos às comunidades pesqueiras da BTS. Com os pesqueiros impróprios, degradados pela impregnação do óleo, a pesca fica inviabilizada e a sobrevivência da população comprometida.

---

<sup>55</sup> [http://www.transpetro.com.br/pt\\_br/imprensa/noticias/maior-terminal-aquaviario-do-nordeste-completa-58-anos-de-operacao.html](http://www.transpetro.com.br/pt_br/imprensa/noticias/maior-terminal-aquaviario-do-nordeste-completa-58-anos-de-operacao.html)

#### 5.4.2.2. Porto de Aratu e TUPs

Localizado em Candeias, próximo à entrada do canal de Cotegipe, em frente à costa leste da Ilha de Maré, encontra-se o Porto de Aratu, detentor de grande importância para a economia da Bahia, pois serve como meio de escoamento da produção e da entrada de produtos para o Pólo Petroquímico de Camaçari, o Centro Industrial de Aratu (CIA) e o Complexo da Ford de Camaçari, sendo responsável por 60% de toda a carga marítima movimentada na Bahia. A inauguração das primeiras instalações ocorreu em 26 de fevereiro de 1975.

Hoje administrado pela Companhia Docas do Estado da Bahia (Codeba), o Porto de Aratu teve seu projeto de implantação aprovado em 1º de outubro de 1971, pelo Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis do Ministério dos Transportes.

A caracterização do Porto de Aratu terá aqui um maior aprofundamento devido ao grande nível de conflitos registrados pelas comunidades. Mas vale ressaltar que a área comporta ainda os Terminais de Uso Privado da Dow Brasil, Gerdau, GDK, Ford e Dias Branco – Cotegipe (figura 5.4.3.2-2 e 4).

Entre os impactos provenientes dos Terminais de Uso privado, destaco a existência do emissário de efluentes da Dow Brasil dentro da Baía de Aratu, conforme descrito por Bispo (2018); das emissões de poeira resultante da movimentação de grãos do Dias Branco e dos particulados provenientes da área de armazenamento da Vale-Gerdau.

Ainda entre os TUPs, é recorrente o conflito pelo impedimento de acesso ao território pesqueiro:

No lado do moinho nós vinha mariscar e pegar palha. Nós ia até lá na frente, não tinha nada disso. Agora tá tudo cheio de empreendimento e nós não pode mais passar nem a cem metros de distância (Pescador da Ilha, 2017).

Durante o mapeamento dos conflitos por água, o pescador relata que, para conseguir praticar a pesca de mergulho na área é necessário ceder às chantagens dos seguranças privados, fazendo uma partilha do produto pescado, “quando o segurança é bonzinho”:

O ponto é bom de pesca, tem é peixe. A gente sempre trabalhou nessa atividade da pesca debaixo do pier e fica assustado. Aí quando a gente sai, quando o segurança é bonzinho nós divide o peixe com ele. Aí ele até acerta - no dia que você quiser você

venha. Porque nós tá dividindo o peixe com ele. A gente tá trabalhando prá todo tipo de malandro, porque ele já é empregado para tomar conta da área... A gente queria ter o direito de tá pescando a vontade, despreocupado, porque a gente quer o peixe (Pescador da Ilha, 2017).

Já o Porto de Aratu é responsável por uma complexidade de conflitos. Movimenta produtos líquidos, gasosos e granéis sólidos através de uma infra-estrutura de quatro terminais, sendo um para produtos gasosos (TPG); outro para granéis líquidos (TGL) e dois para granéis sólidos (TGS), que em conjunto possuem 5 berços de atracação. Essa estrutura permite a operação de grande variedade de produtos químicos e minérios simultaneamente (site Codeba).

No ano de 2017 o porto movimentou 7.103.363 toneladas, em operações de embarque e desembarque de 660 navios (tabela 5.4.3.2-1). Destes, 528 movimentavam produtos líquidos e gasosos, enquanto os 132 restantes transportaram granéis sólidos, principalmente minérios de ferro, manganês e cobre, uréia, fertilizantes, nafta, propeno e concentrado de cobre (site Codeba).

Tabela 5.4.2.2-1. Movimentação de carga no Porto de Aratu em 2017

Meses	Granel sólido		Produto líquido		Produto gasoso		Total geral	Número de navios
	Import	Export	Import	Export	Import	Export		
Janeiro	135,552	0	214,328	90,782	0	54,164	494,826	60
Fevereiro	91,632	34,750	228,459	89,264	0	24,330	468,435	45
Março	69,138	31,092	251,559	87,202	0	46,112	485,103	57
Abril	108,919	13,921	248,455	100,493	0	48,704	520,492	53
Mai	141,163	3,005	324,584	51,202	0	50,907	570,861	55
Junho	181,747	23,619	336,384	76,497	0	41,793	660,040	53
Julho	168,523	0	330,929	128,354	0	49,479	677,285	60
Agosto	235,505	28,507	377,981	86,396	0	20,709	749,098	58
Setembro	133,578	0	332,868	93,320	0	36,032	595,798	50
Outubro	259,124	0	232,493	96,983	0	39,077	627,677	57
Novembro	149,236	25,359	286,702	85,208	10,487	26,269	583,261	55
Dezembro	202,659	0	347,162	75,443	19,817	25,406	670,487	57
<b>Total anual de navios</b>								<b>660</b>
<b>Média mensal de navios</b>								<b>55</b>

Fonte: Adaptada de <http://www.codeba.com.br>  
Elaboração: Jussara Rêgo (2018)

Figura 5.4.2.2-1: Portos na BTS.



Uma visão geral do Porto Organizado de Aratu, exibindo os berços de atracação de navios, área de armazenamento em terra e a Baía de Aratu ao fundo.  
Fonte: Braskem (2016).



Terminal de Uso Privativo Almirante Alves Câmara - Temadre.



Terminal de Uso Privativo Cotegipe e Moinho Dias Branco..



Terminal de Uso Privativo Dow Brasil.

Figura 5.4.2.2-3: Terminal Marítimo Miguel de Oliveira – TUP da Ford: pátio; ponte de embarque/desembarque; e navio roll on, transportador de veículos.



Fonte: www.candeiasbahia.net



Fonte: Acervo Marsol (2017).

Figura 5.4.2.2-2: Nuvens de poeira provenientes da movimentação de granéis sólidos (magnesita, cromita e manganês, na ordem) no Porto de Aratu - BTS



Fonte: Acervo Marsol (2017).

Foto: Maria Pacheco (2018).

A movimentação de cargas do Porto de Aratu, especificados os produtos e sua tonelagem, pode ser acompanhada no site institucional da Codeba, e no site do TUP Cotegipe, ficando os demais sem informação pública. No entanto, não existe uma memória da movimentação periódica, que somente é divulgada instantaneamente.

Com a denominação de “Mercadorias Movimentadas” o site institucional informa que são veiculados 08 (oito) produtos de estrutura sólida; 12 (doze) do tipo líquido; e 05 (cinco) do tipo gasoso. O levantamento diário desta movimentação de cargas, realizado no mesmo veículo de divulgação durante 12 meses, no período de 26/05/2017 a 25/05/2018 revelou a qualificação mais detalhada da movimentação de produtos, permitindo uma melhor compreensão sobre o volume e diversidade de produtos veiculados localmente. Considerando os dias em que houve problema para a realização da coleta dos dados, como os dias em que o site ficou fora do ar, o levantamento realizado revelou que, entre embarque e desembarque, o Porto de Aratu movimenta cerca de 60 produtos, conforme pode ser observado no Tabela 5.4.3.2.2.

A movimentação das cargas é facilmente visualizada nas operações com granéis sólidos (figura 5.4.3.2-3). Nesses casos o produto é transferido do ou para o navio por meio de garras que se elevam carregadas e despejam o conteúdo em silos de transferência. Durante o movimento a ação dos ventos que sopram livremente sobre os produtos expostos, provocam uma fuga que é levada imediatamente para as águas da baía, podendo também chegar à Ilha sob a forma de nuvem de poeira<sup>56</sup>.

Em um desses carregamentos, em um sábado de intensas atividades de campo, foi possível registrar, a partir de Bananeiras, a nuvem de poeira de minério sendo levantada no Porto. Vale ressaltar que não se trata de um fato isolado. Diversas outras oportunidades de visualização e registro ocorreram durante a pesquisa ou mesmo pelos usuários das embarcações de transporte durante a travessia ilha-continente, diariamente. A cena se repete quando são realizadas operações de embarque e desembarque de granéis sólidos como cromita, manganês, magnesita, rocha fosfática, concentrado de cobre, ureia dentre outros fertilizantes.

---

<sup>56</sup> O Anexo 02 apresenta alguns dos produtos veiculados no Porto de Aratu e/ou produzidos na zona industrial do entorno de Ilha de Maré, indicando os problemas à saúde humana já reconhecidos.

Concomitantemente, fortes odores característicos dos metacrilatos estavam sendo emanados pelo CIA, se fazendo sentir desde a estrada de acesso à Caboto. Os odores causavam náuseas e dores de cabeça em todo o grupo de alunos e professores que participava das atividades na Ilha durante aquele final de semana.

Estes e outros odores são principalmente percebidos durante as noites e finais de semana, assim como, sem nem mesmo a percepção clara, reações coletivas de mal-estar foram recorrentes no grupo nos períodos de elaboração das cartografias. Foram momentos de angústia silenciosa!

A coleta de informações diárias sobre a movimentação de produtos no Porto de Aratu possibilitou a elaboração de um dimensionamento estimado do volume de produtos lançados no ambiente durante as operações, caso as perdas ocorridas durante embarque e desembarque estivessem dentro dos limites estabelecidos pela legislação comercial voltadas a este fim.

Com base em entrevistas realizadas com operadores portuários, obtive a informação de que, na movimentação de carga e descarga de cimento, por exemplo, as perdas reais existentes entre a quantidade comprada e aquela que efetivamente chegava à empresa girava em torno de 10% (dez por cento). No entanto, a legislação comercial atual admite que a perda natural pode atingir 3% (três por cento) do produto transportado. Se considerarmos a divisão do percentual legal em três partes, correspondentes a) ao carregamento, b) ao descarregamento e c) às perdas no porão dos navios, podemos atribuir a taxa de 1% (hum por cento) para as perdas ocorridas no embarque ou desembarque no Porto de Aratu.

A Tabela 5.4.3.2-3 apresenta o demonstrativo da movimentação de “concentrado de cobre” ao longo de um ano no terminal de granéis sólidos do Porto de Aratu. A carga anual movimentada no período foi de 42.829 toneladas, em dois carregamentos mensais, em média, com duração aproximada de 10 dias para cada um dos processos. A fuga do material particulado foi demonstrada na figura acima. E, de acordo com a estimativa realizada no parágrafo anterior, sendo normal a perda de 1% do produto, temos que pode ter sido lançado no ambiente o equivalente a 428 toneladas no período, com permissão da regulamentação comercial. Isto significaria 35,6 toneladas mensais ou um aporte de uma caçamba de 3,5 toneladas apenas deste produto a cada dois dias.

E, de acordo com o Plano mestre do Porto de Aratu (2013), há uma estimativa de crescimento de 1,5% na movimentação de produtos até o ano de

2030, tendo destaque para o concentrado de cobre que deverá passar dos 8% para 11% do total de produtos movimentados no porto.

Tabela 5.4.2.2-2: Extrato da movimentação de concentrado de cobre no Terminal de granéis Sólidos Sul – TGS Sul do Porto de Aratu, no período de 25/05/2017 a 24/05/2018.

<b>Navio</b>	<b>Confirmação Atracação</b>	<b>Bandeira</b>	<b>Quantidade de carga (Kg)</b>
TBC PRESTIGE	25/05/2017 - 05:42	PANAMA	30496430
CIELO DI SAN FRANCIS	25/06/2017 - 19:00	ITALIA	22110040
MAPLE FORTUNE	19/07/2017 - 20:00	HONG KONG	22006900
AP REVELIN	24/07/2017 - 23:00	MARSHALL ISLANDS	22500000
TURQUOISE OCEAN	03/08/2017 - 23:00	LIBERIA	33503800
STRATEGIC FORTITUDE	06/08/2017 - 05:00	SINGAPURA	21702220
THOMAS C	05/09/2017 - 23:55	MARSHALL ISLANDS	21400000
CS JENNA	15/09/2017 - 03:00	MARSHALL ISLANDS	32900000
ULTRA CALBUCO	03/10/2017 - 04:00	SINGAPURA	31813970
KING ISLAND	11/10/2017 - 08:00	PANAMA	22000000
CIELO DI SETO	26/10/2017 - 07:00	PANAMA	33000000
STRATEGIC ENTITY	23/11/2017 - 20:00	SINGAPURA	32672250
ORIANAC	13/12/2017 - 05:00	ILHAS MARSHAL	22000000
SAGITTARIUS OCEAN	13/01/2018 - 19:30	SINGAPURA	33452000
ULTRA TATIO	13/01/2018 - 08:00	MARSHALL ISLANDS	32600000
TS ECHO	28/02/2018 - 08:00	MARSHALL ISLANDS	22900450
AP REVELIN	27/02/2018 - 15:00	MARSHALL ISLANDS	11003000
KS FLORA	15/04/2018 - 04:48	MARSHALL ISLANDS	23500000
BBC RIO GRANDE	17/04/2018 - 07:35	ANTIGUA	13500000
MAPLE AMBITION	10/05/2018 - 10:30	HONG KONG	28883360

Fonte: <http://aratu.codeba.com.br>  
Elaboração: Jussara Rêgo (2018).

Entre janeiro e dezembro de 2017, os 660 navios cargueiros atracados no Porto de Aratu-Candeias, superaram em 36 o número registrado no mesmo período do ano anterior, que foi de 624 navios. De todos os que chegaram à unidade portuária, 528 movimentavam produtos líquidos e gasosos, enquanto os 132 restantes transportaram granéis sólidos (Site Codeba), o que demonstra a magnitude da movimentação e fontes de poluentes que se complexificam no ambiente se considerarmos que entre os granéis sólidos há movimentações de cargas de cromita, manganês e ureia e outros fertilizantes que são realizadas com o mesmo procedimento, independente do potencial neurotóxico de produtos, como é o caso do manganês.

#### 5.4.4. Os acidentes

Além das emissões cotidianas que tornam densa a atmosfera, e, silenciosamente, também poluem, de forma crônica, terra e água do entorno de Ilha de Maré, grandes desastres ambientais promovem a agudização do problema. Inúmeros são os acidentes, que despejam nas águas da baía ou lançam na atmosfera grandes ou pequenas quantidades de produtos de distintos níveis de toxicidade construindo um “cotidiano de acidentes”.

O caso emblemático que ganhou repercussão na mídia escrita e televisiva, ainda que momentaneamente e de forma imprudente, com desdobramentos socioambientais desastrosos, foi a explosão do navio gaseiro Golden Miller em 17 de dezembro de 2013, no Porto de Aratu. Ressalto que o acompanhamento deste processo junto às comunidades de Ilha de Maré foi desencadeado a partir das primeiras atividades que desenvolvi na pesquisa que deu origem a esta tese. Teve como um dos resultados o desenvolvimento do Mapeamento Biorregional na Ilha, que produziu dois mapas biorregionais intitulados “17/12/2013 – Explosão no Porto de Aratu: pânico e sofrimento nas comunidades de Ilha de Maré” e “17/12/2013 - Explosão e Vazamento do Navio Golden Miller/Porto de Aratu - impactos ambientais no território pesqueiro das comunidades de Ilha de Maré”. Os estratos destes mapas são correntemente utilizados neste trabalho, na descrição dos conflitos entre os empreendimentos e as comunidades locais. No momento anterior à explosão o navio encontrava-se em atividade de transferência dos gases butadieno e propeno, fabricados pela Braskem S.A<sup>57</sup>. Segundo Sousa, P. (2017), que descreveu minuciosamente o caso ao analisar as condições oceanográficas daquela área portuária, “no momento da explosão o navio já havia sido carregado com 2600 (duas mil e seiscentas) toneladas de butadieno e 5800 (cinco mil e oitocentas) toneladas de propeno” (Sousa, P., 2017, p. 61). O propeno é caracterizado como produto alta periculosidade, extremamente inflamável, que pode explodir sob a ação do calor, de efeito asfíxiante em altas concentrações, podendo causar depressão do sistema nervoso central, dores de cabeça, tonturas, sonolência, perda de coordenação, segundo a FISQP do produto, disponibilizada à

---

<sup>57</sup> A Braskem concentra a produção dos chamados, petroquímicos básicos: eteno, benzeno, propeno butadieno, tolueno, xilenos, solventes e outros, assim como energia elétrica, vapor, água e ar de instrumento (COFIC, 2013).

época pela própria Braskem, no site da Codeba (tais fichas foram retiradas do site pouco tempo após o acidente). Trata-se ainda de um produto raro, de grande valor de mercado, sempre transportado em pequenas proporções quando comparado às demais cargas, segundo informações obtidas em entrevista com um operador de processos petroquímicos.

A explosão ocorreu na casa de compressores do navio, arremessando sua tampa com cerca de meia tonelada a uma distância cerca de duzentos metros. Seguida por incêndio que lançou gases tóxicos para a atmosfera e pelo derramamento de óleo combustível nas águas da baía. Vários foram os impactos provenientes deste acidente, que podem ser conferidos na íntegra nos mapas e em outras seções deste documento, entretanto, neste contexto de análise, merece destaque àqueles provenientes da poluição dos substratos pesqueiros com consequente mortalidade dos pescados. Em momentos de contaminação aguda, como no caso do acidente com o Navio Golden Miller, todo o conjunto de características ambientais da BTS é evidenciado pelo impacto causado nos estoques pesqueiros. O óleo derramado no mar, em um píer do Porto de Aratu, foi impregnado nos manguezais de todo o entorno da Ilha. Naquele momento, durante a maré de vazante, o óleo levado pela correnteza, atingindo os manguezais da costa leste da Ilha; na maré de enchente, o óleo que ainda se encontrava livre nas águas retornou, impregnando a costa oeste. Manguezais e coroas ao redor de toda a Ilha ficaram comprometidos: peixes, crustáceos e moluscos mortos marcavam a tragédia socioambiental, onde pescadores e marisqueiras que ficaram sem alternativa produtiva por cerca de três meses pela consequente paralisação forçada das atividades de pesca e mariscagem em período do verão, em que a atividade tem a maior representatividade para a economia local.

Os trechos dos mapas reproduzidos abaixo demonstram a dimensão percebida pela população mareense, quanto aos impactos na pesca:

**IMPACTOS NOS ESTOQUES PESQUEIROS** - O banco de pesca e mariscagem sofre normalmente oscilações de abundância, por conta das variações de maré e períodos do ano. A sincronidade de vários fenômenos logo após o acidente indica sua causalidade em relação à:

- mortalidade em massa de espécies bentônicas mais sensíveis como caranguejos e moluscos como tapu, rala-coco, peguari;
- movimentação de espécies mais resistentes como sarlambi para áreas mais rasas e menos contaminadas pela precipitação dos hidrocarbonetos com os detergentes empregados.

**MANGUEZAIS ATINGIDOS** - Os manguezais de Neves e Botelho foram os mais atingidos pelo óleo derramado pelo acidente no Porto de Aratu. Por estarem exatamente em frente ao Porto, o óleo chegou mais rapidamente a estas localidades. Os manguezais que se encontram na costa oeste da Ilha de Maré foram atingidos com o movimento da maré: no momento do acidente a maré estava vazando [início da vazante no dia 17/12/2013: 15:58h], sendo o óleo levado na direção das correntes. Notícias e fotos divulgadas na imprensa mostram que a mancha de óleo atingiu as imediações do Corredor da Vitória, no centro de Salvador. No momento em que a maré passou à enchente, a movimentação das águas fez com que o óleo retornasse atingindo o lado oposto ao acidente [...]

Logo após o acidente muitos rala-cocos morreram e foram encontrados em grande quantidade abertos (mortos). Ao contrário do rala-coco, que vive enterrado na areia [(substrato arenoso)], no raso, os mariscos de fundo como o tapu e peguari “andam”. Quando teve a primeira maré somente foram vistas as conchas (ainda novas [indicando morte recente dos animais]) utilizadas pelo carangondé como moradia, numa relação denominada inquilinismo, processo que ocorre após a morte do organismo original. Isto demonstra que o efeito do acidente foi persistente, e sendo observado dias após o ocorrido.

**CARANGUEJOS** - Os mangues de Botelho e Maracanã, onde estas comunidades catam muito caranguejo, foi tomado por um forte mau-cheiro pela grande quantidade de caranguejo morto logo após o acidente. Além disso, nestes mangues não teve a anual andada de caranguejos, momento importante que integra a fase de reprodução da espécie. A andada ocorreu no período normal nas outras comunidades da Ilha onde não foi observado vazamento de óleo nem mortandade de caranguejo, [indicando que a espécie foi afetada no lado leste da Ilha, mais próximo ao Porto de Aratu]

**SURURU E OSTRA** - No manguezal de Ponta Grossa se observou muita mortandade de sururu e ostra. (MPP, 2014)

Infelizmente esse não foi um evento isolado e os casos são recorrentes em pequenos espaços de tempo. Grande é o histórico de acidentes de maior ou menor porte que ocorrem na área, impactando sobremaneira o ambiente e as comunidades locais. Dois acidentes de grandes dimensões marcaram o início desta história, ambos com origem no Temadre: o primeiro, em 1967, quando ocorreu a batida do Navio Quererá no pier, cortando linhas de óleo e causando incêndio no mar na Ilha de Madre de Deus, resultando em dezenas de mortos (<https://sindipetronf.org.br/saude/acidentes>: ref. "Acidentes Químicos Ampliados", publ. Fundacentro, CNQ, SP, 1998); e em 1992, grande derramamento de óleo bachequeiro, causando desastre ambiental de grande extensão na BTS (HATJE;

ANDRADE, 2009). Uma sequência posterior de acidentes na BTS encontra-se registrada na tabela abaixo, a qual elenca aqueles que, de alguma forma, foram publicizados nas duas últimas décadas, assim como alguns acidentes e situações de emergência não noticiadas, porém conhecidas e/ou vividas por moradores locais. Nem todos os acidentes referidos tiveram origem no Porto de Aratu, no entanto, todos causaram consequências à área analisada.

Diante das características ambientais da BTS, das descargas cotidianas de poluentes e frequentes aportes provenientes dos acidentes, a contaminação ambiental do ar, terra e água é uma consequência direta, pois se trata de áreas consideradas facilitadoras de acúmulo de detritos, nutrientes, assim como de contaminantes. E, em virtude disso, os pescados, maior fonte de alimentação local e de renda da população, tem sido contaminado diariamente ou mesmo sofrendo mortandades inexplicadas, periodicamente.

Tabela 5.4.4-1: Principais acidentes ocorridos na BTS – 1998 a 2018

DATA	LOCAL	DESCRIÇÃO
2000	Mataripe	Uma explosão seguida de incêndio matou o operador Nei Luís de Melo, de 40 anos. Na ocasião, ele percebeu um vazamento de gás e foi comunicar aos colegas. Quando voltou, houve a explosão <sup>58</sup> .
2004	Porto de Aratu	Vazamento de amônia: folhas de coqueiro e de bananeiras secando <sup>59</sup>
2005	Porto de Aratu	Vazamento de amônia, morreu uma criança <sup>60</sup>
março/ 2007	Saída da BTS	O mesmo navio que, em março de 2007, ficou encalhado na saída da Baía de Todos os Santos, quando levava 64 mil toneladas de óleo combustível de Madre de Deus para as Ilhas Bahamas <sup>61</sup> .
abril/ 2007	Mataripe	Vazamento de 2,3 mil litros de óleo em São Francisco do Conde (BA) e outro de um produto químico ainda não identificado <sup>62</sup> .
setembro 2007	Mataripe	Incêndio causado por desprendimento da rosca de conexão (chamada de <i>niple</i> ), que sofreu processo de corrosão devido à “acentuada presença de água no sistema do propano” <sup>63</sup> .
17/03/2008	Porto de Aratu	Um navio de bandeira norueguesa, o NCC Jubail, atracado no Porto de Aratu, derramou cerca de cinco mil litros de óleo lubrificante na BTS, o que ocasionou a contaminação da fauna e

<sup>58</sup><http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1290043-vazamento-e-incendio-na-refinaria-landulpho-alves>

<sup>59</sup> Observação da comunidade

<sup>60</sup> Idem

<sup>61</sup> <http://baiaadetodos.blogspot.com.br/>

<sup>62</sup> Idem

<sup>63</sup><http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1290043-vazamento-e-incendio-na-refinaria-landulpho-alves>

DATA	LOCAL	DESCRIÇÃO
		da flora de extensa área de mangue próximo à praia de Bananeiras. O navio carregava dois produtos químicos inflamáveis com destino ao porto de Amsterdã (Holanda) <sup>64</sup> .
13/11/2008	Mataripe	Vazamento e incêndio na RLAM. O fogo alcançou uma extensão de 10 metros, com labaredas de até 20 metros de altura. Não houve explosão. As chamas se propagaram silenciosamente <sup>65</sup> .
14/04/2009	Mataripe	O óleo vazado na RLAM atingiu a praia de Caipe, em São Francisco do Conde. A informação foi confirmada por pescadores que estão há dois dias sem trabalhar <sup>66</sup> .
17/08/2009	Madre de Deus	Vazamento de óleo durante o processo de carregamento do navio de bandeira panamenha, Cabo Pilar, que estava atracado no TEMADRE, entre as 5h30 e as 6 horas da manhã <sup>67</sup> .
19/01/2010	Base Naval de Aratu	Vazamento de óleo do navio Castillo de Zafra <sup>68</sup> .
30/07/2010	Porto de Aratu	Acidente na Codeba no Porto de Aratu <sup>69</sup> .
16/06/2012	Madre de Deus	Mancha de óleo atinge a Baía de Madre de Deus, na Bahia <sup>70</sup> .
14/07/2012	Mataripe	Sindicato denuncia vazamento de benzeno em refinaria da Petrobras <sup>71</sup> .
Junho/ 2012	Porto de Aratu	Derramamento foi proveniente da operação de descarga do Navio Honest Spring, realizada pela operadora Intermarítima e atracado no terminal de graneis sólidos TGS II <sup>72</sup> .
6/9/2012	Porto de Aratu	Ácido sulfúrico vaza em terminal do Porto de Aratu. "Segundo informações de alguns trabalhadores, o cheiro do gás era muito forte e provocou tosse e irritação nos olhos. Em princípio, apenas o píer foi evacuado, mas logo depois todo o porto precisou ser esvaziado" <sup>73</sup> .
1/11/2012	Mataripe	Vazamento de óleo da Petrobras atinge praia na BTS, dizem pescadores. Segundo marisqueiros, um vazamento de óleo da RLAM se espalha pelo mar e atinge parte da costa <sup>74</sup> .
30/11/2012	Porto de Aratu	Incêndio em lancha da Empresa Bahia Chip que prestava serviço à Petrobrás e estava atracada em frente ao Porto de Aratu <sup>75</sup> .

<sup>64</sup> [https://remandocomamare.files.wordpress.com/2013/01/caderno\\_ambiental\\_completo\\_em\\_pdf\\_-\\_vers\\_o\\_final\\_06-01-12.pdf](https://remandocomamare.files.wordpress.com/2013/01/caderno_ambiental_completo_em_pdf_-_vers_o_final_06-01-12.pdf) e <http://baiaadetodos.blogspot.com.br/>

<sup>65</sup> <http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1290043-vazamento-e-incendio-na-refinaria-landulpho-alves>

<sup>66</sup> <http://baiaadetodos.blogspot.com.br/>

<sup>67</sup> Idem

<sup>68</sup> Relatório de Controle Ambiental – RCA do Porto Organizado de Aratu-Candeias, 2015

<sup>69</sup> Observação da comunidade

<sup>70</sup> <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2012/06/mancha-de-oleo-atinge-regiao-da-baia-de-madre-de-deus-na-bahia.html>

<sup>71</sup> Idem

<sup>72</sup> Relatório de Controle Ambiental – RCA do Porto Organizado de Aratu-Candeias, 2015

<sup>73</sup> <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2012/09/vazamento-de-acido-sulfurico-ocorre-em-terminal-do-porto-de-aratu-na-ba.html>

Relatório de Controle Ambiental – RCA do Porto Organizado de Aratu-Candeias, 2015

<sup>74</sup> <http://varelanoticias.com.br/vazamento-de-oleo-da-petrobras-atinge-baia-de-todos-os-santos/>

<sup>75</sup> Relatório de Controle Ambiental – RCA do Porto Organizado de Aratu-Candeias, 2015

DATA	LOCAL	DESCRIÇÃO
12/12/2013	Mataripe	Trabalhadores da Refinaria ficam feridos após acidente (incêndio) em refinaria, diz sindicato <sup>76</sup>
17/12/2013	Porto de Aratu	Incêndio e explosão no <i>Navio Golden Miller</i> . Propeno e óleo combustível lançado no ambiente
05 de junho de 2014	Baía de Aratu	Acidente da navegação envolvendo a L/M "BELLA VITA", ocorrido na baía de Aratu, Salvador, Bahia <sup>77</sup>
25/06/2014	Porto de Aratu	Incêndio da torre de refrigeração U 5402 da FAFEN durante a manutenção. O incidente foi originado por fagulhas geradas a partir dos equipamentos utilizados na manutenção da torre. <sup>78</sup>
29/06/2014	Porto de Aratu	Tanques da <i>Royal Vopak</i> carregados com metanol e álcool incendiaram <sup>79</sup>
29/07/2014	Porto de Aratu	Houve um vazamento de aproximadamente 250 litros de Água de Formação de Navio contendo Sulfeto Ferroso, que estavam sendo transportados por um caminhão tanque na via de circulação de veículos do Porto <sup>80</sup>
29/07/2014	Porto de Aratu	incidente com o tanque que passava por manutenção, nas instalações da <i>VOPAK</i> , onde ocorreu um "flasheamento" com fogo <sup>81</sup> .
29/08/2014	Porto de Aratu	mancha sobre o mar, proveniente de fuligem de fumaça expelida pela chaminé do navio Flumar Brasil, atracado no Terminal de Granéis Líquidos <sup>82</sup>
14/01/2015	Mataripe	Princípio de incêndio por queda de energia <sup>83</sup>
18/01/2015	Mataripe	Explosão em refinaria da Petrobras na Bahia deixa três feridos <sup>84</sup>
23/09/2015	Madre de Deus	Tanque de gás da Transpetro pega fogo em Madre de Deus, na Bahia <sup>85</sup>
21/08/2017	Porto de Aratu	Vazamento de Nafta Na Empresa Braskem Causa Pânico em Moradores do Distrito Boca do Rio em Candeias, no Porto de Aratu <sup>86</sup>
09/06/2018	Mataripe	Vazamento de óleo em tubulação da Refinaria provoca danos ambientais no Rio São Paulo, em Candeias <sup>87</sup> .

Elaboração: Jussara Rêgo (2018)

<sup>76</sup> <http://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/vazamento-de-oleo-da-petrobras-atinge-praia-na-bahia-de-todos-os-santos-dizem-pescadores/>

<sup>77</sup> <https://www.marinha.mil.br/tm/sites/www.marinha.mil.br.tn/files/pd1512.pdf>.

Processo Nº 29.473/2015, Secretaria do Tribunal Marítimo.

<sup>78</sup> Relatório de Controle Ambiental – RCA do Porto Organizado de Aratu-Candeias, 2015

<sup>79</sup> Idem

<sup>80</sup> Ibidem

<sup>81</sup> Ibidem

<sup>82</sup> Ibidem

<sup>83</sup> <https://www.opopular.com.br/editorias/cidade/explos%C3%A3o-em-refinaria-da-petrobras-na-bahia-deixa-tr%C3%AAs-feridos-1.760636>

<sup>84</sup> Idem

<sup>85</sup> <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2015/09/brigada-de-combate-incendio-combate-chamas-em-madre-de-deus.html>

<sup>86</sup> <http://refinarialandulphoalves.blogspot.com.br/2017/08/vazamento-de-nafta-na-empresa-braskem.html>, <https://www.youtube.com/watch?v=PtX4iAadqmU>

<sup>87</sup> <http://atarde.uol.com.br/bahia/noticias/1968282-vazamento-de-oleo-em-rio-provoca-danos-ambientais-na-regiao-de-candeias>

Com isso, o conflito no território usado se fortalece, sendo as comunidades usurpadas de seus direitos à vida digna enquanto os empreendimentos, com o poder do capital, seguem com crescimento de sua produção. E os problemas podem aumentar! Em adição à situação já instalada, está em tramitação nas instâncias superiores de justiça federal, um processo da Braskem, solicitando autorização para ampliação das suas dependências, criando um terminal exclusivo da empresa na área da “Prainha” (figura 5.4.4-3), uma das últimas áreas remanescentes na área, onde é possível o uso da população com atividades de pesca e lazer. Por estas características e por se tratar de um remanescente preservado, o local está classificado como Zona de Interesse Ambiental e Recreativo (Ziar), dentro do zoneamento do Porto de Aratu, conforme legislações descritas abaixo: o art. 77, VII, “a” da Lei Nº 924/2015 do município de Candeias descreve que:

O zoneamento industrial demarca os seguintes tipos de zonas: (...) VII - Zona Especial Portuária Consolidada (ZEPC): Zona consolidada pelas principais atividades do Porto de Aratu Candeias, sobre a qual estão instalados os terminais de granéis líquidos, sólidos e de produtos gasosos, além do terminal da Ford e da GDK, considerando que:

a) nesta zona, deverá ser preservada a integridade ambiental da chamada "Prainha", já incorporada ao contexto cultural e de lazer, e consolidada como balneário da região”

A lei estadual Nº 21.021/2014, ainda em tramitação, consolida aquela área como Zona de Interesse Ambiental e Recreativo (ZIAR):

"Art. 38 - Definem-se como Zonas do Canal de Cotegipe, representadas graficamente na Planta de Zoneamento do Canal de Cotegipe, contida no ANEXO IV desta lei: [...] IV - Zona de Interesse Ambiental e Recreativo - ZIAR : representa faixa de mar relacionada à área da Prainha, de importância ambiental, de recreação e balneário da comunidade local e para o turismo náutico da região”.

O caso foi à PGR, sob a alegação de descumprimento de preceito fundamental, negado pelo Procurador Geral Rodrigo Janot, que ratificou a manutenção da preservação da Prainha, sendo esta a última movimentação formal do processo até a presente data.

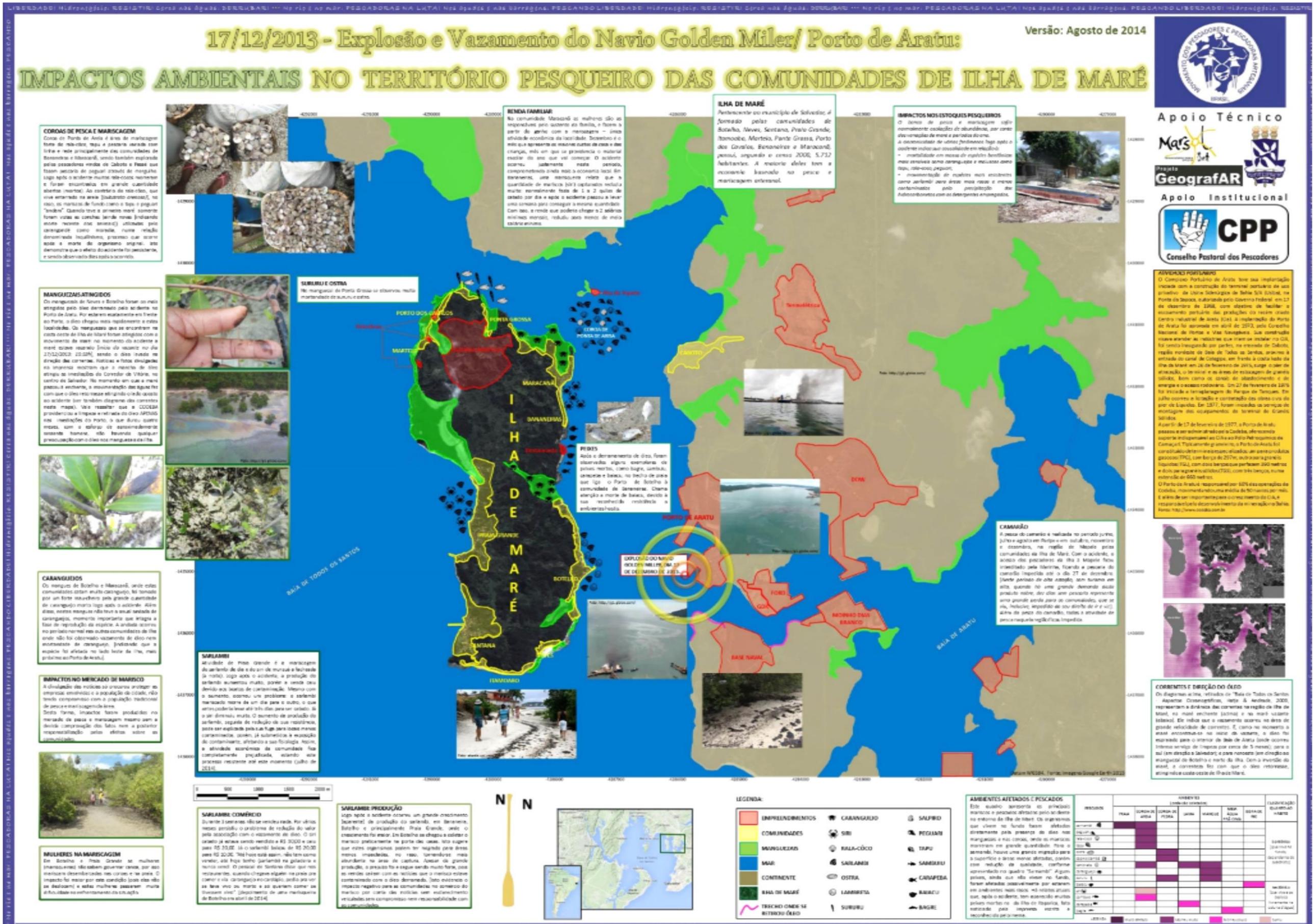
Para os demais terminais existentes na área fora do Terminal organizado - os Terminais de Uso privado - TUPs, os conflitos ocorrem, principalmente, pelo

Figura 5.4-4-1: Mapa Biorregional - 17/12/2013 – Explosão e vazamento no Porto de Aratu: Pânico e sofrimento nas comunidades de Ilha de Maré.



Fonte: Acervo Marsol (2014).

Figura 5.4.4-2: Mapa Biorregional - 17/12/2013 – Explosão e vazamento do Navio Golden Miller/ Porto de Aratu: Impactos ambientais no território pesqueiro das comunidades de Ilha de Maré.



Fonte: Acervo Marsol (2014).

impedimento de acesso ao território pesqueiro. Vemos, portanto, que os empreendimentos descritos implantam a desordem ambiental a partir de sua lógica, ordem e em benefício próprio, em uma sequência degradante de invisibilidades socioambientais que se tornam extremadas com a exposição da população aos produtos químicos de toxicidade comprovada, inclusive à saúde humana.

Este capítulo teve como proposta a identificação dos conflitos que são percebidos pela população, acrescido das informações existentes e dispersas sobre a temática. São conflitos que têm rebatimento direto com a atividade produtiva e a qualidade de vida do lugar. Estas informações são base para uma discussão contextualizada no capítulo “Impactos, invisibilidades e flexibilizações: a quem servem as leis e estudos?” e na conclusão “Tempo, vida e (re)ações no lugar”, apresentadas adiante.

Figura 5.4.4-3: A Prainha da Boca do Rio de Candeias.



## 6. CONFLITOS, INVISIBILIDADES E FLEXIBILIZAÇÕES: A QUEM SERVEM AS LEIS E ESTUDOS?

Ao articular a ecologia política com a economia ecológica tendo por base a análise do metabolismo social, Martinez-Alier fornece uma importante base teórica para entendermos os conflitos socioambientais enquanto conflitos distributivos, produtos das desigualdades e contradições decorrentes dos processos econômicos e sociais de desenvolvimento [...] Tais conflitos, porém, tendem a se radicalizar em situações de injustiça presentes em sociedades marcadas por fortes desigualdades sociais, discriminações étnicas e assimetrias de informação e poder. (PORTO e MILANEZ, 2009, pág. 4)

Poucos cidadãos que vivem no município de Salvador têm conhecimento que a Ilha de Maré pertence a esta metrópole. Em uma pesquisa que realizei com um público de 145 pessoas pertencentes a grupos de adultos trabalhadores e jovens estudantes secundaristas da rede particular de ensino e universitário da rede pública, apenas dois adultos e dois jovens, um em cada categoria abordada, tinham este conhecimento. Ilha de Maré é de muito conhecida por suas belas praias, moquecas, doce de banana, cestaria e renda de bilro, assim como pela música que a coloca na centralidade da mais famosa festa popular católica de Salvador - “Ah! Eu vim de Ilha de Maré minha senhora, prá fazer samba na Lavagem do Bonfim [...]”. Porém, no imaginário da população não residente, pouco passa de um ambiente de lazer e turismo, sendo comum ouvir de quem está na Ilha a expressão “lá em Salvador”, em referência à área continental do município.

O mesmo ocorre na formalidade. Consta em Souza (2000), ao analisar a ocupação urbana, habitação e segregação na configuração da metrópole moderna da cidade do Salvador, uma sequência de mapas elaborados com base no Censo de 1991, onde raramente existe referência à Ilha de Maré. Quando a Ilha ou parte dela encontra-se representada, não fica claro o seu pertencimento ao município. Quando da apresentação dos Setores Censitários de cada subdistrito municipal, a Ilha não se encontra cartografada, estando sua existência apenas referida com uma observação na legenda, ainda assim sem dados informativos. A análise das configurações do habitar contemporâneo em Salvador apresenta a caracterização

da expansão urbana e ocupacional do município, de 1925 a 1991, porém, referente apenas à área continental do município. E justifica em nota de final de texto:

**A superfície insular não foi considerada**, pela inexistência de aerofotos para o ano de referência. Representa em torno de 10% da área total do município, com 313 km<sup>2</sup>. Isso, no entanto, não prejudica a análise proposta, uma vez que **a ocupação das ilhas é inexpressiva, constatando-se apenas pequenos aglomerados de veraneio** nas Ilhas de Frades e Maré. (SOUZA, 2000, p. 281). Grifos meus.

A pretensa inexistência de aerofotos já denotaria uma invisibilização originária do órgão mapeador, o que, evidentemente, impede as análises urbanísticas com as demonstrações visuais desenvolvidas pela autora. No entanto, a justificativa da inexpressividade da Ilha na sua análise ratifica e orienta uma formação de invisibilizadores, haja vista tratar-se de uma obra de conceituada referência acadêmica. Por outro lado, a afirmação da “constatação” da existência de apenas pequenos aglomerados de veraneio na Ilha, reduz a população residente que, segundo consta no próprio documento, àquela época estava recenseada em 5.039 pessoas a um grupo inexistente, excluído das possíveis políticas territoriais do município. É notório que na percepção de ilha referida na discussão não estão incluídas as comunidades negras, hoje reconhecidas quilombolas pesqueiras, pois estas não faziam parte, e assim segue até a atualidade, dos roteiros turísticos dos que buscam ambiente praieiro para passeios eventuais ou veraneio. As taxas de desocupação da porção sul da Ilha são muito superiores das do Norte, demonstrando que este último é mais lugar de moradia contra o outro que possui mais moradias eventuais. Na área de costa da porção norte da Ilha predominam os manguezais; e seu substrato lamoso, o que os faz ricos ambientalmente, com alta produtividade pesqueira, repele os que buscam as praias de areia, convencionadas belas e atrativas.

E ainda sobre as praias, mesmo existindo aquelas no sul da Ilha que são muito procuradas e acessadas pelo turismo, a Ilha de Maré não é contemplada pelo programa institucional do Inema, o “Qualidade das Praias” que divulga semanalmente um boletim da balneabilidade das praias da Bahia, que monitora 121 pontos permanentes de amostragem distribuídos em toda a costa do estado. Para a apresentação do boletim de balneabilidade, o programa divide o estado em 7 áreas, dentre as quais a Ilha poderia estar entre as praias de “Salvador” ou da “Baía de Todos os Santos”. Nesta última, figura a praia de Nossa Senhora na ilha vizinha

que também pertence ao município de Salvador, assim como estão presentes diversas praias em “áreas nobres” que sequer são utilizadas pela população, como Lagoa Timeantube, localizada em condomínio de luxo na Costa dos Coqueiros, litoral norte do estado. Além de possuir praias com alto fluxo de turistas, Ilha de Maré possui um grande cotidiano de moradores e que também a utilizam na produção pesqueira. Mas, este último motivo não a qualificaria para este monitoramento, tendo em vista que “balneabilidade é entendida como qualidade das águas destinadas à recreação de contato primário sendo este contato direto e prolongado onde há possibilidade de ingerir quantidade significativa de água”. E o Programa é regido pela Resolução N.º 274/2000 do CONAMA que define critérios para classificação das águas destinadas à recreação. Não existe um programa institucional voltado às praias de intensa produção pesqueira. Portanto, a atividade das marisqueiras que levam cerca de 5 horas diárias em contato primário com as águas não qualifica a praia para integrar um programa deste porte que pudesse oferecer a oportunidade de as trabalhadoras terem consciência da qualidade do seu ambiente de trabalho cotidiano.

Por outro lado, pelo reconhecimento do lugar como ambiente turístico, foi anunciado no dia 12/07/2018, que a Ilha seria “beneficiada” com a instalação de um Pelotão da 19ª Companhia Independente da Polícia Militar (CIPM/Paripe)<sup>88</sup>, unidade responsável pelo patrulhamento daquela área, que segundo a matéria divulgada pela assessoria da PM, teria por finalidade apenas o reforço das ações preventivas e ostensivas em um dos locais mais visitados durante todo o ano, confirmando a atenção e importância imprimida aos turistas em detrimento da população local.

Aliás, população que é difícil de se compreender a sua quantificação, dada a estrutura de apresentação organizada pelo IBGE, órgão responsável pelas análises oficiais do território brasileiro. De acordo com a publicização dos dados pelo Instituto, as “unidades censitárias” denominadas “Maré”, no município de Salvador/Bahia, contabilizam um total de 6.434 habitantes, de acordo com o último Censo, realizado em 2010. No entanto, em uma análise mais aprofundada, podemos observar que sob a classificação por nome “Maré” estão todas as unidades censitárias de todas as ilhas pertencentes ao município de Salvador.

---

<sup>88</sup> <https://www.bocaonews.com.br/noticias/policia/policia/210837,Ilha-de-mare-ganhara-pelotao-da-19a-cipm.html>

Assim este total que é anunciado em todas as referências, análises e citações que se remetem à população de Ilha de Maré, as quais acessei, estão incluindo a totalidade das Ilhas de Bom Jesus dos Passos, dos Frades, de Santo Antônio, e ilhotas de Itapiruca e do Coqueiro. De acordo com o Instituto, assim como divulgado no site do município, Ilha de Maré possui 4,236 habitantes, distribuídos em suas 4 unidades censitárias, todas urbanas. Número esse que é colocado em xeque, dada a realidade vista no lugar. Para a unidade determinada pelo IBGE, onde se encontram as comunidades de Bananeiras, Maracanã, Ponta Grossa, Porto dos Cavalos e Martelo, consta o registro da existência de 387 domicílios particulares, estando 290 ocupados com 976 habitantes. No entanto, em 2014 foi realizado um levantamento extraoficial pela própria comunidade, que identificou 284 domicílios somente para Bananeiras, com população estimada de 1.000 habitantes.

As implicações destas incongruências rebatem diretamente sobre o território, quanto ao direcionamento de políticas públicas. O número de postos de saúde ou escolas que devem ser instalados no lugar, por exemplo, é determinado com base no número populacional. E a subestimação também subdimensiona a necessidade de quem já vive o isolamento ilhéu, e convive com as ações de comprovado impacto à saúde no seu entorno.

Em plena época da globalização, podemos perceber a manutenção do status de “não cidadãos” direcionado aos povos que, no período colonial, trabalhavam escravizados para os senhores de engenho. São atitudes que desterritorializam a população que passa a sofrer os efeitos da modernidade que torna insalubre seu território, seu lugar de vida, trazendo “insegurança e poluição”, como descrito pelos jovens de Bananeiras em texto que traz embasamento de estudos acadêmicos que ratificam sua preocupação, conforme descrito anteriormente.

A luta pelo território da vida da população de Ilha de Maré tem um marco no processo reivindicatório junto aos empreendimentos, ao Ministério Público e aos órgãos de controle ambiental, no ano de 2004. Naquela época a comunidade se organizou para solicitar que estudos e análises ambientais que pudessem demonstrar a qualidade ambiental do lugar fossem realizados. Tais estudos realizados, finalizam sempre com a suposição de que as causas de adoecimento estão vinculadas à falta de saneamento básico, sem contemplar o saneamento ambiental em completude.

O crescimento de casos de câncer, problemas de visão, déficit de aprendizado, dores crônicas, alergias respiratórias e de pele, problemas gastrointestinais dentre outros, culminando com invalidez e óbito, por vezes súbito, inseriu a tensão permanente no cotidiano da população.

As reflexões das comunidades acerca da forma de enfrentamento do seu problema percorreram um longo percurso no tempo e nas ações. Compreendeu uma variação da expressão da população que transitou entre “nada dizer” acerca da contaminação que sentiam estar submetidos, passando pelo período de solicitações formais de investigação, chegando até o pensamento atual que se reverteu na ação de “gritar para o mundo” sobre a realidade vivida por aquela parte da população soteropolitana para que possam ter conhecimento dos problemas e possam, de alguma forma, apoiar a causa, ser solidários e buscar uma reversão.

A opção inicial pelo silêncio era acompanhada pelo desespero de a comunidade perder a base de sua identidade pesqueira e a maior fonte de renda local que é a garantia da sobrevivência da população: a venda dos pescados. Com isso, a drástica culminância com a perda do direito à continuidade no lugar. Tornar público o problema significaria atestar que o pescado vendido também estaria contaminado; e a proibição da pesca ser a única providência a ser tomada pelas autoridades ambientais.

Mais uma vez o Caso Golden Miller demonstra a criticidade dos problemas vividos pela população, e “com o acidente a população se deu conta que estava muito exposta”, relata uma moradora. Por outro lado, a instabilidade provocada nos estoques pesqueiros também reafirma a instabilidade com o futuro do lugar, quando a moradora questiona “o que vai acontecer com a vida dessas populações que vivem e sobrevivem da pesca?” Estas angústias encontram-se que explicitadas nas descrições das consequências do acidente, principalmente na pesca do sarlambi ou chumbinho, marisco mais abundante e representativo para as comunidades da Ilha:

SARLAMBI - Atividade de Praia Grande é a mariscagem do sarlambi de dia e do siri de munzuá a facheada (à noite). Logo após o acidente, a produção do sarlambi aumentou muito, porém a venda caiu devido aos boatos de contaminação. Mesmo com o aumento, ocorreu um problema: o sarlambi mariscado morre de um dia para o outro, o que antes poderia levar até três dias para ser catado. Já o siri diminuiu muito. O aumento da produção do sarlambi, seguida

de redução da sua resistência, pode ser explicada pela sua fuga para locais menos contaminados, porém, já submetidos à exposição do contaminante, afetando a sua fisiologia. Assim, a atividade econômica da comunidade fica completamente prejudicada, estando este processo resistente até este momento (julho de 2014)

**SARLAMBI: PRODUÇÃO** - Logo após o acidente ocorreu um grande crescimento [aparente] da produção do sarlambi, em Bananeiras, Botelho e principalmente Praia Grande, onde o crescimento foi maior. Em Botelho se chegou a coletar o marisco praticamente na porta das casas. Isto sugere que estes organismos podem ter migrado para áreas menos impactadas, no raso, tornando-se mais abundante na área de captura. Apesar da grande produção, o prejuízo foi e segue sendo muito forte, pois as vendas caíram com as notícias que o marisco estava contaminado com o óleo derramado. Isto evidencia o impacto negativo para as comunidades no comércio do marisco por conta das notícias sem esclarecimento veiculadas sem compromisso nem responsabilidade com as comunidades.

**SARLAMBI: COMÉRCIO** - Durante 3 semanas não se vendeu nada. Por vários meses persistiu o problema de redução do valor pela associação com o vazamento do óleo. O siri catado já estava sendo vendido a R\$ 30,00 e caiu para R\$ 20,00. Já o sarlambi baixou de R\$ 20,00 para R\$ 10,00. “Até hoje está assim, não tem como vender, até hoje tenho (sarlambi) na geladeira e nunca vendi. O pessoal de Santana disse que nos restaurantes, quando chegava alguém na praia pra comer e via caranguejo no cardápio, pedia pra ver se tava vivo ou morto e só queriam comer se tivessem vivo”. [depoimento de uma marisqueira de Botelho em abril de 2014].

Nas entrelinhas das descrições diárias da população está a triste e comovente mensagem de que “sabemos que nossa comida de todos os dias é contaminada, mas é a que temos”. Além do receio da perda da venda existe a vergonha de admitir a falta de qualidade a que se encontra sujeita cotidianamente e a real situação de insalubridade do lugar, que representa, acima de tudo, o melhor lugar que existe no mundo para aquela comunidade. Sob nenhuma hipótese os moradores pensam em declinar deste lugar de vida, antes pelo contrário, se luta pela reversão dos problemas que os atingem e afligem para que se reinstale dignas condições de vida.

O próprio ambiente atesta a redução dos níveis de qualidade quando já estão desaparecidos ou escassos diversos tipos de pescados, antes abundantes:

[...] ao longo do tempo houve uma drástica diminuição de pescados e mariscos na região. Como relatado pelo pescador bananeirense (Seu Djalma), que mencionou a extinção e diminuição de alguns peixes como Anchova, Bonito, Boto, Agulha, Pinho, Cavala, Mero, Redondo, Curimatã, Caramuru, Robalo, Beijupirá, no qual, vem afetado diretamente a renda da família dos jovens, já que é a principal fonte econômica da Comunidade. (LOPES et al., 2016).

Mariscos como sururu de pedra, lambreta, tapu preto e ostra (*Crassostrea rhizophorae*) já não são mais encontrados na porção sudeste da Ilha. A população de salpiro sofreu uma interferência ambiental e foi completamente destruída há cerca de um ano (agosto de 2017) quando os mergulhadores foram surpreendidos com os mariscos abertos (o que significa estarem mortos) na coroa, sem haver quaisquer explicações para o fenômeno. Segundo este grupo, o salpiro vermelho e o peguari agora somente são encontrados no verão - relata a comunidade. E o próprio chumbinho que representava a maior produção local, agora já não é mais encontrado em Bananeiras e Praia Grande, esta sua ocorrência concentrada em Botelho. Episódios de mortandade de peixes também são relatados. É a vida que está se perdendo no silêncio das explicações que não são apresentadas à população.

O silêncio maltrata, faz adoecer... e mata! Acredito que diante da compreensão desta assertiva, e do fato de que as pessoas estavam adoecendo cada vez mais, inclusive por causas incomuns e antes não conhecidas, infelizmente, chegando-se a óbito em vários casos relatados, a população resolve apelar para o segundo plano: fazer o caso ser conhecido e, de uma certa forma, visibilizar o sofrimento:

o sofrimento da população devido ao modelo de desenvolvimento que está posto, que está ameaçando a vida da população. Nos últimos tempos eles têm passado por muitas dificuldades no que se trata da pesca em si: grandes derramamentos têm acontecido e isso faz com que a pesca fique bastante escassa. A revolta é a dificuldade do pescado que está tendo hoje. Hoje, nos arredores das comunidades sempre tem empreendimentos, sempre tem Petrobras... e o governo não faz nada para que isso mude. (Eliete Paraguassu – vídeo “No Rio e no Mar”)<sup>89</sup>

Este é o lado visível, sentido e percebido pela população. Contudo o cerne da questão é sempre: Como lidar com a realidade apresentada, onde os interesses

---

<sup>89</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=XpeSNI1gJmA>

são tão divergentes? O que fazer quando o poder insiste em não revelar a situação em que o ambiente se encontra? Como agir quando profissionais atestam a falta de problemas ambientais para ratificar a manutenção e crescimento dos processos produtivos dos empreendimentos do entorno de Ilha de Maré em estudos realizados para liberação de Licenças Ambientais com esta finalidade? O que fazer para mostrar o que está visível mas não se quer ver?

Estas perguntas emergem da análise de alguns aspectos legais, ambientais e estruturais do funcionamento do Porto de Aratu e do Centro Industrial de Aratu. Fica evidenciado que as invisibilidades socioambientais que acometem e vulnerabilizam a população de Ilha de Maré estão permeadas da fragilidade apresentada pela legislação e fiscalização ambiental ante o descontrole das ações industriais através das técnicas, responsáveis pela modernização do espaço. Segundo Santos,

[...] os vetores de modernização são entrópicos. Eles trazem desordem aos subespaços em que se instalam e a ordem que criam é em seu próprio benefício. E a união vertical [...] está sempre sendo posta em jogo e não sobrevive senão à custa de normas rígidas (SANTOS, M., 1996, p. 227).

Estas normas rígidas deveriam exercer o controle sobre a exploração dos recursos, conforme legislação vigente, no entanto, o descontrole e/ou a flexibilização das leis implicam na delapidação dos recursos naturais.

Neste sentido, considero emblemáticos os estudos e declarações de uma pesquisadora da Universidade que desenvolve estudos voltados à avaliação dos impactos das dragagens realizadas pelo Porto de Aratu e consequente validação da atividade necessária à manutenção e crescimento do contratante, em uma parceria que já durava mais de 20 anos com o setor privado. Sobre as ações e o pensamento desta pesquisadora, Tourinho, em seu livro documentário sobre Ilha de Maré, define a pesquisadora como:

[...] o paradoxo em pessoa. Ao mesmo tempo em que acredita que a dragagem do Porto de Aratu proporciona a “assepsia” da área ela não nega os efeitos negativos da poluição ambiental na área e apieda-se quando se lembra da situação dos marezeiros. [...] responsável pela coordenação do monitoramento ambiental das dragagens do Porto de Aratu e o de Salvador, mas a parceria de mais de 20 anos com empresas privadas, além do posicionamento a favor da realização da dragagem, fez com que os marezeiros desconfiassem dela. (TOURINHO, 2011, p. 54).

Tourinho revela algumas falas paradoxais onde a pesquisadora admite que:

A dragagem é um impacto localizado. Ao redor da Ilha existe um passivo ambiental imenso. Se for para falar sobre a situação ideal vamos ser xiitas. O ideal é que a gente voltasse para época de Cabral. Mas ninguém vai abrir mão dos confortos da vida moderna. (p. 55).

– Não é justo que haja um genocídio naquela região. Porque é isso que é um genocídio em longo prazo. Não se pode fechar os olhos para isso (p. 82).

Estas são declarações que orientam a complexidade do lugar, declarada inclusive pela pesquisadora supracitada. E que, como complexo, este problema deve ser tratado.

### 6.1. Marco da regularização ambiental e a luta pelo território da vida

À época do início da industrialização da BTS, inaugurada com a implantação da Refinaria Landulpho Alves e Temadre e seguido pelo complexo industrial e portuário de Aratu, não havia legislação voltada à estudos prévios para licenciamento de empreendimentos. Os empreendimentos seguiam apenas parâmetros de localização e acesso que se lhes apresentassem como benéficos ao seu funcionamento. As adequações ambientais não existiam como elemento de análise.

A Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) vem disciplinada pela Lei nº 6.938 de 31/08/1981, que instituiu o licenciamento como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. Esta lei tem como objetivo geral a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.

A Resolução Conama 01/1986, inaugura a normatização de uma política ambiental que “Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental” sendo este definido como:

qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: I - a saúde, a segurança e o bem-estar da

população; II - as atividades sociais e econômicas; III - a biota; IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; V - a qualidade dos recursos ambientais.(BRASIL, 1986)

Com a Constituição de 1988 são iniciados os estudos geradores dessas leis, e o Licenciamento Ambiental passa a ser uma exigência a nível federal e estadual. Por se tratar de empreendimentos particulares, as indústrias passavam a providenciar o licenciamento à medida em que eram cobradas. Assim, o complexo portuário já instalado passa a ter a obrigação de se licenciar, para se adequar à legalidade imposta pela legislação ambiental. Tal procedimento, no entanto, só tem início mais de uma década mais tarde.

A autorização e monitoramento do licenciamento de portos está sob a competência compartilhada entre os órgãos estaduais de meio ambiente e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), como órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama).

De acordo com a legislação vigente, o processo de licenciamento ambiental é composto por três fases: Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO). Tais licenças são emitidas a partir da análise das informações solicitadas pelo órgão ambiental licenciador<sup>90</sup>.

Cada etapa de licenciamento exige estudos específicos elaborados e custeados pelo empreendedor, com base nas orientações do órgão ambiental competente. Para o caso de novos empreendimentos, o processo prévio à sua implantação pressupõe a realização de Estudo de Impacto Ambiental (EIA), associado ao Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA). Para novos licenciamentos de empreendimentos já em operação, o instrumento a ser aplicado é o Relatório de Controle Ambiental (RCA), que tem a prerrogativa de analisar os impactos já existentes no ambiente bem como as medidas de mitigação que se encontram em vigor<sup>91</sup>. Estes estudos são a base de análise para a permissão do

---

<sup>90</sup> “Este procedimento atende ao disposto no artigo 14 da Lei nº 12.815/2013, que estabelece a emissão, pelo órgão licenciador, do Termo de Referência como um dos requisitos para autorização de Terminais de Uso Privado (TUP) e para a assinatura do contrato de arrendamento, no caso de instalação portuária estiver localizada dentro do porto organizado” por Bruno de Amorim Silva — 14/02/2014. <http://www.portosdobrasil.gov.br/assuntos-1/meio-ambiente/licenciamento-ambiental>. Acessado em 02/10/2017

<sup>91</sup> “O Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto no Meio Ambiente (EIA/RIMA) são os documentos mais importantes e que detalham de forma exaustiva o impacto e a viabilidade ambiental do empreendimento. Ele é produzido com base nas orientações do órgão ambiental licenciador e sua avaliação e aprovação são obrigatórias para a liberação da Licença Prévia (LP) a partir da qual é possível solicitar financiamentos que possam viabilizar o investimento.

funcionamento das indústrias. Eles devem ser elaborados para atestar a viabilidade de instalação ou manutenção das atividades já instaladas com sustentação da sanidade ambiental.

Para todo o Brasil, o Porto Organizado de Santos, complexo localizado a 70 km da Grande São Paulo, é o único até o momento com LO que regulariza seu funcionamento, a qual foi emitida pelo Ibama, em abril de 2017. Com a LO, a Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), responsável pelo porto, fica obrigada a adotar “25 programas especiais de acompanhamento, com foco na proteção do meio ambiente e no desenvolvimento sustentável”<sup>92</sup>

A necessidade de legalização dos portos só foi despertada no início da década de 2000 na Bahia, quando da implementação de um novo TUP: GMA - Grande Moinho Aratu<sup>93</sup> dentro do Porto Organizado Aratu-Candeias, que se trata de um porto estadual administrado pela Companhia das Docas do Estado da Bahia (Codeba). Naquele momento ficou evidenciado que nenhum porto brasileiro possuía licença. E, diante do desconforto gerado pela exigência aos novos portos, foi implementado um grande programa pelo Ministério dos Portos para licenciamento e legalização daqueles já existentes a nível nacional. Os estudos deveriam ser conduzidos, portanto, considerando-se que não se poderia implantar

---

Para dar início às obras é necessário que o órgão ambiental licenciador emita a Licença de Instalação (LI) que é liberada com a entrega de estudos ambientais específicos, a exemplo do RCA/PBA (Relatório de Controle Ambiental e Plano Básico Ambiental), estudo esse que detalha as ações necessárias para mitigar os impactos identificados quando da instalação do empreendimento. Nesta etapa é obrigatória a apresentação do programa de gerenciamento ambiental.

Ao final da obra, o empreendedor solicita ao órgão ambiental a Licença de Operação (LO) que autoriza a atividade portuária a ser exercida pelo empreendimento.

Desde 2010, a Secretaria de Portos acompanha e coordena, por meio da Diretoria de Revitalização e Modernização Portuária, o licenciamento ambiental de 17 portos marítimos do Programa Nacional de Dragagem (Fortaleza, Natal, Areia Branca, Cabedelo, Recife, Suape, Salvador, Aratu, Rio de Janeiro, Itaguaí, Angra dos Reis, Vitória, Santos, Paranaguá, São Francisco do Sul, Imbituba, Itajaí, Rio Grande).

Além disso, acompanha licenciamento para 15 obras de dragagem de aprofundamento, das quais 06 foram licenciadas pelo IBAMA (Portos do Rio Grande, Salvador, Aratu, Santos, São Francisco do Sul e Paranaguá) e 09 pelos órgãos estaduais de meio ambiente (Fortaleza, Natal, Cabedelo, Vitória, Rio de Janeiro, Itaguaí, Angra dos Reis, Imbituba e Itajaí). Estas obras são realizadas com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no âmbito do Programa Nacional de Dragagem (PND). Licenciamento Ambiental”

Por Bruno de Amorim Silva — 14/02/2014.<http://www.portosdobrasil.gov.br/assuntos-1/meio-ambiente/licenciamento-ambiental>. Acessado em 02/10/2017.

<sup>92</sup> <http://www.ibama.gov.br/noticias/422-2017/1070-ibama-emite-licenca-de-operacao-para-o-porto-de-santos>

<sup>93</sup> GMA - Grande Moinho Aratu, Fundação: 2003, Cidade: Salvador/BA, que produz massas, biscoitos e misturas para Bolo.

um novo porto sem se levar em consideração os impactos já existentes em consequência do funcionamento daqueles já instalados e em operação.

Em meio a uma série de determinações em atendimento às exigências do processo referente à legalização do Porto de Aratu especificamente, iniciada no ano de 2001, tem destaque a elaboração do RCA/PCA (UFBA, 2015)<sup>94</sup> desenvolvido por meio de Termo de Cooperação Técnica entre a Universidade Federal da Bahia e a Secretaria de Portos da Presidência da República - SEP/PR.

Uma resumida linha do tempo relativa a esse histórico nos permite a compreensão dos fatos que permeiam o processo:

- 2001 - O início do processo de licenciamento ambiental do Porto de Aratu data do ano de 2001, formalizado no dia 20 de agosto de 2001 pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, sob título: Processo de Regularização do Porto Organizado Aratu-Candeias, Nº 02001.005493/2001-16, disparada pela solicitação de obras no Terminal de Resíduos Sólidos. O primeiro diagnóstico ambiental foi entregue em 2005.
- 2004 - Em dezembro de 2004 é publicado o Termo de Referência (TR) para elaboração de EIA/RIMA voltado à ampliação do porto. Neste momento a Codeba solicita licença para instalação do Terminal Graneleiro (atual TUP Cotegipe - Dias Branco), cujo encaminhamento dado foi concatenar ao EIA/RIMA acima referido sob a condução do Centro de Recursos Ambientais - CRA. Porém, denúncias posteriores indicam não terem sido realizados estudos de impacto quando da abertura de licitação para suas obras. Em junho de 2006 o Senador baiano César Borges acusa a Codeba pelo

---

<sup>94</sup> O RCA está composto por quatro volumes. A saber: Volume I Caracterização e Área de Influência do Empreendimento; Volume II Diagnóstico Ambiental dividido em Tomo 01: Meios Físico e Biótico e Tomo 02: Meio Socioeconômico; Volume III Identificação e Avaliação de Impactos, Medidas e Prognóstico Ambientais; e Volume IV Plano de Controle Ambiental - PCA dividido em Tomo 01 com Programa de Gestão Ambiental, Programa de Gerenciamento de Efluentes, Programa de Gerenciamento das Emissões Atmosféricas, Programa de Monitoramento da Qualidade dos Sedimentos, Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas, Programa de Monitoramento da Biota Aquática e Bioindicadores e Programa de Auditoria Ambiental; Tomo 02 contendo Programa de Educação Ambiental, Programa de Comunicação Social, Programa de Apoio às Comunidades de Pesca; Tomo 03 com Estudo de Análise de Risco, Programa de Gerenciamento de Riscos; Plano de Emergência Individual; Plano de Ação Emergencial; Tomo 04 contendo Programa de Recuperação das Áreas Degradadas, Programa de Verificação do Gerenciamento da Água de Lastro dos Navios e Plano de Dragagem de Manutenção; e, finalizando, o Tomo 05 com o Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

arrendamento irregular de área para instalação do Terminal graneleiro, sem estudos de impactos e licenciamento para instalação de atividades potencialmente degradadoras do meio ambiente. O fato gera repercussão no âmbito do licenciamento, momento em que é instaurada a uniformização dos procedimentos de regularização ambiental para o funcionamento de todos os portos brasileiros.

- 2008 - O TR definitivo para elaboração do Plano de Controle Ambiental - PCA, relativo ao licenciamento foi publicado em 2008.
- 2008 - Como consequência de denúncias provenientes do Movimento Pesqueiro, o Ministério Público Estadual - BA (MPE-BA) instaura o Inquérito Civil 003.0.12106/2008. Este argui o Ibama e Codeba sobre licenciamento do Porto de Aratu assim como a existência de outros que pudessem causar impactos à população de Ilha de Maré e sobre registro de acidentes ocorridos na área. Em resposta, a Codeba afirma que em 23/03/2012 o TGS (e áreas anexas) foi licenciado pelo Inema através da Portaria N°2326 e a Regularização do Porto, relativo ao Processo de 2001, seguia em curso com os estudos relativos ao PCA sendo realizados pela UFBA por meio de Termo de Cooperação Técnica firmado com o NEP/PR em 2010 no valor de R\$ 3.284.000,00.
- 2009 – É aberto novo Inquérito Civil, agora no âmbito do Ministério Público Federal - MPF N° 1.14.000.000775/2009-81, onde o Ibama/BA é questionado acerca de atividades de embarque, desembarque, produtos, risco, dragagens e licenciamento do Porto de Aratu.
- 2010 - Em 15 de dezembro deste ano é assinado um Termo de Cooperação Técnica entre MPE/BA, IMA, Ibama e Cofic, Codeba e Cetrel para biomonitoramentos da qualidade do ar e biodisponibilidade de poluentes no meio aquático na área de influência de Ilha de Maré para apurar causas de suposta mortandade da fauna aquática e espécies que dela se alimentam, bem como as causas de supostos danos à saúde de moradores de Ilha de Maré, que seriam decorrentes da poluição ambiental provocada pelas diversas atividades econômicas desenvolvidas na área da Baía de Aratu e seu entorno. Prazo de 18 meses (mais 6) a partir de 15 de janeiro de 2011.
- 2011 – No mês de setembro ocorreu a transferência do Processo de Regularização Ambiental do Porto de Aratu para a Secretaria de Portos -

SEP, com base na Portaria Interministerial MMM/SEP/PR 425 26 de outubro de 2011 que institui o Programa Federal de apoio à Regularização e Gestão Ambiental Portuária - PRGAP de portos e terminais portuários marítimos do país. Na oportunidade a SEP solicita a entrega do PCA até dezembro daquele ano.

- 2012 – O Termo de compromisso IBAMA/SEP para a Regularização Ambiental dos Portos e Terminais Portuários outorgados às Companhias Docas são vinculadas à SEP/PR em 28 de fevereiro daquele ano.
- 2013 - Em respostas aos estudos realizados para a regularização do Porto, o processo registra que o Plano de Emergência Integrado do Porto de Aratu foi rejeitado pelo Ibama por não fornecer abordagem integradora considerando cenários que contemplassem toda a área do Porto.
- 2013 - O Plano de Controle Ambiental (PCA), realizado por convênio firmado entre a Codeba e a Ufba, foi protocolizado na SEP em 05 de fevereiro e rejeitado pelo Ibama em 16 de maio do mesmo ano, sendo, então, encaminhado para correções.
- 2014 - A Colônia de Pesca de Ilha de Maré solicita, no mês de fevereiro, “Publicidade referente aos processos de licenciamento do Porto de Aratu e Porto de Madre de Deus” e realização de audiências públicas em Ilha de Maré para tratar do assunto.
- 2014 - Em 07 de abril de deste ano, ocorre uma reunião do Movimento de Pescadores de Ilha de Maré, no Inema, para tratar sobre Acidente Golden Miller e Canteiro Náutico e Naval a ser implantado na área. E reunião com Ibama para esclarecimento de assuntos diversos relativos a impactos causados por Portos, Terminais e Estaleiros da área.
- 2014 – No mês de abril, o Ibama solicitou à Codeba a versão corrigida dos estudos, com prazo de 15 dias para posicionamento.
- 2015 – A solicitação descrita no item anterior foi cumprida, com a entrega da versão corrigida dos estudos referentes ao RCA/PCA ao Ibama. Os estudos, no entanto, após análises, seguiram sendo rejeitados pelo Órgão. Ressalta-se aqui o questionamento sobre o fato de a elaboração do RCA em análise ter sido efetuada como se fosse um Estudo de Impacto Ambiental, não considerando os impactos já instalados. E como já colocado anteriormente,

a elaboração de um RCA é destinada a empreendimentos que já estão em funcionamento e, portanto, já são geradores de impactos no ambiente.

A análise do conjunto deste processo, composto por uma série de documentos como denúncias, acordos, termos de referência, relatórios de inspeção, TAC, RCA/PCA, projetos de monitoramento e suas avaliações, fornece importantes informações sobre a estrutura física e funcionamento do porto, assim como revela estratégias utilizadas para a invisibilização dos problemas por ele acarretados. O RCA/PCA reúne inúmeras destas informações e, em resposta à sua avaliação negativa pelo Ibama, a Codeba refere-se às comunidades de Ilha de Maré, ressalta que o problema se encontra na sua localização, admitindo que:

[...] algumas das quais frontais ao Porto Organizado de Aratu-Candeias, tem historicamente exposto seus habitantes aos problemas comuns às comunidades limítrofes à Baía de Todos os Santos, isto é, a contaminação da Baía por resíduos industriais e esgoto residencial, além das emissões de unidades industriais e operação do Porto Organizado de Aratu-Candeias. Em função da proximidade com o referido, porto as comunidades, também, estão expostas aos impactos advindos de acidentes ocorridos com embarcações de transporte de produtos das indústrias químicas e petrolíferas localizadas no Centro Industrial de Aratu [...].

A citação apresenta o escamoteamento dado pela instituição acerca dos problemas que afetam as comunidades de Ilha de Maré, afirmando que o problema é a localização das comunidades que as tem exposto aos transtornos causados pelo porto. Além disso, sugere que os problemas existentes na área são comuns às comunidades limítrofes à BTS, em uma clara naturalização da poluição. No entanto, não consegue omitir o fato de que a população se encontra exposta aos impactos.

O projeto para despoluição ambiental do porto apresentado pela própria Codeba no ano de 2005 (CODEBA, 2005), apresenta uma análise pormenorizada dos problemas existentes no Porto de Aratu, relativos aos momentos de embarque e desembarque das cargas veiculadas. Trata-se de uma análise dos sistemas de transporte de grânéis líquidos, sólidos e gasosos, onde foram verificados os problemas existentes, sendo enumeradas proposições para a devida correção. O

documento atesta que dentro do sistema de manuseio de granéis sólidos verifica-se a geração de resíduos sólidos por diversas formas, conforme listadas abaixo:

- **Vazamentos de materiais** do grab durante içamento no porão do navio e o trajeto até seu descarregamento no silo do descarregador de navios precipitando resíduos no pier e no mar;
- **Derramamento de materiais** na região do alimentador vibratório do descarregador de navios e o transportador B-1a;
- **Deposição de materiais** transportados pelas correias transportadoras devido a transbordo e queda de materiais no entorno das mesmas.
- **Deposição de materiais** decorrentes da limpeza após cada operação de embarque ou desembarque;
- **Vazamento de materiais** nos chutes de transferência entre transportadores devido ao confinamento inadequado dos mesmos;
- **Queda de materiais** face à inexistência ou alta ineficácia dos raspadores de correia;
- **Perda de materiais movimentados para áreas marginais do pátio de minério e vias de acesso durante o descarregamento, formação de pilhas e carregamento de caminhões** e moega móvel através da pá carregadeira;
- **Acúmulo de resíduos constituídos de minérios contaminados formados durante a limpeza do pátio após a retirada de cada carga;** perda de materiais devido ao tráfego de caminhões na região do pátio de estocagem.  
(Codeba, 2005, p. 5 e 6).

Ainda segundo o documento supracitado, as emissões atmosféricas dentro do sistema de manuseio dos granéis sólidos do Porto de Aratu são geradas a partir:

- **Emissão de material particulado** no descarregador de navios (operação do grab) por **deficiência de vedação e Ação eólica;**
- **Levantamento de poeira durante o descarregamento da carga** do grave sobre o silo do descarregador de navios durante o carregamento do transportador B1A;
- **Emissão de material particulado ao longo de todo o sistema de correias transportadoras por ação eólica devido ao transbordo e ao material agregado no retorno das correias;**
- **Levantamento de poeira** nas casas de transferências e demais pontos de transferências;
- **Emissão de material particulado no pátio de estocagem de minério.** (Idem, p. 12 e 13).

As conclusões do referido documento, com relação às emissões atmosféricas atestam que:

A situação de contaminação ambiental nas instalações do Porto de Aratu seja devido aos pontos de emissões de poeira na atmosfera se configura como crítica requerendo da sua administração **providências enérgicas efetivas e imediatas** de modo a tornar o manuseio de sólidos que se operar neste complexo portuário

adequado às normas da Legislação Ambiental em vigor. (Ibidem, p. 18).

Analisando o “Relatório de Vistoria realizado entre os dias 15 e 18/07/2014 nas áreas dos empreendimentos: Terminal da Braskem, Porto de Aratu, Porto da Ford, Porto de Cotegipe e Canteiro Náutico e Naval de Aratu (CNNA)” realizado pela Coordenação dos Portos, Aeroportos e Hidrovias - COPAH/Ibama, observa que, ao tratar da situação das instalações físicas do porto, já no ano de 2014, indica não ter sido implementadas quaisquer ações voltadas à melhoria da qualidade ambiental do porto, visto a constatação de que:

O pátio de estocagem se encontrava carregado de fertilizantes recobertos por lona. Foram identificadas leiras de minério de ferro que aguardavam o carregamento. Foi possível identificar alguns passivos ambientais como a disposição inadequada de efluente pluvial, resíduos sólidos pelas vias internas e derramamentos de fertilizantes em determinados pontos. A Ilha de Maré fica localizada próxima ao porto. (CPPAH/Ibama, 2014, s.p.).

Ao lado das descrições que atestam fontes severas de contaminação ambiental, tem-se a legislação comercial que corrobora com a naturalização desta contaminação, à medida que legitima as perdas entre embarque e desembarque de produtos em transporte marítimo. Existem grandes discussões pelo país acerca transporte de granéis, o que faz deste um dos temas mais polêmicos do Direito brasileiro.

As afirmações feitas em audiências e estudos voltados à questão da poluição que atinge a população de Ilha de Maré indicam que a poluição por cobre se trata de um passivo ambiental proveniente da área do Rio Subaé, Santo Amaro. No entanto, os carregamentos mensais de concentrado de cobre, com média de 24.000 toneladas cada, aliado às visualizações das fugas do produto durante sua movimentação e ainda atestados os motivos (as diversas falhas nos equipamentos e mecanismos transportadores, como descrito acima), demonstram que não se trata apenas de passivo e sim de um ativo que permanece alimentando essa poluição.

Dentro da movimentação processual e documental relativo ao licenciamento do Porto Organizado de Aratu-Candeias (MMA/IBAMA, 2001)<sup>95</sup>, as duas últimas e

---

<sup>95</sup> O referido Processo foi aberto no ano de 2001, tendo, continuamente, documentos anexados. A versão utilizada contempla movimentação até o ano de 2016.

mais relevantes movimentações se referem à entrega do RCA/PCA e sua rejeição, por diversos motivos, o que se encontra submetido a avaliações solicitadas pelo Ministério Público; e a assinatura do TAC entre MPE e Codeba, concedendo a regularização temporária do funcionamento do porto enquanto tramita a documentação relativa à Licença Ambiental definitiva. Mas vale ressaltar que, sua versão assinada em 04/12/2015, dispõe em sua "Cláusula Quinta - Do arquivamento do inquérito civil: O MPE/BA fará promoção de arquivamento do inquérito civil número 003.0.12106/2008 mediante assinatura do presente Termo", inquérito aberto por reivindicação da população de Ilha de Maré, com demandas de estudos que apontassem sua situação ante à exposição aos produtos tóxicos emanados pelo porto, bem como solicitando providências voltadas à reparação desta violência. As negociações para a assinatura do TAC estão resumidas ao processo do licenciamento, passando a ser realizada sem a presença dos representantes da população e resultando no beneficiamento dos empreendimentos com o arquivamento do inquérito civil.

Note-se que o documento que apresenta os resultados dos estudos ambientais exigidos pelo processo de regularização, foi entregue em março de 2015. São 15 anos que separam o início do processo de regularização, da entrega das exigências necessárias à sua efetivação. Tempo que se vê em desacordo com os tempos rápidos que caracterizam os processos econômico e industrial inerentes à modernidade, dentro do Estado que cria isenções fiscais de todo tipo para a instalação desses polos, fomentando o "desenvolvimento do país" através do lucro das empresas (PÉREZ; GONÇALVES, 2012).

Neste período, as alterações ambientais e o aporte de produtos químicos no ambiente provenientes de lançamentos irregulares durante as operações, assim como a movimentação de navios já alcançaram novos patamares, como pode ser verificado em (SOUSA, P., 2017), e novas dragagens necessárias ao funcionamento do porto são licenciadas pelo órgão estadual e realizadas, como analisa Bispo (2018). E, com isso, são amplificados os impactos ambientais inerentes aos processos e as implicações negativas sobre a vida da população.

A luta pelo território da vida da população de Ilha de Maré tem um marco no processo de reivindicações junto aos Empreendimentos, ao Ministério Público e aos órgãos de controle no ano de 2004. Naquela época a comunidade se organizou

para solicitar que estudos e análises ambientais que demonstrassem a realidade do lugar fossem realizados.

## 6.2. Estudos, pesquisas e descobertas

Na busca de promover a compreensão acerca da qualidade ambiental do entorno de Ilha de Maré e os riscos aos quais as populações encontram-se expostas, apresento abaixo uma síntese, em ordem cronológica, dos estudos já realizados na área, os quais considere mais relevantes. Eles foram desenvolvidos como pesquisas oriundas da UFBA, em seus mais diversos Institutos e Departamentos, com a finalidade de titulação acadêmica desde o nível de graduação até o doutorado pleno. E todas indicam a insalubridade local, decorrente da poluição industrial, seja a partir da análise do ar, sedimento ou organismos aquáticos, em sua maioria, os mariscos coletados, consumidos pela população local ou comercializado para os grandes centros. Destaco a seguir alguns destes trabalhos, transcrevendo os resultados apontados que revelam os problemas existentes no lugar, com implicação direta na redução da qualidade de vida da população, especialmente aquele que se encontram em negrito.

- Lopes (2007) - Determinação de hidrocarbonetos policíclicos aromáticos associados ao material particulado atmosférico. **Os resultados observados em Porto de Aratu e no povoado de Bananeira (Ilha de Maré) foram de certa forma surpreendentes, apresentando concentrações de HPA acima das expectativas.** Em Porto de Aratu (Candeias, BA), os HPA presentes em maiores concentrações foram o benzo[b]fluoranteno (BbF), benzo[g,h,i]perileno (BgP) e Indeno[1,2,3-c,d]pireno (IND), apresentando concentrações médias de respectivamente 2,53, 1,22 e 1,12 ngm<sup>-3</sup> (AGV-PTS); e 1,74, 0,82 e 0,73 (AGV MP10). Na comunidade de Bananeira (Ilha de Maré, Salvador, BA) – os valores mais altos foram observados para o benzo[b]fluoranteno (BbF), benzo[b]fluoranteno (BkF) e benzo[g,h,i]perileno (BgP), apresentando concentrações médias de respectivamente 1,62, 0,73 e 0,72 ng m<sup>-3</sup>. Soares (2009) – Investigação do teor de Mn em alguns alimentos cultivados nas vizinhanças de uma planta siderúrgica de ligas ferro-manganês em Simões Filho

- Bahia e identificando que **“os níveis de Mn detectados em bananas e acerolas cultivadas na Vila de Cotegipe apresentaram níveis aproximadamente 4 a 5 vezes mais altos que os apresentados pela literatura, valores que ultrapassam os limites de ingestão diária segura, considerado o potencial neurotóxico do manganês (SOARES, 2009).**

- Silva (2009). HIDROCARBONETOS POLICÍCLICOS AROMÁTICOS ASSOCIADOS AO PM10 NA ATMOSFERA DO RECÔNCAVO BAIANO: VARIAÇÃO SAZONAL, CARACTERIZAÇÃO DE FONTES E AVALIAÇÃO DE RISCO". "O somatório das concentrações médias dos 16 HPAs variou de 0,036 ng m<sup>-3</sup> (Arembepe- estação controle) a 108 ng m<sup>-3</sup> (próximo a refinaria de petróleo e indústria de eletrodos de Carbono). **Os HPAs potencialmente carcinogênicos representaram 53-74% da concentração total nos sítios do RB.** Os HPAs predominantes foram os de alta massa molecular, do Fluoranteno ao Benzo(ghi)perileno, representando 90-99 % do total de HPAs no RB. Concentrações elevadas de BaP<sub>eq</sub> para os HPAs de 5 a 6 anéis no ar ambiente **alertam para uma situação de aumento de riscos para a saúde humana e para a qualidade ambiental na região do RB, principalmente em Candeias e Madre de Deus.**"

- Menezes Filho (2009) - Investigou a associação entre os níveis elevados de manganês e déficit cognitivo em crianças residentes nas proximidades da siderúrgica de ferro-manganês - Vale/Gerdau. Os resultados comprovaram que as crianças desta comunidade estão sujeitas a uma exposição excessiva ao Mn oriundas das emissões da metalúrgica, com possíveis conseqüências negativas no desenvolvimento intelectual.

- Santil, (2010) - Determinação de Elementos Maiores e Traço em Tecidos de Moluscos Bivalves por Espectrometria de Emissão Óptica com Plasma Indutivamente Acoplado. As análises foram realizadas em *Mytella guyanensis* (sururu), *Anomalocardia brasiliiana* (sarlamby) e *Crassostrea rhizophorae* (ostra), na área mais interna ao norte da baía. Os resultados da determinação revelaram que as concentrações de As, Cu e Zn nos bivalves estavam acima dos limites máximos estabelecidos pela ANVISA e por agências especializadas em saúde internacionais. **Esses valores de concentração sugerem que deve ser feita**

**uma análise de risco a saúde principalmente nas comunidades que coletam mariscos como uma atividade de subsistência.**

- Brito (2011) - Distribuição de elementos essenciais e contaminantes na planta marinha *Halodule wrightii* (capim agulha) e macroalgas da BTS. "Foi observado que alguns elementos se destacaram em determinadas localidades, em ambos os períodos [de coleta], tais como: Cd e Zn em Bimbarras; Li e As em Praia da Penha; Cd em Salinas da Margarida; **Li, Pb , V, Cr e Cu em Caboto**; Ni na praia da Ribeira; **e Li , Pb, Cu e Zn em Ilha de Maré.**"
- Prazeres (2011). Determinação de macro e microelementos em crustáceos catados comercializados em Salvador, Bahia, Brasil". **As concentrações de Cu e Zn para todas as amostras estão acima do limite máximo de tolerância estabelecido pela ANVISA, em amostras de caranguejo, siri e aratu** adquiridas nos principais pontos de comercialização de pescados da cidade Feira de São Joaquim, Mercado Popular, Feira dois de Julho e CEASA, sendo **oriundas de diversas regiões da Baía de Todos os Santos.**
- Almeida (2012) - Realizou a análise de especiação de compostos inorgânicos de enxofre, nitrogênio e cloro na atmosfera de área de influência industrial no recôncavo baiano. Revela que "A concentração de H<sub>2</sub>SO<sub>4</sub> se apresenta mais alta na atmosfera de Madre de Deus e São Francisco do Conde, onde é maior a influência das emissões diretas deste ácido, vindas da refinaria de petróleo, além da possível transformação de SO<sub>2</sub> também ali emitido em H<sub>2</sub>SO<sub>4</sub>" (pág 124).
- Barbosa (2013) - Distribuição de elementos essenciais e não essenciais em moluscos bivalves e sedimentos da Baía de Todos os Santos, Bahia, Brasil. "As amostras da espécie *Lucina pectinata* (lambreta) apresentaram as maiores concentrações de Cd, Cu e Pb quando comparadas com as espécies *Anomalocardia brasiliiana*, *Iphigenia brasiliiana* (taioba) e *Trachycardium muricatum* (rala-côco). **Todas as espécies apresentaram concentrações de As e Cr acima do limite máximo tolerável, especificados nas normas brasileiras.** Foram encontradas alta concentração de Ni na amostra de *Anomalocardia brasiliiana* coletada em Madre de Deus. **Para Cu e Mn as**

**maiores concentrações foram obtidas nas amostras coletadas em Ilha de Maré** (pág. 67 e 68). Já para Cd e Cr os maiores valores foram obtidos nas amostras coletadas em Acupe e Bom Jesus dos Pobres, respectivamente. **As maiores concentrações de Cu e Pb foram obtidas para as amostras de Lucina pectinata coletadas em Ilha de Maré** (pág 79).

- **Eça** (2013) - Organismos bentônicos biomonitoradores de contaminação por elementos traço e maiores na Baía de Todos os Santos, Bahia, Brasil. Entre as localidades amostradas na BTS, destacam-se Aratu, São Paulo, Fazenda Quintas (Itaparica) e, principalmente o Subaé, com elevados teores de Al, Cr, Co, Fe, Mn, Ni, Pb, V e Zn (Tab. 6.3). pág. 110. As concentrações de Cu e Pb encontradas nos sedimentos do estuário do rio Subaé e de Aratu, excederam o nível limiar de efeito, indicando que efeitos adversos, potencialmente, podem afetar a biota local. Em Aratu, a concentração de Cu no sedimento também foi excedente. Em Madre de Deus, no estuário do rio São Paulo e em Caboto, os sedimentos apresentaram valores acima do nível de efeito médio para Cu. Os teores de metais medidos nos sedimentos da BTS, pelo menos em parte, **estão disponíveis e são acumulados nos bivalves e outros organismos presentes na região**. As concentrações de alguns metais no sedimento foram significativamente correlacionadas com as concentrações nos tecidos dos bivalves: Al, Ba e Pb para o sururu; Cu e Zn para a ostra e Cu para o chumbinho. **Concentrações de Cu acima do valor permitido para consumo humano foram encontradas nas ostras de Caboto e Aratu, e no sururu dos estuários dos rios São Paulo e Subaé, na baía de Aratu e principalmente em Caboto. Os bivalves da porção norte e nordeste da BTS estão contaminados por Cu e Pb, devido às elevadas concentrações destes metais no sedimento** (pág 117).

- **Carvalho** (2017) - Avaliou os efeitos neuropsicológicos da exposição ao manganês em crianças expostas ao manganês em duas comunidades do município de Simões Filho. Os resultados confirmam que as crianças estão sob efeito da exposição crônica ao Mn advindo das emissões da planta metalúrgica. **Concentrações elevadas foram associadas a um menor desempenho em medidas neuropsicológicas e comportamentais**. Os resultados corroboram evidências crescentes que indicam aumento de comportamentos de

impulsividade e externalizantes, assim como dificuldade de inibição de respostas, associados a exposição ao Mn.

- Viana (2013) - avaliou a associação entre efeitos neuropsicológicos em adultos expostos ambientalmente ao Mn e os níveis endógenos deste metal mensurados através de quatro biomarcadores não invasivos de exposição em Cotegipe e Santa Luzia (Simões Filho). Os resultados demonstram **que a exposição excessiva ao Mn tem comprometido algumas funções neuropsicológicas** dos adultos dessas comunidades, indicando a necessidade de se instalar medidas que minimizem a emissão atmosférica do Mn para amenizar os impactos na saúde da população.
- Hatje et al. (2009), realizou uma síntese dos estudos realizados na área e afirma que o transporte atmosférico tem contribuição relevante na contaminação dos corpos d'água por deposição de Hidrocarbonetos Policíclicos Aromáticos (HPAs). A autora faz referência a trabalhos que avaliaram as concentrações de 16 HPAs considerados prioritários pela Agência de Proteção Ambiental Americana, EPA [...] incluindo Porto de Aratu e a Vila de Bananeiras como pontos de amostragem e análise, e verificaram que:

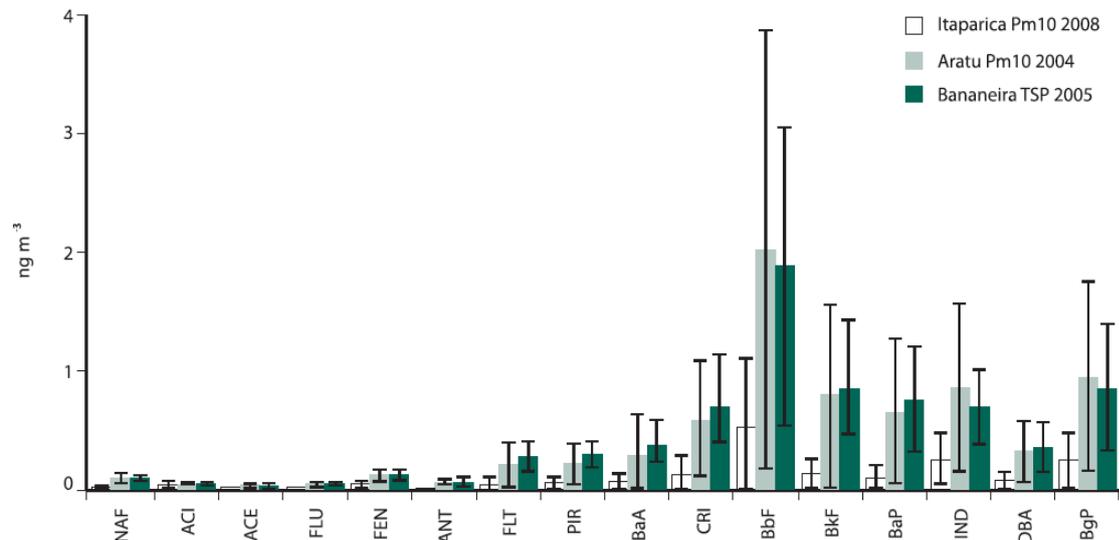
[...] as taxas de HPA determinadas no Porto de Aratu, Bananeira e na Ilha de Itaparica (da Rocha et al., 2009; Guarieiro et al., 2009) são expressivas, especialmente em Bananeira, que recebe fortes cargas de partículas e contaminantes que são transportados pela atmosfera, pois é um local onde não há circulação de veículos automotores, sendo que o acesso é exclusivo por embarcações. A contribuição de espécies carcinogênicas (BaA, BbF, BkF, BaP, DBA, e IND) determinada para Bananeira, por exemplo, é de origem antrópica e inclui fontes tais como: emissões industriais, veiculares (automóveis, caminhões, barcos de pequeno porte e navios), atividades de carga e descarga no Porto de Aratu, a queima de carvão e madeira no cozimento de alimentos. (HATJE et al., 2009, p. 282).

O gráfico apresentado na figura 6.2-1, indica os índices de HPA detectados no estudo, evidenciando os altos valores para Bananeiras e Porto de Aratu. Note que o ambiente de Bananeiras praticamente se iguala ao do porto<sup>96</sup>:

---

<sup>96</sup> Os estudos foram realizados em momentos distintos.

Figura 6.2-1: Comparativo de índices de HPA em Bananeiras, Ilha de Itaparica e Porto de Aratu.



Fonte: Hatje (2009)

Ainda de acordo com Hatje (2009), os diversos trabalhos analisados detectaram a presença de contaminantes como Hidrocarbonetos Policíclicos Aromáticos (HPA), Alumínio (Al), Arsênio (As), Cromo (Cr), Bário (Ba), Cádmiu (Ca), Cobre (Cu), Ferro (Fe), Chumbo (Pb), Manganês (Mn), Mercúrio (Hg), Selênio (Se) e Estrôncio (Sr), Zinco (Zn) no sedimento e na biota da Baía de Todos os Santos.

Os estudos que investigaram a biota aquática, analisaram, em sua maioria, organismos filtradores e bioacumuladores, que são os principais organismos alvo da pesca e mariscagem na BTS. Os resultados dos estudos indicam, portanto, a transformação da área em ambiente de risco direto às comunidades pesqueiras e marisqueiras do entorno, o que faz do norte da BTS “favorável à atividade pesqueira, à conservação ambiental e desfavorável à atividade industrial e portuária” (SOUSA, P., 2017, p. 37).

Análise realizada pela Cetrel (2012), integrante das exigências de monitoramento ambiental pelo Ministério Público, avaliou a dispersão de poluentes na atmosfera da área de influência do Porto de Aratu. Ao considerar seis pontos receptores na Ilha de Maré e área continental, demonstrou que as emissões atmosféricas podem alcançar todas as comunidades monitoradas, sendo Botelho, Praia Grande e Bananeiras localizadas na Ilha; e Caboto, Gamboa e Ponto de Quinta na área continental.

Em paralelo, Oliveira (2012) realizou um levantamento dos Licenciamentos Ambientais das indústrias do município de Candeias. A autora enumera as indústrias instaladas e elenca as suas emissões compostas por diversos contaminantes químicos atmosféricos. No entanto, constata a quase inexistência de solicitação de monitoramento, por parte do órgão licenciador, que também não fornecem às empresas emissoras de poluentes, limites máximos permitidos para aqueles que não são legislados pelo Brasil.

A revisão bibliográfica dos estudos realizados em áreas que envolvem a vida de Ilha de Maré revela uma grande quantidade de material de pesquisa e levantamentos estudos ambientais de irrefutável valor acadêmico e rigor científico em sua condução, em atendimento às finalidades propostas. São estudos direcionados à liberação de licenças ambientais ou pesquisas investigativas acadêmicas que tiveram como objetivo a realização de testes de processos químicos que pudessem ser utilizados na avaliação toxicológica de ambientes, avaliando o ar, sedimentos, água ou mesmo teste para identificação da sanidade de organismos aquáticos, os mariscos, para enquadrá-los como bioindicadores de poluição.

Este conjunto de estudos, evidencia, por um lado, a existência dos altos teores de contaminantes, cuja literatura científica caracteriza como danosos à saúde ambiental e humana. Por outro lado, revelam-se constatações científicas limitadas aos testes de bons indicadores e tecnologias, que apesar de demonstrar sua eficiência, pouco discutem (quando o fazem) acerca do significado socioambiental do contexto analisado, apesar de detectarem importantes informações relativas aos riscos que as comunidades encontram-se expostas; não dialogam entre si; e quase nunca estendem seus resultados às populações interessadas, salvo raras exceções, quando densas teses são entregues como ato de reconhecimento e acolhida para a realização das coletas. Para este último caso, a população necessita de “parceiros” que possam apoiar na “tradução” do conteúdo acadêmico para uma linguagem popular acessível às comunidades.

Por outro lado, é primaz para as populações locais a realização de estudos e pesquisas que analisem as situações-problema que se lhes apresentam, de forma integrada à vida do lugar, sem as compartimentalizações impostas pela ciência moderna. Inúmeros são os trabalhos de pesquisa realizados, porém, seguem a característica da modernidade: são especializações do conhecimento, quase

sempre desconectados da realidade vivida pela população. O que, para Boaventura Sousa Santos, é uma característica do rigor da ciência moderna, que:

[...] aumenta na proporção direta da arbitrariedade com que espartilha o real. Sendo um conhecimento disciplinar, tende a ser um conhecimento disciplinado, isto é, segrega uma organização do saber orientada para policiar as fronteiras entre as disciplinas e reprimir os que as quiserem transpor. (SANTOS, BOAVENTURA, 1988, p. 56)

E as comunidades permanecem como laboratórios e as vidas ali presentes, como objeto de pesquisa. Torna-se evidente que a academia precisa imprimir direcionamento às suas pesquisas, ainda que oferecendo informação ao maior público interessado, apoiando suas estratégias de defesa e luta por qualidade de vida. E um bom exemplo seria a orientação dada para a realização de pesquisas nas Reservas Extrativistas ou Parques, ao solicitar que os pesquisadores realizem uma explanação para as comunidades sobre a pesquisa a ser realizada e, quando dos resultados, fazer uma apresentação direcionada a aquele público.

Há uma carência evidente de estudos voltados à saúde da população humana que possam revelar o estado de contaminação da população que está exposta aos poluentes do complexo Industrial diariamente. Contudo, existem alguns profissionais se dedicaram ao desenvolvimento de ações conjuntas com e direcionadas a comunidades, voltadas à sua qualidade de vida. E aqui destaco os trabalhos de pesquisa/intervenção oriundos da universidade para a área de Ilha de Maré na última década.

Com ações voltadas à questão de saúde, tem destaque a pesquisa intitulada “Estudos e Pesquisas para Promoção de Hábitos de Vida e de Alimentação Saudáveis para Prevenção da Obesidade e das Doenças Crônicas Não-Transmissíveis em Ilha de Maré – Projeto Crianças Quilombolas (BRASIL, 2006; FREITAS et al., 2012). O projeto buscou, dentre outras questões, identificar o grau de contaminação química ambiental provocada por metais pesados: mercúrio, chumbo, cádmio e os agravos da saúde das crianças por estas substâncias. Neste contexto, foram realizadas análises de cabelo e sangue de 115 crianças de até 6 anos de idade, moradoras de Ilha de Maré. As análises identificaram a contaminação expressiva de todas elas por chumbo, mercúrio e arsênio. Os resultados foram vinculados às condições do ambiente e utilizados junto a órgão

públicos do Estado como comprovação da contaminação, em busca de ações direcionadas ao tratamento, cuidado e reversão, caso possível. No entanto, mesmo sendo um diagnóstico de alto impacto, não conseguiu ultrapassar as barreiras da burocracia e do racismo ambiental e institucional, e a população segue sem ter uma atenção direcionada ao problema. Algumas crianças avaliadas pelo estudo, já são sintomáticas hoje para problemas diversos, tendo, inclusive, casos de neoplasia maligna e óbito.

Pena, P. & Martins, V. (2014) relataram os resultados da investigação das doenças ocupacionais do tipo Lesão por Esforço Repetitivo / Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (LER/DORT) provenientes da atividade pesqueira, após investigação e compreensão detalhada das ações que integram a prática. Com vistas a organizar um modelo assistencial de referência para o público de trabalhadores do mar, criou um protocolo de investigação diagnóstica para os casos suspeitos de LER/DORT, visando contribuir com o processo de reconhecimento e reabilitação de doenças do trabalho em pescadores e marisqueiras artesanais, e com isso, a melhoria desta categoria profissional. Ao identificar a parcela da população acometida pelas enfermidades em Ilha de Maré, direcionou seu atendimento para tratamento ambulatorial. O autor destaca a sinergia negativa entre a poluição e redução do pescado sobre a população, na medida em que esta necessita imprimir maior esforço de pesca para sua manutenção. Conclui ainda que o mesmo ocorre com a condição de stress psicológico dadas as condições ambientais desestruturantes.

A Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz), produziu o vídeo-documentário “Mulheres das Águas”, sob a coordenação do pesquisador Carlos Minayo, com produção de campo sob a responsabilidade do pesquisador Paulo Pena. O vídeo deu destaque às marisqueiras de Ilha de Maré, dentre outras comunidades do Brasil ao retratar a vida e a luta das pescadoras nos manguezais do Nordeste do Brasil:

O modo de vida e a sobrevivência de suas famílias estão ameaçados pela poluição de grandes indústrias e pelo turismo predatório, causadores de danos ao ecossistema. Destaca o engajamento e a resistência dessas mulheres em busca da preservação dos territórios pesqueiros, manutenção e ampliação

dos seus direitos sociais, melhoria das condições de trabalho e da saúde<sup>97</sup>

Para a linha socioambiental, existem os trabalhos como os de Accioly, M. & Rêgo, J. que desenvolveram um programa de Mapeamento Biorregional com as comunidades da Ilha, entre 2014 e 2018, objetivando a organização e transversalização das informações importantes à luta pela vida, que resultaram nos mapas biorregionais já citados e apresentados anteriormente. Rios (2017), desenvolveu diagnósticos e mapeamentos participativos com as comunidades de Ilha de Maré, com vistas ao fortalecimento da luta pelo território pesqueiro.

Assim como os apoios advindos de acadêmicos, é fundamental o registro de instituições que se solidarizam com a população, dando apoio à causa. São exemplos a Comissão Pastoral da Pesca (CPP); a Coordenadoria Ecumênica de Serviços (Cese); Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais da Bahia (AATR/BA); a Anistia Internacional; e, com aproximação iniciada no segundo semestre de 2018, a Fiocruz.

Destaco aqui a ação visibilizadora do vídeo-documentário “No Rio e no Mar”<sup>98</sup> que aborda o racismo ambiental sofrido pela população de Ilha de Maré -, que deu bastante visibilidade à situação especialmente no exterior. Patrocinado e executado pela Anistia Internacional, “movimento global com mais de 7 milhões de apoiadores, que realiza ações e campanhas para que os direitos humanos internacionalmente reconhecidos sejam respeitados e protegidos”, sob a direção de Jan Willem den Bok & Floor Koomen, “No Rio e no Mar” concorreu no *Movies That Matter Festival 2016*, festival voltado aos direitos humanos, em 2016, na Holanda. O filme retrata a história de vida das comunidades de Ilha de Maré, o histórico de lutas, a questão das agressões ambientais e sociais que elas sofrem, a perda de direitos humanos e a situação desigual em que se encontram dentro dessa luta diante do capital. História que o fez ganhador do prêmio por menção honrosa no festival.

Já com visibilidade internacional após a exibição desse filme, localmente a invisibilidade seguia crescendo e as estratégias de luta tendo que ser aperfeiçoadas. Diante das pressões exercidas pelo movimento social, seja por meio de fechamento de vias, de caminhadas, manifestações marítimas, assim como por

---

<sup>97</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=P62sFliw7K8>

<sup>98</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=XpeSni1gJmA>

meio das vias formais, a população segue buscando alternativas para a superação do estado de privação de direitos a que se encontra submetida. E esta é uma luta que perpassa todas as gerações, estando evidente a intenção da juventude de Bananeiras, que se coloca na emergência de um novo poder local que compreende o preconceito vivido, mas seguem em luta e resistência, pela soberania do lugar, evidente nas reflexões constantes no Mapa Biorregional “Luta, Alegria e Resistência Jovem: Vamos Renovar Bananeiras”.

## 7. CONCLUSÕES: TEMPO, VIDA E (RE)AÇÕES NO LUGAR

Pensar a invisibilização dos problemas territoriais que acometem as comunidades do entorno de Ilha de Maré nos remete a um pensamento em blocos temporais, iniciado pela própria história da colonização brasileira, quando da formação da população do país, nos idos do século XV, seguido pela conjuntura política da década de 50, período da ditadura militar, quando foi iniciada a fase de implantação das indústrias e seguida pela política desenvolvimentista do país.

Nesta última fase referida, as comunidades tradicionais já eram seculares no lugar, população formada a partir de contatos interétnicos, dados entre nativos, colonizadores portugueses e negros escravizados (RÊGO, 2006). Entretanto, aos olhos da sociedade capitalista, as comunidades não existiam como tais. Eram tratadas de maneira estereotipada como “pobres” que sobreviviam localmente, em ambiente de pouca infraestrutura, por absoluta falta de condição, como escória social, dada sua marcante composição negra: A população de Ilha de Maré é composta por 98% de negros, segundo o Censo de 2010. O tratamento foi sendo tradicionalmente efetivado na perspectiva da invisibilidade, o que data do período da escravidão.

No período correspondente ao início da industrialização que hoje impera, não existia a legislação ambiental e tampouco a que se destina atualmente ao reconhecimento e proteção das comunidades tradicionais, as quais eram ignoradas até mesmo em sua existência. O desenvolvimento econômico já se apresentava importante, estando acima de tudo e de todos. E esta concepção é continuada.

Este formato invisibilizador formal permaneceu intacto até a promulgação da Constituição Federal de 1988, que reconhece a diversidade dos povos e direitos territoriais dessas comunidades. Fato fortalecido pela PNPCT, em 2007, quando o status de “pretos e pobres” é modificado e estes grupos sociais passam por um reconhecimento histórico de sua existência, adquirindo status de “Povos e Comunidades Tradicionais”, com reconhecimento e valoração nacional, reconhecidos pela sua importância ambiental e portadores de cultura a ser preservada. Além disso, a legislação reconhece o direito à reparação, como no caso das comunidades quilombolas. A prática institucional, no entanto, as mantiveram no campo do invisível e seus direitos reconhecidos por lei, pouco adquiridos na prática cotidiana.

Para o caso de Ilha de Maré, especialmente, com seis comunidades reconhecidas quilombolas, em 2004, a visibilidade dos problemas enfrentados significaria exposição de feridas, injustiças e inconformidades estruturais e legais presentes no lugar. Neste momento em que é grande a lista de problemas institucionais, parece haver um movimento articulado para a manutenção da invisibilidade das comunidades e preservação dos setores governamentais e privados, detentores do poder econômico, que ultrapassa quaisquer limites de compartilhamento de uso do território, na medida em que priva a população de ambiente saudável para produção e reprodução de vida. E isto inclui a própria privação da vida dentro dos padrões de saúde estabelecidos constitucionalmente, o que se constitui em uma das maiores reivindicações da população local.

Neste contexto, objetivei com a presente tese, analisar a condição do território usado por Ilha de Maré e empreendimentos do seu entorno, tendo os conflitos como eixo orientador das transformações territoriais no tempo e no espaço. E quando me refiro a conflitos não trato apenas das grandes emissões industriais que implicam a poluição do lugar, mas a um conjunto de dificuldades que interferem, ao reduzir e até mesmo impedir outras formas de utilização dos espaços e seus bens ecossistêmicos, que são de uso comum, dentro do território usado.

Para tanto, me utilizei da ferramenta metodológica “Mapeamento Biorregional”, como base da compreensão das dinâmicas territoriais de Ilha de Maré, a partir da visão da comunidade de Bananeiras, que tem em seu território usado um território em disputa, no tempo e no espaço, com o complexo industrial que a envolveu ao longo dos últimos 70 anos. Alicerçada pela transdisciplinaridade, a ferramenta se mostrou muito eficaz à finalidade proposta, na medida em que revelou as invisibilidades do lugar, promovendo a sua compreensão que teve como ponto de partida o sentimento, a compreensão e as informações advindas do lugar. É uma ferramenta que permite a leitura geográfica não somente na sua forma material como, a partir da sua concepção ética, pressupõe a inclusão da experiência vivida da população sobre o seu lugar, incorporando os significados sociais ao mapa produzido no processo de conhecimento e educação popular, que é sua base formativa.

Devido à dinâmica impressa no território, a juventude foi a interlocutora primeira das ações metodológicas propostas: foram os jovens, imbuídos do desejo

de compreensão das dinâmicas presentes em seu território, que estimularam e fomentaram o resgate das informações históricas junto aos seus mais velhos. Assim, as atividades realizadas promoveram um diálogo intergeracional, o que propiciou a este grupo o encontro dos elementos de sua cultura, usos, costumes e tradições que a modernidade vem apagando com a oferta de itens e práticas de maior facilidade de aquisição. Os principais resgates registrados estão nas práticas alimentares, incluindo sua manufatura, a exemplo da paçoca, pirão de caranguejo com banana e a meladinha; nas formas de produção de terra e água do lugar; nas brincadeiras de crianças antes praticadas pelos pais e avós; e, no significado do nascer em Bananeiras.

Considero que o Mapeamento Biorregional cumpriu com sua função e objetivo, como metodologia base de construção deste trabalho, assim como ferramenta de fortalecimento local: seu processo de construção e os próprios mapas elaborados foram incorporados pela população seja para a sua apresentação em ambientes externos, ou mesmo na sua defesa em processos que envolvam busca por direitos. No entanto, questiono a apropriação local da técnica de elaboração dos mapas pela população, que representaria o mecanismo base para a continuidade do desejável processo autônomo de registro das dinâmicas do lugar, assim como ocorre nas nações indígenas do Canadá. A utopia deste alcance está vinculada à oferta de suporte técnico em tempo mais ampliado, com estrutura financeira que permita uma formação efetiva e a consequente apropriação política da ferramenta. Este é um desdobramento aqui vislumbrado.

A Ilha de Maré vista e descrita pelos não habitantes, apresenta-se como um ambiente de grande beleza cênica, com alta diversidade animal e vegetal representadas na sua caracterização ambiental que eleva os potenciais da BTS, especialmente para a riqueza advinda dos seus manguezais e recifes de coral. É considerada uma ilha paradisíaca alheia aos problemas do seu entorno, de estimado potencial turístico, na área considerada nobre, de praias com areia branca e com restaurantes para se degustar uma boa moqueca. Onde existe um badalado Club SPA, e as escunas podem aportar com os visitantes que desejam usufruir de um recanto único. Aliás, um porto natural como reconhecido secularmente, descrito e utilizado pela modernidade industrial.

As populações locais não pertencem a este território explorado. Elas possuem o seu lugar. O lugar da vida, de pequenos cultivos de terra, da pesca e

da mariscagem que constituem as comunidades tradicionais, de vida solidária e práticas produtivas pautadas em saberes e das técnicas artesanais praticadas no território usado. Um lugar onde o tempo, a lua, os ventos e as marés definem as dinâmicas do cotidiano, onde as éticas do agir são transmitidas por gerações, garantindo a reprodução física e social das suas comunidades.

O tempo imprimiu significativas alterações no espaço de Ilha de Maré, transformando o lugar de produção e vida dos indígenas, habitantes anteriores à chegada dos colonizadores, em espaços de produção pautados no esgotamento dos recursos ecossistêmicos que se intensificam desde a grande cultura açucareira até a industrialização moderna, geradora de resíduos tóxicos e insalubres ao ambiente, que sustentam a globalização.

No primeiro momento relativo às alterações houve uma escalada crescente de doações de terras, ora habitadas e vividas pelos indígenas, para grandes fazendeiros no período do Brasil Colônia. Representou uma ação de extermínio desses povos e do próprio ambiente original, que teve a estrutura original de mata atlântica quase completamente devastada para a lavoura canavieira e construção de engenhos de açúcar que chegaram a milhares em todo o Recôncavo Baiano. A BTS representava um ambiente propício àquele momento de conquistas, com terras férteis e porto abrigado.

O período colonial inaugurou, portanto, a primeira grande fase de transformação territorial no entorno de Ilha de Maré, com a descaracterização do ambiente original, em uma disputa que se inicia com a expulsão dos povos indígenas em batalhas contra sua escravização pelos portugueses na produção açucareira. Aos que permaneceram na terra, nominou-se de “gentios”, os quais garantiram, junto aos negros trazidos durante a escravidão, a diversidade de práticas produtivas, nomenclaturas e todo o conjunto que caracteriza a imortalizada cultura do Recôncavo.

No período conhecido como de “estagnação econômica”, compreendido entre 1920 a 1940, o Recôncavo perde valor e o ambiente busca sua recuperação, após a decadência dos canaviais e engenhos, com a abolição da escravatura e a concorrência internacional do açúcar produzido nas Antilhas. Isto é alterado com o início de um novo ciclo econômico, o correspondente à nova indústria, compreendido entre 1950 e 1980, que perdura até o presente de forma crescente.

Atualmente, o território usado de Ilha de Maré é compartilhado entre as comunidades pesqueiras quilombolas remanescentes do ciclo anterior, habitantes seculares do lugar, com o entorno industrial que foi se constituindo a partir da descoberta do petróleo, na década de 1940. Este ciclo abriu uma trajetória desenvolvimentista que hoje abriga, em seu entorno, um complexo com cerca de 150 empresas químicas, petroquímicas, têxteis, alimentícias dentre outras; uma refinaria de petróleo e seis terminais portuários entre públicos e privados, que movimentam milhões de toneladas de produtos químicos anualmente e de forma ininterrupta. Carregam em seu sistema produtivo, práticas de utilização do ambiente como recurso inesgotável, como se a complexidade dos ecossistemas fosse capaz de realizar previsões exatas sobre os impactos das ações antrópicas no tempo e no espaço. Estas são atitudes características dos atores hegemônicos, na realização de seus interesses particulares. Dentre as práticas, estão o lançamento de efluentes no interior da baía; o descarte de materiais em desuso sobre os ambientes pesqueiros explorados pelas comunidades tradicionais; o escoamento e fuga de produtos tóxicos para o ambiente dada a precariedade das estruturas de transporte durante a movimentação de cargas, dentre outras; valendo-se de suporte político e flexibilidade ambiental normativa.

Mantêm assim as populações locais como atores hegemônicos marcadas pela exclusão socioambiental que as invisibiliza em nome do desenvolvimento econômico. Sendo o Estado donatário de inúmeras isenções fiscais para estimular a instalação e funcionamento desses pólos industriais, e assim fomentar o “desenvolvimento do país” através do lucro das empresas (PÉREZ; GONÇALVES, 2012).

O antagonismo presente nas distintas formas de uso do espaço caracteriza o conflito no território usado de Ilha de Maré: a população local, produtora artesanal fundada em profunda compreensão das dinâmicas e recursos ambientais são excluídas da sua forma de vida, convivendo com a privação de direitos e expostas aos malefícios do desenvolvimento industrial que acarreta danos ambientais extensivos às práticas produtivas e à saúde do lugar.

Como agravante das invisibilizações institucionais imperativas sobre o lugar, Ilha de Maré é excluída das políticas públicas de saúde, educação, transporte, lazer e de segurança alimentar. Apresenta deficiente sistema de atenção básica à população local, com número insuficiente de postos e profissionais de saúde

efetivos e dificuldade de acesso aos locais onde há atendimento devido à ausência de transporte público e isolamento insular. É privada ainda dos demais direitos territoriais urbanos, pois Salvador, seu município, não apresenta ruralidade, e, portanto, políticas voltadas a este setor, que mais caracterizaria a realidade do território em questão. Políticas estas que deveriam ser pautadas pelo Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo, criado em 1967, quando das discussões acerca da necessidade de “desenvolver” o Recôncavo, e substituído em 1973 pela Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região Metropolitana de Salvador, passando em 1998 a assumir o nome e natureza jurídica de Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder) (BRANDÃO, 1998).

A legislação ambiental, por princípio responsável pela orientação de práticas voltadas à proteção do ambiente, o que inclui a integridade da vida humana, é orientada por um sistema burocrático antagônico à sua concepção: o processo de licenciamento, a identificação de possíveis prejuízos ao ambiente e à sua população, fragilizam e protelam possíveis precauções, remediações e/ou reparações que sabe-se serem de caráter vital à população de Ilha de Maré. Até a presente data, mesmo após a instituição da legislação, os empreendimentos seguem funcionando com uma legalidade ratificada pela força de um TAC, que os beneficia, de outras formas, em sua cláusula quinta com o arquivamento de inquérito instaurado para a análise e reparação de danos que supostamente estariam provocando à população. E assim as comunidades seguem sem a proposição de ações que efetivamente lhes ofereça quaisquer perspectivas de melhoria de qualidade de vida.

Para o entorno de Ilha de Maré, existem dezenas de trabalhos que constata as emissões de poluentes e as contaminações ambientais presentes, contudo, o racismo ambiental arraigado institucionalmente, pouco permite a conexão entre poluição ambiental e (possível) contaminação das pessoas expostas e consequências diretas na estrutura dos ecossistemas. Para o caso da redução dos estoques pesqueiros ou degradação de recifes, por exemplo, ao mesmo tempo em que pesquisa realizada no entorno de Ilha de Maré, referida no corpo do capítulo descritivo desta tese, indica que a alteração da qualidade das águas pode ter implicado na redução dos recifes de corais dentro da BTS, conclui sua argumentação indicando a sobrepesca artesanal como causa. Via de regra os estudos se inclinam nessa linha de conclusão. No entanto, nenhuma mensuração

é realizada no sentido de avaliar os impactos relativos à suposta agressividade da pesca em paralelo ao desequilíbrio causado por um vazamento único ou da forma de apropriação cotidiana da natureza amparado com todo o potencial dos recursos técnicos característicos das verticalidades que caracterizam a modernização industrial.

A população apresenta queixas de aumento de adoecimento e da redução da qualidade de vida. Não parece infundada a associação entre tais queixas com o funcionamento do complexo industrial do entorno. No entanto, no campo da saúde humana, a comprovação de contaminação e adoecimento com nexos causais estabelecidos demanda procedimentos médicos e avaliações estatísticas que atestem. Sendo necessária ainda a compreensão de que saúde é produto do contexto em que as populações vivem e que portanto, é primaz a aproximação das investigações de saúde ao cotidiano local, possibilitando a transformação dos dados em conhecimento aplicável ao bem público. Na inexistência destes procedimentos, os empreendimentos permanecem protegidos pela mesma legislação que pouco assiste à população.

Esta pesquisa evidenciou que estudos preexistentes já demonstraram que os produtos existem nos diversos compartimentos do ambiente, atestando a contaminação do ar, sedimentos e organismos aquáticos - prioritariamente os pescados, sendo tóxicos a ele e aos humanos; a movimentação portuária é realizada por mecanismos comprovadamente precários acarretando grandes fugas de produtos de alta toxicidade para o meio ambiente; e que os produtos são transportados, e neste caso pela ação dos ventos e movimento das marés e correntes marinhas.

As práticas tradicionais sobrevivem à degradação ambiental em constante conflito de uso do território, à custa de crescentes embates políticos desiguais, entre hegemônicos e hegemonzados. As práticas invisibilizadoras das populações locais se aperfeiçoam e se repetem ao longo do tempo, assumindo novas configurações no lugar em ciclos históricos dados pelas dinâmicas produtivas de caráter hegemônico, de ações dadas pela globalização que, segundo a (CEPAL, 2016) data da metade do século XIX com grandes navegações. No entanto, é a contemporânea geradora do progresso, iniciada na década de 1970 e fortalecida na década de 1990, a fonte das maiores assimetrias socioambientais dadas pelas

distintas formas de compreensão e utilização do território - como abrigo ou como recurso.

O território como abrigo pode ser considerado também o território da vida das comunidades tradicionais, construído a partir da relação ancestral da pesca artesanal, da agricultura comunitária e do extrativismo local. São pautadas ainda nas horizontalidades e na noção de solidariedade oriunda das relações do cotidiano nos territórios (SANTOS, 2006) e de heranças africanas e indígenas. O território como recurso, por sua vez, é o território normado, das normas estabelecidas ora pelos empreendimentos ora por agentes do Estado. É o território das verticalidades, na qual a visão exógena, estranha ao território tradicional, instala a tecnoesfera, quase sempre com o apoio da psicoesfera que tenta legitimar e garantir as normas desenvolvimentistas (SANTOS, 2006), lógica oriunda do modo de fazer da colonialidade atual, de herança marcadamente dos períodos técnico e técnico-científico-informacional europeu.

Quando uma cultura, no caso a forma de apropriação de recursos característica dos processos industriais, é realizada de maneira essencialmente autônoma em relação aos processos naturais, instalam-se os problemas ambientais e sociais sob a forma de conflitos.

Um conflito se caracteriza por um problema existente entre duas ou mais partes que possuem interesses ou valores diferentes ou até opostos. Aqui ele se dá pelas transformações ambientais advindas da reunião de sistemas de ação e sistemas de objetos que criam espaços requalificados pelos e para os atores hegemônicos da sociedade capitalista.

Como um sistema de objetos, divisível e monetarizada, a natureza muda sua posição no sistema espaço temporal, sendo transformada em recurso do processo de produção, como se fosse apenas um momento dos tempos nos modos de produção (SANTOS, 2006).

No complexo de ações pertinentes à atividade industrial da área em estudo, não são considerados os limites da resiliência dos ambientes na escalada de uso dos serviços ecossistêmicos. Despejos de dejetos que alteram a estabilidade biofísica da água, ar e sedimentos; destruição dos habitats que sustentam a biota e a própria estrutura física dos ambientes costeiros; privatização de espaços; são consequências intrínsecas a este modelo de desenvolvimento imposto pela sociedade capitalista e implantado no quadrante nordeste da BTS.

Os empreendimentos descritos implantam a desordem ambiental a partir de sua lógica, ordem e em benefício próprio, em uma sequência degradante de invisibilidades socioambientais que se tornam extremadas com a exposição da população aos produtos químicos de toxicidade comprovada à saúde humana e ambiental em contraponto com o lugar produtivo das comunidades tradicionais quilombolas e pesqueiras, de tempos lentos e de práticas produtivas artesanais.

Dentro do território usado, por princípio, os sistemas de objetos e de ações que compõem o espaço são um reflexo da vida coletiva. No entanto, a horizontalidade que caracteriza o cotidiano das práticas das comunidades tradicionais, voltadas aos interesses da coletividade e “fundadas na similitude ou na complementaridade das produções e no exercício de uma existência solidária” (SANTOS, 1994, p. 27), encontra-se em confronto direto com as verticalidades que atuam a serviço dos atores hegemônicos por meio das técnicas antrópicas da modernização - os conflitos.

Estamos diante de uma área que apresenta momentos expressivos de alterações em fases caracterizadas por destruições, exclusões, invisibilizações e extermínio... em nome do desenvolvimento, do capital, do poder, que necessita gestão adequada. Não se trata de pensar em voltar a recondução ao status quo anterior à modernização, no entanto, se requer uma geração de políticas sociais que venham a inserir o lugar nesta crescente revolução tecnológica de desenvolvimento produtivo, onde inovação, inclusão social e proteção ao meio ambiente seja convergentes.

Este estudo possibilitou a compreensão da existência de velhas e recorrentes intencionalidades contidas nos eventos contemporâneos do processo de reconfiguração geográfica do território usado de Ilha de Maré, realizados a partir de acumulação desigual de tempos. E, diante da complexidade política, econômica, cultural e socioambiental que apresenta, necessita de esforço sistemático e permanente de análise para a compreensão de sua constituição e promoção de uma gestão adequada, inclusiva e socioambientalmente justa, onde a população seja visibilizada, com direito à vida no seu lugar.

## 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABERLEY, D.; GEORGE, M. **An Introduction to Bioregional Mapping**. Disponível em: <<http://nativemaps.org/node/1384>>. Acesso em: 22 jul. 2014.
- ABREU, M. A apropriação do território no Brasil colonial. In: CASTRO, I. E. DE; GOMES, P. C. DA C.; CORRÊA, R. L. (Eds.). . **Explorações Geográficas: Percursos no fim do século**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- ACCIOLY, M. DA C. **Projeto de Extensão Universitária em Maricultura Familiar Solidária. Proext/MEC/Sesu**. Salvador.: Instituto de Biologia, UFBA., 2011.
- ACCIOLY, M. DA C. et al. Sustentabilidade dos territórios pesqueiros tradicionais: riscos produzidos pela invisibilidade da pesca tradicional diante das políticas públicas. In: SILVIO CRESTANA; ELISABETE GABRIELA CASTELLANO; ALEXANDRE ROSSI (Eds.). . **DIREITO AMBIENTAL, Volume 3 - Bens e Recursos Ambientais e o Direito Ambiental**. 1ª ed. Brasília, DF: Embrapa, 2017. p. 847–864.
- ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, p. 103–119, 2010.
- ACSELRAD, H.; COLI, L. R. Disputas cartográficas e disputas territoriais. In: **Cartografias Sociais e Território**. Rio de Janeiro: ETTERN/IPPUR/UFRJ, 2008. p. 13–44.
- AGOSTINHO, P. **Embarcações do Recôncavo: um estudo de origens**. Salvador: Oiti; OAS, 2011.
- AGRAWAL, A.; REDFORD, K. Poverty, Development, And Biodiversity Conservation: Shooting in the Dark? **Wildlife Conservation Society Working Paper**, n. 26, p. 1–50, 2006.
- ALMEIDA, A. S. DE. **COMPOSTOS INORGÂNICOS DE ENXOFRE, NITROGÊNIO E CLORO NA ATMOSFERA DE ÁREA DE INFLUÊNCIA INDUSTRIAL NO RECÔNCAVO BAIANO**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2012.
- ALMEIDA, A. W. B. DE. Apresentação. In: NETO, J. S. (Ed.). . **Direito dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil: Declarações, Convenções Internacionais e Dispositivos Jurídicos definidores de uma Política. Coleção Documentos de bolso. Nacional**. 1ª ed. Manaus: ppgsca-ufam / Fundação Ford, 2007. p. 224.
- ALMEIDA, A. WAGNER BERNO DE. **Antropologia dos Archivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008.
- ANDRADE, M. DA C. B. **IMPLICAÇÕES SOCIOESPACIAIS DECORRENTES DA INDUSTRIALIZAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DE CAMAÇARI E DIAS D'ÁVILA**. [s.l.] Universidade Federal da Bahia, Mestrado em Geografia, 2008.

- ARAÚJO, U. C. DE. A baía de Todos os Santos: um sistema geo-histórico resistente. **Bahia: Análise & Dados**, v. 9, n. 4, p. 10–23, mar. 2000.
- ARAÚJO, U. C. DE. A Baía de Todos os Santos: um sistema geo-histórico resistente. In: CAROSO, C.; TAVARES, F.; PEREIRA, C. (Eds.). . **Baía de Todos os Santos - Aspectos Humanos**. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 600.
- AZEVEDO, E. B. DE. **Engenhos do Recôncavo Baiano**. Brasília, DF: Programa Monumenta/IPHAN, 2009.
- BARBOSA, I. DOS S. **DISTRIBUIÇÃO DE ELEMENTOS ESSENCIAIS E NÃO ESSENCIAIS EM MOLUSCOS BÍVALVES E SEDIMENTOS DA BAÍA DE TODOS OS SANTOS, BAHIA, BRASIL**. Salvador: [s.n.]. Disponível em: <[https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/16321/1/dissertação completa corrigida\\_Isa \\_versão cd.pdf](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/16321/1/dissertação%20completa%20corrigida_Isa_%20vers%C3%A3o%20cd.pdf)>. Acesso em: 11 out. 2018.
- BARROS JUNIOR, F. C. R. et al. Ambiente bentônico. In: HATJE, V., AND ANDRADE, J. (Ed.). . **Baía de todos os santos: aspectos oceanográficos**. Salvador: EDUFBA, 2009.
- BECK, U. A reinvenção da política. In: GIDDENS, A.; LASH, S.; BECK, U. (Eds.). . **Modernização reflexiva : Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna**. 1ª ed. Salvador: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.
- BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 53, p. 71–86, 2005.
- BENJAMIN, W. **Obras escolhidas II: magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BEZERRA, V. M. et al. Inquérito de Saúde em Comunidades Quilombolas de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil (Projeto COMQUISTA): aspectos metodológicos e análise descritiva. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 6, p. 1835–1847, jun. 2014.
- BISPO, B. M. **O papel dos estudos oceanográficos na gestão de conflitos da zona costeira: o caso das comunidades da Ilha de Maré, Baía de Todos os Santos, Bahia**. Salvador: Ufba - Proext, 2018.
- BOURCHEID & BRASKEM. **Estudo de Impacto Ambiental - Terminal de uso Privativo da Braskem - Baía de Aratu/Bahia. Processo Ibama Nº 02006.001827/99-74**Porto Alegre, 2016.
- BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. C. O lugar da vida - Comunidade e Comunidade Tradicional / El lugar de la vida - Comunidad y Comunidad Tradicional. **Campo - Território : Revista De Geografia Agrária**, v. 9, n. 18, p. 1–23, 2014.
- BRANDÃO, M. DE A. **Recôncavo da Bahia: sociedade economia em transição**. 1ª ed. ed. Salvador: Ed. Casa de Jorge Amado/Ufba, 1998.
- BRANDÃO, M. DE A. **OS VÁRIOS RECÔNCAVOS E SEUS RISCOS**Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras. Salvador: [s.n.]. Disponível em:

<www.ondazul.org.br>. Acesso em: 12 jul. 2017.

BRITO, G. B. **DISTRIBUIÇÃO DE ELEMENTOS ESSENCIAIS E CONTAMINANTES EM FANERÓGAMA *Halodule wrightii* E MACROALGAS MARINHAS DA BAÍA DE TODOS OS SANTOS, BAHIA, BRASIL.** [s.l.] UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2011.

CAMPOS, A. C. **Ciência, arte ou técnica? definições e campos de atuação. Aula3 - CEADUFS**AracajuUniversidade Federal de Sergipe, , [s.d.]. Disponível em:  
<[http://www.cesadufs.com.br/ORBI/public/uploadCatalogo/11190204042012Cartografia\\_Basica\\_Aula\\_3.pdf](http://www.cesadufs.com.br/ORBI/public/uploadCatalogo/11190204042012Cartografia_Basica_Aula_3.pdf)>

CAPINAM, J. C. Prefácio: Do sal que fossem lágrimas. In: AGOSTINHO, P. (Ed.). **. Embarcações do Recôncavo: Um estudo de origens.** Salvador: Oiti Editora e Produções Culturais Ltda., 2011. p. 26–27.

CARDOSO, R. Aventuras de Antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: CARDOSO, R. (Ed.). **. Aventura Antropológica.** Rio de Janeiro: Editôra Paz e Terra, 1986.

CARVALHO, C. F. DE. **PROGRAMA DE ESTIMULAÇÃO DAS FUNÇÕES EXECUTIVAS: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DE CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E EXPOSTAS AO MANGANÊS.** Salvador: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, INSTITUTO DE PSICOLOGIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA, 2017.

CASTRO, E. TERRITÓRIO, BIODIVERSIDADE E SABERES DE POPULAÇÕES TRADICIONAIS. **PAPERS DO NAEA Nº 092**, p. 1–16, 1998.

CETREL. **Monitoramento da biodisponibilidade dos poluentes no meio aquático do entorno da Ilha de Maré**Salvador, 2012.

CLAVAL, P. Champ et Perspectives de la Geographie Culturelle. **Geographie e Cultures**, v. 1, n. 1, p. 7–33, 1992.

COFIC. **Plano Diretor - Polo Industrial de Camaçari**CamaçariCofic & Urbe, , 2013.

CORDEIRO, P. R. DE O. **Essa terra é para filh@s e net@s, não vende e não pode trocar: a disputa entre o território tradicional quilombola-pesqueiro de Rio dos Macacos e o território militarizado da marinha do Brasil.** Salvador: Dissertação de mestrado/Instituto de Geociências/Ufba, 2018.

COUTO, J. M. **Entre Estatais e Transnacionais: o Pólo Industrial de Cubatão.** [s.l.] UNICAMP, 2003.

CRA. **Qualidade Ambiental na Bahia. Recôncavo e regiões limítrofes.**Salvador, Ed. Bahia/Seplantec/Centro de Recursos Ambientais, , 1986.

CRUZ, I. C. S.; KIKUCHI, R.; LEÃO, Z. M. A. N. Caracterização dos Recifes de Corais da Área de Preservação Ambiental da Baía de Todos os Santos para Fins

de Manejo , Characterization of Coral Reefs from Todos os Santos Bay Protected Area for Management Purpose , Bahia , Brazil. **Revista de Gestão Costeira Integrada**, v. 9, n. 3, p. 3–23, 2009.

CUNHA, C.; NASCIMENTO, D. **500 Anos do Brasil sob a ótica da Cartografia**. Salvador: Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia / Governo do Estado da Bahia, 2000.

DARDEL, E. **O homem e a terra: natureza da realidade geográfica**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DE CASTRO, E.; MCNAUGHTON, A. Bioregional Mapping as a Participatory Tool in the Community Based Watershed Management Project in Santo André, Greater São Paulo, Brazil. [s.d.].

DELEUZE, G.; GUATARRI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Vol.I**. São Paulo: Editora 34, 1995.

DIEGUES, A. C. et al. Biodiversidade e comunidades tradicionais no Brasil. p. 1–30, 1999.

DIEGUES, A. C. A Sócio-Antropologia das Comunidades Marítimas no Brasil. **Etnográfica**, v. 3, n. 2, p. 361–375, 1999.

DIEGUES, A. C. DE S. **Pescadores, Camponese e Trabalhadores do Mar**. 1<sup>a</sup> ed. São Paulo: Ática, 1983.

DIEGUES, A. C. DE S. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília/São Paulo: USP, 2001.

EÇA, G. F. **Organismos bentônicos biomonitores de contaminação por elementos traço e maiores na Baía de Todos os Santos , Bahia , Brasil Organism**. [s.l.] Universidade Federal da Bahia Instituto de Química Departamento de Química Analítica Programa de Pós-Graduação em Química, 2013.

ELIAS, B.; SOARES, C. Desenvolvimento sustentado e consciência ambiental : natureza , sociedade e racionalidade. v. 02, p. 42–49, 2004.

ELLIS, M. Aspectos da pesca da baleia no Brasil colonial ( III ). (Notas prévias de um trabalho em preparo). **Revista de História**, v. 16, n. 34, p. 379–424, 1958.

FERNANDES, L.; ETCHEVARNE, C. PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO PRÉ-COLONIAL. OS SÍTIOS DE SOCIEDADES DE CAÇADORES COLETORES E DOS GRANDES GRUPOS DE HORTICULTORES CERAMISTAS, ANTES DA CHEGADA DOS PORTUGUESES. In: ETCHEVARNE, C.; PIMENTEL, R. (Eds.). **Patrimônio Arqueológico da Bahia**. Salvador: SEI, 2011. v. 88p. 132.

FIOCRUZ; FASE. **Mapa de Conflitos**. Disponível em: <<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/>>.

FOULCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1983.

FREITAS, M. DO C. S. DE et al. Un ambiente enfermo: significados de la contaminación industrial en Isla de Maré, Bahía, Brasil. **Desacatos**, v. mayo-agost, p. 73–88, 2012.

FURTADO, D. DE A. **MANUEL BOTELHO DE OLIVEIRA: A ESTÉTICA BARROCA, O NATIVISMO E O MITO DO BRASIL**. [s.l.] Unesp/Araraquara, 2017.

GIDDENS, A. Viver numa sociedade pós-tradicional. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. (Eds.). **Modernização reflexiva : Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna**. 1ª ed. Salvador: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

GOMES, F. M. H. **MAPAS PARTICIPATIVOS : QUANDO OS POVOS GRAFAM SEU MUNDO – O CASO DO MAPEAMENTO BIORREGIONAL NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO KAONGE , DENDÊ ,** [s.l.] Universidade de Brasília - DF, 2015.

GORAYEB, A.; MEIRELES, J. **A cartografia social vem se consolidando com instrumento de defesa de direitos**. Disponível em: <<http://www.mobilizadores.org.br/entrevistas/cartografia-social-vem-se-consolidando-com-instrumento-de-defesa-de-direitos/>>. Acesso em: 5 ago. 2017.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e Identidade: a rede “gaúcha” no nordeste**. 1ª ed. Niterói: EdUFF, 1997.

HARLEY, B. Mapas, saber e poder. **CONFINES**, v. 5, n. 5, p. 1–24, 2009.

HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. 3ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

HATJE, V. et al. Contaminação química. In: HATJE, V.; ANDRADE, J. B. DE (Eds.). **Baía de todos os santos: aspectos oceanográficos**. 1ª ed. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 243–298.

HATJE, V.; ANDRADE, J. B. DE. **Baía de todos os santos: aspectos oceanográficos**. 2009.

HOLZER, W. Sobre territórios e lugaridades. **Cidades**, v. 10, n. 17, p. 18–29, 2013.

INEMA. **APA Baía de Todos os Santos**. Disponível em: <<http://www.inema.ba.gov.br/gestao-2/unidades-de-conservacao/apa/apa-baia-de-todos-os-santos/>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

JOLIVEAU, T. O lugar dos mapas nas abordagens participativas. In: ACSELRAD, H. (Ed.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: ETERN/IPPUR/UFRJ, 2008. p. 45–69.

JOLY, M. **Introdução à análise da imagem**. 1ª ed. São Paulo: Papirus, 1996.

JUNIOR, F. C. R. DE B. et al. Ambiente Bentônico. In: HATJE, V.; ANDRADE, J. B. DE (Eds.). . **Baía de Todos os Santos: Aspectos Oceanográficos**. 1ª ed. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 306.

KLEBER, V.; FILHO, P.; TETI, M. M. A CARTOGRAFIA COMO MÉTODO PARA AS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS. v. 38, p. 45–59, 2013.

KUHN, E. R. A. **TERRA E ÁGUA: Territórios dos pescadores artesanais de São Francisco do Paraguaçu-Bahia**. [s.l: s.n.].

KUHN, E. R. A.; GERMANI, G. Pensar o campo baiano a partir da pesca artesanal: relações e possibilidades Ednizia. **Anais do XVI Encontro Nacional dos Geógrafos - Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças, espaços de diálogos e práticas**, p. 1–15, 2010.

LACOSTE, I. A Geografia: isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra. p. 133, 1993.

LASH, S. A reflexividade e seus duplos. In: GIDDENS, A.; LASH, S.; BECK, U. (Eds.). . **Modernização reflexiva : Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna**. 1ª ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

LEFEBVRE, H. A propósito de la investigación interdisciplinaria en sociología urbana y urbanismo. In: GAVIRIA, M. (Ed.). . **Henri Lefebvre: de lo rural a lo urbano**. 4ª ed. Barcelona: Ediciones Península, 1978.

LEFF, E. **Epistemologia Ambiental**. 4ª ed. São Paulo: [s.n.].

LEFF, H. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2015.

LESSA, G. C. et al. SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros Oceanografia física. 2009.

LOPES, A. et al. **Mapa Biorregional - Luta, Alegria e Resistência Jovem: Vamos Renovar Bananeiras** (M. Accioly, J. Rêgo, Eds.)SalvadorACCS/MarSol/Ufba, , 2015.

LOPES, A. et al. **Mapa Biorregional - Resgate da Cultura de Bananeiras: Conhecendo o ANTES / Vivendo o AGORA**. Salvador: ACCS/MarSol/Ufba, 2016.

LOPES, W. A. **DETERMINAÇÃO DE HIDROCARBONETOS POLICÍCLICOS AROMÁTICOS ASSOCIADOS AO MATERIAL PARTICULADO ATMOSFÉRICO**. [s.l.] Tese. UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA INSTITUTO DE QUÍMICA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM QUÍMICA, 2007.

MARQUES, J. G. W. **Pescando Pescadores: ciência e etnociência em uma perspectiva ecológica**. 2ª ed. São Paulo: NUPAUB-USP, 2001.

MARTINELLI, M. CARTOGRAFIA DINÂMICA: TEMPO E ESPAÇO NOS MAPAS.

**GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)**, v. 18, p. 53–66, 2005.

MARTINELLI, M. **MAPAS DA GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA TEMÁTICA**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINELLI, M.; GRAÇA, A. J. S. **CARTOGRAFIA TEMÁTICA : UMA BREVE HISTÓRIA REPLETA DE INOVAÇÕES**. *Revista Brasileira de Cartografia*, v. 67, n. 4, p. 913–928, 2015.

MEIRA, L. P. DE C. **Estudo Ambiental Região Metropolitana de Salvador - Diadnóstico Ambiental**. Salvador: [s.n.].

MENDES, L. P. **Etnoecologia dos Pescadores e Marisqueiras da Vila de Garapuá/BA**. [s.l.] Universidade Federal da Bahia, 2002.

MENEZES-FILHO, J. A. **Níveis elevados de manganês e déficit cognitivo em crianças residentes nas proximidades de uma metalúrgica ferro-manganês na Região Metropolitana de Salvador, Bahia**. [s.l.]. Tese. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, 2009.

MMA/IBAMA. **Proseco de Licenciamento do Porto Organizado de Aratu e seus anexos. Processo N° 02001.05493/2001-16** Brasília, DF, 2001.

MONTEIRO, I. R. T. **Modelagem Etnoecológica do Ecozoneamento e Territorialidade da Pesca Artesanal em Ilha de Maré, Salvador-Ba**. [s.l.] Universidade Estadual de Feira de Santana, 2014.

MONTENEGRO, J. **POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS , DESENVOLVIMENTO E DECOLONIALIDADE : articulando um discurso fragmentado**. *OKARA: Geografia em debate*, v. 6, n. 1, p. 163–174, 2012.

MORAES, A. J. DE M. **Chronica geral e minuciosa do Imperio do Brazil desde a descoberta do Novo Mundo ou America ate o anno de 1879**. Rio de Janeiro: Typographia - Carioca, 1879.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

MOURA, G. L. **Somos uma comunidade de prática?** *Revista de Administração Pública*, v. 43, n. 2, p. 323–346, 2009.

MPP et al. **Mapa Biorregional - 17/12/2013: Explosão e Vazamento do Navio Golden Miller/Porto de Aratu - IMPACTOS AMBIENTAIS NO TERRITÓRIO PESQUEIRO DAS COMUNIDADES DE ILHA DE MARÉ**. Salvador: MarSol/Ufba, 2014.

NOGUEIRA, R. E. **Cartografia: Representação, comunicação e visualização dedados espaciais**. 2ª ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

NOVAES, A. R. **Geografia e história da arte: apontamentos para uma crítica à iconologia**. *Espaço & Cultura*, v. 33, n. Jan/Jun, p. 43–64, 2013.

NUNES, M. B. **Cartografia e paisagem: o mapa como objeto de estudo**. *Revista*

do Instituto de Estudos Brasileiros, v. 65, n. Dez., p. 96–119, 2016.

ODUM, E. **Ecologia**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1983.

OLIVA, J. **ESPAÇO - dimensão do social , por JAIME OLIVA**. Disponível em: <<http://jaimeoliva.blogspot.com.br/2008/11/lugar-limites-geograficos-comunidades.html>>.

OLIVEIRA, C. DE. **Dicionário Cartográfico**. 3ª edição ed. Rio de Janeiro: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 1987.

OLIVEIRA, K. G. M. DE. **A Contribuição do Licenciamento Ambiental na Gestão de Qualidade do Ar: Estudo de Caso - Município de Candeias-BA**. [s.l.] Universidade Federal da Bahia, 2012.

OLIVEIRA, Q. **RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território da Comunidade Quilombola de Ilha de Maré, Salvador-BA**. Salvador: Incra, 2016.

PACHECO, T.; PORTO, M. F.; ROCHA, D. Metodologia e Resultados do Mapa: uma síntese dos casos de injustiça ambiental e saúde no Brasil. In: FIOCRUZ (Ed.). **Injustiça Ambiental e saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos**. 1ª ed. Rio de Janeiro: [s.n.]. p. 306.

PENA, P. G. L.; MARTINS, V. L. A. (EDS.). **Sofrimento negligenciado: doenças do trabalho em marisqueiras e pescadores artesanais**. Salvador: EDUFBA, 2014.

PEREIRA, B. E.; DIEGUES, A. C. DE S. Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação. **Desenvolvimento e meio ambiente**. Ed. UFPR, v. 22, p. 37–50, 2010.

PEREIRA, L. F. C. B. et al. **A contribuição do Programa Bahia Azul na elaboração de ferramentas para a gestão ambiental da Baía de Todos os Santos** 21º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental Salvador, 1998.

PÉREZ, M. S.; GONÇALVES, C. U. **DESENVOLVIMENTO E CONFLITO TERRITORIAL- PRIMEIRAS REFLEXÕES SOBRE AS COMUNIDADES ATINGIDAS PELO COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO DE SUAPE-PE, BRASIL**. Recife: [s.n.]. Disponível em: <[www.ufpe.br/revistageografia](http://www.ufpe.br/revistageografia)>. Acesso em: 11 set. 2017.

PERRINGS, C. The economics of biodiversity loss and agricultural development in low income countries. **Environment**, v. 44, n. 0, p. 1–26, 1994.

PIDNER, F. S. **GEO-FOTO-GRAFIA DAS PAISAGENS: NARRATIVAS ESPACIAIS NAS IMAGENS DE SEBASTIÃO SALGADO**. [s.l.] Universidade Federal da Bahia, 2017.

PINHO, J. W. DE A. **História de um engenho do Recôncavo**. São Paulo: [s.n.].

PORTO-GONÇALVES, C. W. A invenção de novas geografias: a natureza e o homem em novos paradigmas. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**, p. 409, 2002.

PRADO, H. M.; MURRIETA, R. S. S. A Etnoecologia em perspectiva: origens, interfaces e correntes atuais de um campo em ascensão. **Ambiente & Sociedade**, v. 18, n. 4, p. 139–160, 2015.

PRAZERES, M. A. G. DOS. **DETERMINAÇÃO DE MACRO E MICROELEMENTOS EM CRUSTÁCEOS CATADOS COMERCIALIZADOS**. [s.l.] UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2011.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RÊGO, J. Territórios do Candomblé: a desterritorialização dos Terreiros na Região Metropolitana de Salvador, Bahia. **GeoTextos**, v. 2, n. 2, p. 31–85, 2006.

RÊGO, J. C. V. **Etnoecologia dos pescadores de Velha Boipeba - BA: do “costero” à “berada”**. [s.l.] Monografia. Universidade Federal da Bahia, 1994.

RÊGO, J. C. V. Dos saberes aos sabores na pesca tradicional de Velha Boipeba. In: LODY, R. (Ed.). **Águas de comer: peixes, mariscos e crustáceos da Bahia**. 1ª ed. São Paulo: Senac, 2016. p. 63–92.

RIBEIRO, A. C. T. Outros territórios, outros mapas. **Observatorio Social de América Latina - OSAL**, v. 6, n. 16, p. 1515–3282, 2005.

RIOS, K. A. N. **A QUESTÃO DA LUTA NA/PELA TERRA E ÁGUA DOS PESCADORES ARTESANAIS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS PESQUEIROS DE ILHA DE MARÉ (BA)**. Salvador: [s.n.]. Tese. Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <<https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/tesekassiariorios.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

RISÉRIO, A. **Uma história da Cidade da Bahia**. Rio de Janeiro: Versal Editores Ltda., 2004.

ROCHA, A. L. C. DA; ECKERT, C. Etnografia: saberes e práticas. **Iluminuras: Método e Interpretação na Construção de Narrativas Etnográficas**, v. 9, n. 21, 2008.

RODRIGUES, E. B. **Território e soberania na globalização: Amazônia, jardim de águas sedento**. [s.l.] Universidade de São Paulo, 2010.

ROLNIK, S. **Cartografia Sentimental, Transformações contemporâneas do desejo**. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 1989.

SANTIL, D. DA S. **Determinação de Elementos Maiores e Traço em Tecidos de Moluscos Bivalves por Espectrometria de Emissão Óptica com Plasma Indutivamente Acoplado**. Salvador: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

INSTITUTO DE QUÍMICA, 2010.

SANTOS, B. DE S. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos Avançados**, v. 2, n. 2, p. 46–71, ago. 1988a.

SANTOS, D. **A Reinvenção do Espaço. Diálogos em torno da construção do significado de uma categoria**. São Paulo: Unesp, 2002.

SANTOS, J. C. DOS. **Candeias: História da Terra do Petróleo**. 2ª edição ed. Salvador: Gráfica Salesiano, 2008.

SANTOS, M. Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teórico e metodológico da geografia. p. 28, 1988b.

SANTOS, M. Técnica Espaço Tempo - Globalização e meio técnico-científico informacional. p. 94, 1994.

SANTOS, M. Por Uma Geografia Cidadã: Por Uma Epistemologia Da Existência. **Boletim Gaúcho de Geografia - Associação dos Geógrafos Brasileiros**, 1996.

SANTOS, M. A rede urbana do Recôncavo. In: BRANDÃO, M. (Ed.). . **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998.

SANTOS, M. O papel ativo da geografia um manifesto. **Revista Território**, v. V, n. 9, p. 103–109, 2000.

SANTOS, M. O retorno do território. **Observatorio Social de América Latina - OSAL**, v. 6, n. 16, p. 1515–3282, 2005.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SAUSSURE, F. **Curso de Lingüística Geral. Trad. De Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein**. São Paulo: Cultrix, 1995.

SILVA, C. A. DA. O fazer geográfico em busca de sentidos ou a Geografia em diálogo com a Sociologia do tempo presente. n. 2, 2012.

SILVA, S. M. T. DA. **HIDROCARBONETOS POLICÍCLICOS AROMÁTICOS ASSOCIADOS AO PM 10 NA ATMOSFERA DO RECÔNCAVO BAIANO: VARIAÇÃO SAZONAL, CARACTERIZAÇÃO DE FONTES E AVALIAÇÃO DE RISCO**. [s.l.]. Tese. Universidade Federal da Bahia, Instituto de Química, 2009.

SILVEIRA, M. L. TERRITÓRIO USADO: DINÂMICAS DE ESPECIALIZAÇÃO, DINÂMICAS DE DIVERSIDADE. **Ciência geográfica**, v. 15, N° 1, p. 4- 12., 2011.

SIMÕES, M. L. **IMPACTOS NO RECÔNCAVO DA BAÍA DE TODOS OS SANTOS (BA) – UM ENSAIO DE AVALIAÇÃO HISTÓRICA AMBIENTAL**. [s.l.] Universidade Federal Fluminense, 2009.

SOARES, C. P. P. P. S. **AVALIAÇÃO DO TEOR DE MANGANÊS EM**

**ALIMENTOS PROCEDENTES DO MUNICÍPIO DE SIMÕES FILHO-BA.**

Salvador: Tese. UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA/FACULDADE DE FARMÁCIA / PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DE ALIMENTOS, 2009.

SOUSA, P. K. DE. **A OCEANOGRAFIA NA VIDA DE ILHA DE MARÉ: CASO GOLDEN MILLER.** [s.l.] Universidade Federal da Bahia, 2017.

SOUZA, A. G. **Limites do Habitar: Segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX.** 2ª edição ed. Salvador: EDUFBA, 2000.

SOUZA, G. S. DE. **Tratado descritivo do Brasil em 1587.** 5ª ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1971.

SOUZA, M. A. A. DE. **POLÍTICAS, TERRITÓRIO, SOBERANIA E MUNDO NOVO.** [s.l: s.n.].

SOUZA, M. A. A. DE. ENTREVISTA COM A PROFESSORA DOUTORA MARIA ADÉLIA. **Geodiálogos**, v. 1, n. 2, 2016.

SOUZA, M. L. DE. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: GOMES, I. E. DA C.; GOMES, P. C. DA C.; CORREA, R. L. (Eds.). . **Geografia: Conceitos e Temas.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77–116.

TAVARES, L. H. D. **História da Bahia.** 11ª ed. Salvador: EDUFBA, 2008.

TAVARES, T. M.; NASCIMENTO, D. M. C. (EDS.). **Atlas Socioambiental do Recôncavo Baiano.** Salvador: EDUFBA, 2014.

TEIXEIRA, I. Maré, Ilha de Botelho: Fundamento histórico & retórico. **Revista Brasileira**, v. 72, n. 1, p. 109–134, 2012.

TERRA, F. Álbum Iconográfico. In: TERRA, F.; SENNA, F.; REBOUÇAS, D. (Eds.). . **Salvador: uma iconografia através dos séculos.** 1ª ed. Salvador: Ed. Caramurê Publicações, 2015. p. 153–245.

THEIS, I. M. Desenvolvimento, Meio Ambiente, Território. **Desenvolvimento em Questão**, v. ano 4, n 8, p. 11–34, 2006.

THÉRY, H. A população brasileira em 2007 / La population brésilienne en 2007. **Confins [Online]**, n. 2, 4 jan. 2008.

TOBIAS, T. N. **Living proof: the essential data-collection guide for indigenous use-and-occupancy map surveys.** Vancouver: Ecotrust Canada & Union of BC Indians Chiefs, 2009.

TOMÁZ, A. DE F.; SANTOS, G. **Conflitos Socioambientais e Violações de Direitos Humanos.** Olinda: [s.n.].

TOURINHO, R. **Retratos de Maré: histórias de um paraíso ameaçado.**

Salvador: [s.n.]. Disponível em:  
<[https://raizatourinho.files.wordpress.com/2012/06/retratosdemarc3a9final\\_rac3adzatourinho.pdf](https://raizatourinho.files.wordpress.com/2012/06/retratosdemarc3a9final_rac3adzatourinho.pdf)>.

UFBA. Porto Organizado de Aratu-Candeias. Plano de Controle Ambiental - PCA. TOMO 03: ESTUDO DE ANÁLISE DE RISCO - EAR; PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCO - PGR; PLANO DE EMERGÊNCIA INDIVIDUAL - PEI; PLANO DE AÇÃO EMERGENCIAL - PAE. v. IV, 2015.

VEIGA, J. E.; EHLERS, E. Diversidade biológica e dinamismo econômico no meio rural. **Economia do meio ambiente: teoria e prática**, n. Janeiro 2009, p. 289–308, 2010.

VIANA, G. F. D. S. **AVALIAÇÃO DA EXPOSIÇÃO AMBIENTAL AO MANGANÊS POR MARCADORES NÃO INVASIVOS E EFEITOS NEUROPSICOLÓGICOS EM ADULTOS**. [s.l.] Tese. UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, FACULDADE DE FARMÁCIA, PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM FARMÁCIA, 2013.

VIVIEN, F.-D. **Ecologia e economia**. Tradução **Virgília Guariglia**. 1ª ed. São Paulo: Senac, 2011.

ZAGATTO, B. P. Sobreposições Territoriais No Recôncavo Baiano : a Reserva Extrativista Baía Do Iguape , Territórios Quilombolas E Pesqueiros E O Polo Industrial Naval. **RURIS**, v. 7, N° 2, p. 1–20, 2013.

## Referências Legislação:

BAHIA. **Decreto Estadual nº 7.595 de 05/06/1999**. Cria a Área de Proteção Ambiental (APA) da Baía de Todos os Santos e dá outras providências.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil. 05/10/1988**.

BRASIL. **Decreto Federal n.º 6.040/2.007**. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT).

BRASIL. **Decreto Federal 4.887 de 20/11/2003**. Regulamenta o procedimento para a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação da propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

BRASIL. **Decreto Federal n.5.051 de 19/04/2014**. Promulga o texto da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais, adotada em Genebra, em 27 de junho de 1989.

BRASIL. **Decreto Federal 8.750 de 09/05/2016**. Institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. **Lei 2.403 de 23/08/1972**. Institui o Código de Urbanismo e Obras do Município de Salvador.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR **Lei n.º 3.207 de 01/07/1982**. Considera as Ilhas dos Frades e de Maré como Reservas Ecológicas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. **Lei n.º 3.377 de 23/07/1984** Dispõe sobre o Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo (LOUOS) no Município de Salvador e dá outras providências.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. **Lei 3.525 de 14/09/1985**. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) para o período até 1992 e dá outras providências.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. **Lei 2.567 de 26/12/1988**. Ordenamento e Uso do Solo (LOUOS). Altera a Lei n.º 3.377 de 23/07/1.984.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. **LEI Nº 3.903 de 25/07/1988**. Institui normas relativas à execução de obras do Município do Salvador, alterando as Leis nºs 2.403/72 e 3.077/79 e dá outras providências.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. **Lei Orgânica do Município de Salvador. 1990**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. **Lei nº 5.669 de 17/12/1999**. Altera a Base Cartográfica das Plantas 1 e 2 do Anexo 10 da Lei nº 3.377, de 23 de julho

de 1984, Lei do Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo no Município da Cidade do Salvador e dá outras providências.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. **Lei 8.915 de 25/09/2015**. Dispõe sobre a Política Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; institui o Cadastro Municipal de Atividades Potencialmente Degradadoras e Utilizadoras (Cmapd) de Recursos Naturais e a Taxa de Controle e Fiscalização (TCFA) do Município de Salvador e dá outras providências.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. **Lei 9.069 de 01/07/2016**. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador (PDDU - 2016) e dá outras providências.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. **Lei 9.281 de 03/10/2017. Código de Obras**. Institui normas relativas à execução e serviços do Município de Salvador, e dá outras providências.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. **Lei 9.738 de 20/09/2017** que reformula a divisão territorial municipal.

ANEXO 01: À ILHA DE MARÉ TERMO DESTA CIDADE DA BAHIA  
- A Silva de Manuel Botelho

À ILHA DE MARÉ TERMO DESTA CIDADE DA BAHIA  
*Manuel Botelho*

MINISTÉRIO DA CULTURA. Fundação Biblioteca Nacional.  
Departamento Nacional do Livro

Jaz oblíqua forma, e prolongada  
A terra de Maré toda cercada  
De Netuno, que tendo o amor constante,  
Lhe dá muitos abraços por amante,  
E botando-lhe os braços dentro dela  
A pretende gozar, por ser mui bela.  
Nesta assistência tanto a senhoreia,  
E tanto a galanteia,  
Que do mar de Maré tem o apelido,  
Como quem preza o amor de seu querido:  
E por gosto das prendas amorosas  
Fica maré de rosas,  
E vivendo nas ânsias sucessivas,  
São do amor marés vivas;  
E se nas mortas menos a conhece,  
Maré de saudades lhe parece.  
Vista por fora é pouco apetecida,  
Porque aos olhos por feia é parecida;  
Porém dentro habitada

É muito bela, muito desejada,  
É como a concha tosca, e deslustrosa,  
Que dentro cria a pérola fermosa.  
Erguem-se nela outeiros  
Com soberbas de montes altaneiros,  
Que os vales por humildes desprezando,  
As presunções do Mundo estão  
mostrando,  
E querendo ser príncipes subidos,  
Ficam os vales a seus pés rendidos.  
Por um, e outro lado  
Vários lenhos se vêm no mar salgado;  
Uns vão buscando da Cidade a via,  
Outros dela se vão com alegria;  
E na desigual ordem  
Consiste a fermosura na desordem.  
Os pobres pescadores em saveiros,  
Em canoas ligeiros,  
Fazem com tanto abalo

Do trabalho marítimo regalo;  
 Uns as redes estendem,  
 E vários peixes por pequenos prendem;  
 Que até nos peixes com verdade pura  
 Ser pequeno no Mundo é desventura:  
 Outros no anzol fiados  
 Têm aos míseros peixes enganados,  
 Que sempre da vil isca cobiçosos  
 Perdem a própria vida por gulosos.  
 Aqui se cria o peixe regalado  
 Com tal sustância, e gosto preparado,  
 Que sem tempero algum para apetite  
 Faz gostoso convite,  
 E se pode dizer em graça rara  
 Que a mesma natureza os temperara.  
 Não falta aqui marisco saboroso,  
 Para tirar fastio ao melindroso;  
 Os polvos radiantes,  
 Os lagostins flamantes,  
 Camarões excelentes,  
 Que são dos lagostins pobres parentes;  
 Retrógrados caranguejos,  
 Que formam pés das bocas com festejos,  
 Ostras, que alimentadas  
 Estão nas pedras, onde são geradas;  
 Enfim tanto marisco, em que não falo,  
 Que é vário perrexil para o regalo.  
 As plantas sempre nela reverdecem,  
 E nas folhas parecem,  
 Desterrando do Inverno os desfavores,  
 Esmeraldas de Abril em seus verdores,  
 E delas por adorno apeteçido  
 Faz a divina Flora seu vestido.

As frutas se produzem copiosas,  
 E são tão deleitosas,  
 Que como junto ao mar o sítio é posto,  
 Lhes dá salgado o mar o sal do gosto.  
 As canas fertilmente se produzem,  
 E a tão breve discurso se reduzem,  
 Que porque crescem muito,  
 Em doze meses lhe sazona o fruto,  
 E não quer, quando o fruto se deseja,  
 Que sendo velha a cana, fértil seja.  
 As laranjas da terra  
 Poucas azedas são, antes se encerra  
 Tal doce nestes pomos,  
 Que o tem clarificado nos seus gomos;  
 Mas as de Portugal entre alamedas  
 São primas dos limões, todas azedas.  
 Nas que chamam da China  
 Grande sabor se afina,  
 Mais que as da Europa doces, e melhores,  
 E têm sempre a vantagem de maiores,  
 E nesta maioria,  
 Como maiores são, têm mais valia.  
 Os limões não se prezam,  
 Antes por serem muitos se desprezam.  
 Ah se Holanda os gozara!  
 Por nenhuma província se trocara.  
 As cidras amarelas  
 Caindo estão de belas,  
 E como são inchadas, presumidas,  
 É bem que estejam pelo chão caídas:  
 As uvas moscatéis são tão gostosas,  
 Tão raras, tão mimosas;  
 Que se Lisboa as vira, imaginara

Que alguém dos seus pomares as furtara;  
 Delas a produção por copiosa  
 Parece milagrosa,  
 Porque dando em um ano duas vezes,  
 Geram dois partos, sempre, em doze  
 meses.  
 Os melões celebrados  
 Aqui tão docemente são gerados,  
 Que cada qual tanto sabor alenta,  
 Que são feitos de açúcar, e pimenta,  
 E como sabem bem com mil agrados,  
 Bem se pode dizer que são letrados;  
 Não falo em Valariça, nem Chamusca:  
 Porque todos ofusca  
 O gosto destes, que esta terra abona  
 Como próprias delícias de Pomona.  
 As melancias com igual bondade  
 São de tal qualidade,  
 Que quando docemente nos recreia,  
 É cada melancia uma colmeia,  
 E às que tem Portugal lhe dão de rosto  
 Por insulsas abóboras no gosto.  
 Aqui não faltam figos,  
 E os solicitam pássaros amigos,  
 Apetitosos de sua doce usura,  
 Porque cria apetites a doçura;  
 E quando acaso os matam  
 Porque os figos maltratam,  
 Parecem mariposas, que embebidas  
 Na chama alegre, vão perdendo as vidas.  
 As romãs rubicundas quando abertas  
 À vista agrados são à língua ofertas,  
 São tesouro das frutas entre afagos,

Pois são rubis suaves os seus bagos.  
 As frutas quase todas nomeadas  
 São ao Brasil de Europa trasladadas,  
 Porque tenha o Brasil por mais façanhas  
 Além das próprias frutas, as estranhas.  
 E tratando das próprias, os coqueiros,  
 Galhardos, e frondosos  
 Criam cocos gostosos;  
 E andou tão liberal a natureza  
 Que lhes deu por grandeza,  
 Não só para bebida, mas sustento,  
 néctar doce, o cândido alimento.  
 De várias cores são os cajus belos,  
 Uns são vermelhos, outros amarelos,  
 E como vários são nas várias cores,  
 Também se mostram vários nos sabores;  
 E criam a castanha,  
 Que é melhor, que a de França, Itália,  
 Espanha.  
 As pitangas fecundas  
 São na cor rubicundas,  
 E no gosto picante comparadas  
 São de América ginjas disfarçadas:  
 As pitombas douradas, se as desejas,  
 São no gosto melhor do que as cerejas,  
 E para terem o primor inteiro  
 A ventagem lhes levam pelo cheiro.  
 Os araçazes grandes, ou pequenos,  
 Que na terra se criam mais ou menos,  
 Como as pêras de Europa engrandecidas,  
 Com elas variamente parecidas,  
 Também se fazem delas  
 De várias castas marmeladas belas.

As bananas no Mundo conhecidas  
 Por fruto, e mantimento apeteçadas,  
 Que o céu para regalo, e passatempo  
 Liberal as concede em todo o tempo,  
 Competem com maçãs, ou baonesas,  
 Com pêros verdeais ou camoesas,  
 Também servem de pão aos moradores,  
 Se da farinha faltam os favores;  
 É conduto também que dá sustento,  
 Como se fosse próprio mantimento;  
 De sorte que por graça, ou por tributo  
 É fruto, é como pão, serve em conduto.  
 A pimenta elegante  
 É tanta, tão diversa, e tão picante,  
 Para todo o tempero acomodada,  
 Que é muito avantajada  
 Por fresca, e por sadia  
 À que na Ásia se gera, Europa cria:  
 O mamão por freqüente  
 Se cria vulgarmente,  
 E não o preza o Mundo,  
 Porque é muito vulgar em ser fecundo.  
 O maracujá também gostoso, e frio  
 Entre as frutas merece nome, e brio;  
 Tem nas pevides mais gostoso agrado,  
 Do que açúcar rosado;  
 É belo, cordial, e como é mole,  
 Qual suave manjar todo se engole.  
 Vereis os ananases,  
 Que para rei das frutas são capazes;  
 Vestem-se de escarlata  
 Com majestade grata,  
 Que para ter do Império a gravidade

Logram da croa verde a majestade;  
 Mas quando têm a croa levantada  
 De picantes espinhos adornada,  
 Nos mostram que entre Reis, entre  
 Rainhas  
 Não há croa no Mundo sem espinhas.  
 Este pomo celebra toda a gente,  
 É muito mais que o pêssigo excelente,  
 Pois lhe leva vantagem gracioso  
 Por maior, por mais doce, e mais cheiroso.  
 Além das frutas, que esta terra cria,  
 Também não faltam outras na Bahia;  
 A mangaba mimosa  
 Salpicada de tintas por fermosa,  
 Tem o cheiro famoso,  
 Como se fora almíscar oloroso;  
 Produz-se no mato  
 Sem querer da cultura o duro trato,  
 Que como em si toda a bondade apura,  
 Não quer dever aos homens a cultura.  
 Oh que galharda fruta, e soberana  
 Sem ter indústria humana,  
 E se Jove as tirara dos pomares,  
 Por ambrósia as pusera entre os manjares!  
 Com a mangaba bela a semelhança  
 Do macujé se alcança,  
 Que também se produz no mato inculto  
 Por soberano indulto,  
 E sem fazer ao mel injusto agravo,  
 Na boca se desfaz qual doce favo.  
 Outras frutas dissera, porém basta  
 Das que tenho descrito a vária casta,  
 E vamos aos legumes, que plantados

São do Brasil sustentos duplicados:  
 Os mangarás que brancos, ou vermelhos,  
 São da abundância espelhos;  
 Os cândidos inhames, se não minto,  
 Podem tirar a fome ao mais faminto.  
 As batatas, que assadas, ou cozidas  
 São muito apetecidas;  
 Delas se faz a rica batatada  
 Das Bêlgicas nação solicitada.  
 Os carás, que de roxo estão vestidos,  
 São lóios dos legumes parecidos,  
 Dentro são alvos, cuja cor honesta  
 Se quis cobrir de roxo por modesta.  
 A mandioca, que Tomé sagrado  
 Deu ao gentio amado,  
 Tem nas raízes a farinha oculta:  
 Que sempre o que é feliz, se dificulta.  
 E parece que a terra de amorosa  
 Se abraça com seu fruto deleitosa;  
 Dela se faz com tanta atividade  
 A farinha, que em fácil brevidade  
 No mesmo dia sem trabalho muito  
 Se arranca, se desfaz, se coze o fruto;  
 Dela se faz também com mais cuidado  
 O beiju regalado,  
 Que feito tenro por curioso amigo  
 Grande vantagem leva ao pão de trigo.  
 Os aipins se aparentam  
 Coa mandioca, e tal favor alentam,  
 Que tem qualquer, cozido, ou seja assado,  
 Das castanhas da Europa o mesmo agrado.  
 O milho, que se planta sem fadigas,  
 Todo o ano nos dá fáceis espigas,

E é tão fecundo em um, e em outro filho,  
 Que são mãos liberais as mãos de milho.  
 O arroz semeado  
 Fertilmente se vê multiplicado;  
 Cale-se de Valença por estranha  
 O que tributa a Espanha,  
 Cale-se do Oriente  
 O que come o gentio, e a lísia gente;  
 Que o do Brasil quando se vê cozido  
 Como tem mais substância, é mais  
 crescido.  
 Tenho explicado as frutas, e legumes,  
 Que dão a Portugal muitos ciúmes;  
 Tenho recopilado  
 O que o Brasil contém para invejado,  
 E para preferir a toda a terra,  
 Em si perfeitos quatro AA encerra.  
 Tem o primeiro A, nos arvoredos  
 Sempre verdes aos olhos, sempre ledos;  
 Tem o segundo A, nos ares puros,  
 Na tempérie agradáveis, e seguros;  
 Tem o terceiro A nas águas frias,  
 Que refrescam o peito, e são sadias,  
 O quatro A, no açúcar deleitoso,  
 Que é do Mundo o regalo mais mimoso.  
 São pois os quatro AA por singulares  
 Arvoredos, Açúcar, Águas, Ares.  
 Nesta ilha está mui ledo, e mui vistoso  
 Um Engenho famoso,  
 Que quando quis o fado antigamente  
 Era Rei dos engenhos preminente,  
 E quando Holanda pérfida, e nociva  
 O queimou, renasceu qual Fênix viva.

Aqui se fabricaram três capelas  
Ditosamente belas,  
Uma se esmera em fortaleza tanta,  
Que de abóbada forte se levanta;  
Da Senhora das Neves se apelida,  
Renovando a piedade esclarecida,  
Quando em devoto sonho se viu posto  
O nevado candor no mês de agosto.  
Outra capela vemos fabricada,  
A Xavier ilustre dedicada,  
Que o Maldonado Pároco entendido  
Este edifício fez agradecido  
A Xavier, que foi em sacro alento  
Glória da Igreja, do Japão portento.  
Outra capela aqui se reconhece,

Cujo nome a engrandece,  
Pois se dedica à Conceição sagrada  
Da Virgem pura sempre imaculada,  
Que foi por singular, e mais fermosa  
Sem manchas lua, sem espinhos rosa.  
Esta Ilha de Maré, ou de alegria,  
Que é termo da Bahia,  
Tem quase tudo quanto o Brasil todo,  
Que de todo o Brasil é breve apodo;  
E se algum tempo Citeréia a achara,  
Por esta sua Chipre desprezara,  
Porém tem com Maria verdadeira  
Outra Vênus melhor por padroeira.

ANEXO 02: PROBLEMAS À SAÚDE HUMANA ASSOCIADOS A ALGUNS DOS PRODUTOS VEICULADOS NO PORTO DE ARATU E/OU PRODUZIDOS NA ZONA INDUSTRIAL DO ENTORNO DE ILHA DE MARÉ.

Produto	Código ONU / Número de Risco/ Rótulo de Risco	Problemas à saúde humana	Efeitos agudos	Efeitos crônicos	Rotas de contaminação
<b>ACETONA</b>	1090/33/3	Exposição via respiratória, a longo prazo se cria resistência. Perda da sensibilidade ao odor. Problemas reumáticos, gastrointestinais, Inflamação Pulmonar, Rabdomiólise, Insuficiência Renal,	Irritação nos olhos, irritação das vias aéreas, tontura. Fácil contaminação, pois uma vez dentro do organismo ela é facilmente transportada no sangue.		Respiratória, Tópica, Oral
<b>ACIDO ACRILICO</b>	2218/89/8	Corrosivo. A substância é altamente corrosiva para os olhos, a pele e o trato respiratório.			Respiratório, Tópica, Oral
<b>ACIDO SULFURICO</b>	1830/80/8	Produto corrosivo.	Irritação nos olhos, pele, boca;	edema pulmonar (não perceptível, e que se agrava com esforço físico)	
<b>ACRILONITRILA</b>	1093/336/3	Olhos, pele, sistema cardiovascular, fígado, rins, sistema nervoso central	vapor: irritante para os olhos. venenoso, se inalado. líquido: venenoso, se ingerido. irritante para os olhos. irritante para a pele.	CARCINOGÊNICO:PROVÁVEL [tumores cerebrais, câncer de pulmão e intestino]	Inalação, absorção pela pele, ingestão, pele e / ou contato com os olhos
<b>AMONIA (AMÔNIA ANIDRA*)</b>	1005/268/2	Irritações, sibilância, Letal em altas concentrações (qual padrão, qual dosagem e de que forma?),	Irritação no olho, nariz e garganta	queimaduras, bolhas, congelamento, dispnéia, edema pulmonar,	Respiratória

Produto	Código ONU / Número de Risco/ Rótulo de Risco	Problemas à saúde humana	Efeitos agudos	Efeitos crônicos	Rotas de contaminação
<b>BENZENO</b>	1114/ - /3	Exposição via respiratória causando confusão mental, pode ser letal se inalado em grande quantidade (qual quantidade e parâmetro?), se ingerido causa vômito, irritação no estômago. Em qualquer contato, causa taquicardia	sonolência, tontura, náuseas, vômito, taquicardia	destruição dos glóbulos vermelhos agravando em anemia, problemas no sistema imunológico, danos graves a medula óssea. Leucemia Mielóica Aguda (Substância Cancerígena!!!! - IARC E EPA)	Respiratória, Oral
<b>BUTADIENO</b>	1010/239/2	Pode causar problemas nos olhos, sistema respiratório, sistema nervoso central, sistema reprodutivo	Irritação olhos, nariz, garganta (ardor); sonolência, tontura (torpor);	efeitos teratogênicos, reprodutivos; [potencial carcinogênico ocupacional]	
<b>CONCENTRADO DE COBRE</b>		Tosse. Dor de cabeça. Falta de ar. Dor de garganta.	Irritação nos olhos e sistema respiratório superior; calafrios, dores musculares, náuseas, febre, garganta seca, tosse, cansaço	descoloração da pele, queda de cabelo, perfuração do septo nasal; dermatite; possibilidade de danos nos rins; anemia	
<b>EDC (*DICLOROETANO)</b>	1184/336/3	Irritação da pele, problemas no SNC	pele irritada, Tontura. Sonolência, Náusea. Inconsciência. Vermelhidão e dor nos olhos	depressão do sistema nervoso central; fígado, rim, dano pulmonar	
<b>ETANOL (ANIDRO)</b>	1170/ - / 3	O líquido resseca a pele. A substância pode ter efeitos no trato respiratório superior e no sistema nervoso central, resultando em irritação, dor de cabeça, fadiga e falta de concentração.	Ressecamento da pele. Irritação e dor nos olhos. (vermelhidão);	Ingestão: Sensação de queimadura (azia ?). Dor de cabeça. Confusão mental. Tontura, chegando a Inconsciência. A ingestão crônica de etanol pode causar cirrose hepática.	

Produto	Código ONU / Número de Risco/ Rótulo de Risco	Problemas à saúde humana	Efeitos agudos	Efeitos crônicos	Rotas de contaminação
<b>MINERIO DE MANGANES</b>		insônia, confusão mental; febre da fumaça de metal: garganta seca, tosse, aperto no peito, dispnéia (dificuldade para respirar), estertores, febre parecida à gripe; dor lombar; vômito; mal-estar (sensação vaga de desconforto);	Tosse. Dor abdominal	lassidão (fraqueza, exaustão); danos nos rins	
<b>NAFTA</b>	1268/ * / 3	Problemas nos olhos, pele, sistema respiratório, sistema nervoso central, fígado, rins			
<b>TDI (*DIISOCIANATO DE TOLUENO)</b>	2078/60/6.1	irritação nos olhos, pele, nariz, garganta; estrangulamento, tosse paroxística; dor no peito, dor retroesternal (que ocorre por trás do esterno); náusea, vômito, dor abdominal; bronquite, broncoespasmo, edema pulmonar; dispnéia (dificuldade respiratória),		asma; conjuntivite, lacrimação (descarga de lágrimas); dermatite, sensibilização da pele; [potencial carcinogênico ocupacional]	

Fonte: <http://sistemasinter.cetesb.sp.gov.br>; acesso 04/12/17

Elaboração: Jussara Rêgo (2018)